



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, CIDADANIA E
DIREITOS HUMANOS**

**SIGNIFICAÇÕES PRODUZIDAS PELA COMUNIDADE ESCOLAR
SOBRE A GESTÃO DA POLÍCIA MILITAR EM UMA ESCOLA
ESTADUAL DA PERIFERIA DA ZONA OESTE DE MANAUS**

Idevandro Ricardo Colares dos Santos

**Manaus
2025**

Idevandro Ricardo Colares dos Santos

**SIGNIFICAÇÕES PRODUZIDAS PELA COMUNIDADE ESCOLAR
SOBRE A GESTÃO DA POLÍCIA MILITAR EM UMA ESCOLA
ESTADUAL DA PERIFERIA DA ZONA OESTE DE MANAUS**

Dissertação apresentada ao Colegiado do Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da Escola Superior de Ciências Sociais da Universidade do Estado do Amazonas, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos.

Área de Concentração: Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos.

Linha de Pesquisa: Políticas e Gestão em Segurança Pública.

Orientador (a): Prof. Dr. Fábio Alves Gomes

Coorientador: Prof. Dr. Mark de Souza Torres

**Manaus
2025**

S237s	<p>Santos, Idevandro Ricardo Colares dos Significações produzidas pela comunidade escolar sobre a gestão da polícia militar em uma escola estadual da periferia da zona oeste de Manaus / Idevandro Ricardo Colares dos Santos . Manaus : [s.n], 2025.</p> <p>190 f.: color.; 21,0 cm.</p> <p>Dissertação - PPGSP Programa de Pos-Graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos - (Mestrado)- Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2025.</p> <p>Inclui Apêndice. Orientador: Gomes, Fábio Alves. Coorientador: Torres, Mark de Souza.</p> <p>1. Polícia Militar. 2. Gestão Escolar. 3. Segurança Pública e Educação. 4. Políticas Públicas Educacionais. 5. Escola e Comunidade. I. Gomes, Fábio Alves (Orient.) II . Torres, Mark de Souza (Coorient.) III. Universidade do Estado do Amazonas. IV. Título</p> <p style="text-align: right;">CDU(1997)351(043)</p>
-------	---



***Ata da Reunião da Comissão Julgadora da Defesa de
Dissertação apresentada pelo mestrando IDEVANDRO
RICARDO COLARES DOS SANTOS, realizada às quinze
horas do dia dezoito de agosto de dois mil e vinte e
cinco.***

Aos dezoito dias do mês de agosto de dois mil e vinte e cinco, às quinze horas, de forma on-line, reuniu-se a Comissão Julgadora da Defesa de Dissertação de mestrado apresentada pelo mestrando **IDEVANDRO RICARDO COLARES DOS SANTOS**, da qual se intitula: SIGNIFICAÇÕES PRODUZIDAS PELA COMUNIDADE ESCOLAR SOBRE A GESTÃO DA POLÍCIA MILITAR EM UMA ESCOLA ESTADUAL DA PERIFERIA DA ZONA OESTE DE MANAUS; a qual foi constituída pelos(as) professores(as): Prof. Dr. Fábio Alves de Lima – Orientador/Presidente; Prof. Dr. Marck de Souza Torres – (Coorientador/UFAM); Prof. Dr. Valter Luciano Gonçalves Villar - (UEA); Profª. Dra. Rosângela Fernandes da Silva – (SEMED); MSc. Diogo de Lima Albuquerque - SSP/AM. Abrindo a sessão, declarou o senhor presidente que o exame se inicia com a exposição sumária pelo mestrando, no prazo máximo de 20 minutos, sobre o conteúdo de sua dissertação; em seguida, cada examinador(a) arguirá o mestrando pelo prazo máximo de 20 minutos, devendo a arguição ser respondida em igual prazo ou em 30 minutos, quando haja diálogo na argumentação. Assim sendo, após a exposição oral, o mestrando foi arguido pelos(as) professores(as) que compunham a Banca Examinadora. Em seguida, o senhor presidente suspendeu a sessão por 15 minutos, passando a Comissão Julgadora, em sessão reservada, ao julgamento da dissertação, atribuindo cada examinador(a) o seu parecer. Reabrindo a sessão, foi, pelo senhor presidente, anunciado o resultado do julgamento, declarando ter sido **APROVADA** a dissertação, devendo o mestrando apresentar as adequações e as demais recomendações sugeridas pela Comissão Julgadora. A seguir, o senhor presidente encerrou a sessão agradecendo a presença de todos. Do que para constar, eu, Yasmin Cruz Farias, Secretária do Curso, lavrei a presente ata que segue assinada pelos membros da Comissão Julgadora.

Prof. Dr. Fábio Alves Gomes _____



Documento assinado digitalmente



MARCK DE SOUZA TORRES

Data: 22/08/2025 14:08:24 -0300

Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Prof. Dr. Marck de Souza Torres, _____



Documento assinado digitalmente



ROSANGELA FERNANDES DA SILVA

Data: 22/08/2025 14:54:11 -0300

Verifique em <https://validar.jf.gov.br>

Profª. Dra. Rosângela Fernandes da Silva, _____



MSc. Diogo de Lima Albuquerque _____

DEDICATÓRIA

Aos meus pais, que sempre me apoiaram em meus estudos.

À minha amada esposa, Catiane Lindoso dos Santos, que compreendeu meus momentos de isolamento para concluir a pesquisa, pois, sem ela, eu não teria sucesso.

À minha filha, Maria Luíza, meu presente divino, pois sua chegada me tornou uma pessoa melhor.

Aos policiais militares, professores, funcionários e, finalmente, aos pais, alunos e ex-alunos do 3º Colégio da Polícia Militar, que compreenderam que o abraço coletivo na educação salva vidas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pela sabedoria, pela força, pela misericórdia, por me amar com sua graça imerecida.

Ao Coronel PM Rudnei Costa Caldas, pois, em 2012, me convidou para trabalhar em prol da educação e, sem saber, mudou a minha vida e me tornou um ser humano melhor.

Ao meu amigo Ailton Luiz Santos, Tenente-Coronel da Polícia Militar do Amazonas, que, durante um almoço entre amigos de turma, disse que eu deveria fazer o mestrado, para ser fonte de inspiração para os alunos sob meu comando. Além do encorajamento, Ailton me ajudou com os estudos para a prova.

Aos meus amigos Diogo de Lima Albuquerque e Alysson da Silva Henriques, Tenentes-Coronéis da PMAM, que me auxiliaram com longos debates sobre o pré-projeto.

Aos professores e colegas do Programa de Pós-graduação da UEA, pelo conhecimento adquirido.

Ao meu grande mestre e orientador, professor e doutor Fábio Alves Gomes, pela grande sabedoria em orientar, por sua empatia em entender os problemas de seus orientandos, por sempre terminar sua orientação falando a frase mais importante: “Não se preocupe, você vai conseguir”. Gratidão por seu amor à educação, palpável em seus ensinamentos durante as orientações.

Ao Comandante-Geral da Polícia Militar, por autorizar a pesquisa no 3º CPM;

Aos policiais militares do CFAP, que compreenderam minha ausência durante o serviço.

À mestra Ellen Oliveira Nobre Holanda e ao Dr. Ângelo Cabral Esperança, por aceitarem o convite para serem os mediadores do grupo focal na escola e agiram com maestria ímpar.

Ao meu amigo Nilzomar Barbosa Filho, Tenente-Coronel da Polícia Militar, que prontamente respondia sempre que o incomodava para sanar alguma dúvida.

Aos meus pais, Idemir Rodrigues dos Santos e Maria Alzira Colares dos Santos, por me incentivarem no caminho dos estudos, mesmo quando não tinham condições de pagar um reforço escolar.

À minha amada esposa, Catiane Lindoso, que sempre perguntava: “Quando vou ter meu marido de volta?”, mas sempre estava ao meu lado. Quantas vezes, isolado no escritório, ela entrava trazendo um lanche que salvava a minha vida. Sem ela, eu não conseguiria ser o que

sou. Sempre cuidava de nossa filha enquanto eu estava submerso na pesquisa. Minha base, meu alicerce. Te amo!

À minha linda filha, Maria Luíza, por compreender os momentos em que o “tatai” estava perto, mas longe das brincadeiras, de seu dia a dia.

Às excelentes pedagogas do 3º CPM, Roseny Bezerra da Silva Fonseca e Sebastiana da Cunha Gondim, por suas grandes contribuições para esta pesquisa.

Aos policiais militares, professores, funcionários, pais, alunos e ex-alunos do 3º CPM, que a cada dia mudam o cenário de nossa cidade com o poder da educação.

Minha continência e minha gratidão!

Eu me emociono em falar porque eu não sei como seria a minha vida se eu não tivesse passado por esse processo aqui na escola. Se eu puder retribuir minimamente o que a instituição da Polícia Militar, através da educação fez na minha vida, eu irei fazer. Eu sou fruto, sou fruto dessa escola.

Bernadete, ex-aluna do 3º CPM.

SANTOS. Idevandro Ricardo Colares dos Santos. **Significações produzidas pela comunidade escolar sobre a gestão da Polícia Militar em uma escola estadual da periferia da Zona Oeste de Manaus**. 2025. 170f. Dissertação (Programa de Pós-Graduação em Segurança Pública), PPGSP, UEA, Manaus, Amazonas, Brasil, 2025.

RESUMO

Esta pesquisa está vinculada à linha 1: Sociedade, Estado, Cultura e Segurança Pública, do Programa de Pós-graduação em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos, da Universidade do Estado do Amazonas. Trata-se de uma investigação interdisciplinar, que articula pedagogia, psicologia e criminologia em diálogo crítico, a partir de uma perspectiva histórico-cultural, com o objetivo de investigar as significações produzidas pela comunidade escolar sobre a gestão da Polícia Militar do Amazonas na Escola Estadual Professor Waldo Fricke de Lyra, situada periferia da Zona Oeste de Manaus (Amazonas), no período de 2012 a 2022. Especificamente, busca-se compreender as significações produzidas pela comunidade escolar sobre o período anterior à intervenção da Polícia Militar na escola, interpretar as mudanças identificadas após o início da gestão e analisar e explicar as significações produzidas pela comunidade escolar uma década após a implementação da gestão da Polícia Militar. A abordagem metodológica adotada é qualitativa, com caráter descritivo-explicativo, tendo sido desenvolvida por meio de pesquisa de campo, revisão bibliográfica e documental. A produção de informações foi realizada mediante a técnica de grupo focal, envolvendo 12 participantes, entre ex-alunos, professores, ex-funcionária, mães de alunos e moradores da comunidade. Para a análise e interpretação, utilizou-se o procedimento metodológico dos núcleos de significação. Os resultados indicaram que a presença da Polícia Militar na gestão escolar foi amplamente associada à melhoria da disciplina, redução da violência escolar e no entorno e ao fortalecimento dos laços entre escola e comunidade. Como produto técnico-tecnológico, a pesquisa resultou na elaboração de um *podcast* voltado à divulgação de práticas exitosas, reunindo depoimentos de ex-alunos, pais e docentes, compondo um memorial narrativo de trajetórias escolares. O objetivo é tornar públicos tanto os aspectos considerados essenciais para o sucesso escolar quanto os fatores dificultadores desse processo, a partir das próprias avaliações dos sujeitos envolvidos, contribuindo para a necessária crítica e consolidação de práticas que promovam uma educação de qualidade no estado do Amazonas.

Palavras-chaves: Polícia Militar; Gestão Escolar; Segurança Pública e Educação; Políticas Públicas Educacionais; Escola e Comunidade.

SANTOS, Idevandro Ricardo Colares dos Santos. Significations Produced by the School Community Regarding Management by the Military Police in a State School Located in the Periphery of the West Zone of Manaus. 2025. 170f. Master's Dissertation (Graduate Program in Public Security), PPGSP, UEA, Manaus, Amazonas, Brazil, 2025.

ABSTRACT

This research is linked to Line 1: Society, State, Culture, and Public Security of the Graduate Program in Public Security, Citizenship, and Human Rights at the State University of Amazonas. It consists of an interdisciplinary investigation that articulates pedagogy, psychology, and criminology in critical dialogue from a historical-cultural perspective, aiming to investigate the significations produced by the school community regarding the management by the Amazonas Military Police at Professor Waldo Fricke de Lyra State School, located in the periphery of the west zone of Manaus-AM, during the period from 2012 to 2022. Specifically, it seeks to understand the significations of the school community prior to the Military Police's intervention, interpret the changes identified after the onset of the management, and analyze the significations produced by the school community a decade after the implementation of the Military Police's management. The methodological approach adopted is qualitative, with a descriptive-explanatory nature, developed through field research, bibliographic review, and documentary analysis. Data collection was carried out using the focus group technique, involving 12 participants, including former students, teachers, a former employee, mothers of students, and community residents. For analysis and interpretation, the methodological procedure of the Signification Nuclei was used. The results indicated that the presence of the Military Police in school management was widely associated with improvements in discipline, reduction of school and neighborhood violence, and strengthening of ties between the school and the community. As a technical-technological product, the research resulted in the development of a podcast aimed at disseminating successful practices, gathering testimonies from former students, parents, and teachers, composing a narrative memorial of school trajectories. The objective is to publicize both the aspects considered essential for school success and the factors that hinder this process, based on the evaluations of the subjects involved, thus contributing to the necessary critique and consolidation of practices that promote quality education in the state of Amazonas.

Keywords: Military Police; School Management; Public Security and Education; Educational Public Policies; School and Community.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Resultado do Enem 2010	92
Figura 2 - Resultado do Enem 2011	92
Figura 3 - Resultado do Enem 2013	93
Figura 4 - Resultado do Enem 2019	93
Figura 5 - Patentes conquistadas pelos alunos do Batalhão Escolar	108
Figura 6 - Educação e facção	123
Figura 7 - <i>Ranking</i> do Enem 2024	137
Figura 8 - Mapa do bairro Tarumã	150

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Você acredita que contribui com a segurança pública?	51
Gráfico 2 – Rendimento geral escolar em 2010	85
Gráfico 3 – Rendimento escolar do ensino médio em 2010	86
Gráfico 4 – Rendimento geral escolar em 2011	86
Gráfico 5 – Rendimento escolar do ensino médio em 2011	87
Gráfico 6 – Rendimento geral escolar em 2013	88
Gráfico 7 – Rendimento escolar do ensino médio em 2013	88
Gráfico 8 – Rendimento geral escolar em 2016	89
Gráfico 9 – Rendimento escolar do ensino médio em 2016	90
Gráfico 10 – Comparação do Ideb dos anos iniciais de 2011 a 2021	95
Gráfico 11 – Comparação do Ideb dos anos finais de 2011 a 2021	95

LISTA DE FOTOS

Foto 1 – 3º CPM/Escola Estadual Professor Waldo Fricke de Lyra	56
Foto 2 – Visão aérea da comunidade do Parque São Pedro	57
Foto 3 – Banheiros e bebedouros sem condições de uso	76
Foto 4 – Muros pichados e quebrados	76
Foto 5 – Biblioteca e quadra da escola sem condições de uso	76
Foto 6 – Restauração da pintura dos muros	78
Foto 7 – Restauração da quadra da escola e da biblioteca	78
Foto 8 – Inauguração da primeira sala de informática	79
Foto 9 – Alunos em 2013, utilizando uniforme adquirido pelo Estado em 2012	81
Foto 10 – Reforço escolar e prática de leitura	83
Foto 11 – Participação em olimpíadas do conhecimento	83
Foto 12 – Conquista da 1ª medalha de ouro na OBMEP	84
Foto 13 – Uniforme de adaptação militar	97
Foto 14 – Alunos com o uniforme diário da escola	98
Foto 15 – Alunos beneficiados pelo Projeto Fardamento Solidário	100
Foto 16 – Alunos do Batalhão Escolar	109
Foto 17 – Inclusão de alunos com deficiência	109
Foto 18 – De ex-alunos a graduados no ensino superior	116
Foto 19 – Ex-aluna retornando à escola como médica	117
Foto 20 – Trajetória de sucesso: De ex-aluna a médica	118
Foto 21 – Formatura em 2012 repostada em 2021 – Décimo ano da gestão militar	120
Foto 22 – Certificados do Proerd da ex-aluna Bernadete	132
Foto 23 – De ex-aluno do Formando Cidadão a militar das Forças Armadas	140

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Quadro de revisão teórica	43
Quadro 2 – Sujeitos do Grupo focal A	58
Quadro 3 – Sujeitos do Grupo focal B	58
Quadro 4 – Núcleos de significações e indicadores	62
Quadro 5 – Média do Ideb alcançada pela escola.....	97
Quadro 6 – Vagas estabelecidas para o Batalhão Escolar	108
Quadro 7 – Crianças atendidas pelo Proerd de 2002 a 2024	130
Quadro 8 – Colégios da Polícia Militar no Amazonas	134
Quadro 9 – Bases do Projeto Formando Cidadão	139

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Gastos com policiamento em 2021 e 2022.....	38
Tabela 2 – Alunos aprovados, reprovados e evasão escolar em 2010 e 2011	90
Tabela 3 – Alunos aprovados, reprovados e evasão escolar em 2013 e 2016	91
Tabela 4 – <i>Ranking</i> das 100 melhores escolas no Enem em 2019.....	94
Tabela 5 – Escolas contempladas com o 14º salário	96
Tabela 6 – Ex-alunos aprovados em concurso da PMAM – 2023	134
Tabela 7 – Ex-alunos aprovados em concurso da PMAM – 2025	135
Tabela 8 – Ex-alunos aprovados em vestibulares em 2024	135
Tabela 9 – Novos alunos matriculados em 2024	150
Tabela 10 – Novos alunos matriculados em 2025	151

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

APMC	Associação de Pais, Mestres e Comunitários
AM	Amazonas
CFAP	Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças
CMPM	Colégio Militar da Polícia Militar
CRFB	Constituição da República Federativa Brasileira
CV	Comando Vermelho
DARE	Drug Abuse Resistance Education
EEWFL	Escola Estadual Professor Waldocke Fricke de Lyra
EJA	Educação de Jovens e Adultos
Enem	Exame Nacional do Ensino Médio
FBSP	Fórum Brasileiro de Segurança Pública
FDN	Família do Norte
Ideam	Índice de Desempenho Educacional do Amazonas
Ideb	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
Iede	Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
LBI	Lei Brasileira de Inclusão
MEC	Ministério da Educação
OAB	Ordem dos Advogados do Brasil
OBA	Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica
OBF	Olimpíada Brasileira de Física
OBMEP	Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas
OBR	Olimpíada Brasileira de Robótica
OLP	Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa
ONC	Olimpíada Nacional de Ciências
ONHB	Olimpíada Nacional de História do Brasil
ONU	Organização das Nações Unidas

PA	Pará
PCC	Primeiro Comando da Capital
PcD	Pessoa com Deficiência
PF	Polícia Federal
PFC	Programa Formando Cidadão
PM	Polícia Militar
PMAM	Polícia Militar do Amazonas
PMERJ	Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro
PMGO	Polícia Militar do Estado de Goiás
PNLD	Programa Nacional do Livro Didático
PROEIS	Programa Estadual de Integração na Segurança
Proerd	Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência
PSC	Processo Seletivo Contínuo
RJ	Rio de Janeiro
ROCAM	Rondas Ostensivas Cândido Mariano
Saeb	Sistema de Avaliação da Educação Básica
SEDUC	Secretaria de Estado de Educação do Amazonas
SIGEAM	Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas
UEA	Universidade do Estado do Amazonas
UFAM	Universidade Federal do Amazonas
UNICEF	Fundo das Nações Unidas para a Infância

APRESENTAÇÃO

O policial militar operacional dissuadido pela educação

Natural de Santarém (Pará – PA), os pais desempregados, com três filhos no ensino médio e um no fundamental, perceberam que precisavam buscar novos horizontes. Foi assim que, em 1996, migramos para Manaus, em busca de uma nova história. Concluí o ensino médio em 1998 e, nestes dois anos, conciliei os estudos com o trabalho em empresas no Distrito Industrial de Manaus. Contudo, em 1999, agora desempregado, precisava de R\$ 30,00 para realizar a inscrição no primeiro concurso público da minha vida, para o Curso de Formação de Soldados da Polícia Militar do Amazonas (PMAM). Não tinha esse valor, mas um amigo, que na época era soldado do Corpo de Bombeiros, o emprestou e realizei a inscrição, fiz a prova e obtive êxito. Nunca imaginei ser policial, mas o desemprego ajudou a tomar essa grande decisão e estou na PMAM há 26 anos.

Em 2000, após a conclusão do Curso de Formação de Soldados, trabalhei no Batalhão de Trânsito da Polícia Militar (PM), mas, já que estava na polícia, queria ser policial operacional. Desta forma, ainda como soldado, fiz o curso das Rondas Ostensivas Cândido Mariano (ROCAM), policiamento especializado de combate ao crime. Fiquei dois anos nesse efetivo, mas pedi para sair, pois queria estudar um pouco mais. Em 2003, consegui entrar no Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) e trabalhei nas escolas públicas, ministrando palestras sobre prevenção às drogas e à violência para crianças do 5º ano do ensino fundamental, até 2007.

Neste mesmo ano, prestei concurso público a oficial da PMAM e obtive êxito. O Curso de Formação de Oficiais perdurou de 2008 até 2010. Após o curso, fui trabalhar novamente nas ruas, na Zona Centro-Sul de Manaus. Mas, em 2012, fui convidado para trabalhar em um Colégio Militar da Polícia Militar (CMPM) que iria ser inaugurado neste mesmo ano, no bairro do Tarumã, na comunidade do Parque São Pedro. E, nesta escola, minha vida mudou.

A Escola Estadual Professor Waldocke Fricke de Lyra (EEWFL) estava na comunidade desde 2006, mas desde 2009 vinha sendo vandalizada. Por isso, em 2011, um clamor social fez com que o governador da época passasse a gestão da escola para a PMAM. Em 2012, a PMAM assumiu a gestão da escola, que passou a ser denominada de 3º CMPM. Fui convidado para ser o comandante do Corpo de Alunos. Nunca tinha trabalhado em uma escola militar, ainda mais

comandando alunos; por isso, na segunda semana após ter assumido a função, eu já queria ir embora.

Foi quando atendi a primeira família que compreendi qual era minha missão naquela escola. O caso aconteceu quando fui à casa de aluno do 7º ano, que estava faltando muito à escola. Fui com o objetivo de convidar os pais para irem à escola solicitar a transferência e o matriculassem em outra escola pública, a fim de evitar a evasão escolar. Mas, quando cheguei à sua casa, percebi o cenário em que morava.

Uma casa de madeira. Deveria ter uns três metros de comprimento por três de largura. A casa era cheia de brechas. Havia uma única porta, a da cozinha, que ao mesmo tempo era sala, era quarto, pois ali tinha uma cama de solteiro, com um cachorro sobre ela. Ao lado da cama, havia fogão, geladeira. Não vi outra cama, o que me fez imaginar que as demais pessoas dormiam em redes. O chão era de barro batido. Olhei para cima e vi muitas, muitas teias de aranha. Fui ao quintal e, perto da porta de saída, tinha uma latrina de fossa. Havia uma divisão com madeiras para tomar banho; não havia chuveiro, mas um camburão com água. Na casa, moravam quatro pessoas: a mãe, uma adolescente que fazia o ensino médio no 3º CMPM, uma criança do sexo masculino atípica com síndrome de Down e o adolescente que estava no 7º ano, a razão de minha visita.

Foi ali que comecei a entender qual era a minha missão naquela escola e naquela comunidade. A transferência daquele aluno poderia deixá-lo mais próximo das facções que dominavam aquela comunidade e mais distante de uma qualidade de vida.

Chamei os dois alunos do colégio e os levei até a frente da casa. Pedi que olhassem para a casa e para as dores de sua mãe solo. Percebi que nunca tinham observado a casa e as dores de sua mãe. Constatei que os alunos não tinham visão de futuro, não vislumbravam algo melhor, pois ninguém os fez enxergar além do que viam diariamente.

Voltamos para o colégio. O aluno não foi transferido. A partir dali, me entreguei ao trabalho, para dar uma nova história àquela escola e àqueles alunos. E a educação era o único caminho para eles.

Infelizmente, o aluno citado não teve um final de feliz, como em um filme. Um ano após essa visita, convenceu a sua mãe que não queria ficar em um colégio administrado por militares. Em 2014, ele saiu da escola e ingressou no mundo perverso das facções. Em 2021, teve sua vida brutalmente ceifada por uma facção criminosa, pois não queria mais viver daquela forma. Ele é citado nesta dissertação como o nome fictício de Renato Silva.

Foi uma derrota, mas tivemos muitas vitórias. Quando falamos sobre valores, cidadania, ética, respeito, os alunos começaram a incutir e levar tais princípios para as salas de aula, para o horário do lanche e para a parte exterior à escola. E a comunidade começou a perceber essa mudança. Foi quando percebi que muitos adolescentes que estudavam na escola e moravam, e até hoje moram, no Parque São Pedro, conseguiram dizer não aos vários convites para se associarem ao tráfico de drogas daquela comunidade. Então percebemos a mudança no ambiente escolar e em suas adjacências. Compreendi que ali estava a melhor forma de fazer segurança pública.

Aquele policial militar, que foi treinado para operar nas ruas, percebeu que a melhor forma de combater o crime estava na base, nas escolas. Por isso, trabalhei neste colégio de 2012 até 2018, na função de comandante do Corpo de Alunos. Em 2020, voltei ao colégio como diretor e permaneci até 2023.

Ainda em 2023, voltei para o início de tudo, no Centro de Formação e Aperfeiçoamento de Praças (CFAP), onde me formei como soldado, mas, agora, na função de subcomandante. E, no dia 18 de abril de 2024, assumi o comando do CFAP, local responsável pela formação dos novos soldados da PMAM.

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	21
1.1 Justificativa	25
1.2 Delimitação	26
1.3 Problema de pesquisa	26
1.4 Objetivos	27
1.4.1 Objetivo geral.....	27
1.4.2 Objetivos específicos	27
1.5 Organização da dissertação	27
2. REFERENCIAL TEÓRICO	29
2.1 O Estado	29
2.2 A Segurança Pública	31
2.2.1 A preservação da ordem pública	33
2.2.2 A Polícia Militar.....	34
2.2.3 As facções criminosas – A insegurança que impacta a educação.....	39
2.3 A educação	41
2.4. Gestão da PM em escolas públicas – Observações contrárias e favoráveis	43
2.4.1 Observações contrárias	45
2.4.2 Observações favoráveis	48
3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS	54
3.1 Método	54
3.2 Delineamento geral do estudo	55
3.3 Lócus	56
3.4 Participantes da pesquisa	57
3.5 Procedimento de produção das informações	59
3.6 Procedimento de análise das informações	59
4. RESULTADOS: ANÁLISES E DISCUSSÕES	62
4.1 Os núcleos de significações	62
4.1.1 Um contexto social que produz medo, violência e indisciplina: “Posso dizer que fui um dos sobreviventes do Euclídia, pois estudei nesta escola desde 2007”.....	63
4.1.2 Impactos sociais da gestão da PM: “Posso afirmar que sem a Polícia Militar aqui dentro da escola, dentro do bairro, a gente não tinha chegado aonde chegou, isso com certeza”	74

4.1.2.1 Adaptação à nova gestão: Alunos que estudavam na escola antes de 2012 e permaneceram	81
4.1.2.2 Reforço escolar e prática de leitura	82
4.1.2.3 Participação em olimpíadas do conhecimento	83
4.1.2.4 Rendimento escolar	85
4.1.2.5 Exame Nacional do Ensino Médio	91
4.1.2.6 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb).....	94
4.1.2.7 Governo do Estado paga 14º, 15º e 16º salários a servidores da educação cujas escolas atingiram metas no Ideb e Ideam	96
4.1.2.8 O uniforme de novos alunos e o uniforme diário	97
4.1.2.9 Projeto Fardamento Solidário	99
4.1.2.10 Regime disciplinar.....	100
4.1.2.11 Críticas ao cancelamento de matrícula dos alunos transgressores	105
4.1.2.12 Das condecorações	106
4.1.2.13 Inclusão social nos principais eventos da escola.....	109
4.1.2.14 Décimo ano letivo – Gestão da PM.....	120
4.1.3 Educação, cidadania e compromisso social: “A escola nos ajudou a ser um cidadão mais consciente e principalmente ter um lado crítico”	122
4.1.3.1 A polícia que ninguém vê	129
4.1.3.1.1 Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência – Proerd	129
4.1.3.1.2 Ex-alunos do Proerd ingressam no Curso de Formação de Soldados da PMAM.	132
4.1.3.2 Colégios Militares da PM	133
4.1.3.2.1 Aprovação em vestibulares	135
4.1.3.3 Programa Formando Cidadão (PFC)	138
4.1.3.4 Livros didáticos	147
4.1.3.5 Matrícula de novos alunos.....	149
5. ANÁLISE INTER-NÚCLEOS: CONSIDERAÇÕES FINAIS	153
REFERÊNCIAS	155
APÊNDICE A – Proposta de Produto.....	171
APÊNDICE B – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido - TCLE.....	173
APÊNDICE C – Roteiro de Entrevista.....	179
APÊNDICE D – Indicadores e pré-indicadores.....	180
APÊNDICE E – Transcrição do Grupo de Constituição Subjetiva.....	190
APÊNDICE F – Artigo Científico.....	201

1.INTRODUÇÃO

O artigo 144 da Constituição da República Federativa do Brasil preconiza que a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio (Brasil, 1988).

O artigo 144 da Carta Magna preconiza, ainda, que às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública. Quando se fala, porém, em polícia ostensiva e preservação da ordem pública, o que vem à mente de muitas pessoas, principalmente de policiais militares, é uma PM fortemente armada em viaturas em busca de infratores. Seguindo este raciocínio, há duas grandes concepções de segurança pública que rivalizam, desde a reabertura democrática até o presente; uma centrada na ideia de combate, outra, na de prestação de serviço público.

Segundo Souza Neto (2007), a primeira concepção sobre segurança pública concebe a missão institucional das polícias em termos bélicos, em que seu papel é combater os criminosos, que são convertidos em inimigos internos. A política de segurança é formulada como estratégia de guerra, onde o criminoso é o destinatário deste serviço. Segundo esta concepção, alguns policiais militares chegam ao quartel, pegam o colete balístico, suas armas e saem às ruas em suas viaturas para combater um inimigo, combater criminosos.

Por sua vez, a segunda concepção está centrada na ideia de que a segurança pública é um serviço público a ser prestado pelo Estado, em que o cidadão é o destinatário. A garantia da segurança pública exhibe caráter tipicamente prestacional, em que a ação do Estado deve ser a de proteger a segurança e não a de limitar a liberdade dos que atentam contra a segurança pública (Santin, 2004).

Interessante notar que o lema da PMAM é “Servir e Proteger!”. Esses imperativos não estão nesta ordem por acaso. E como a PM serve e protege os cidadãos? Quando se fala em preservação da ordem pública, a PM serve aos cidadãos com ostensividade, com o policial militar fardado próximo à sociedade, evitando que ela seja alvo de crimes contra seu patrimônio e, principalmente, contra sua vida.

Para alcançar uma segurança pública mais efetiva, a PMAM entendeu que deveria agir antes da existência do crime, não tão somente nas ruas da cidade, mas na base da cidadania, na infância, dentro das escolas. Essa convicção vem do Coronel PM Cerqueira, que foi comandante da Polícia Militar do Estado do Rio de Janeiro (PMERJ). Em sua obra “O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia”, ele destaca que a atividade policial militar deveria contar com

uma série de serviços diferentes da tradicional forma de patrulhar ou investigar. Salienta que um policial na sala de aula de uma escola conversando com os alunos sobre o uso de drogas, exercendo uma atividade de policiamento preventivo, passando seu tempo em uma conversa programada e produtiva dentro da escola, é muito mais eficaz do que passar o tempo do serviço com conversas inúteis e improdutivas (Cerqueira, 2001).

Com isso em mente, a PM começou a agir em duas frentes basilares. Primeiramente, com o Proerd, que é a versão brasileira do programa norte-americano chamado *Drug Abuse Resistance Education* (Educação para Resistir ao Abuso de Drogas – DARE), criado na cidade de Los Angeles. Este programa foi criado quando se observou um alto índice de criminalidade nas escolas envolvendo crianças, adolescentes e uso e tráfico de drogas, além da apreensão de um grande carregamento de substâncias ilícitas destinadas à comunidade escolar. Atua em 58 países e chegou ao Brasil em 1992, introduzido pela PMERJ e com apoio de policiais norte-americanos, que trouxeram o currículo do D.A.R.E. para o país. A atuação do Proerd no AM começou em 2002, quando policiais militares de Santa Catarina vieram ao estado e treinaram policiais militares do Amazonas para atuarem nas escolas públicas com o currículo para crianças que cursavam o 6º ano do ensino fundamental.

Outra forma de ação primária ocorreu quando a PM começou a assumir a gestão de escolas públicas estaduais. A Polícia Militar do Estado de Goiás (PMGO), por exemplo, atualmente administra 82 escolas instaladas em todo o estado, atendendo um corpo discente com mais de 75 mil alunos (Goiás, 2025).

No contexto amazonense, a PM começou com o primeiro CMPM, promulgado pelo Decreto nº 15.831/1994, criado para atender aos servidores militares, seus dependentes e parte da sociedade civil (Oliveira *et al.*, 2024). O CMPM tem sua atuação educacional em consonância com as leis e diretrizes da educação nacional e do Sistema Estadual de Ensino (Amazonas, 2024a). Atualmente, a PMAM tem, sob sua gestão, nove escolas públicas, sendo que oito ficam na cidade de Manaus e uma na cidade de Manacapuru.

A pesquisa de campo foi realizada em uma instituição educacional da rede pública de ensino, localizada na Zona Oeste da cidade de Manaus. No início de suas atividades acadêmicas, a escola recebeu o nome de Euclídia Grana Ehn Filha, fundada e construída em 2006, na comunidade Parque São Pedro, localizada na Zona Oeste de Manaus. Em 2009, mediante o ato de criação nº 25.997, de 30 de julho de 2006, a escola passou a ser chamada de Escola Estadual Professor Waldocke Fricke de Lyra, começando a funcionar em 09 de abril de 2007.

A comunidade do Parque São Pedro está localizada no bairro Tarumã, na Zona Oeste de Manaus, e é fruto da invasão que ocorreu em 2004. Cruz (2020) salienta que, após a ocupação de terras, as vias foram pavimentadas, resultando na ocupação desordenada, trazendo consigo as mazelas sociais. Segundo Amazonas (2023), existem dados de 2009 a 2011 que demonstram muitas ocorrências com arma branca, arma de fogo, drogas, furtos e roubos próximos à escola e na comunidade citada.

Este maculado cenário fez com que os moradores clamassem pelo apoio estatal. Em 2012, o Governo do Estado, respondendo ao clamor, determinou que a PM assumisse a gestão da escola, recebendo o nome de 3º CPM, conforme observa a OBMEP (2014):

A Polícia Militar assumiu a escola por reivindicação da própria comunidade e por determinação do governo. A comunidade fez o pleito, apresentando um abaixo-assinado, em função da violência na região e do vandalismo no interior da escola. O processo começou em fevereiro de 2012. Foi feita uma visita técnica e elaborado um relatório que apontava os principais problemas. - relembra o Coronel Rudnei Caldas, gestor da Waldocke Fricke de Lyra entre fevereiro de 2012 e dezembro de 2014 (OBMEP, 2014).

Em 2022, a gestão da PM fez dez anos; então, surgiu a necessidade de investigar cientificamente se, na visão da comunidade escolar, a gestão da PM conseguiu o resultado que almejava. Neste sentido, surgiu o seguinte problema: quais as significações da comunidade escolar sobre a gestão da PMAM na EEWFL?

Para tentar resolver tal questionamento, o objetivo geral é investigar as significações da comunidade escolar sobre a gestão da PMAM na EEWFL na promoção da segurança pública na comunidade do Parque São Pedro. E, especificamente, analisar a percepção da comunidade escolar e da comunidade do Parque São Pedro sobre segurança pública antes da PM assumir a gestão da escola, interpretar as mudanças sentidas pelo corpo social escolar e pelos residentes na comunidade sobre segurança pública logo após a PM assumir a gestão da escola. Por fim, analisar os sentidos produzidos pela comunidade escolar e pelos moradores da região envolvida sobre a sensação de segurança pública, dez anos após a assunção da PMAM na gestão da escola.

Neste sentido, foi criado um grupo focal, com sujeitos que atuaram na escola em épocas distintas. Desta forma, o Grupo A foi composto por ex-alunos, pai/mãe, professor, funcionário e comunitário, que conviveram no ambiente escolar e na comunidade nos anos de 2010 e 2011 e permaneceram na escola e na comunidade entre 2012 e 2014, após a PM assumir a escola. O

Grupo B continha a mesma representatividade de pessoas, mas que conviveram na escola ou na comunidade entre 2022 e 2024, ou seja, dez anos após a gestão da PM na escola.

Com a finalidade de apreender as significações constituídas pelos sujeitos que conviveram no ambiente escolar e na comunidade, bem como analisar e interpretar essas informações, utilizamos a proposta metodológica dos núcleos de significação (Aguiar; Ozella, 2013), (Aguiar; Soares; Machado, 2015).

Nesta pesquisa, buscou-se a necessária articulação entre o objetivo do estudo, a teoria que o embasa e o método, para que o processo se dê de maneira adequada e coerente. Ratifica-se que esse movimento é mediado por categorias fundamentais do método materialista histórico-dialético, como totalidade, contradição e historicidade, além de outras, mais específicas da psicologia sócio-histórica, como pensamento, linguagem, sentidos e significados (Aguiar; Soares; Machado, 2015). Assim, ao ouvir os sujeitos, interpretar suas falas, buscou-se o processo do não dito, do sentido, saindo assim da aparência, do imediato (Aguiar; Ozella, 2013).

Nesta perspectiva, surgiram três núcleos de significações. O objetivo de criar os núcleos é de organizar os dados, preparar a análise, apropriar-se dos conteúdos expressos pelos sujeitos, sem fragmentar o discurso, sem romper ou ignorar a articulação das falas apresentadas (Bock; Gonçalves; Furtado, 2001).

O primeiro núcleo, com os sujeitos que conviveram na escola e na comunidade entre 2010 e 2011, apresenta um contexto social que produz medo, violência e indisciplina, acompanhado da fala de um ex-aluno, que enfatizou que foi “um dos sobreviventes do Euclídia, pois estudei nesta escola desde 2007”.

O segundo núcleo de significação, composto pelas mesmas pessoas do núcleo anterior, mas que permaneceram na escola e na comunidade entre 2012 e 2014, apresenta os impactos sociais da gestão da PM, alicerçados na fala de um ex-aluno, que afirmou que “sem a Polícia Militar aqui dentro da escola, dentro do bairro, a gente não tinha chegado onde chegou, isso com certeza”.

Por seu turno, o terceiro núcleo, composto pelos sujeitos que conviveram na escola e na comunidade entre 2022 e 2024, o que compreende dez anos após a PM assumir a escola, aborda educação, cidadania e compromisso social, conforme a fala de uma ex-aluna, enfatizando que “a escola nos ajudou a ser um cidadão mais consciente e principalmente ter um lado crítico”.

Ressalta-se que tais núcleos jamais poderiam ser analisados separados uns dos outros, pois isolar um fato e conservá-lo no isolamento é privá-lo de sentido e, visando compreender o

objeto, que só pode ser visto como processo, deve-se considerá-lo no conjunto de suas relações (Bock; Gonçalves; Furtado, 2001). Neste sentido, a fim de compreender o sentido de todas as falas, procurando fugir sempre das aparências, buscando o que não foi dito pelos sujeitos, a pesquisa apresenta uma discussão inter-núcleos, em que os núcleos foram reintegrados no seu movimento, para apreendê-los de forma mais global e profunda.

1.1 Justificativa do estudo

A avaliação de desempenho refere-se à verificação dos resultados obtidos a partir de determinada ação — seja ela um projeto, programa ou política pública — e pressupõe dois critérios fundamentais: a competência, entendida como a capacidade de um indivíduo ou grupo em executá-la; e a eficiência, compreendida como a aptidão para produzir efeitos positivos, considerando a relação entre custos e benefícios (Durante; Borges, 2011).

Nesse contexto, a presente pesquisa assume relevância social significativa, ao propor a análise das significações atribuídas por uma comunidade escolar à gestão da PM em uma escola estadual localizada na periferia da Zona Oeste de Manaus. Tal investigação justifica-se à luz da missão constitucional atribuída à PM pela Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, qual seja: a preservação da ordem pública (Brasil, 1988). Especificamente na comunidade do Parque São Pedro, a atuação da corporação foi convocada como resposta a um cenário marcado por elevados índices de violência e pela histórica negligência do Estado, fatores que impactavam diretamente o ambiente escolar e o processo educacional.

A partir dessa realidade, observa-se a coexistência de duas concepções distintas de segurança pública, que se contrapõem desde a redemocratização brasileira até os dias atuais: uma centrada na lógica do enfrentamento ao crime, e outra fundamentada na noção de prestação de serviço público (Souza Neto, 2007). O autor argumenta que a primeira perspectiva institucionaliza uma abordagem bélica, segundo a qual o papel das forças policiais seria o de “combater” os criminosos, que passam a ser vistos como “inimigos internos”. Nesse modelo, a política de segurança é formulada como uma “estratégia de guerra”, na qual o criminoso se torna o principal destinatário das ações estatais (Souza Neto, 2007, p. 1-3).

Em contrapartida, a segunda concepção entende a segurança pública como um serviço essencial a ser prestado pelo Estado, tendo o cidadão como sujeito de direitos e destinatário das ações públicas. Nessa lógica, a segurança assume caráter eminentemente prestacional, devendo

o Estado agir prioritariamente na proteção da integridade dos indivíduos, e não na limitação de suas liberdades — mesmo diante daqueles que atentam contra a ordem pública (Santin, 2004).

À luz dessa segunda perspectiva, a PMAM, ao assumir a gestão da EEWFL, foi incumbida de reverter o quadro de insegurança que então predominava na instituição, fortemente impactada pela criminalidade e pelo tráfico de drogas. Entretanto, sua atuação não deveria adotar um viés repressivo, mas sim orientar-se pela lógica do serviço público, promovendo a segurança de forma integrada e colaborativa, com vistas à geração de benefícios sociais duradouros por meio da educação.

1.2 Delimitação do estudo

A delimitação deste estudo constitui-se na análise do fenômeno a partir da subjetividade de um grupo pertencente à comunidade escolar que vivenciou o contexto do campo antes e depois da implementação da gestão da PMAM. Investigar a subjetividade dos sujeitos históricos desse processo revela-se especialmente relevante diante do estranhamento provocado por essa atuação, tradicionalmente associada à repressão, no contexto educativo.

Nesse sentido, mais do que mensurar resultados quantitativos, esta pesquisa busca compreender os efeitos qualitativos e subjetivos dessa experiência, conforme vivenciados por aqueles que constituem o público-alvo da escola pública: estudantes, professores, familiares e demais membros da comunidade escolar que vivenciaram o contexto escolar antes e após a implementação da gestão da PMAM na instituição.

1.3 Problema de pesquisa

Quais as significações produzidas pela comunidade escolar sobre a gestão da PMAM na EEWFL dez anos após sua implementação? Almeja-se, assim, compreender como essa forma de gestão é compreendida pelos diversos atores escolares (ex-alunos, docentes, funcionários, pais e comunitários), considerando os impactos sociais, educacionais e de segurança pública gerados por essa atuação, sobretudo no contexto de uma escola pública situada em área periférica e historicamente marcada por violências que produzem vulnerabilidades sociais.

1.4 Objetivos

1.4.1 Objetivo geral

Investigar as significações produzidas pela comunidade escolar sobre a gestão da PMAM na EEWFL dez anos após a sua implementação.

1.4.2 Objetivos específicos

- Analisar as significações da comunidade escolar sobre as dificuldades enfrentadas antes da PM assumir a gestão da escola;
- Verificar as significações da comunidade escolar sobre as possíveis transformações ocorridas assim que a gestão da PM assumiu a escola;
- Explicitar as significações produzidas pela comunidade escolar sobre a gestão da PM na escola após dez anos de sua atuação;
- Produzir, como produto técnico-tecnológico, uma série de *podcasts* voltados à divulgação de práticas exitosas, reunindo depoimentos de ex-alunos, pais e docentes, compondo um memorial narrativo de trajetórias escolares.

1.5 Organização da dissertação

Na introdução, foram apresentados o problema, os objetivos, a delimitação da pesquisa, a sua relevância para a academia e para o cunho profissional e a justificativa.

Na segunda seção, foram apresentadas as definições de Estado, segurança pública, educação e a missão constitucional da PM, seguidas de um referencial teórico e revisão da literatura científica. Considerando que a pesquisa se refere à gestão da polícia em escolas públicas, este capítulo apresenta, também, um quadro com 12 pesquisas, que foram realizadas em seis estados brasileiros e no Distrito Federal, com observações contrárias e favoráveis a esse tipo de gestão nas escolas.

A segunda seção foi destinada à descrição do percurso metodológico, que se voltou para uma abordagem qualitativa de pesquisa. Os detalhes da delimitação, bem como os demais instrumentos de pesquisa utilizados, serão explicitados no capítulo dedicado à metodologia. Os dados colhidos passaram por uma pré-análise, exploração e tratamento.

A terceira seção apresenta a análise e discussão dos dados obtidos, com a criação de três núcleos de significações, visando esclarecer as questões propostas como os objetivos da pesquisa.

Ao final, foi exposta a análise inter-núcleos com as considerações finais, retomando as falas dos sujeitos em cada núcleo de significação e, por fim, foram inseridas as conclusões do pesquisador com relação ao tema da pesquisa.

2. REFERENCIAL TEÓRICO

A Constituição Federal de 1988 estabelece que a República Federativa do Brasil se constitui como um Estado Democrático de Direito, formado pela união indissolúvel dos estados, municípios e do Distrito Federal. Também dispõe sobre os direitos sociais, entre os quais se incluem a educação e a segurança pública (Brasil, 1988).

Nesse sentido, para a adequada compreensão dos conceitos que fundamentam esta pesquisa, faz-se necessário discutir as concepções de Estado e seus direitos sociais, bem como os princípios que orientam as políticas de segurança e educação no Brasil.

2.1 O Estado

Thomas Hobbes pensava o estado de natureza, ou seja, a condição social em que era inexistente um Estado político instituído, como uma constante ameaça à vida dos indivíduos. Embora não fossem selvagens, os homens no estado de natureza representavam iminentes ameaças uns aos outros. Para Hobbes, os homens seriam “opacos” aos olhos uns dos outros. (*apud* Souza, 2010). Somente a partir da instauração do Estado é que os homens abandonam o estado de natureza e passam a viver em sociedade.

O Estado, fundado a partir do contrato, precisa, na visão de Hobbes, gozar de absoluta soberania, ser inquestionável e ter a liberdade para arbitrar, inclusive, sobre a vida ou morte dos cidadãos. Não pode haver espaço para o questionamento do Estado por um motivo cristalino: questionar o Estado significaria questionar sua soberania (*apud* Souza, 2010, p. 29). O Estado pensado por Hobbes compromete a propriedade privada dos cidadãos, pois só ao Estado cabe a propriedade final sobre todos os bens.

Locke defendia o direito à propriedade privada como anterior ao surgimento do Estado, o que a tornaria, portanto, inviolável sob quaisquer circunstâncias. Para a burguesia da época, Locke representava o ponto alto da teoria política liberal moderna (*apud* Souza, 2010, p. 29).

Se nos contratualistas anteriores o pacto social cumpriria a função positiva da garantia de direitos naturais, em Rousseau, esse pacto representa a alienação desses direitos, ou seja, ocorre em prejuízo dos indivíduos.

Hegel considera o Estado como instância responsável por evitar a desagregação social. Sem a presença do Estado, a sociedade civil ruiria perante o efeito devastador das lutas de

classes. Tomado nessa acepção, o Estado teria a função de imprimir racionalidade à sociedade civil, fundando a sociedade política (*apud* Souza, 2010, p. 32-33).

O pensamento de Marx em torno do Estado demonstra que as contradições e os fetiches da sociedade capitalista impregnam a filosofia idealista e política, marcadas pela não ultrapassagem do nível aparente da realidade. Para Marx, era preciso alcançar o conteúdo essencial da sociedade burguesa. Sua crítica dizia respeito às operações da filosofia idealista, que insistia em tomar o Estado, a população, o dinheiro e, assim por diante, categorias descoladas da totalidade social (*apud* Souza, 2010, p. 34-35).

O Estado burguês, observa Marx, vai ter seu principal papel na regulação dessas que são as relações fundamentais da sociedade civil-política burguesa — as relações de produção. Sendo assim, o Estado é sempre uma instância em desfavor dos trabalhadores, já que pode regular, mas nunca extinguir, essa mediação fundamental: a exploração do trabalho pelo capital (*apud* Souza, 2010, p. 35-36).

Santos (2021) ensina que o Estado é uma instituição a serviço de uma classe social e de suas categorias, a burguesia capitalista, funcionando como instrumento de manutenção do poder dessa classe. No entanto, o autor ressalta que a dominação de uma classe sobre outra não se manifesta nem se realiza explicitamente como a defesa de um único interesse econômico corporativo.

Por sua vez, Macciocchi (1977) argumenta que o conceito de Estado não pode ser reduzido apenas a um aparelho de repressão e comando. Para o autor, o Estado abrange um conjunto de relações complexas, por meio das quais se exerce um trabalho de mediação e negociação entre os interesses do grupo dominante, dos grupos aliados e dos grupos subordinados, promovendo, assim, uma unidade de objetivos políticos e econômicos.

Castaño (2020) sustenta que o Estado ocupa um território definido, regido por uma constituição escrita como lei máxima, e é organizado política, social e juridicamente. O autor destaca que o Estado é composto por um conjunto de instituições públicas responsáveis por representar, organizar e atender às necessidades da população residente em seu território. Entre essas instituições, incluem-se o governo, as escolas, os hospitais públicos, as prisões, entre outras. De acordo com Macciocchi (1977), o Estado utiliza a coerção para alcançar objetivos de classes dominantes:

O Estado trabalha pela formação de uma vontade coletiva, de uma unidade intelectual e moral, e pela edificação e estruturação do corpo social completo, a fim de que os objetivos e as ideias das classes dominantes possam ser tomados como valores

universais, isto é, sociedade política + sociedade civil = hegemonia protegida pela coerção (Macciocchi, 1977, p. 152).

Nessa perspectiva, conforme os ensinamentos de Santos (2021), cabe ao Estado garantir à classe dominante e às suas categorias o exercício da hegemonia no processo de construção do consenso social, uma vez que o Estado compreende não apenas a sociedade política em sentido estrito, mas também a sociedade civil.

2.2 A Segurança Pública

Ao longo de sua história, o Brasil adotou oito constituições, sendo a mais recente promulgada em 05 de outubro de 1988, popularmente conhecida como a “Constituição Cidadã”, conforme expressão consagrada por Ulysses Guimarães (Silva, 2005, p. 90). Essa Carta Magna é organizada em nove partes, denominadas títulos, os quais se subdividem em capítulos. Entre as principais inovações trazidas por essa Constituição, destaca-se a inclusão do Capítulo III, dedicado exclusivamente à Segurança Pública, inserido no Título V.

De acordo com o artigo 144 da Constituição Federal, “a segurança pública é dever do Estado, direito e responsabilidade de todos, sendo exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio” (Brasil, 1988). Além de sua menção específica no artigo 144, a segurança também é abordada no artigo 5º, que estabelece que todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no país a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade (Brasil, 1988). Ademais, figura expressamente no rol dos direitos sociais, conforme disposto no artigo 6º da mesma Constituição “São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a moradia, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição” (Brasil, 1988, art. 6º).

Segundo os ensinamentos de Poltronieri (2016), há uma diferença que se deve atentar sobre o significado do termo segurança previsto no artigo 5º, *caput*, para o termo segurança previsto no artigo 6º, *caput*, da Constituição da República Federativa Brasileira (CRFB). De acordo com o autor, enquanto o primeiro se refere à segurança jurídica — e não à segurança pública —, o segundo é classificado como um direito social, sendo, neste caso, relacionado à segurança pública.

Todavia, não é razoável concordar integralmente com essa distinção, pois a segurança,

conforme concebida constitucionalmente, deve ser compreendida como um direito fundamental e universal, cuja efetivação deve alcançar todos os cidadãos, independentemente de sua condição social. Nessa mesma direção, Souza Neto (2007, p. 9) defende que o artigo 5º da Constituição Federal, em seu caput, “eleva a segurança à condição de direito fundamental e, como os demais, tal direito deve ser universalizado de maneira igual: não pode deixar de ser prestado à parcela mais pobre da população, ou prestado de modo seletivo”.

Pozzetti e Zambrano (2022, p. 111) ampliam essa compreensão ao afirmarem que “a segurança pública é uma das áreas da Administração Pública que se preocupa e se encarrega da missão de proporcionar segurança em todos os níveis, aos cidadãos”. Nessa perspectiva, a segurança não se limita à proteção da vida mediante o uso da força policial; ao contrário, o dever estatal ultrapassa essa dimensão, envolvendo ações estruturantes e integradas, como enfatizam Pozzetti e Zambrano (2022):

A segurança é dever do Estado para com seus cidadãos, pois é um dos deveres essenciais que o Estado deve prestar a todos, indistintamente. E a segurança se estende ou se expande para a Segurança de proteção à vida com segurança armada, mas também para estabelecer diretrizes de proteção quanto ao lazer, cultura, alimentação, meio ambiente adequado, para conservar a saúde e, conseqüentemente a vida (Pozzetti; Zambrano, 2022, p. 118).

Por sua vez, Nóbrega Júnior (2018, p. 43) observa que “a dinâmica da discussão em torno da segurança pública é multifacetada em diversos aspectos teóricos, metodológicos e culturais, com requintes ideológicos”. Nota-se que, embora a análise do autor date de 2018, cinco anos depois, as discussões sobre segurança pública tornaram-se ainda mais permeadas por polarizações ideológicas. Verifica-se a existência de dois polos extremos, nos quais o grupo político que não ocupa o poder muitas vezes torce para que as políticas de segurança pública fracassem, não por discordância técnica, mas por conveniência ideológica.

Isso ocorre porque, caso tais políticas obtenham êxito, poderiam reforçar a legitimidade do grupo que se encontra no governo. Essa lógica perversa penaliza diretamente a população, que continua exposta à violência e à insegurança. Essa realidade brutal e lamentável já havia causado perplexidade em Nóbrega Júnior (2018, p. 43), que afirma: “isso nos faz refletir sobre a importância do tema, já que o crime violento e a insegurança pública se mostram hoje como dois dos principais pontos de preocupação dos cidadãos brasileiros”. Tal comportamento político-ideológico afeta diretamente os cidadãos e contribui para o agravamento da violência — cenário que Silva Júnior (2014) classifica como “maculado”:

A União tem limitado seu poder de interferir na questão da segurança pública, pois

estão sob o dever do Estados. Contudo, analisando o cenário maculado da segurança pública no Brasil, o Ministério da Justiça lançou um diagnóstico afirmando que o aparato estatal se mostrou pouco eficaz na contenção da violência e, sobretudo, não sendo capaz de promover uma convivência pacífica, diante do agravamento da criminalidade, por isso, em 2009, foi convocada a 1ª. Conferência Nacional de Segurança Pública. Infelizmente nem a Conferência Nacional, tampouco a criação do Conselho Nacional de Segurança Pública, perceberam a real dimensão desse gargalo e o represamento das crescentes demandas sociais por segurança que ele causa em escala geométrica (Silva Júnior, 2014, p. 219).

A violência é um processo histórico, dinâmico e em constante transformação, tanto em suas formas de manifestação quanto em sua identificação. Trata-se, também, de um fenômeno social, forjado coletivamente em sua ação e em seus significados. Nesse sentido, Barroco, Silva e Tada (2021) afirmam que a violência se intensifica em contextos de desigualdade e precarização da vida, destacando que os seres humanos não são, por natureza, violentos, mas ontologicamente criativos e criadores.

Michaud (1989) define a violência como a ação de um ou mais atores, de forma direta ou indireta, massiva ou esparsa, que provoca danos físicos, morais ou materiais a indivíduos, ou ainda compromete suas participações simbólicas e culturais. De modo semelhante, Chauí (1999) entende a violência como um ato de brutalidade, seja física ou psíquica, dirigido a alguém, caracterizando relações intersubjetivas e sociais marcadas pela opressão, intimidação, medo e terror.

Por fim, é oportuno retomar os ensinamentos de Lazzarini (1989, p. 11), ao afirmar que “segurança pública é conceito mais restrito do que o de ordem pública”, sendo esta última de responsabilidade das polícias militares, conforme disposto no artigo 144, § 5º da Constituição Federal — tema que será aprofundado no próximo tópico.

2.2.1 A preservação da ordem pública

Não há como iniciar este tópico sem retomar a questão do contexto ideológico, que, por princípio, deveria estar alheio às políticas de segurança pública — e, por consequência, também ao policiamento. Nesse sentido, Cerqueira (2001, p. 74) afirma que “o policiamento deve ser entendido como uma atividade imparcial e não partidária”. O autor ainda complementa que cabe à própria corporação policial a compreensão de que “ela não presta serviço a um governo ou regime em particular, mas serve ao regime da lei, e a prestação de contas do policiamento deve ser feita à população”.

O artigo 144 da Constituição Federal de 1988 estabelece, de forma taxativa, os órgãos responsáveis pela Segurança Pública, que, enquanto função essencial do Estado, deve ser exercida por instituições específicas. São sete órgãos distribuídos em seis incisos, contudo, apenas seis deles exercem efetivamente o poder de polícia, seja na modalidade ostensiva, preventiva ou judiciária (Brasil, 1988). Nessa perspectiva, o Corpo de Bombeiros não figura entre os entes incumbidos da segurança pública em sentido estrito, conforme argumenta Lazzarini (1989, p. 11): “os Corpos de Bombeiros, em princípio, não exercem atividade de segurança pública, por ser esta uma atividade que diz respeito às infrações penais, com típicas ações preventivas ou repressivas”.

Entre os seis órgãos com atribuição direta na segurança pública, três atuam na esfera federal: Polícia Federal (PF), Polícia Rodoviária Federal e Polícia Ferroviária Federal. No âmbito estadual, operam a PM, a Polícia Civil e, mais recentemente, a Polícia Penal, esta última incorporada após a Emenda Constitucional nº 104/2019. Conforme destaca Lazzarini (1989, p. 11), “o constituinte de 1988 procurou valorizar o principal aspecto ou elemento da ordem pública, qual seja a segurança pública”.

Para os fins deste estudo, o foco recai sobre a atuação da PM, cuja competência será aprofundada a seguir, por sua relevância no contexto do policiamento ostensivo e da manutenção da ordem pública, por demanda social e governamental, no espaço escolar.

2.2.2 A Polícia Militar

Partindo dessa especificidade, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, § 5º, estabelece que “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública” (Brasil, 1988). Ou seja, a PM é a instituição constitucionalmente responsável por realizar o policiamento preventivo, visível e imediato, atuando na contenção de conflitos, na prevenção de delitos e na garantia da ordem pública.

Sobre essa função, Lazzarini (1989) esclarece que:

Estando o policial militar na atividade de policiamento ostensivo, tipicamente preventiva, e, pois, polícia administrativa, necessária e automaticamente, diante da infração penal que não pode evitar, deve proceder a repressão imediata, tomando todas as medidas no ordenamento elencadas no ordenamento processual. A repressão imediata deve ser exercida pelo policial militar, sem que haja violação do dispositivo constitucional, pois quem tem a incumbência de preservar a ordem pública, tem o dever de restaurá-la, quando de sua violação (Lazzarini, 1989, p. 13).

Percebe-se que o autor classifica a atividade da PM, inicialmente, como uma função de polícia administrativa, voltada para a prevenção e manutenção da ordem pública. Contudo, admite que, diante da violação dessa ordem, a PM pode atuar de forma repressiva. Caso não consiga restabelecer a normalidade, deve encaminhar a situação à Polícia Judiciária — representada no âmbito estadual pela Polícia Civil —, que assume a repressão de forma mediata, por meio da investigação.

Por sua vez, Filocre (2017, p. 40) define a PM como uma polícia de segurança pública, afirmando que seu objetivo é “impedir ou paralisar perigos decorrentes de atividades criminosas – atuando sobre as propriedades e as atividades pessoais”. O autor também denomina corretamente a Polícia Civil como Polícia Judiciária, conforme previsto no ordenamento jurídico.

No entanto, ao restringir o termo “polícia de segurança pública” exclusivamente à PM, Filocre (2017) incorre em imprecisão. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 144, estabelece um rol taxativo de seis órgãos responsáveis pelo exercício da segurança pública, tanto na esfera federal quanto na estadual (Brasil, 1988). Desse modo, não é possível concordar com o autor ao atribuir tal nomenclatura apenas à PM, desconsiderando as competências constitucionais dos demais órgãos.

Em relação à atuação da PM na preservação da ordem pública, como previsto constitucionalmente, Souza Neto (2007) identifica duas grandes concepções, que disputam espaço desde a redemocratização do país e durante a Assembleia Nacional Constituinte: uma centrada na ideia de combate, e outra, na noção de prestação de serviço público. A respeito da concepção centrada no combate, o autor esclarece que:

Concebe a missão institucional das polícias em termos bélicos: seu papel é ‘combater’ os criminosos, que são convertidos em ‘inimigos internos’. A política de segurança é formulada como ‘estratégia de guerra’. E, na ‘guerra’, medidas excepcionais se justificam. Instaura-se, então, uma ‘política de segurança de emergência’ e um ‘direito penal do inimigo’ (Souza Neto, 2007, p. 4, grifo do autor).

Sobre a segunda percepção, de que a ação da polícia é de serviço público, o autor argumenta que:

A segunda concepção está centrada na ideia de que a segurança é um “serviço público” a ser prestado pelo Estado. O cidadão é o destinatário desse serviço. Não há mais “inimigo” a combater, mas cidadão para servir. A polícia democrática, prestadora que é de um serviço público, respeita os direitos individuais, independentemente de classe, etnia e orientação sexual; não só se atém aos limites inerentes ao Estado democrático de direito, como entende que seu principal papel é promovê-lo (Souza Neto, 2007, p. 4, grifo do autor).

Em linhas gerais, identificam-se duas concepções distintas acerca da atuação da PM: uma voltada para a captura dos criminosos nas ruas e outra focada na proteção da sociedade contra a criminalidade. Infelizmente, concorda-se com o autor ao constatar que, na prática cotidiana, muitos policiais militares medem sua produtividade pelo número de prisões realizadas ou pela apreensão de armas e drogas durante o serviço ostensivo nas ruas. Contudo, como o próprio autor ressalta, a PM precisa e deve sair dos quartéis com um propósito único: servir e proteger o cidadão, evitando que este seja vítima de danos à sua integridade pessoal ou ao seu patrimônio.

Nesse sentido, Santin (2004, p. 81), alinhado à ideia de que a atuação policial deve servir à sociedade, esclarece que “o elemento dominante da noção é a atuação positiva do Estado, no sentido de proteger a segurança, não a limitação da liberdade dos que atentam contra a segurança”. O autor enfatiza que a segurança pública, e, portanto, a ação da PM, deve possuir um caráter essencialmente prestacional, conforme expõe a seguir:

Pode-se argumentar que a segurança pública não pode ser definida como serviço público, mas como atividade de polícia administrativa, já que serviria à restrição da liberdade individual. O exercício do poder de polícia seria “função exclusiva de estado”. Contudo, a garantia da segurança pública exhibe caráter tipicamente prestacional (Santin, 2004, p. 81).

Leal, Pereira e Munteal Filho (2010, p. 169) concordam, ao afirmarem que “a polícia trabalha articulada com a comunidade, voltada para a ideia de serviço público, para a questão de proteger as pessoas de ameaças ou agressão de criminosos”.

Esse comportamento voltado ao combate e à caça aos criminosos está relacionado à omissão estatal, que leva, de forma equivocada, o policial militar a tentar resolver problemas sociais complexos por meio de ações violentas. Nas palavras de Filocre (2017, p. 34), “como alternativa à sua inoperância nas políticas sociais e econômicas voltadas ao controle da criminalidade, o Estado se instrumentaliza com uma polícia de segurança pública destinada a lidar com o controle de perigos decorrentes da criminalidade”.

Em outras palavras, o Estado utiliza a polícia para o combate, mas sua inação diante das causas sociais e econômicas que originam os crimes, conforme destaca Filocre (2017, p. 35), “não se confunde com a atuação policial de combate, mas refere-se a uma atuação pautada em princípios jurídicos, constitucionais e administrativos que impõem limites à ação policial, de modo que a polícia controla os perigos, mas não soluciona suas causas nem lhes dá fim”.

Nessa mesma linha, pensam Leal, Pereira e Munteal Filho (2010):

Deve ficar claro que não se pode pensar em prevenção da criminalidade sem política criminal e que não se pode pensar nesta dissociada das outras políticas públicas. (Não venham dizer – lembrem alguns – que a questão do crime é só do sistema e justiça criminal, e não das políticas sociais e econômicas (Leal; Pereira; Munteal Filho, 2010, p. 122).

Nas palavras de Leal, Pereira e Munteal Filho (2010, p. 170), “não se pode fazer policiamento, prevenção da criminalidade sem a parceria da sociedade, da comunidade. Essa nova filosofia tem muito a ver com a questão da polícia numa sociedade democrática”.

Observa-se que uma polícia voltada exclusivamente para combater o criminoso acaba por negligenciar os anseios da sociedade por uma percepção efetiva de segurança. A comunidade e os cidadãos não desejam que a polícia simplesmente prenda mais infratores, mas que previna que sejam vítimas de atos criminosos — ou seja, uma polícia de prevenção ao crime, e não apenas de repressão. Nesse mesmo sentido, Leal, Pereira e Munteal Filho (2010, p. 113) afirmam que “o crime é um fenômeno comunitário e, como tal, sua prevenção deve depender dos esforços da comunidade; se é nela que o crime se cria e desenvolve, nela ele terá de ser equacionado e resolvido”.

É fundamental deixar claro que não se deve criminalizar a pobreza. Ratificando esse raciocínio, Sutherland cunhou a expressão **crime do colarinho branco**, em sua obra “White-Collar Crime”. O autor concluiu que existe um equívoco em afirmar que as classes pobres cometem a maior parte dos crimes (Ferro, 2000). A teoria de Sutherland, denominada associação diferencial, baseia-se no entendimento de que os princípios que regem o desenvolvimento do comportamento criminoso são os mesmos que influenciam o comportamento legal, configurando-se como um processo de aprendizagem (*learning process*). Assim, a conduta criminal é algo aprendido por meio da associação com pessoas envolvidas em práticas criminosas sistemáticas. Dessa forma, o crime não é exclusividade das classes sociais menos favorecidas, mas também emerge no seio das classes mais privilegiadas (Ferro, 2000).

Ratificando a tese de que a segurança pública não se constrói apenas por meio do policiamento ostensivo, com viaturas nas ruas e policiais armados, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 apresenta dados relevantes sobre os investimentos em segurança pública e os gastos com policiamento em todos os estados da Federação e no Distrito Federal. Além disso, o relatório traz números expressivos referentes às mortes violentas intencionais ocorridas em 2022 (Brasil, 2023).

Tabela 1 – Gastos com policiamento em 2021 e 2022.

ESTADO	2021	2022	VARIÇÃO	Taxa de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes. Ano 2022
ACRE	264.080.760,99	349.307.621,76	32,3	28,6
AMAPA	48.432.162,85	76.674.044,13	58,3	50,6
AMAZONAS	15.508.612,58	14.159.116,47	-8,7	38,8
PARA	243.983.070,85	317.403.641,34	30,1	36,9
RONDÔNIA	555.925.485,89	738.219.197,06	32,2	34,3
RORAIMA	57.214.890,93	59.741.539,83	4,4	30,5
TOCANTINS	53.265.704,16	70.843.129,14	33	30,5

Fonte: Elaborada pelo autor, a partir de dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023.

O mapa de calor demonstra, por meio das cores, quais estados tiveram maiores despesas e quais tiveram menores gastos com policiamento em 2022. A cor verde indica o estado com a despesa mais alta com policiamento, enquanto a vermelha representa aquele com a menor despesa no mesmo período.

Especificamente na Região Norte, Rondônia foi o estado que mais investiu em policiamento em 2022, totalizando R\$ 738.219.197,06. Contudo, na escala regional, ocupa a quarta posição entre os mais violentos e, no âmbito nacional, figura na infeliz décima colocação.

Em comparação com os gastos de 2021, o estado que mais aumentou seus investimentos em policiamento em 2022 foi o Amapá. Em 2021, o valor destinado foi de R\$ 48.432.162,85, enquanto em 2022 houve um acréscimo de 58,3%, totalizando R\$ 76.674.044,13. Todavia, conforme Brasil (2023, p. 25), o Amapá foi classificado como “o Estado mais violento do Brasil, com taxa de 50,6 por 100 mil habitantes, mais do que o dobro da média nacional, que foi 23,4”.

O Amazonas foi o estado da Região Norte que menos gastou com policiamento em 2022, apresentando uma queda abrupta de 8,7% em relação ao ano anterior. Vale destacar que foi o único estado da Região Norte a registrar redução nos gastos com essa atividade.

Infelizmente, a leitura mais adequada desses dados indica que os bilhões investidos em segurança pública e os milhões aplicados em policiamento para preservar a ordem pública não foram suficientes para controlar ou reduzir o número de mortes violentas intencionais, comprometendo a incolumidade das pessoas e, conseqüentemente, não gerando a tão almejada sensação de segurança.

Reforça-se, assim, o pensamento de Filocre (2017, p. 34), que afirma que “como alternativa à sua inoperância em políticas sociais e econômicas visando o controle da

criminalidade, o Estado se instrumentaliza com uma polícia de segurança pública destinada a lidar com o controle de perigos decorrentes da criminalidade”.

Contudo, os elevados gastos com policiamento e a tentativa de utilizar a PM como panaceia para todos os problemas sociais demonstram que essa não é a única forma de exercer a segurança pública, que vai muito além da simples repressão.

Portanto, para encerrar este tópico, é fundamental compreender que a atuação da PM não pode e não deve se concentrar apenas no patrulhamento das ruas. Existem outras formas de policiamento ostensivo que contribuem para a segurança pública, conforme destacam Zago e Reis (2019, p. 6): “a Polícia Militar age também na forma de sua atividade-fim, a Segurança Pública, na tentativa de moldar a sociedade para uma drástica diminuição do número de crimes; assim, os Colégios da Polícia Militar podem ser considerados um meio de ‘profilaxia’ da segurança pública”.

2.2.3 As facções criminosas – A insegurança que impacta a educação

As facções criminosas são grupos organizados, cujas atividades criminosas vão desde o tráfico de drogas até o controle de áreas, a prática de extorsões e homicídios. No Brasil, as facções têm se fortalecido nas últimas décadas, expandindo seu poder e influência em diversas regiões do país (Oliveira, 2023).

De acordo com Messa (2017), citado por Oliveira (2023), a formação e evolução das facções criminosas no Brasil estão diretamente relacionadas à falência do sistema prisional, que não cumpre sua função de ressocialização e acaba se tornando um ambiente propício para a organização e consolidação desses grupos.

A facção criminosa mais antiga do Brasil é o Comando Vermelho (CV), fundada na década de 1960 dentro do sistema carcerário do Rio de Janeiro (RJ), conhecida por seu primeiro nome de Falange Vermelha, onde presos comuns se misturaram com presos políticos e uniram a inteligência com a força bruta, criando o princípio de crimes organizados no Brasil, ganhando, em pouco tempo, mais adeptos e simpatizantes dentro e fora dos presídios, começando, assim, uma guerra contra o poder público (França, 2024).

Outra facção criminosa denominada Primeiro Comando da Capital (PCC) foi fundada depois de um jogo de futebol dentro da Casa de Custódia de Taubaté. Seus idealizadores eram os oito únicos presos oriundos da capital paulista na unidade, no interior do estado. Chamados

de “os da capital” (O Globo, 2024) pelos demais detentos, eles criaram o time Comando Capital para disputar um campeonato interno no inverno de 1993.

Hoje um grupo criminoso com cerca de 42 mil membros, o Primeiro Comando da Capital (PCC) fatura algo em torno de R\$ 1 bilhão por ano, principalmente com o tráfico internacional de várias drogas. Para alcançar o mercado ilegal nos cinco continentes do planeta, a facção conta com 1,6 mil representantes em 23 países do exterior (O Globo, 2024).

A Família do Norte (FDN) é apontada pela PF como a terceira maior facção do país. A facção que chamou a atenção do Brasil é resultado da união de dois grandes traficantes. Segundo a PF, após passarem uma temporada cumprindo pena em presídios federais, os dois retornaram para Manaus, em 2006, determinados a se estruturarem como uma facção criminosa, e se vangloriam por comandarem uma organização com 200 mil homens cadastrados e com senhas (Gazeta do Povo, 2017).

As facções criminosas no Brasil são influenciadas por diversos fatores socioeconômicos e estruturais, que contribuem para o seu surgimento e expansão.

Um desses fatores é a desigualdade social. A concentração de renda e a falta de oportunidades de educação e trabalho afetam diretamente as comunidades mais vulneráveis, que se tornam alvos fáceis para o recrutamento pelas facções. A ausência de políticas de inclusão social e de combate à pobreza contribui para a marginalização dessas populações, aumentando as chances de envolvimento com o crime organizado (Oliveira, 2023).

Da mesma forma pensa França (2024), em seu estudo sobre as facções e a falta de políticas públicas:

A falta de políticas públicas efetivas para o combate à pobreza também pode ser atribuída como um fator relevante para o surgimento dessas facções no Brasil também não podemos deixar de mencionar o fator mais determinante que é a falta de acesso à educação, saúde, e trabalho esses fatores são predominantemente esquecidos pelo poder público no qual prefere reprimir e oprimir e remediar (França, 2024).

A presença das facções criminosas afeta a dinâmica social da comunidade em que estão presentes, impondo regras e normas próprias, que geram um controle social baseado no medo e na violência, afetando a qualidade de vida e a liberdade dos moradores (Oliveira, 2023). O autor argumenta, ainda, que a violência é uma característica marcante nas dinâmicas das facções criminosas.

O problema maior ocorre quando as facções se aproximam das escolas públicas, ou até mesmo fazem parte da rotina da comunidade escolar. No Rio de Janeiro, cerca de 48% dos

alunos de ensino fundamental e médio das redes municipais e estaduais da cidade do Rio de Janeiro e de 19 municípios da região metropolitana estudam em locais afetados pela violência armada. São pelo menos 800.000 crianças e adolescentes, de 1.800 escolas públicas, matriculados em áreas controladas por facções criminosas (Rocha, 2025).

Na cidade de Manaus, precisamente na comunidade do Parque São Pedro, no bairro do Tarumã, onde está localizada a Escola Estadual Prof. Waldocke de Lyra, a facção FDN já dominou aquela região, mas, atualmente, o CV e o PCC cometem atos de violência e vários homicídios em busca do poder local, causando medo nos moradores que ali residem. Além disso, o tráfico de drogas é a ação mais contundente de tais facções, que tentam, a todo custo, alcançar clientes mais novos e, neste triste contexto, as escolas públicas estão inseridas.

2.3 A educação

A educação é reconhecida como um direito humano fundamental, essencial para o desenvolvimento integral do indivíduo e para a promoção da justiça social. No Brasil, esse direito está consagrado na Constituição Federal de 1988, que, em seu artigo 205, estabelece que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988).

O direito à educação pública pressupõe não apenas o acesso universal e gratuito, mas também a garantia de qualidade, equidade e inclusão, assegurando que todos os cidadãos disponham das condições necessárias para aprender e desenvolver-se plenamente. Para tanto, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº 9.394/1996) define princípios fundamentais que orientam a educação escolar pública no Brasil, destacando, entre eles, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a pluralidade de ideias e concepções pedagógicas, bem como o respeito à liberdade e apreço à tolerância.

Entretanto, as desigualdades sociais historicamente presentes no país impactam diretamente o ambiente escolar, manifestando-se em múltiplas dimensões, dentre as quais, a violência se destaca como uma das expressões mais visíveis e complexas. Saviani (2008) aponta que a escola reflete as contradições sociais, configurando-se como um espaço onde as desigualdades socioeconômicas se reproduzem e se tensionam cotidianamente. Sampaio e Carvalho (2023) enfatizam que a violência na escola transcende as agressões físicas,

abrangendo também as formas simbólicas de opressão que limitam o pleno exercício da cidadania e do direito à educação.

A desigualdade socioeconômica, expressa pela precarização das condições de vida das famílias e associada à exclusão social, intensifica os conflitos no ambiente escolar, ampliando a vulnerabilidade dos estudantes e interferindo negativamente em sua aprendizagem e desenvolvimento. Nesse sentido, a violência escolar não constitui um fenômeno isolado, estando intrinsecamente relacionada ao contexto comunitário e social no qual a escola está inserida (Sampaio; Carvalho, 2023).

Diante desse cenário, a escola assume uma posição ambígua no debate contemporâneo sobre violência: ora como vítima, ora como agente, sendo compreendida como uma instituição que também pode reproduzir práticas violentas (Schilling, 2014).

Conforme o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) (*apud* Santos, 2019a), a violência no ambiente escolar pode ser classificada em três categorias: (1) violência à escola, caracterizada por ações contra o espaço físico ou seus membros, como pichações, depredações e agressões a professores e funcionários; (2) violência na escola, proveniente de fatores externos (família e comunidade) que interferem na dinâmica escolar; e (3) violência da escola, manifestada internamente por seus agentes institucionais, incluindo *bullying*, violência sexual ou de gênero, física e psicológica, além do *cyberbullying* e do assédio digital.

Para os objetivos desta pesquisa, o foco recai sobre a violência na escola, especialmente aquela proveniente da comunidade. Essa modalidade de violência configura um grave problema social, frequentemente manifestado por comportamentos agressivos que abrangem conflitos interpessoais, danos ao patrimônio e atos criminosos, os quais impactam negativamente o rendimento escolar dos alunos e comprometem o ambiente educacional como um todo (Becker; Kassouf, 2016). Em sua pesquisa sobre violação do direito à segurança no âmbito escolar, Coimbra (2016) afirma que a violência chegou às escolas:

Lá de que deveria ser lugar de aprendizado, de afeto de acolhimento, hoje é berço da criminalidade. Infelizmente, é lá que muitas crianças vivem os dois lados deste mal: de um lado, bandidos envolvidos nas proximidades das escolas públicas, nos bairros que não recebem a contento assistência básica estatal, oferecendo drogas e cometendo pequenos furtos; do outro lado, dentro das escolas a reprodução do que se vê lá fora, crianças e adolescentes sendo incitados por outros a cometerem progressivos delitos (Coimbra, 2016, p. 21).

É fundamental destacar que a violência dirigida contra as escolas, ao violar direitos humanos fundamentais, reforça a necessidade premente de uma abordagem histórica do

problema, cuja base deve ser o reconhecimento do direito à vida, pois, sem ele, os demais direitos perdem sentido (Louzada, 2024).

A educação, universalmente reconhecida como um direito humano fundamental, é imprescindível ao desenvolvimento individual, à construção coletiva e ao progresso social. Contudo, esse direito tem sido sistematicamente ameaçado por episódios de violência extrema nas instituições de ensino, como invasões, presença de facções criminosas, com vendas de drogas, ameaças com armas de fogo, armas brancas etc. Tais ataques não apenas violam os direitos das vítimas diretas, mas também abalam a confiança pública na segurança e no propósito da escola como espaço de formação e proteção (Louzada, 2024).

Assim, a educação escolar pública no Brasil configura-se como instrumento indispensável para a construção de uma sociedade mais democrática, justa e igualitária, em consonância com os preceitos constitucionais e os compromissos internacionais assumidos pelo país, como a Declaração Universal dos Direitos Humanos e a Convenção sobre os Direitos da Criança.

2.4. Gestão da PM em escolas públicas – Observações contrárias e favoráveis

Com o intuito de apresentar observações contundentes acerca da gestão da PM em escolas públicas, o quadro a seguir compila 12 pesquisas realizadas em seis estados brasileiros, além do Distrito Federal.

Quadro 1 – Quadro de revisão teórica

UF	Título	Autor(es)	Monografia/Dissertação/ Artigo Científico/Ano
RIO GRANDE DO NORTE	ENTRE LOUSA, FARDA, GIZ E COTURNO: a militarização do espaço escolar brasileiro - um debate público no Rio Grande do Norte	Thiago do Nascimento Torres de Paula – Pós-doutor em Educação UFRN. Oberleide Soares de Carvalho – Doutor em Tecnologia Fernando Antônio S. dos Santos – Graduado em Ciências Sociais UFRN.	Artigo científico publicado na VIGILANTIS SEMPER – Revista Científica de Segurança Pública (RCSP) Natal: PMRN, volume 2, número 2, p 06 – 22 fev./jun. 2022. e-ISSN: 276-43069.
RIO DE JANEIRO	POLÍCIA MILITAR COMO SOLUÇÃO PARA VIOLÊNCIA ESCOLAR: uma análise da reação docente	Rodrigo de Azevedo Cruz Lamosa – Doutor em Educação UFRJ. Paula Cristina Pereira Guimarães – Graduada em Pedagogia UFRJ.	Artigo científico publicado na RPGE – Revista on line de Política e Gestão Educacional, v.20, n.03, p. 62642, 2016 ISSN: 1519-9029 DOI: http://dx.doi.org/10.22633/rpge.v20.n3.9683 .

GOIÁS	A posição de docentes da educação básica acerca da militarização de escolas públicas em Goiás	Erlando da Silva Rêses. Weslei Garcia e Paulo.	Artigo publicado na Revista Brasileira de Política e Administração da Educação. RBPAE - v. 35, n. 3, p. 700 - 724, set./dez. 2019.
	A importância da disciplina existente no Colégio Militar em Goiás como fator de redução da violação dos direitos humanos	Denise Brasil Menezes – Especialista em Educação. Orientadora: Dra. Izabel Cristina Bruno Bacellar Zaneti.	Monografia. Curso de Especialização em Educação em e para os Direitos Humanos, no contexto da Diversidade Cultural. Universidade de Brasília Instituto de Psicologia Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação Lato Sensu. Brasília, 2015.
	Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás, mecanismo de profilaxia da segurança pública	Rafael Silva Borges Zago – Especialista em Segurança Pública. Rosimar Pereira Reis – Orientador. Especialista, professor do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás.	Artigo apresentado ao Curso de Pós-Graduação em Polícia e Segurança Pública do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás – CAPM. Goiás, 2019.
	Gestão e implantação do Colégio Estadual da Polícia Militar do estado de Goiás Major Oscar Alvelos	Caio Leopoldo Posse Jubé – Graduado em Segurança Pública. Clives Pereira Sanches – Orientador. Especialista e professor do Programa de Pós-Graduação e Extensão do Comando da Academia da Polícia Militar de Goiás.	Artigo apresentado ao Curso de Formação de Oficiais – CFO, Turma 44, do Comando da Academia de Polícia Militar do Estado de Goiás. Goiás, 2018.
	“Gestão militar” da escola pública em goiás: um estudo de caso da implementação de um Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás em Aparecida de Goiânia	Neusa Sousa Rêgo Ferreira – Mestra em Educação. Profa. Dra. Míriam Fábria Alves – Orientadora.	Dissertação apresentada à Banca Examinadora do Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Goiás, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Educação. Goiás, 2018.
	Os Sentidos e Significados do Batalhão da Polícia Militar Escolar para Comunidades Escolares do Bairro Jardim Novo Mundo da cidade de Goiânia - Goiás.	Geanne Cardoso da Silva. Orientador: Prof. Dr. Divino de Jesus da Silva Rodrigues.	Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Pontifícia Universidade Católica de Goiás como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Educação. Goiânia, 2020.
DISTRITO FEDERAL	MILITARIZAÇÃO DAS ESCOLAS PÚBLICAS: Análise do Desempenho Escolar, Disciplina, Segurança e Aspectos Legais	Gabriela Tunes da Silva.	Artigo publicado na Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar. Câmara Legislativa do Distrito Federal. Distrito Federal, 2019.

PARANÁ	Análise da Polícia Comunitária aplicada ao 2º colégio da Polícia Militar do Paraná: reflexos positivos para a comunidade escolar na prevenção de crimes	Ademar Vieira Neto – Capitão da Polícia Militar do Paraná, Pós-graduado em Direito Militar pela Faculdade Unina. Rodrigo Moukaddem da Cruz – Capitão da Polícia Militar do Paraná, Pós-graduado em Segurança Pública pela Faculdade Unina.	Artigo científico publicado no <i>Brazilian Journal of Development</i> , Curitiba, v.9, n.5, p. 15881-15897, may., 2023.
RORAIMA	Contribuição da militarização da Escola Pública Estadual Professor Jaceguai Reis Cunha, Boa Vista-RR, para melhorias no ensino e estrutura do ambiente escolar	Jordânia Zerrar da Silva – Graduada em Ciências Biológicas. Udine Garcia Benedetti – Professor da UFRR. Luana de Jesus Sousa – Graduada em Ciências Biológicas.	Artigo científico publicado no 8º FORINT. Fórum de Integração: ensino, pesquisa, extensão e iniciação científica. Universidade Federal de Roraima, 2019.
AMAPÁ	A MILITARIZAÇÃO DE ESCOLAS PÚBLICAS NO ESTADO DO AMAPÁ: estudo de caso sobre a Escola Estadual Antônio Messias Gonçalves da Silva	Deivid dos Santos Rodrigues. Orientador: Esp. Carlos Alberto Viana Marques.	Trabalho de conclusão de curso apresentado ao Colegiado do Curso de História, para a obtenção do título de Licenciado em História pela Universidade Federal do Amapá. Macapá, 2020.

Fonte: Elaborado pelo autor, 2025.

Após a análise das pesquisas apresentadas, são destacados os resultados organizados em duas categorias principais: observações contrárias e observações favoráveis à gestão da PM nas escolas.

2.4.1 Observações contrárias

Alguns profissionais da educação defendem que a presença da PM nas escolas públicas é inadequada, argumentando que os policiais não possuem preparo ou treinamento pedagógico para atuar nesse contexto. Não cabe à PM a direção de escolas públicas, entendimento compartilhado pelos pesquisadores Rêges e Paulo (2019), que analisaram o processo de militarização de determinadas escolas em Goiás.

Segundo esses autores, a ausência de formação profissional específica impede que os policiais desempenhem adequadamente o papel pedagógico de um professor, o que impacta negativamente a esfera educacional, ao submeter a gestão escolar a uma instituição marcada por assimetrias de poder baseadas na violência. Ademais, Rêses e Paulo (2019) afirmam que a militarização das escolas públicas busca uma “cura social” e promove uma inversão de valores:

Parece-nos que a militarização de escolas estaduais visa tão somente à promoção de uma “cura” social, banindo a criminalidade. Existe, nesse contexto, uma total inversão de valores, segundo a perspectiva deste trabalho, em que a vítima - o estudante excluído e marginalizado - passa a ser tratado como potencial criador do caos e da desordem, precisando de intervenção repressora para tornar-se “socialmente aceitável”. O governo goiano e os partidos de sua base aliada decidiram pela militarização como medida repressora de manutenção da ordem, a partir de uma política pública, desconhecendo os estudos educacionais, que pontuam outras políticas públicas, como educação integral e politécnica, além do fomento à cultura e aos esportes como alternativas ao combate à criminalidade (Rêses; Paulo, 2019, p. 21).

Por sua vez, Paula, Carvalho e Santos (2022), em sua pesquisa intitulada “Entre lousa, farda, giz e coturno: a militarização do espaço escolar brasileiro — um debate público no Rio Grande do Norte”, argumentam que a inserção de militares na gestão de escolas públicas estaduais em diversos estados do Brasil configura uma tentativa de controle dos corpos de jovens e adolescentes. Essa imposição, fundamentada em disciplina, hierarquia e comando, visa formar indivíduos dóceis e pouco questionadores da realidade social.

Além disso, a militarização das escolas públicas constitui uma violação aos direitos humanos, uma vez que representa um processo antidemocrático, que restringe o direito à livre expressão, reprime sentimentos de afetividade e neutraliza a diversidade humana (Paula; Carvalho; Santos, 2022).

No mesmo sentido, Ferreira (2018), ao analisar a militarização das escolas públicas em Goiás, inicia sua crítica de forma irônica, ao intitular seu artigo “Gestão Militar” entre aspas. A autora sustenta que essa prática não é recomendável, uma vez que o poder executivo desloca policiais militares das ruas, de sua missão constitucional primordial no policiamento ostensivo, para assumirem a gestão de escolas consideradas problemáticas e violentas.

Ferreira (2018, p. 160) questiona retoricamente: “preparar para a cidadania ou para a obediência?”. Ademais, critica a cultura autoritária promovida pelos colégios militares, que, segundo ela, desqualifica as camadas populares, privilegia a elite e contribui para o avanço do conservadorismo nas políticas públicas, objetivando o controle ideológico, político e social das classes populares.

Ainda em Goiás, Silva (2020) investigou os sentidos e significados atribuídos ao Batalhão da Polícia Militar Escolar pelas comunidades escolares do bairro Jardim Novo Mundo, em Goiânia. A pesquisa revelou relatos de abuso policial, tanto dentro quanto fora da escola, e evidenciou a ausência de consenso entre os estudantes quanto à necessidade da presença da PM no ambiente escolar.

Para alguns, essa presença promove sensação de segurança; para outros, gera intimidação. Auxiliares administrativos também relataram que a presença policial causa tensão, desconforto e estranhamento (Silva, 2020).

Silva (2020) enfatiza que a escola deve assumir e resolver seus conflitos por meio de uma postura séria, mas respeitosa, pautada no diálogo, respeito, serenidade, harmonia e afetividade, considerados essenciais para a construção de um ambiente pacífico que previna a violência.

Sobre a delegação da responsabilidade escolar para a PM, Abramovay (2005), citado por Silva (2020), esclarece que:

A escola acaba perdendo o respeito e reconhecimento dos integrantes da comunidade quando se omite do enfrentamento das situações conflituosas e transfere para o Batalhão Policial Militar Escolar essa resolução. Isso causa até mesmo confusão sobre quem é a autoridade escolar e, dessa maneira, a escola passa a ser vista como violenta (Abramovay, 2005 *apud* Silva, 2020, p. 150).

O Distrito Federal, em 2019, foi marcado, no campo da educação, pela polêmica envolvendo a militarização das escolas públicas. Para Silva (2019, p. 21), “é necessário ter cautela ao realizar a militarização das escolas públicas, sob argumento de que trarão benefícios à escola, aos estudantes e às comunidades”. Por fim, a autora esclarece que o desempenho de sucesso nos colégios militares está ligado a outros fatores, que não são levados em consideração quando esses dados são levados ao público. Pontuou também que a sensação de segurança na escola melhora pelo simples fato da presença de policiais fardados, demonstrando o poder da polícia, uma força policial, mas que, na ótica da pesquisadora, esse mesmo objetivo poderia ser alcançado sem a militarização do ensino (Silva; Benedetti; Souza, 2019).

Neste mesmo pensamento, Nóvoa (2007) *apud* Silva (2020, p. 150) esclarece que a escola deve priorizar suas ações, preocupando-se, em primeiro lugar, com a aprendizagem dos alunos, e atender às demandas que ela foi assumindo com o passar do tempo, devendo buscar parcerias com outras instituições, sem perder o foco no aluno.

É imperioso compreender que, com o advento da Constituição de 1988, vieram também conceitos de instituições policiais militares com foco mais voltado ao cidadão, que atuam respeitando os direitos humanos, em defesa da sociedade e não para combater um inimigo, não para combater criminosos, como aconteceu durante a década de 1960, com excessos da ditadura militar. Mas, apesar de tudo isso, Vieira Neto e Cruz (2023) perceberam que algumas pessoas ainda sustentam críticas à PM:

Nos dias de hoje, ainda existe um certo preconceito em relação às escolas militares, devido as suas ações do passado, na época da ditadura, quando existia uma opressão realizada pelos militares conforme imposto pelo Estado. Em sentido contrário, os princípios da filosofia de Polícia Comunitária buscam trabalhar em parceria com a comunidade seguindo os preceitos da Constituição de 1988, por meio de interação, diálogo e respeitando o cidadão, quebrando qualquer imagem negativa da instituição militar, motivado pela atuação próxima de seus policiais com a comunidade escolar. Agindo com este foco, a Polícia Militar tem sido de fundamental importância para a segurança nas escolas do Paraná e em seus Colégios propriamente ditos, por sua atuação de forma ostensiva e preventiva, baseando-se no policiamento comunitário com foco nos adolescentes, jovens e adultos, priorizando a prevenção, o respeito ao próximo e o afastamento das drogas e da violência que podem afetar a sociedade (Vieira Neto; Cruz, 2023, p. 2).

No artigo 205 da Constituição Federal de 1988, conforme o entendimento de Vieira Neto e Cruz (2023, p. 6), “a escola tem a função de promover a formação ética e intelectual das novas gerações e, além de transmitir o conhecimento, deve possibilitar aos cidadãos a capacidade de contribuir com a comunidade e de respeitar os direitos das demais pessoas”. O próprio texto constitucional reforça este princípio ao estabelecer que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (Brasil, 1988, art. 205).

É evidente que é dever do Estado assegurar uma educação de excelência. Nesse sentido, além da Secretaria de Educação, conforme Vieira Neto e Cruz (2023, p. 7), “a Constituição estabelece o direito à educação como direito fundamental e, assim, a Polícia Militar, para contribuir com a consecução desse objetivo, precisa se especializar continuamente para atender adequadamente toda a comunidade escolar”.

Por fim, Vieira Neto e Cruz (2023) asseveram que:

O ambiente escolar saudável e seguro é o alicerce para se elevar os padrões de qualidade dos serviços prestados pelo estabelecimento de ensino em comento. Tal configuração só será atingida, em sua plenitude, se todos os componentes da comunidade escolar atuarem de forma conjunta, integrada e em prol dos mesmos objetivos estratégicos (Vieira Neto; Cruz, 2023, p. 14).

2.4.2 Observações favoráveis

Pais, alunos e a comunidade em geral aprovam a presença de policiais militares nas escolas, uma vez que proporciona uma liberdade substantiva. Conforme os ensinamentos de Sen (2000, p. 27), “o êxito de uma sociedade deve ser avaliado pelas liberdades individuais, primordialmente segundo as liberdades substantivas que os membros da sociedade desfrutam,

isto é, ter mais liberdade para fazer as coisas que são valorizadas”. Nesse sentido, uma das liberdades substantivas fundamentais que todo cidadão deve possuir, além do direito a uma educação de qualidade, é a sensação tangível de segurança.

Em relação à redução da violência nas escolas públicas militarizadas, Silva (2019) argumenta que:

Muitas escolas públicas estão localizadas em áreas periféricas, onde os índices de violência urbana são elevados, e são frequentes episódios de crimes que acontecem em suas proximidades ou mesmo em seu interior. Professores e alunos convivem com o medo real de serem atingidos por essa violência. Nesses locais, a atuação das forças de segurança pública mostra-se ineficiente e totalmente incapaz de conter a violência e a criminalidade, muitas vezes inclusive pela sua ausência. Evidente é, portanto, que a presença massiva de policiais militares dentro da escola, - o que acontece no processo de militarização -, irá coibir a criminalidade e aumentar a sensação de segurança (Silva, 2019, p. 9).

Nessa perspectiva, Mascarenha (2015, p. 8) destaca que os colégios militares funcionam como “medidas preventivas de segurança pública, por considerar que a preservação da ordem pública como caminho para a paz social, perpassa, obrigatoriamente, pela educação”. Contudo, é importante frisar que fatores fora da escola, como a violência, contribuem para a desigualdade social.

Neste contexto, volta-se ao pensamento de Saviani (2008), quando assevera de forma clara que a escola reflete as contradições sociais, configurando-se como um espaço onde as desigualdades socioeconômicas se reproduzem e se tensionam cotidianamente. Com base nessa concepção, Paula, Carvalho e Santos (2022) argumentam que:

Os defensores deste fenômeno sócio educativo, políticos, militares, políticos-militares e outros representantes da sociedade civil, justificam a intervenção na gestão escolar e em seu cotidiano com os seguintes argumentos: violência reinante no interior e no entorno da escola; presença de narcotraficantes que operam dentro e fora do espaço escolar; falta de infraestrutura nas unidades de ensino (Paula; Carvalho; Santos, 2022, p. 11).

Em Roraima, Silva, Benedetti e Souza (2019) investigaram a contribuição da militarização da Escola Pública Estadual Professor Jaceguai Reis Cunha para melhorias no ensino e na estrutura do ambiente escolar. Antes da militarização, a escola enfrentava graves problemas relacionados à criminalidade e à violência.

Os autores observaram que a direção da escola sofria ameaças ao tentar coibir o uso e a venda de drogas nas dependências escolares, e que os funcionários trabalhavam com receio de serem vítimas de algum tipo de violência (Silva; Benedetti; Souza, 2019).

Com a gestão da PM, os estudantes passaram a ter uma rotina pedagógica mais eficiente, caracterizada por maior permanência e melhor aprendizagem. Além disso, a atuação da PM contribuiu para transformar a escola em um ambiente mais convidativo aos estudos, promovendo uma sensação ampliada de segurança e um clima de respeito entre estudantes e funcionários, algo que anteriormente era praticamente inexistente.

Antes da militarização, a escola enfrentava problemas com a criminalidade e a violência. Foi relatado que a direção da escola sofria ameaças por tentar coibir o uso e a venda de drogas nas dependências da escola e os funcionários trabalhavam com receio de serem vítimas de algum tipo de violência. A escola teve uma parte de sua estrutura incendiada, sendo o incêndio iniciado na sala de informática. A Ação seria uma retaliação criminosa, em resposta a tentativa da direção da escola de acabar com o uso e venda de drogas dentro da escola (Silva; Benedetti; Souza, 2019).

Em Goiás, no que se refere à violência nas escolas públicas, Lamosa e Guimarães (2016) demonstram que a polícia atua nesses espaços por meio de políticas educacionais:

Nesse sentido percebe-se que com o agravamento da violência escolar políticas públicas de segurança vêm se adentrando nas políticas educacionais através de programas que vão desde a inserção do policial militar no cotidiano escolar como no caso do estado do Rio de Janeiro e São Paulo com o Programa Segurança na Escola até mesmo a entrega da gestão escolar para batalhões escolares num processo de militarização das escolas que tinham altos índices de violências registrados com o aval do Estado como no caso de algumas escolas no Estado de Goiás (Lamosa; Guimarães, 2016, p. 633).

No mesmo estado, constatou-se que o CPM de Valparaíso é considerado um ambiente seguro, fator atribuído à presença da PM, tanto no interior quanto nas proximidades da escola durante o período letivo (Meneses, 2015). Segundo o relato de uma professora, há quatro anos, a instituição enfrentava um cenário crítico, marcado por diversos tipos de violência, consumo de bebidas alcoólicas e entorpecentes, além de ameaças e agressões direcionadas aos docentes.

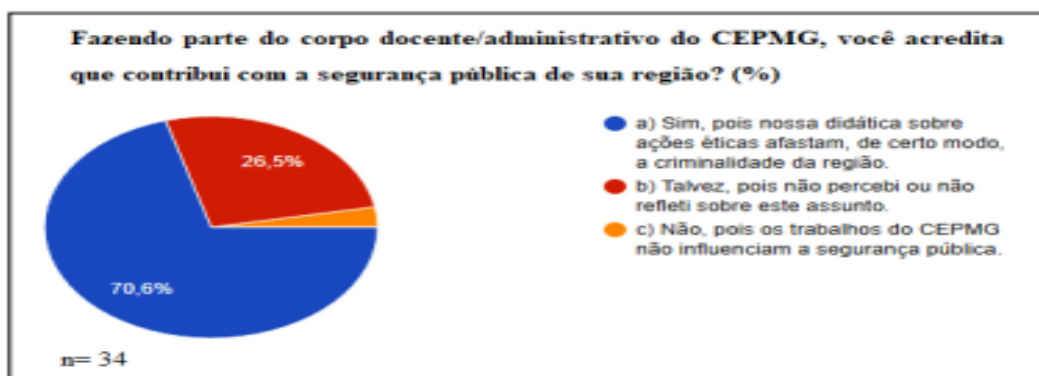
A autora ressalta, contudo, que a promoção de uma cultura de paz não decorre exclusivamente da presença de policiais militares, mas está associada à filosofia de trabalho adotada na unidade escolar. Destacam-se, nesse contexto, a valorização da hierarquia, da disciplina militar e da articulação entre servidores civis e militares, elementos que favorecem um ambiente propício ao processo de ensino-aprendizagem. Para Meneses (2015), a internalização desses valores pode contribuir significativamente para a promoção da segurança pública:

No Colégio Militar Fernando Pessoa oferecemos uma educação em que o respeito aos mais velhos, a consideração ao próximo, a negação dos vícios, a exaltação das qualidades e dos vultos nacionais, o respeito aos símbolos nacionais, a prática da hierarquia e da disciplina, e a transmissão desses valores são fatores que certamente contribuirão para a segurança pública no futuro, pois se educamos reduzimos a probabilidade de condutas erradas no futuro (Meneses, 2015, p. 19).

Em sua pesquisa sobre o Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás como mecanismo de profilaxia da segurança pública, Zago e Reis (2019) constataram, após análise dos dados, que a implementação do modelo militar na Escola Estadual Hugo de Carvalho Ramos refletiu positivamente nos índices de eficiência relacionados à prevenção de crimes e contravenções.

Segundo os autores, o colégio militar “parece cumprir seu papel de formação intelectual, moral, ética e pessoal de seus discentes, construindo cidadãos mais participativos, reflexivos e autônomos, conhecedores de seus direitos e deveres sociais, pessoas responsáveis, que disseminam a profilaxia da segurança pública em sua sociedade” (Zago; Reis, 2019, p. 17).

Gráfico 1 – Você acredita que contribui com a segurança pública?



Fonte: Zago e Reis (2019, p. 11).

Ao analisar os dados apresentados em gráfico, Zago e Reis (2019, p. 11) constataram que “70,6% dos docentes/administrativos pesquisados acreditam contribuir com a segurança pública de sua região, fazendo parte do corpo docente/administrativo do Colégio Militar, pois a didática trabalhada na escola, sobre ações éticas, afasta de certo modo a criminalidade da região”.

Na mesma perspectiva, Jubé e Sanches (2019), em sua pesquisa sobre a gestão da PMGO na Escola Estadual Major Oscar Alvelos, concluíram que a estratégia adotada trouxe resultados positivos para a comunidade escolar, promovendo a integração entre os diversos setores envolvidos no contexto educacional. As autoras afirmam que “as mudanças nas instalações físicas da escola elevaram a qualidade de vida da comunidade escolar,

proporcionando um complexo de ambientes, estendendo as alternativas e ferramentas educacionais, refletindo não somente no desempenho estudantil, mas também no desenvolvimento do ser humano” (Jubé; Sanches, 2019, p. 12).

Finalizando as análises realizadas no estado de Goiás, Silva (2020) apresentou os sentidos e significados atribuídos ao Batalhão de Polícia Militar Escolar por gestores, professores, coordenadores pedagógicos, auxiliares administrativos e alunos das escolas do bairro Jardim Novo Mundo, na cidade de Goiânia. De acordo com os relatos dos estudantes, “as atribuições do Batalhão de Polícia Militar Escolar para os estudantes envolvem garantir a segurança na escola e em seus arredores, combater as violências, o tráfico e as criminalidades” (Silva, 2020, p. 147).

Quanto às percepções dos demais integrantes da comunidade escolar, como funcionários, professores e gestores, Silva (2020) observou que:

Já para os auxiliares administrativos as atribuições incluem ser um garantidor da segurança contra a violência e de combate à criminalidade (tráfico de drogas), aos atos infracionais, às brigas e indisciplina e resolver os conflitos internos da unidade. Para os professores, as atribuições do Batalhão de Polícia Militar Escolar estão voltadas para dar segurança e proteção, manter a ordem, auxiliar nos conflitos que acontecem dentro das escolas e nos arredores, além de prevenir o tráfico de drogas ilícitas. Outros professores coadunam com o pensamento de que o Batalhão Policial Militar Escolar deve agir dentro da escola, impondo limites aos estudantes, enfim, mantendo o controle de situações com que a escola não consegue lidar. Para as coordenadoras pedagógicas, as atribuições são garantir a segurança dentro e fora da escola, inibindo as ações de violência e tráfico de drogas. Para os gestores, as atribuições do Batalhão são prevenir a violência e o tráfico de drogas (Silva, 2020, p. 147).

Dessa forma, Silva (2020) constatou que, para a comunidade escolar, as atribuições do Batalhão de Polícia Militar Escolar envolvem proteção, segurança e apoio. Justifica-se essa percepção pelo fato de que a violência está presente tanto fora quanto dentro dos muros da escola. No entanto, a autora ressalta que não houve unanimidade quanto à aceitação da atuação do Batalhão no interior das unidades escolares.

Ainda segundo Silva (2020, p. 148), “a maioria dos entrevistados elegeu a polícia como um meio de resolver os problemas de transgressões às regras dentro da escola, aceitando a sua atuação para impor respeito e resolver e mediar conflitos”.

No estado do Paraná, ao analisarem a aplicação da Polícia Comunitária no 2º CMPM, os capitães da PM Vieira Neto e Cruz (2023) observaram que

o método de policiamento comunitário é uma ótima estratégia de melhoria na prestação de serviços públicos de segurança, de garantia do direito fundamental à educação e de uma aproximação mais efetiva com a sociedade para melhor atendê-la

em seus anseios, principalmente no atendimento à comunidade escolar”. Os autores destacam, ainda, que a presença da PM nas instituições de ensino contribui para a prevenção de crimes e atos de violência, promovendo um ambiente mais seguro, acolhedor e saudável para os estudantes (Vieira Neto; Cruz, 2023, p. 14).

Já no estado do Rio de Janeiro, Lamosa e Guimarães (2016, p. 624) desenvolveram uma pesquisa sobre “os resultados da investigação sobre a inserção da polícia militar nas instituições públicas de ensino da Educação Básica, no contexto de emergência de novos modelos de gestão do trabalho escolar e políticas de combate à violência nas escolas”.

O estudo foi realizado em uma escola pública do Rio de Janeiro, na qual a atuação dos policiais militares ocorria por meio do Programa Estadual de Integração na Segurança (PROEIS):

Instrumento de coleta de dados entrevistas semi-estruturadas com os docentes do Colégio Estadual Antônio Houass, localizado na Metropolitana II, no bairro do Méier, na cidade do Rio de Janeiro. A escolha da escola se deu pelo quantitativo de alunos que fica em torno de 1.351 (mil trezentos e cinquenta e um) alunos distribuídos nos 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio, caracterizando o universo dos discentes em um público jovem em situação de vulnerabilidade social e também por possuir em seu quadro de funcionários mais 100 (cem) professores (Lamosa; Guimarães, 2016, p. 633).

Segundo Lamosa e Guimarães (2016, p. 634), a finalidade do PROEIS era “manter, restaurar e promover medidas de ordem pública nos espaços urbanos, como meio de reduzir índices de criminalidade”.

De acordo com os autores, parte dos docentes considera que a presença do policial militar na escola contribui para a promoção da paz, especialmente diante da problemática da violência. Apesar de certo desconforto em relação à presença policial no ambiente escolar, esses profissionais reconhecem que ela proporciona uma sensação de segurança e atua na inibição de práticas de vandalismo e outros atos violentos (Lamosa; Guimarães, 2016).

Os autores também ressaltam que a PM exerce sua função de segurança pública com mais eficácia quando conta com a confiança da sociedade — e ainda mais quando conquista o respeito de crianças e adolescentes. Para os autores, é fundamental que os professores reconheçam o policial militar como um agente de transformação social.

No estado do Amapá, Rodrigues (2021) apresentou um estudo de caso sobre a Escola Estadual Antônio Messias Gonçalves da Silva, que passou à gestão da PM em 2017. O autor observou impactos positivos tanto na instituição quanto na comunidade em que está inserida.

Conforme Rodrigues (2021, p. 50), “alguns pais de alunos não aceitaram no princípio, mas com o tempo reconheceram os benefícios na vida dos filhos e que a garantia da segurança tem sido o fator que os pais decidem para matricular seus filhos na escola militar”.

3. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

3.1 Método

Nos ensinamentos de Richardson (1999, p. 22), “método é o caminho ou a maneira para chegar a determinado fim ou objetivo, distinguindo-se do conceito de metodologia, que deriva do grego *methodos* (caminho para chegar a um objetivo) + *logos* (conhecimento)”. Assim, metodologia refere-se a um conjunto de regras básicas para desenvolver uma investigação, com o objetivo de produzir novos conhecimentos ou corrigir e integrar conhecimentos existentes (Gil, 2021). Trata-se, portanto, dos procedimentos e regras utilizados por determinado método (Richardson, 1999).

A teoria de base que fundamenta este estudo é essencial para a compreensão do seu percurso metodológico. Antes de descrever os procedimentos da pesquisa, faz-se necessário apresentar o referencial teórico que a sustenta. Considerando que o objetivo desta investigação é analisar as significações produzidas pela comunidade escolar sobre a gestão da PMAM na EEWFL, optou-se por um referencial teórico-metodológico fundamentado na psicologia sócio-histórica, cuja base epistemológica está ancorada no método materialista histórico-dialético.

É fundamental compreender a conexão entre a psicologia tradicional e essa abordagem crítica. Nesse sentido, Bock, Gonçalves e Furtado (2001, p. 24) afirmam que “o fenômeno psicológico, como qualquer fenômeno, não tem força motriz própria. É na relação com o mundo material e social que se desenvolvem as possibilidades humanas”. A autora critica a psicologia tradicional por negligenciar as condições econômicas, sociais e culturais em que os sujeitos estão inseridos, contribuindo, muitas vezes, para ocultar essas realidades (Bock; Gonçalves; Furtado, 2001).

Com o intuito de superar esse reducionismo, Bock, Gonçalves e Furtado (2001) propõem a redefinição do fenômeno psicológico, destacando que o mundo social e o mundo subjetivo devem ser analisados conjuntamente. Assim, a psicologia sócio-histórica compreende o desenvolvimento humano e o mundo psicológico como conquistas da sociedade, permitindo, segundo a autora, “denunciar esse trabalho de ‘ocultamento’ das condições de vida nos discursos da Psicologia” (Bock; Gonçalves; Furtado, 2001, p. 25, 30).

Vygotsky (2004, p. 409) também contribui para esse referencial ao afirmar que “o pensamento não se expressa na palavra, mas nela se realiza”. Para o autor, não se deve compreender o pensamento como um reflexo direto na linguagem, pois há um movimento

dinâmico entre o pensamento e a palavra — ambos se influenciam mutuamente no processo de significação.

Complementando essa perspectiva, Aguiar e Machado (2016, p. 6) argumentam que “o pensamento se realiza na palavra e, nesse processo, pode-se considerar que muito do pensamento do sujeito fracassa e fica contido no ‘não dito’”. As autoras explicam que, a partir das falas do sujeito, é possível, por meio de uma análise cuidadosa, identificar as mediações que estruturam os sentidos, revelando as significações presentes nas experiências discursivas.

3.2 Delineamento geral do estudo

Quanto à abordagem metodológica, esta pesquisa adota o tipo qualitativo. Trata-se de um tipo de investigação que se baseia na interpretação dos fenômenos observados e nos significados que carregam ou que lhes são atribuídos pelo pesquisador, considerando a realidade na qual esses fenômenos estão inseridos (Nascimento; Sousa, 2016).

Nos ensinamentos de Gil (2021, p. 57), “as pesquisas qualitativas caracterizam-se pela utilização de dados qualitativos, com o propósito de estudar a experiência vivida das pessoas e ambientes sociais complexos, segundo a perspectiva dos próprios atores sociais”.

De forma complementar, Minayo (2014) ressalta que a pesquisa qualitativa busca compreender a lógica interna de grupos, instituições e atores sociais quanto a valores culturais e representações de sua história e temas específicos, além de analisar as relações entre indivíduos, instituições e movimentos sociais, bem como processos históricos, sociais e de implementação de políticas públicas.

Quanto aos objetivos, a pesquisa utilizou os níveis descritivo e explicativo. O nível descritivo, conforme Nascimento e Sousa (2016, p. 4), “busca a descrição de características de populações ou fenômenos e de correlação entre variáveis”. De forma semelhante, Gil (2021, p. 27) aponta que pesquisas descritivas têm como objetivo principal “a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis”.

Já o nível explicativo é dotado de maior complexidade, sendo utilizado para identificar atributos ou fatores que determinam a ocorrência de determinados fenômenos (Nascimento; Souza, 2016). Segundo Gil (2021), pesquisas explicativas se preocupam em investigar as causas e razões, ou seja, o porquê dos fenômenos.

Quanto aos procedimentos técnicos, a pesquisa foi realizada por meio de revisão bibliográfica, pesquisa documental e grupo de discussão.

A revisão bibliográfica, conforme Gil (1991), é um procedimento de natureza exploratória, que oferece ao pesquisador bases teóricas capazes de auxiliar no exercício reflexivo e crítico sobre o tema em estudo. Para Nascimento e Sousa (2016), essa etapa é essencial para ambientar o pesquisador no conjunto de conhecimentos existentes sobre o tema, devendo constituir-se de uma leitura seletiva e rigorosa.

Por fim, a pesquisa documental, por sua vez, consiste na busca, leitura, avaliação e sistematização objetiva de provas, com o intuito de clarificar fenômenos passados e suas relações com o tempo sociocultural, possibilitando inferências para o presente (Nascimento; Sousa, 2016). De acordo com Gil (1991, p. 51), a pesquisa documental se vale de materiais que ainda não receberam tratamento analítico, ou que podem ser reelaborados de acordo com os objetivos da pesquisa.

3.3 Lócus

O estudo foi realizado junto à comunidade escolar da Escola Estadual Professor Waldocke de Lyra e da comunidade Parque São Pedro, localizada no bairro Tarumã, em Manaus, Amazonas.

A escola possui 22 salas de aula e atende aproximadamente 2.300 alunos, distribuídos em três turnos. Destaca-se por ser o único CMPM que funciona no turno noturno, com dez turmas, totalizando 410 alunos, todos do ensino médio.

A instituição está situada na Rua Eliza Lispector, s/n, Comunidade Parque São Pedro, bairro Tarumã-Açu.

Foto 1 – 3º CMPM/EEWFL



Fonte: Oliveira (2015).

Foto 2 – Visão aérea da Comunidade Parque São Pedro



Fonte: Fernandes (2019).

3.4 Participantes da pesquisa

Os participantes da pesquisa foram divididos em dois grupos, totalizando 12 pessoas que fazem parte da comunidade escolar da EEWFL, também denominada 3º CPM. Cada grupo contará com integrantes selecionados segundo os critérios específicos abaixo:

Critério de inclusão para o Grupo A:

- Ex-aluno que tenha convivido na escola entre 2010 e 2011 e permanecido de 2012 a 2014;
- Professor que tenha convivido na escola entre 2010 e 2011 e permanecido de 2012 a 2014;
- Funcionário administrativo que tenha convivido na escola entre 2010 e 2011 e permanecido de 2012 a 2014;
- Pai/mãe de aluno/ex-aluno que tenha convivido na escola entre 2010 e 2011 e permanecido de 2012 a 2014;
- Morador da comunidade que tenha convivido na comunidade entre 2010 e 2011 e permanecido de 2012 a 2014;
- Ser maior de idade;
- Consentir em fazer parte da pesquisa por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Quadro 2 – Sujeitos do Grupo focal A

Nome fictício	Situação	Ano que entrou na escola	Ano em que saiu da escola	Há quantos anos mora na comunidade
Timão	Professor	2007	Atuando	Mora em outro bairro.
Lia	Ex-funcionária	2010	2025	Mora em outro bairro.
Altamira	Mãe de ex-aluno	2008	2014	Mora há 19 anos na comunidade.
Matusalém	Ex-aluno	2007	20015	Mora há 19 anos na comunidade.
Bernadete	Ex-aluna	2007	20015	Mora há 20 anos na comunidade.
Ariano	Comunitário			Mora há 21 anos na comunidade.
Gael	Comerciante			Mora há 21 anos na comunidade.

Fonte: Autoria própria.

Critério de inclusão para o Grupo B:

- Ex-aluno que tenha convivido na escola entre 2022 e 2024;
- Professor que tenha convivido na escola entre 2022 e 2024;
- Funcionário administrativo que tenha convivido na escola entre 2022 e 2024;
- Pai/mãe de aluno/ex-aluno que tenha convivido na escola entre 2022 e 2024;
- Morador da comunidade que tenha convivido entre 2022 e 2024;
- Ser maior de idade e consentir em fazer parte da pesquisa por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Quadro 3 – Sujeitos do Grupo focal B

Nome fictício	Situação	Ano que entrou na escola	Ano em que saiu da escola	Há quantos anos mora na comunidade
Zeca	Professor	2012	Atuando	Mora em outro bairro.
Rosemary	Funcionária	2014	Atuando	Mora em outro bairro.
Diana	Mãe de aluno	2018	2025	Mora há 21 anos na comunidade.
Luciana	Ex-aluna	2018 – 6º ano	2025 – 3ª série	Mora há 18 anos na comunidade.

Carlos	Ex-aluno e Comerciante	2010	2015	Comerciante desde 2023.
--------	---------------------------	------	------	-------------------------

Fonte: Autoria própria.

3.5 Procedimento de produção das informações

Por fim, o grupo de discussão foi utilizado como técnica de produção de informações. Trata-se de um conjunto reduzido de participantes, reunidos com o propósito de interagir em uma conversação sobre temas específicos da investigação, durante um período que pode variar entre uma hora e uma hora e meia. Conforme Fabra e Domènech (2001), é precisamente essa interação entre os participantes que constitui o diferencial e a potencialidade do grupo de discussão.

Dessa forma, os instrumentos utilizados para a produção das informações, com vistas à apreensão das significações construídas pelos sujeitos, foram a dinâmica grupal, a observação participante e a gravação em áudio dos encontros realizados com os grupos de discussão. Tais instrumentos se mostraram adequados à perspectiva qualitativa da pesquisa, permitindo não apenas o registro das falas, mas também a identificação de elementos não verbais, como expressões, reações e interações entre os participantes, que enriquecem a análise das significações produzidas coletivamente.

Para conduzir e estimular a reflexão no grupo de discussão, foram elaboradas perguntas norteadoras, com base nos objetivos da pesquisa. Aos integrantes do Grupo A, que vivenciaram o contexto escolar no momento da transição da gestão civil para a militar, foram feitas duas perguntas, visando captar as percepções antes e depois da implementação da gestão da PM na escola. Aos participantes do Grupo B, que experienciam o cotidiano escolar uma década após a transição, foi feita uma pergunta que buscou compreender os sentidos construídos a partir da vivência já consolidada com a nova forma de gestão. As perguntas utilizadas encontram-se detalhadas no Apêndice B.

3.6 Procedimento de análise das informações

Uma vez produzidas as informações, a análise não deve se limitar à mera descrição das respostas, ou ao relato superficial das falas dos sujeitos, pois, conforme Vygotski (1996, p. 235) *apud* Aguiar (2001, p. 135), “se ficarmos na aparência dos fatos, a ciência será totalmente supérflua”. Dessa forma, a tarefa consiste em apreender as significações produzidas pelos

participantes da pesquisa na EEWFL, considerando a palavra com significado como unidade analítica, sem negligenciar o processo histórico de produção dessas significações, ou seja, sua gênese.

Tendo a palavra com significado como unidade, a análise e interpretação das informações foi realizada mediante a proposta metodológica dos núcleos de significação. Esse procedimento de análise e interpretação, segundo Aguiar e Ozella (2013), instrumentaliza o pesquisador a partir dos fundamentos epistemológicos da psicologia sócio-histórica de Vygotski (2004) para apreender as significações constituídas pelo sujeito em sua relação com a realidade.

Núcleos de significação, nas palavras de Silva (2017b, p. 2), são “processos construtivos de compreensão daquilo que é falado por um sujeito, por meio da extração das causas que construíram essa fala, muitas vezes desconhecidas pelo próprio sujeito”. Esse processo revela a qualidade da história do indivíduo como constitutiva de sua identidade atual, esclarecendo questões até então sem respostas no processo de autoconhecimento do sujeito.

Para compreender as significações atribuídas pelos sujeitos, a análise dos dados coletados requer mais do que a simples transcrição de falas: exige um processo interpretativo que parte do material empírico e avança para a construção teórica do fenômeno. A proposta metodológica de Aguiar e Ozella (2013) orienta essa trajetória, a partir da identificação de **pré-indicadores**, que são fragmentos significativos extraídos de leituras reiteradas dos discursos, com base em critérios como recorrência, intensidade afetiva, ambivalência ou contradição. Esses elementos preliminares são selecionados não apenas por sua frequência, mas por sua relevância para o objetivo investigativo.

Na sequência, os **pré-indicadores** são agrupados por similaridade, complementariedade ou oposição, originando os **indicadores**, que revelam conteúdos latentes e articulam-se para expressar dimensões subjetivas do indivíduo em sua relação com a realidade. Os indicadores, por sua vez, possibilitam a formação dos **núcleos de significação**, unidades teóricas que sintetizam sentidos historicamente produzidos e que configuram modos de sentir, pensar e agir.

A constituição dos núcleos é simultaneamente processo analítico e interpretativo, pois exige do pesquisador uma síntese teórica baseada em sua leitura crítica da realidade investigada. Assim, a nomeação dos núcleos não é descritiva, mas expressa uma interpretação que visa teorizar o fenômeno em sua complexidade. Como ressaltam Aguiar e Ozella (2013), esse movimento de abstração revela o fenômeno social em sua concretude, isto é, na articulação entre o singular e o coletivo, o subjetivo e o histórico.

A análise avançará da interpretação dentro de cada núcleo para uma compreensão mais ampla, em que os sentidos construídos ganham densidade ao serem conectados com totalidades mais amplas, revelando a gênese social das subjetividades. Nessa articulação interna e externa, é possível explicitar as determinações históricas que estruturam o fenômeno e compreender como os sujeitos se constituem em sua relação com a realidade social.

Por fim, é importante ressaltar os fatores de riscos. Considerando que este pesquisador foi gestor da escola pesquisada entre os anos de 2020 e 2023 e sua participação na mediação dos grupos focais, ao entrevistar os sujeitos, poderia contaminar a pesquisa. Portanto, seguindo as diretrizes repassadas pelo orientador, este pesquisador não foi o responsável pela mediação do grupo focal para a coleta das informações. Desta forma, o orientador convidou a Mestra Ellen Oliveira Nobre Holanda para ser a mediadora do grupo focal. Esta, por sua vez, convidou o Dr. Ângelo Cabral Esperança, para auxiliá-la nas apreensões trazidas pelos sujeitos.

4. RESULTADOS: ANÁLISES E DISCUSSÕES

4.1 Os núcleos de significações

Quadro 4 – Núcleos de significações e indicadores

NÚCLEO DE SIGNIFICAÇÃO	INDICADORES
Um contexto social que produz medo, violência e indisciplina: “Posso dizer que fui um dos sobreviventes do Euclídia, pois estudei nesta escola desde 2007”.	Vítimas do contexto social: “Quando eu olho para trás e percebo como éramos aliciados em pequenas coisas”.
	Sobreviventes do medo e da violência escolar: “Posso dizer que fui um dos sobreviventes do Euclídia, pois estudei nesta escola desde 2007”.
	A violência que gera jovens sem expectativas: “O professor chegou na sala de aula e disse: ‘cara, daqui não vai sair ninguém que preste’”.
Impactos sociais da gestão da PM: “Posso afirmar que sem a polícia militar aqui dentro da escola, dentro do bairro, a gente não tinha chegado onde chegou, isso com certeza”.	Impactos da gestão da PM na escola: “Eu vivi os dois mundos e eu posso afirmar que sem a Polícia Militar aqui dentro da escola, dentro do bairro, a gente não tinha chegado onde chegou, isso com certeza”.
	Controle social informal: A escola contribui com a segurança pública: “Tenho amigos, com famílias todas desestruturadas que realmente não entraram para o mundo do crime por causa da escola”.
	Onde você estará daqui a dez anos? “Meu filho mais velho que estudou aqui, se formou em gastronomia e quer ser perito criminal. Ele nem sonhava em fazer faculdade, diante de tanta violência”.
Educação, cidadania e compromisso social: “escola nos ajudou a ser um cidadão mais consciente e principalmente ter um lado crítico”.	Educação e facção: “Eu sempre convivi vendo esses dois mundos de perto. No muro ao lado de casa picharam a sigla CV em vermelho. Quando cheguei à escola, lembro que meus olhos brilharam. Sempre quis estudar nessa escola”.
	Sensação de segurança pública: Um cenário diferente “Em questão de segurança, o bairro é perigoso, mas no entorno da escola é a parte mais segura”.
	Cidadania com senso crítico: “...a escola nos ajudou a ser um cidadão mais consciente e principalmente ter um lado crítico”. Confiabilidade na segurança ou elitismo na educação pública: “...mais da metade dos alunos são pessoas de fora da comunidade. Na minha época acho 90% era daqui do Tarumã e eu sinto falta dessa proximidade com a comunidade”.

Fonte: Autoria própria.

Conforme salienta Gomes (2021, p. 78), “a interpretação dos núcleos de significação partirá de dados empíricos, portanto, das falas dos sujeitos a partir dos objetivos da pesquisa”. Assim, os três núcleos de significação foram construídos com base na análise rigorosa dos indicadores e pré-indicadores identificados (ver Apêndice C), sendo cada um deles orientados pelos objetivos da investigação.

O núcleo representado pela cor azul reúne os indicadores relacionados ao período anterior à gestão da PM na escola, abrangendo acontecimentos ocorridos entre os anos de 2007 e 2011. Já o núcleo da cor verde contempla a fase de transição, marcada pela mudança de uma gestão civil para uma administração militarizada, no intervalo de 2012 a 2014. Por fim, o núcleo da cor amarela agrupa os indicadores referentes às percepções e experiências dos sujeitos após uma década de presença da PM na escola, abrangendo o período de 2022 a 2024.

A construção desses núcleos expressa um movimento dialético de análise, que busca apreender a essência das falas dos sujeitos, ultrapassando sua dimensão aparente e revelando a concretude de suas experiências enquanto sínteses histórico-sociais multideterminadas (Gomes, Aguiar, Alfredo, 2024).

4.1.1 Um contexto social que produz medo, violência e indisciplina: “*Posso dizer que fui um dos sobreviventes do Euclídia, pois estudei nesta escola desde 2007*”.

Este núcleo de significação reúne as falas da comunidade escolar e dos moradores do Parque São Pedro que vivenciaram o contexto anterior à implementação da gestão da PM na EEWFL.

Em 2012, Manaus apresentava índices preocupantes de violência, especialmente homicídios, com a cidade se tornando uma das mais violentas do Brasil, segundo o Fórum Brasileiro de Segurança Pública (FBSP). A taxa de homicídios por 100 mil habitantes na capital foi de 60,3 em 2012, um valor que a colocou entre as capitais do Norte com maior taxa de mortalidade violenta. O cenário era marcado pela presença de facções criminosas e pela presença de organizações criminosas internacionais nas fronteiras (Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2013).

Recorte 1 – Indicador: Vítimas do contexto social: “*Quando eu olho para trás e percebo como éramos aliciados em pequenas coisas*”.

[>Ariano_morador da comunidade]: Moro na frente da escola. **Via venda de drogas para os alunos e não podia fazer nada, pois se a gente se metesse, sabe o que acontece.**

[>Diana_mãe de aluna e moradora da comunidade]: **Os traficantes vendiam drogas aqui na frente da escola. Aliciavam os alunos aqui dentro.** Meu filho era muito criança nessa época e nem sabia o que era droga.

Ao observar este indicador e considerar as falas, o contexto histórico e cultural dos participantes, evidencia-se um problema estrutural que marca a comunidade do Parque São Pedro, onde está inserida a EEWFL: a negligência do Estado. Segundo Windern (2021), a negligência estatal representa o descuido ou falta de zelo do Estado para com os problemas da sociedade. Nesse caso, o Estado mostra-se negligente com relação à criação e execução de políticas públicas capazes de resolver os principais problemas sociais. Tal ausência do poder público desencadeia diversas adversidades, como a desigualdade social, a desorganização das estruturas comunitárias e o surgimento de poderes paralelos.

Localizada na periferia de Manaus, em uma área anteriormente conhecida como “invasão da Carbrás”, a comunidade do Parque São Pedro sempre foi caracterizada por altos índices de criminalidade. Nesse contexto, a instalação do 3º CMPM representou a primeira experiência da PMAM em uma área considerada crítica (Jesus, 2021). Mariz (2015) corrobora essa leitura ao afirmar que a violência, historicamente presente no bairro do Tarumã — fruto de ocupações irregulares —, ultrapassou os muros da escola, transformando-a em um espaço vulnerável.

O crescimento desordenado dos centros urbanos e a transferência de populações economicamente desfavorecidas para regiões periféricas, sem infraestrutura básica, contribuíram para aprofundar as desigualdades sociais, econômicas e políticas (Carneiro, 2022).

Rousseau, citado por Ferreira (2020), afirma que, na espécie humana, existem dois tipos de desigualdades: I) A natural ou física, que é estabelecida pela natureza, aonde temos as diferenças de idade, de saúde, de força, dentre outras; e II) A moral ou política, que decorre dos diferentes privilégios que alguns usufruem em detrimento dos outros, aonde alguns são mais ricos, mais honrados, mais poderosos que outros.

Para Rousseau, é impossível ser verdadeiramente livre aonde impera a desigualdade (Ferreira, 2020). A desigualdade que se origina da natureza das coisas não é preocupante, pois ela é inevitável e não ocasiona maiores consequências sociais e morais aos indivíduos. De forma

contrária, a desigualdade convencional deve ser afastada, combatida, porque corrompe as pessoas, porque ela nasce da diferença de poder, de riqueza, de propriedade, será ela quem submeterá um homem a outro e isso é inaceitável (Ferreira, 2020).

A desigualdade social, como se sabe, está diretamente relacionada à distribuição desigual de recursos e oportunidades entre os diferentes grupos sociais, refletindo-se no acesso desigual à educação, saúde, moradia e segurança (Gonzaga, 2024).

Moraes (2019) destaca que essa expansão urbana sem planejamento e controle efetivo do Estado resulta na ausência de fiscalização e no enfraquecimento do controle social. Esse cenário desorganizado torna-se terreno fértil para o surgimento de poderes paralelos que impõem suas próprias normas e buscam interesses particulares, em detrimento do bem-estar coletivo. Assim, a negligência estatal, ao não garantir os direitos básicos da população, acaba por contribuir para o fortalecimento do crime organizado e da violência.

Partindo dessa realidade, surge uma questão inquietante: a comunidade escolar, imersa nesse contexto, estaria sendo assediada por facções criminosas e pelo tráfico de drogas? Silva (2017a, p. 46) sugere que as escolas, diante da violência que as cerca, tornam-se “sitiadas”, sendo frequentemente invadidas por gangues e pelo tráfico. Ainda que o termo “gangue” varie regionalmente, trata-se de organizações semelhantes às “galeras” ou “facções”, que impõem medo e desestabilizam a rotina escolar.

Abramovay e Rua (2002) também apontam que o uso de drogas e a atuação dessas organizações criminosas minam o ambiente escolar, impedindo que a escola se mantenha como um espaço protegido frente à violência urbana. Esse processo transforma a escola em extensão dos conflitos vividos nas comunidades, afetando diretamente professores, estudantes e famílias.

A história do Parque São Pedro ilustra exatamente essa trajetória de abandono. Formada a partir de um processo de ocupação, a comunidade foi construída sem planejamento urbano, sem acesso a políticas públicas estruturantes e sem os elementos fundamentais para uma vida digna. Composta por migrantes de outras regiões de Manaus, a população estabeleceu-se em condições precárias, em um ambiente onde o controle social institucional estava enfraquecido. A ausência de serviços públicos — como educação de qualidade, saúde, saneamento e segurança — comprometeu o desenvolvimento da comunidade, tornando-a vulnerável à ação do crime organizado.

Para Kubrin e Weiter (2003), citados por Carneiro (2022), o crime é uma referência do grau de desorganização social. Ele surge quando as comunidades não conseguem resolver situações e problemas comuns em longo prazo, como a pobreza, a instabilidade de residentes e

a falta de participação do Estado em nível macro (Kubrin; Weiter, 2003 *apud* Carneiro, 2022). Moraes (2019, p. 282) complementa, afirmando que “tais condições de implantação urbana são claramente favoráveis ao crescimento do crime”.

O tráfico de drogas, por exemplo, passou a atuar de forma ostensiva, inclusive nas imediações ou no interior da escola, evidenciando a falência do Estado em garantir a proteção da comunidade. Zaluar (2007) reforça essa perspectiva ao apontar a incapacidade do Estado de controlar ou eliminar o tráfico como um dos principais catalisadores da violência urbana.

Embora o Estado atue por meio do Direito Penal, essa estratégia isolada não é suficiente para enfrentar a complexidade da criminalidade. Moraes (2019) adverte que o aparato penal não é capaz de diagnosticar, prevenir ou intervir adequadamente nos fenômenos sociais que geram violência.

A Lei nº 11.343/2006, que estabelece o Sistema Nacional de Políticas sobre Drogas, define, em seu artigo 33, o tráfico de drogas como crime (Brasil, 2006). No entanto, a eficácia dessas leis é limitada. O aumento de leis, penas e prisões não garante a redução da criminalidade; pode apenas aumentar o encarceramento, sem resolver as causas estruturais do problema.

Assim, como afirma Moraes (2019), a complexidade da violência urbana exige estratégias mais amplas, articuladas e eficazes, que integrem ações nas áreas de educação, saúde, urbanização, segurança e cultura, e que coloquem o sujeito e seus direitos no centro das políticas públicas:

Não se pode crer que simplesmente por existir uma norma penal, o controle social passe a ser bem administrado. Assim o fosse, a criminalidade estancaria com a simples edição de uma legislação penal ou recrudescimento desta. Não é o que ocorre. A variação da criminalidade atende a outros fatores que não apenas a existência de uma rígida normalização penal. A criminalidade não detém relação imediata com a simples existência da norma penal criminalizadora (Moraes, 2019).

Deste modo, a expansão da violência está associada a diversos fatores, entre eles a ausência do Estado, o fortalecimento das organizações criminosas, o aumento da vulnerabilidade social e as desigualdades socioeconômicas (Carneiro, 2022).

Essa realidade foi identificada na comunidade do Parque São Pedro, em especial no contexto escolar, onde, apesar da criminalização da venda e oferta de entorpecentes, as facções criminosas conseguiram adentrar o ambiente escolar. Tal fato compõe o repertório histórico-cultural dos participantes da pesquisa, muitos direta ou indiretamente afetados por essa prática criminosa.

Recorte 2 – Indicador: Vítimas do contexto social: *“Quando eu olho para trás e percebo como éramos aliciados em pequenas coisas”.*

[>Bernadete_ex-aluna e moradora da comunidade]: **Lembro que quando era criança e adolescente, a gente era aliciado por tudo o que era de ruim, por drogas. (...)** Esse debate desbloqueou a minha memória, que eu recordei que **a gente tinha uns apelidos, umas assinaturas, todo mundo tinha que ter uma assinatura. (...)** Essa assinatura a gente deixava nas cadeiras, **pichava as paredes, pichava os muros dos vizinhos e em embaixo a gente escrevia FDN. Eu lembro que uma amiga perguntou: o que é FDN? Eu disse que não sabia. Então fomos perguntar. E perguntando, disseram que era Família do Norte. Lembro que o pessoal dizia que legal. Hoje, quando eu olho para trás e percebo como éramos aliciados em pequenas coisas.**

Mais impactante ainda foi o relato de uma das entrevistadas, ao nomear como assédio uma experiência vivida durante sua infância, quando ainda era aluna da escola. Durante os discursos no grupo focal, ela destacou que a discussão provocou o desbloqueio de memórias que a fizeram lembrar de como, na infância, sofreu formas sutis de assédio, como o hábito de pichar a sigla FDN nas cadeiras e paredes da escola, sem saber ao certo seu significado.

A sigla se refere à Família do Norte, organização criminosa com atuação predominante na Região Norte do Brasil, especialmente no estado do Amazonas, conhecida pelo tráfico de drogas, controle de presídios e outras atividades ilícitas.

O que mais chama atenção é que, somente após 15 anos, ao participar do grupo focal e discutir questões sociais, ela compreendeu que, naquela época, já era alvo de um assédio simbólico que buscava, de forma latente, induzi-la ao uso de drogas ou à adesão a uma facção criminosa.

Esse episódio revela como as facções operam com códigos próprios, desvinculados do controle social instituído pelo Estado, fazendo com que a normatividade penal — como a criminalização da venda e oferta de drogas — se torne inócua em determinados contextos, como o da comunidade do Parque São Pedro. Nesse cenário, instala-se um verdadeiro estado paralelo, como exemplificado pela inserção da FDN no cotidiano comunitário e escolar.

Contudo, o simples convívio com a criminalidade não torna os moradores ou estudantes criminosos. Essas pessoas possuem valores e preceitos éticos próprios, orientados por referências familiares e culturais que influenciam suas decisões. Nesse sentido, Cruz (2018, p. 15) argumenta que “uma teoria que analisa a criminalidade centrada na cidade tende a minimizar o caráter ético e individual do crime. O homem, afinal, pode decidir sua vida, tendo o discernimento que lhe é próprio”.

Marx vai além, ao afirmar que, embora o indivíduo possua livre-arbítrio e liberdade, essas capacidades são moldadas pelas condições objetivas e subjetivas historicamente determinadas. É fundamental lembrar que, dentro de sua abordagem materialista, tais categorias não são abstrações idealistas.

Por sua vez, Young (2002) sustenta que o sistema capitalista demanda ordem política e estabilidade econômica, mas a criminalidade não representa uma grande ameaça a essa lógica. Pelo contrário, ela é muitas vezes uma consequência inevitável e tolerada dentro de um mercado livre bem-sucedido.

Recorte 3 – Indicador: Sobreviventes do medo e da violência escolar: *“Posso dizer que fui um dos sobreviventes do Euclídia, pois estudei nesta escola desde 2007”*.

Altamira_funcionária, mãe de aluno e moradora da comunidade]: Antes de a escola ser militar, era muito difícil a noite, o dia. **Uma vez a pedagoga da noite pediu para que todos ficassem trancados dentro da cozinha, pois estava havendo briga na frente da escola e que só poderíamos sair após o fim da briga.**

[>Diana_mãe de aluna e moradora da comunidade]: **O nome da escola era Euclídia Grana (Profa. Euclídia Grana Ehm Filha). Eu vi tiro na porta dessa escola. (...) por volta das 16h houve aquele tiro. Todos os pais correram apavorados em busca de seus filhos. (...). Ninguém entendia nada, pois era sangue, era gritaria, era gente correndo, desespero e os pais procurando seus filhos vivos, pois entregamos nossos filhos à escola para estudar e não para serem mortos. A partir daquele dia houve uma busca para mudar o nome da escola, pois a dona desse nome, seus familiares não queriam seu nome vinculado a tanta violência. Recebeu o nome atual de Waldocke Fricke de Lyra, mas a violência continuava. (...) Os alunos quebravam as cadeiras, eles se atacavam com as cadeiras, de faca, de revolver. Vi amigos de meus filhos serem mortos. Meu filho chorou a morte de muitos de seus amigos aqui do bairro. (...) Eu falava com o pai dele: como vamos deixar nosso filho em uma escola que parece um campo de guerra?**

[>Carlos_ex-aluno, comerciante e morador da comunidade: tenho 27 anos, moro no Parque São Pedro desde quando era invasão da Carbrás. **Uma vez teve tiro dentro da quadra, atiravam pra cima.**

[>Lia_ex-funcionária e moradora da comunidade: trabalhei aqui por 15 anos. **Desde quando entrei era muito difícil, as minhas filhas não queriam que eu viesse para escola trabalhar.**

[>Bernadete_ex-aluna e moradora da comunidade]: estudei aqui muito antes de se tornar militar. Comecei a estudar aqui no 4º ano. **Eu tinha medo de vir para a escola, pois eram muitas brigas, muitas confusões, na hora da saída sempre era muito tumultuado. A gente ficava se perguntado: será que vai ter briga hoje? Será que vai ter confusão? Qual a briga de hoje? Qual a discussão de hoje? Será que vai ter faca ou outra arma? Sempre a gente ficava com medo. Eu lembro que a gente sempre ia para o intervalo com as nossas mochilas nas costas, pois tínhamos medo de alguém furtar nossas coisas.**

[>Matusalém_ex-aluno e morador da comunidade: tenho 29 anos, 19 anos só de Parque São Pedro. **Posso dizer que fui um dos sobreviventes do Euclídia**, pois estudei nesta escola desde 2007, no 4º ano do ensino fundamental. **Eu vi de perto todos os relatos, como aluno aqui dentro e realmente o negócio era bem feio.**

As falas acima demonstram que a violência imperava na escola, causando muito medo na comunidade escolar. Mariz (2015) publicou um artigo sobre o 3º CPM e relatou que “os alunos só saíam para o intervalo com a mochila nas costas, por medo de serem roubados pelos próprios colegas. Nos banheiros, vasos entupidos com o descarte das carteiras de dinheiro furtadas. Brigas no pátio, armas brancas circulando e uso de drogas completavam o cenário”. Esse relato é corroborado pela ex-aluna Bernadete, que afirma: “eu lembro que a gente sempre ia para o intervalo com as nossas mochilas nas costas, pois tínhamos medo de alguém furtrar nossas coisas”.

Analisando o contexto histórico-cultural, percebe-se que a desigualdade social presente na comunidade do Parque São Pedro gerou uma desorganização social que contribuiu para que a violência escolar e o medo se espalhassem pela escola e pela comunidade. Matusalém, ex-aluno que estudava na escola em 2007, ou seja, cinco anos antes da transição para Colégio Militar, inserido nesse processo histórico-cultural, relata que viveu e conviveu com episódios frequentes de violência, afirmando que se sentia como um dos sobreviventes daquele período.

Em relação ao medo e à violência escolar, Schilling (2014, p. 92) afirma que “as escolas situadas em territórios violentos sofrem com a violência da criminalidade, que implica a desistência do futuro para inúmeros jovens e parece ser o único meio de acesso a bens numa sociedade desigual, preconceituosa, de consumo, sem perspectivas, sem projeto”.

Sobre a fala do ex-aluno que se declarou um sobrevivente dos tempos difíceis vividos na escola, Amazonas (2023) concorda com a argumentação:

Parte da clientela da EEWFL/3ºCPM, não difere das outras escolas públicas periféricas: carenciada de modo geral, proveniente de lares desfeitos ou desestruturados pela falta de emprego ou atividade econômica, alcoolismo e uso de drogas. A delinquência entre a comunidade é comum e a convivência diária com o crime banaliza a violência e a marginalidade. Esse contexto transforma nossos alunos em verdadeiros sobreviventes, para quais o dia a dia se transforma em batalha pela manutenção da vida e dos poucos bens materiais de que dispõem. Dentro deste quadro, estudar para uns torna-se a única forma de escapar desse ambiente, para outros, uma atividade de rotina, desvinculada das finalidades que nos levam – gestão, coordenação e docentes – à tarefa diária de oferecer-lhes as melhores condições possíveis de educação e inserção no ambiente social (Amazonas, 2023, p. 10).

O medo da violência que dominava o ambiente escolar surgia como um fator potencial de evasão. As falas dos participantes do grupo focal revelam, de forma clara e objetiva, um

cenário no qual não havia livros, mas sim drogas, armas brancas, armas de fogo e um intenso receio de comparecer à escola.

A ex-aluna Bernadete, por exemplo, esclarece que evitava ir à escola, devido à frequência de brigas, confusões e tumultos, especialmente nos horários de saída. Seu depoimento ecoa o sentimento coletivo de insegurança que permeava o cotidiano escolar antes da militarização.

Neste sentido, Silva Filho e Araújo (2017) ressaltam que fatores internos e externos, como a violência no ambiente escolar, o uso de drogas, a presença do alcoolismo, o tempo de permanência na escola, a localização da instituição e o vandalismo podem ser decisivos no momento de o estudante optar por permanecer ou abandonar os estudos, engrossando a fila do desemprego. Para os autores, as condições socioeconômicas e a exposição à violência devem ser discutidas com seriedade, sobretudo em regiões urbanas marcadas pela presença do tráfico, que influencia diretamente o comportamento e a permanência dos educandos.

No caso da comunidade escolar analisada, o tráfico de drogas expandia sua influência por meio do medo imposto tanto aos alunos quanto aos moradores do entorno. As falas colhidas no grupo focal estão carregadas de relatos sobre esse sentimento de insegurança e da possibilidade concreta de abandono escolar.

Entretanto, como será observado em indicadores apresentados posteriormente, a chegada da gestão militar à escola transformou esse cenário. A ex-aluna que anteriormente descreveu o medo de frequentar a instituição não apenas permaneceu nos estudos como foi aprovada para o ensino superior em uma universidade pública. Esse fato evidencia que a atuação da PM, ao menos nesse caso, teve impacto direto na permanência escolar e nas perspectivas de futuro dos estudantes.

Recorte 4 – Indicador: A violência que gera jovens sem expectativas: “*O professor chegou na sala de aula e disse: ‘cara, daqui não vai sair ninguém que preste’*”.

Timão_professor]: Trabalho aqui desde 2007. Teve um ano que o Diretor da escola determinou para que eu **coordenasse um pavilhão da escola. Parecia um pavilhão de presídio, devido ao comportamento indisciplinado dos alunos. Jogavam papel na cabeça do professor, chutavam cadeira.** (...). Não poderia coordenar um pavilhão onde **os alunos não tinham disciplina. Isso prejudica a educação**, pois o professor não consegue dar aula (...), e **os alunos não queriam estudar mesmo e a escola “pegava fogo”**.

Ao concluírem que eram vítimas de uma profunda desigualdade social, os alunos começaram a manifestar comportamentos que indicavam o desejo de mudança. A negligência estatal se fazia presente de forma simbólica: entrava pelos portões da escola como medo, como ausência de proteção frente à violência e ao tráfico de drogas. Diante desse cenário, a comunidade escolar e os moradores do Parque São Pedro passaram a se mobilizar e reclamar. Embora os moradores tenham buscado intervenções no bairro, este indicador enfoca especialmente a resposta da comunidade escolar.

Nesse contexto, um professor, em seu depoimento, compara um dos pavilhões da escola a um presídio, associando os estudantes a detentos, marcados por indisciplina e comportamentos que, segundo ele, comprometiam a qualidade do ensino. Baratta e Santos (2002, p. 174) criticam esse tipo de atitude e destacam que a percepção do professor sobre estudantes oriundos de grupos marginalizados é muitas vezes carregada de preconceitos e estereótipos negativos, o que reforça práticas seletivas e desiguais no ambiente escolar.

Surge então uma questão crucial: será que os professores buscaram, de fato, compreender as causas da indisciplina ou dialogar com os estudantes antes de julgá-los?

A explicação para esse comportamento classificado como indisciplinado requer uma leitura crítica da escola. A teoria do conflito, vinculada à escola crítica, ajuda a entender que o que move a sociedade moderna é a luta entre classes. Karl Marx já apontava que os conflitos sociais resultam de disputas por hegemonia de pensamento e modos de vida (Gonzaga, 2024). Nesse sentido, Molina (2006) sustenta que o conflito não é nocivo à sociedade, mas sim necessário para promover mudanças e transformações sociais.

Apple (1989) reforça essa ideia ao afirmar que as escolas não são fruto de um consenso pacífico, mas o resultado provisório de uma longa trajetória de conflitos ideológicos, organizacionais e sociais. Na mesma direção, Bauman (2021) argumenta que não são as crises que transformam o mundo, mas a forma como reagimos a elas. No caso da escola analisada, a indisciplina dos alunos deve ser compreendida como uma forma de reação à crise instalada — não como um mal em si, mas como uma expressão legítima de resistência.

Essa leitura é reforçada por Barroco, Silva, Tada (2021), ao afirmarem que ninguém nasce violento. Portanto, não se pode atribuir a manifestação da violência à personalidade dos estudantes como se fosse algo inato. Vygotsky (2004) contribui ao explicar que a formação da personalidade está diretamente relacionada às relações sociais, marcadas por desigualdades e pela divisão entre classes.

O professor, ao afirmar que “a escola pegava fogo” por causa da indisciplina e que os alunos não queriam estudar, expõe um olhar excludente. Baratta e Santos (2002) explicam que esse tipo de leitura evidencia os efeitos discriminatórios do sistema escolar sobre os estudantes das classes populares, que enfrentam maior dificuldade de adaptação a uma escola construída sob valores e lógicas distantes de sua realidade.

Na verdade, os alunos estavam reivindicando o direito à educação — um direito fundamental assegurado na Declaração Universal dos Direitos Humanos. Como observa Schilling (2014), é preciso lembrar que, nas escolas, atuam sujeitos concretos — professores, alunos, funcionários, pais —, que lutam por um futuro melhor, tanto individual quanto coletivamente. A autora reforça ainda que a educação não deve ser tratada apenas como um meio para alcançar outros direitos, mas como um fim em si mesma.

Recorte 5 – Indicador: A violência que gera jovens sem expectativas: “*O professor chegou na sala de aula e disse: ‘cara, daqui não vai sair ninguém que preste’*”.

[>Matusalém_ex-aluno e morador da comunidade: tenho 29 anos, 19 anos só de Parque São Pedro. (...) **os professores tinham medo da gente, medo de dá aula e não incentivavam o aluno.** Quando estava no 6º ano, quando **o professor chegou na sala de aula e disse: “cara, daqui não vai sair ninguém que preste”**. Ouvir isso naquela época tanto faz, mas depois, esse peso, **quando tu para pensar e que tu ouviu isso da boca de um professor é meio chato.**

A fala do ex-aluno contrapõe diretamente o discurso anterior do professor. Enquanto o professor classificava o comportamento dos estudantes como mera indisciplina, o ex-aluno revela que, na realidade, eram os próprios professores que sentiam medo dos alunos. Essa percepção evidencia um contexto de tensão e desconfiança entre educadores e educandos, reforçando o distanciamento entre as partes.

Davidson e Lang (1968), citados por Baratta e Santos (2002), afirmam que o rendimento escolar está diretamente relacionado à percepção que o aluno tem do julgamento e das expectativas do professor em relação a ele. Nesse sentido, Baratta e Santos (2002) destacam que os estudantes provenientes de grupos marginais são, muitas vezes, conduzidos pela escola e seus educadores a permanecerem em uma condição de marginalização. O aluno capta quando o professor nutre preconceitos sociais em relação a estudantes oriundos de escolas periféricas, o que agrava a exclusão.

Essa discriminação institucionalizada na escola é reforçada pelas relações internas da comunidade escolar, onde se estabelece uma divisão entre os “maus” alunos e os demais (Baratta; Santos, 2002). Veríssimo (2016) observa que essas falas e práticas acabam se naturalizando no cotidiano das escolas, perpetuando estigmas e dificultando a construção de um ambiente educativo mais inclusivo e acolhedor:

Contudo, apesar dos lamentos, noto que cada vez mais os relatos de situações como essa se tornam naturalizados na escola. Ou seja, lamenta-se, como sempre, mas cada vez com menos surpresa ou inquietação. Quando um determinado aluno se mostra problemático já nas séries iniciais do ensino fundamental, muito facilmente se interpreta isso como o início do cumprimento de uma velha profecia, há muito já desmentida pelas estatísticas, a do garoto pobre que não tem escolha e entra no “crime”. Do rapaz que mora em área dominada pelo “tráfico” (dito assim, em abstrato) e, seduzido, de um lado, por padrões de consumo que ele ou sua família não podem manter e, de outro, pelo poder conferido localmente àqueles que se destacam na “bandidagem”, adere finalmente a uma carreira criminosa (Veríssimo, 2016, p. 11).

Essa violência estrutural nas instituições educacionais manifesta-se em seu papel de excluir, determinando quem serão os fracassados e os “despejados” do sistema escolar. Tais condenações precoces são direcionadas especialmente àqueles que vivem em determinadas áreas ou apresentam características físicas específicas, configurando uma exclusão social e cultural profundamente enraizada (Schilling, 2014).

A educação escolar é fundamental para o funcionamento do capitalismo na sua forma atual de produção, pois é por meio dela que se sistematiza e transmite o conhecimento científico, essencial para a formação humana multidimensional. Contudo, como enfatizam Barroco, Silva, Tada (2021), o principal problema reside no fato de a escola muitas vezes deixar de cumprir seu papel educativo. Ao negligenciar essa função, a escola torna-se conivente com a violência interna, pois distorce a realidade e induz o aluno a acreditar que o problema reside nele mesmo.

Nesse sentido, Barroco, Silva e Tada (2021) argumentam que a “culpabilização dos estudantes por sua suposta inadequação à escola reforça essa violência institucional, desviando o foco das causas estruturais para uma perspectiva individualista que prejudica o processo educativo” e a construção de um ambiente escolar verdadeiramente inclusivo:

Levar à crença de que a inadequação à escola e a falta de empatia com ela, seja um problema pessoal dos sujeitos que já entram para o processo ensino-aprendizagem negativados se trata de algo perverso e violento. Quando a maior parte dos estudantes das escolas públicas no Brasil e nos países pobres sabem que não existem expectativas positivas sobre eles, a violência que se manifesta é uma denúncia que estes foram constituídos por diferentes razões, mas precisam ser mudados. Esse suposto fracasso

escolar referenda o sucesso da reprodução do modelo societário vigente (Barroco; Silva; Tada, 2021, p. 27).

A educação materializada na escola é frequentemente vista por alguns como um espaço democrático, onde todos têm acesso ao conhecimento e à formação cidadã. No entanto, diversos autores destacam que essa percepção idealizada contrasta com a realidade, pois a escola frequentemente funciona como uma instituição que reproduz as desigualdades sociais. Ela se transforma, assim, em uma máquina infernal a serviço do *status quo*, um simples mecanismo para a divisão social do trabalho, perpetuando as disparidades existentes na sociedade (Schilling, 2014).

Mais incisivo nesse debate, Enguita (1989) sugere que:

Educá-los, mas não demasiadamente; o bastante para que aprendessem a respeitar a ordem social, mas não tanto para que pudessem questioná-la; o suficiente para que conhecessem a justificação de seu lugar nesta vida, mas não ao ponto de despertar neles expectativas que lhe fizessem desejar o que não estavam chamados a desfrutar (Enguita, 1989, p. 112).

A educação é definida como colonização e domesticação, sendo, acima de tudo, o meio pelo qual a sociedade renova perpetuamente as condições de sua própria existência (Durkheim, 1972). Nesse contexto, a relação entre educação e sociedade consiste em perpetuar as formas sociais vigentes em cada época, preparando os indivíduos — no caso da modernidade — para a divisão do trabalho e para a especialização exigida pela produção industrial (Schilling, 2014).

Por fim, observa-se que a negligência estatal na comunidade do Parque São Pedro gerou uma instituição de vítimas, instaurando um círculo vicioso de vitimização e agressão mútuas. Os professores culpavam os alunos pelo fracasso educacional, rotulando-os como indisciplinados e desinteressados pelos estudos. Por sua vez, os alunos percebiam preconceitos por parte dos docentes, em razão de serem estudantes de uma escola periférica, o que alimentava a crença, dentro da escola, de que o insucesso era inevitável para eles. Esses comportamentos acabam dificultando a resolução dos conflitos existentes.

4.1.2 Impactos sociais da gestão da PM: “*Posso afirmar que sem a Polícia Militar aqui dentro da escola, dentro do bairro, a gente não tinha chegado aonde chegou, isso com certeza*”

Este núcleo de significação abrange as falas da comunidade escolar e dos moradores do Parque São Pedro que vivenciaram o período anterior à gestão da PM na EEWFL, participaram

da transição de escola civil para colégio militar e permaneceram na instituição durante a gestão da PM, entre 2012 e 2014.

Recorte 6 – Indicador: Impactos da gestão da PM na escola: *“Eu vivi os dois mundos e eu posso afirmar que sem a Polícia Militar aqui dentro da escola, dentro do bairro, a gente não tinha chegado aonde chegou, isso com certeza”*.

[>Zeca_professor]: Sou professor, sou mestre em geografia, os ex-alunos que estão aqui foram meus alunos no ensino médio. **Sou professor desde 2012, quando houve a transição.** (...) Sobre a questão do pertencimento que foi falado no debate, como geógrafo, **uma imagem que tenho na memória, que retrata essas violências narradas aqui, que eu não vi, é dos vidros quebrados. Não tinha quase nenhuma das janelas que tinha um vidro inteiro.**

O espaço conquistado pelos alunos por meio do conflito resultou em uma mudança significativa para a escola. Atendendo aos clamores sociais por transformação, o Estado decidiu retirar a gestão da Secretaria de Educação e transferi-la para a PMAM. Assim, em 2012, a PM assumiu a administração da EEWFL, que passou a ser denominada 3º CPM. Nesse contexto, a OBMEP (2015) destaca a atuação do gestor da escola, Coronel Rudnei Costa Caldas, no período de 2012 a 2014:

A Polícia Militar assumiu a escola por reivindicação da própria comunidade e por determinação do governo. A comunidade fez o pleito, apresentando um abaixo-assinado, em função da violência na região e do vandalismo no interior da escola. O processo começou em fevereiro de 2012. Foi feita uma visita técnica e elaborado um relatório que apontava os principais problemas. A escola precisava de reformas urgentes, e os alunos, de uniformes e material didático. Foi selado um acordo entre a Secretaria de Estado de Educação (Seduc) e a PM, que passou a administrar a escola, criando o 3º Colégio Militar da Polícia Militar (OBMEP, 2015).

Quando a PM assumiu a gestão da escola em estudo, encontrou as instalações bastante depredadas, consequência do abandono estatal e do sentimento de desamparo dos alunos, que clamavam por uma educação de melhor qualidade naquele ambiente escolar. A seguir, serão apresentadas fotos do momento da transição.

Foto 3 – Banheiros e bebedouros sem condições de uso



Fonte: 3º CPM, 2012.

Foto 4 – Muros pichados e quebrados



Fonte: 3º CPM, 2012.

Foto 5 – Biblioteca e quadra da escola sem condições de uso



Fonte: 3º CPM, 2012.

Em seu discurso, o professor destacou a teoria das janelas quebradas, ao observar os vidros das portas quebrados da escola. Essa teoria é resultado de um experimento de comportamento social realizado no final da década de 1960 por pesquisadores da Universidade de Stanford (Estados Unidos). O estudo envolveu dois carros idênticos, da mesma marca, modelo e cor, estacionados em locais distintos: um no Bronx — então uma área pobre e conflituosa de Nova Iorque — e outro em Palo Alto, uma região rica e tranquila da Califórnia. O carro abandonado no Bronx foi vandalizado em poucas horas: tudo que podia ser aproveitado foi levado e, o restante, destruído (Moraes, 2019).

Uma semana depois, o carro de Palo Alto ainda estava intacto. Os pesquisadores então quebraram o vidro do automóvel e, como resultado, desencadeou-se o mesmo processo de vandalismo que ocorrera no Bronx (Moraes, 2019).

Por que um vidro quebrado em um carro abandonado, mesmo em um bairro supostamente seguro, pode desencadear todo esse processo delituoso? Evidentemente, não é uma questão de pobreza, mas está relacionado à psicologia humana e às dinâmicas sociais (Gonzaga, 2024).

Um vidro quebrado em um carro transmite a ideia de deterioração, desinteresse e despreocupação. Uma das conclusões da teoria é que a criminalidade é maior em áreas onde o descuido, a sujeira, a desordem e o vandalismo predominam. Se uma janela de um edifício é quebrada e ninguém a repara, rapidamente outras janelas também serão destruídas (Moraes, 2019).

Assim, quando, em uma comunidade, um imóvel ou móvel apresenta sinais evidentes de deterioração e isso parece não importar a ninguém, a deterioração tende a se multiplicar. O experimento social mostra que a desordem gera mais desordem.

Mas o que essa teoria tem a ver com a escola pesquisada?

Ao observar o discurso do professor, percebe-se que a escola estava deteriorada, tal como os vidros quebrados que ele mencionou nas portas. As fotos apresentadas anteriormente ilustram bem o estado da escola antes da gestão da PM: pichações, instalações danificadas e sujeira espalhada por todo o ambiente. Somados à falta de qualidade da educação oferecida, esses fatores contribuíram para o surgimento dos conflitos naquele espaço escolar.

Embora a teoria das janelas quebradas tenha sido realizada nos Estados Unidos, sua amplitude e possibilidade de utilização, inclusive como instrumento de prevenção e controle da violência, sendo um instrumento benéfico e eficaz na luta em favor da segurança nas escolas e

que, em parceria com a adoção de práticas restaurativas, contribuirá para o resgate cultural da paz no ambiente escolar (Coimbra, 2016).

Recorte 7 – Indicador: Impactos da gestão da PM na escola: *“Eu vivi os dois mundos e eu posso afirmar que sem a Polícia Militar aqui dentro da escola, dentro do bairro, a gente não tinha chegado aonde chegou, isso com certeza”*.

[>Timão_professor]: Em 2012 a **Polícia Militar assumiu** a escola e **tivemos uma mudança muito boa que é constada até hoje**.

[>Diana_mãe de aluna e moradora da comunidade]: Em 2012 a **Polícia Militar assumiu e mudou tudo**. (...) **Após a Polícia Militar assumir...** Fiquei com meu coração aliviado, eu sabia que poderia trabalhar e deixar meus filhos na escola, pois seriam bem cuidados. Tinham alimentação, disciplina. **Eu disse que não iria mais tirar meu filho da escola** e todos eles estudaram aqui.

Para compreender melhor o processo de mudanças ocorrido na escola, conforme relatado pelos entrevistados, a coordenação pedagógica forneceu algumas fotos das instalações escolares após a PM assumir a gestão. Mariz (2015) informa que, em 2012, a pedido do governo estadual, a PM passou a controlar a escola, que então passou a ser denominada 3º CMPM Professor Waldo Fricke de Lyra, atendendo cerca de dois mil alunos dos ensinos fundamental e médio.

Foto 6 – Restauração da pintura dos muros



Fonte: 3º CMPM, 2012.

Foto 7 – Restauração da quadra da escola e da biblioteca



Fonte: 3º CMPM, 2012.

Foto 8 – Inauguração da primeira sala de informática



Fonte: 3º CPM, 2012.

A adoção de ambientes favoráveis à saúde é fundamental para garantir uma educação de qualidade (Silveira, 2000). O conceito de ambiente saudável abrange os aspectos físico e social, referindo-se aos espaços nos quais as pessoas vivem: a comunidade, a escola, suas casas e locais de trabalho (Brasil, 1996). A escola precisa ser entendida como um desses espaços, pois é determinante para que as pessoas tenham acesso a recursos que possibilitem uma melhor qualidade de vida e o poder de decisão sobre futuras oportunidades (Silveira, 2000).

Do prédio escolar — a estrutura física — ao lugar escola, há um autêntico processo de construção coletiva, um salto qualitativo, no qual o ambiente físico deve ser ocupado e utilizado com sensibilidade, considerando as formas de apropriação individual e coletiva do espaço (Frago; Escolano, 1998). Nesse sentido, uma escola que caminha para a qualidade agrega muitas condições e circunstâncias que a qualificam como uma autêntica promotora de saúde (Silveira, 2000).

A reversão da incidência de crimes na localidade após a implantação da gestão militar na escola tem sido reconhecida como um feito da Segurança Pública, frequentemente lembrado pela mídia e pela sociedade manauara (Jesus, 2021). A manchete do jornal *Em Tempo*, de 14 de setembro de 2020, exemplifica essa peculiaridade da gestão militarizada, muito utilizada como *marketing* político para destacar o sucesso no binômio educação e segurança pública: “Gestão Militar na educação reduz criminalidade no Parque São Pedro. Os índices baixaram após a implantação do 3º Colégio da Polícia Militar” (Jesus, 2021).

É importante destacar que essas mudanças estruturais e físicas na escola ocorreram também devido à cobrança feita aos pais pela Associação de Pais, Mestres e Comunitários (APMC). Entre 2012 e 2014, o valor da contribuição era de R\$ 15,00 mensais. Considerando que a comunidade do Parque São Pedro é composta por muitas pessoas que recebem salário-mínimo, incluindo trabalhadores formais e informais, alguns pais não conseguiam contribuir, porém, isso não impediu que seus filhos continuassem estudando na escola.

Contudo, Tavares (2016) ressalta que essa “contribuição” viola os princípios constitucionais da gratuidade da educação em todos os níveis, configurando uma ilegalidade, uma vez que o Estado já possui receitas suficientes para financiar a educação. Gestores das escolas da PM ponderaram que a cobrança de taxas existe há anos e que os recursos arrecadados pelas APMCs são utilizados para pagamento de professores e pedagogos em afastamentos, compra de equipamentos e materiais, já que a Secretaria de Educação não supre todas as demandas. Também afirmaram que as cobranças são voluntárias e que, sem esses recursos, não conseguiriam custear algumas despesas (Amazonas, 2016).

O Ministério Público, por sua vez, expediu recomendação à PM para que não sejam cobradas taxas dos pais de alunos dos colégios militares para matrícula, rematrícula, aquisição de material ou uniforme escolar, ou qualquer outra finalidade. A recomendação enfatiza que a cobrança é inconstitucional e ilegal, ferindo os princípios da legalidade e moralidade, e que mesmo a vontade dos pais em pagar não legitima essa cobrança (Amazonas, 2016).

Em decisão do Juizado da Infância e da Juventude Cível, foi deferida parcialmente a suspensão da cobrança de taxas, materiais, uniformes ou valores relativos ao ingresso por processo seletivo nos colégios da PM (Amazonas, 2021). Contudo, o Tribunal de Justiça do Amazonas julgou procedente o recurso apresentado pelo estado do Amazonas e por associações de pais, mestres e comunitários das escolas da PM, revertendo a decisão de primeira instância:

O pagamento de cobranças pelos colégios da PM é legal porque tem amparo no decreto estadual e é revertido em favor dos alunos, com a melhoria no ensino e infraestrutura dos colégios, que representam apenas 6% do total de escolas públicas estaduais em Manaus e pelo percentual baixo, a cobrança não mitiga o acesso ao ensino público estadual, como argumentou o MP (Amazonas, 2021).

Percebe-se, portanto, que os colégios da PM possuem um diferencial em relação às demais escolas públicas: o poder de cobrar dos pais uma contribuição mensal para a APMC. Desde 2021, essa cobrança foi declarada constitucional pelo Tribunal de Justiça do Amazonas.

Recorte 8 – Indicador: Impactos da gestão da PM na escola: *“Eu vivi os dois mundos e eu posso afirmar que sem a Polícia Militar aqui dentro da escola, dentro do bairro, a gente não tinha chegado aonde chegou, isso com certeza”*.

[>Matusalém_ex-aluno e morador da comunidade]: (...) Na minha vida o que mais mudou desde 2012 pra cá, foi que a **gente passou a acreditar que a gente podia... E quando a Polícia Militar chegou aqui (...)** Era tudo novo (...) e a **escola foi um divisor de águas na nossa vida**. Eu defendo a escola. **Eu vivi os dois mundos. E eu**

posso afirmar que sem a Polícia Militar aqui dentro da escola, dentro do bairro, a gente não tinha chegado aonde chegou, isso com certeza.

Essa fala é fundamental para compreendermos, especificamente na EEWFL, o que mudou a partir de 2012, levando o ex-aluno a acreditar em si mesmo e a afirmar que a gestão da PM marcou um divisor de águas na vida dos estudantes, mudando o rumo incerto de seus futuros. É preciso analisar quais transformações concretas ocorreram na escola para que esse novo discurso e essa esperança surgissem entre os alunos.

4.1.2.1 Adaptação à nova gestão: Alunos que estudavam na escola antes de 2012 e permaneceram

Os alunos que já estudavam na escola antes da transição para o CPM permaneceram na instituição e gradualmente foram se adaptando à nova gestão. De acordo com a Relatório Escolar da Coordenação Pedagógica do 3º CPM (2012), o Governo do Estado forneceu uniformes completos para todos os estudantes, promovendo um senso de pertencimento e identidade junto à nova administração. A foto a seguir, gentilmente cedida pela Coordenação Pedagógica do 3º CPM, ilustra alguns alunos vestindo o uniforme oficial fornecido pelo Estado, simbolizando essa mudança de fase e a reestruturação da escola.

Foto 9 – Alunos em 2013 utilizando uniforme adquirido pelo Estado em 2012



Fonte: 3º CPM, 2013.

4.1.2.2 Reforço escolar e prática de leitura

Segundo a Coordenação Pedagógica, após a PM assumir a gestão, o primeiro passo foi avaliar a qualidade do aprendizado dos alunos, especialmente nos anos iniciais. Foi constatada uma significativa dificuldade em leitura e interpretação de texto, o que levou à implementação de reforço escolar e atividades de leitura direcionadas para aqueles com dificuldades (CMPM 3º, 2012).

Cada gestor dos colégios militares acompanha de perto o desenvolvimento dos projetos em suas unidades, observando o perfil dos alunos e identificando eventuais dificuldades em áreas específicas. Nos casos de baixo rendimento, também é oferecido reforço escolar (CMPM 3º, 2013; CMPM 5º, 2025).

Zibetti, Pansini e Souza (2012) destacam que, ao ingressar no ensino fundamental, as expectativas familiares, escolares e da própria criança voltam-se para uma rápida aquisição da leitura e escrita. Entretanto, quando essas expectativas não se concretizam e a criança apresenta atraso, explicações históricas frequentemente recaem sobre o indivíduo.

Proença (2002) observa que muitos professores interpretam as dificuldades escolares de crianças com atraso no aprendizado como patologias, indicando a necessidade de atendimento psicológico. Porém, estudos mais recentes apontam para uma compreensão ampliada, reconhecendo que muitas escolas não estão adaptadas às condições sociais e culturais das crianças de classes populares. Essa nova perspectiva fundamenta propostas pedagógicas voltadas para a reorganização escolar, a formação continuada dos professores e a ampliação do tempo dedicado à alfabetização dessas crianças (Sawaya, 2000).

Além disso, a falta de incentivo escolar é apontada como um dos principais fatores que levam à evasão. Para reverter esse quadro durante a transição para o CMPM, a gestão adotou medidas como a oferta de aulas de reforço no contraturno, a instalação de uma biblioteca com cerca de cinco mil livros, laboratório de informática com acesso à internet, salas de aula climatizadas equipadas com som e *datashow*, além de atividades esportivas, premiações e o ingresso dos alunos no Batalhão Escolar. Professores qualificados passaram a acompanhar de perto as dificuldades dos estudantes, proporcionando um suporte mais efetivo (CMPM 3º, 2012).

Foto 10 – Reforço escolar e prática de leitura



Fonte: 3º CPM, 2012.

4.1.2.3 Participação em olimpíadas do conhecimento

Segundo o Projeto Político-Pedagógico, a meta do 3º CPM (2022) é atingir 100% de aprovação. Para isso, a escola incentiva e proporciona aos alunos a participação em diversas competições acadêmicas, como a Olimpíada Brasileira de Astronomia e Astronáutica (OBA), Olimpíada Brasileira de Robótica (OBR), Olimpíada Brasileira de Física (OBF), Olimpíada Nacional de Ciências (ONC), Olimpíada Nacional de História do Brasil (ONHB), Olimpíada Brasileira de Língua Portuguesa (OLP) e OBMEP (CPM 3º, 2022). Esse incentivo teve início em 2012, ano em que a PM assumiu a gestão da escola, quando os alunos passaram a participar de todas as olimpíadas do conhecimento possíveis.

Foto 11 – Participação em olimpíadas do conhecimento



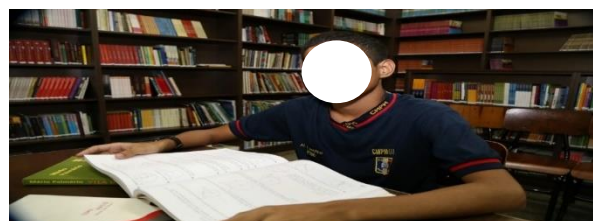
Fonte: 3º CPM, 2012.

Porém, segundo a Coordenação Pedagógica, tudo começou com a participação de vários alunos na OBMEP. Esse fato é confirmado pela OBMEP (2015), que afirma: “localizada no Parque São Pedro (bairro também conhecido como ‘antiga invasão da Carbrás’), em Manaus, a

EEWFL vem, nos últimos anos, posicionando-se entre as de melhor desempenho em todo o estado do Amazonas na OBMEP”.

As primeiras medalhas da EEWFL foram conquistadas em 2012 — uma de prata e uma de bronze, além de nove menções honrosas. Em 2013, as premiações mais do que triplicaram: uma medalha de prata, 11 de bronze e 23 menções honrosas (OBMEP, 2015). Em 2014, na 10ª edição da Olimpíada, a escola comemorou a conquista da primeira medalha de ouro, obtida pelo aluno Yuri Macedo Michele. Além do ouro, foram conquistadas duas de prata, dez de bronze e 22 menções honrosas (OBMEP, 2015).

Foto 12 – Conquista da 1ª medalha de ouro na OBMEP



Fonte: SEDUC/AM <https://antigo.seduc.am.gov.br/estudante-da-rede-estadual-conquista-medalha-de-ouro-na-olimpiada-brasileira-de-matematica/>.

Cursando o 8º ano do ensino fundamental na EEWFL (3º CMPM), localizada na Zona Centro-Oeste de Manaus, o estudante Yuri Macedo, de 13 anos, residente na comunidade do Parque São Pedro, conquistou medalha de ouro na última edição da OBMEP (Amazonas, 2015a). Mariz (2015) comenta a respeito da medalha conquistada:

Outro medalhista foi Yuri Macedo Michele, que garantiu a primeira medalha de ouro da escola na Obmep. Tímido, o garoto de 13 anos, aluno do 8º ano, fala da felicidade dos pais — a mãe dona de casa e o pai vendedor em uma fábrica de sorvetes — com a conquista. Entre os colegas, a popularidade do “aluno olímpico”, como são chamados os estudantes que se preparam no contraturno das aulas para as competições, aumentou (Mariz, 2015).

Segundo a OBMEP (2015), o gostinho do ouro foi novamente experimentado em 2015, com a conquista do aluno Gabriel Soares da Cruz Cassimiro. Além dele, outros 30 alunos da escola também foram premiados: um com medalha de prata, sete com bronze e 22 com menção honrosa. Mariz (2015), jornalista do jornal O Globo, confirma a melhoria no desempenho da escola na OBMEP, após entrevistar uma aluna medalhista:

Órfã de pai desde os 8 anos e filha de uma motorista de ônibus, Jennyfer da Silva Veloso, de 16 anos, levou o bronze e uma menção honrosa na competição. Ela foi aprovada em primeiro lugar no vestibular da Universidade Estadual do Amazonas

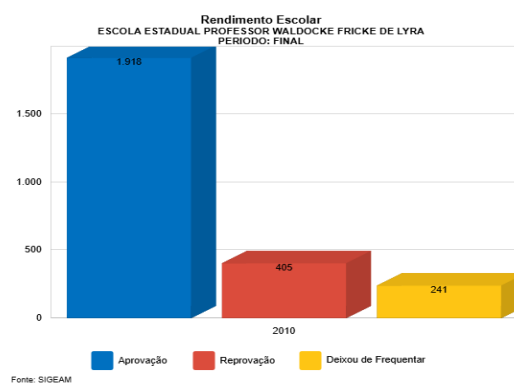
(UEA), onde começou a cursar matemática este ano. Ela conta a dificuldade de se adaptar na transição da escola para o regime militar e lembra do primeiro dia da mudança.

— Eu estava com o cabelo pintado, usava piercing no nariz, tinha franja. Fomos levados para a quadra, nos explicaram tudo. Tive que tirar esmalte, prender a franja. Com o tempo, me acostumei e percebi que, aqui, realmente o que importa é o conhecimento, e não a aparência. A escola melhorou muito no novo modelo (Mariz, 2015).

4.1.2.4 Rendimento escolar

É fundamental analisar se a gestão da PM na escola trouxe benefícios ao rendimento escolar. Para isso, será realizada uma comparação dos índices de aprovação, reprovação e evasão escolar nos anos de 2010 e 2011 — antes da gestão da PM —, e em 2013 e 2016 — após a implantação dessa gestão. Essa análise utilizará dados do Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas (SIGEAM).

Gráfico 2 – Rendimento geral escolar em 2010



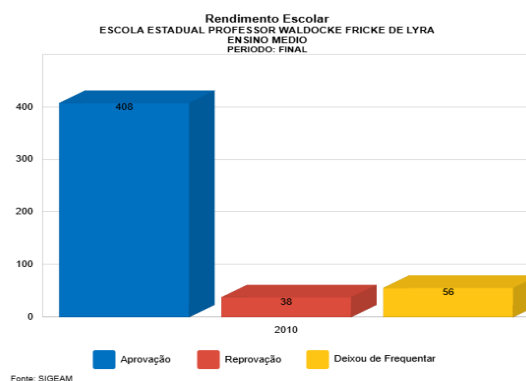
Em 2010, a escola contava com um total de 2.564 alunos, entre os ensinos fundamental e médio. Desses, ocorreram 405 reprovações e surpreendentes 241 alunos deixaram de frequentar a escola.

Fatores internos e externos, como uso de drogas, tempo na escola, sucessivas reprovações, falta de incentivo familiar e escolar, necessidade de trabalhar, excesso de conteúdo, alcoolismo, localização da escola, vandalismo, ausência de formação de valores e preparo para o mercado de trabalho, podem ser decisivos na decisão do aluno de permanecer ou abandonar a escola (Silva Filho; Araújo, 2017).

Nos discursos do grupo focal, os ex-alunos mencionaram alguns desses fatores, como a presença de drogas na escola, a localização em área considerada “vermelha” e atos de vandalismo e violência.

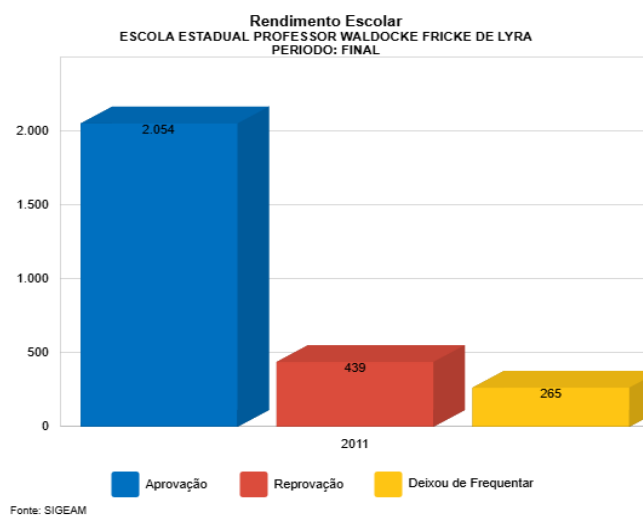
Este indicador propõe uma pergunta retórica: onde você estará daqui a dez anos? Ressalta-se, assim, a importância de analisar a realidade dos alunos do ensino médio.

Gráfico 3 – Rendimento escolar do ensino médio em 2010



Em 2010, a escola contava com 502 alunos matriculados no ensino médio. Desses, 38 foram reprovados, mas o dado mais preocupante não é apenas a reprovação, e sim os 56 alunos que abandonaram a escola naquele ano.

Gráfico 4 – Rendimento geral escolar em 2011

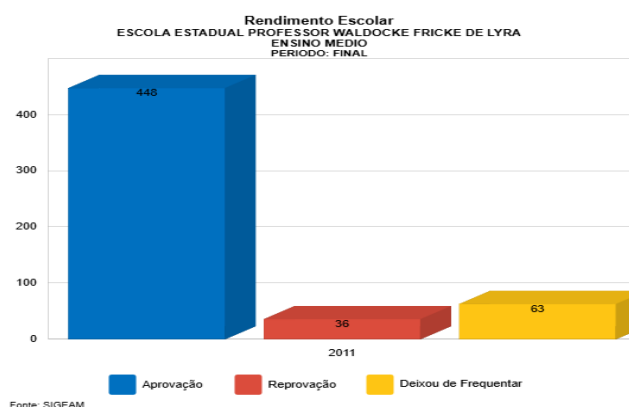


Em 2011, a escola contava com um total de 2.758 alunos, entre ensino fundamental e médio, representando um aumento de 194 alunos em relação a 2010. As reprovações também aumentaram, passando de 405 em 2010, para 439, em 2011. Infelizmente, o número de alunos

que deixaram de frequentar a escola cresceu para 265, superando os 241 abandonos registrados no ano anterior.

Talvez essa evasão escolar abundante pode ser explicada pela fala da ex-aluna Bernadete, quando frisou que tinha medo de ir à escola por causa da violência diária e das constantes brigas. O ex-aluno Matusalém não desistiu, apesar do contexto violento da época, tanto que, em sua fala, argumenta que é um sobrevivente daquele tempo.

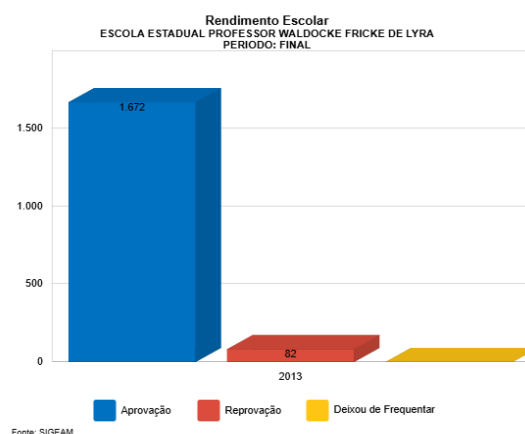
Gráfico 5 – Rendimento escolar do ensino médio em 2011



Quando se analisa o ensino médio em 2011, havia 547 alunos matriculados, 45 a mais que em 2010. Nota-se que a reprovação diminuiu, passando de 38 em 2010, para 36, em 2011. Contudo, o aspecto mais alarmante continua sendo o número de alunos que deixaram de frequentar a escola, que saltou de 56 em 2010, para 63, em 2011.

A evasão escolar gera diversos problemas, sendo possível mensurar seus danos tanto no âmbito social quanto econômico, afetando alunos e a economia do país. O desemprego é uma das consequências, uma vez que, em muitos casos, falta mão de obra qualificada para o desempenho de certas funções (Rosa; Silva; Novaes 2023).

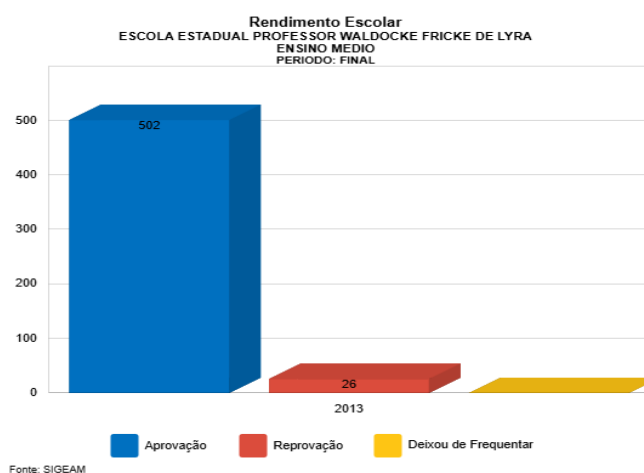
Assim, as consequências da evasão escolar têm caráter social e impactam a segurança pública, pois jovens fora da escola acabam se envolvendo em problemas urbanos como crimes, violência, tráfico e uso de drogas, alcoolismo, gravidez precoce, entre outros (Rosa; Silva; Novaes, 2023).

Gráfico 6 – Rendimento geral escolar em 2013

Em 2013, segundo ano após a PM assumir a gestão, a escola tinha um total geral de 1.754 alunos, ou seja, 1.004 alunos a menos em relação a 2011, quando havia 2.758 alunos, devido à redução de 67 para 54 turmas.

As reprovações diminuíram consideravelmente, passando de 439 em 2011, para 82, em 2013. Uma das grandes contribuições iniciais trazidas pela gestão da PM foi zerar a evasão escolar, que caiu de 265 alunos que deixaram de frequentar a escola em 2011, para o expressivo número zero, em 2013.

Sobre a diminuição brusca na quantidade de alunos após a PM assumir a gestão, destaca-se que as séries iniciais do ensino fundamental I foram extintas, assim como a Educação de Jovens e Adultos (EJA), referente ao ensino fundamental II e ao ensino médio (CMPM 3º, 2013).

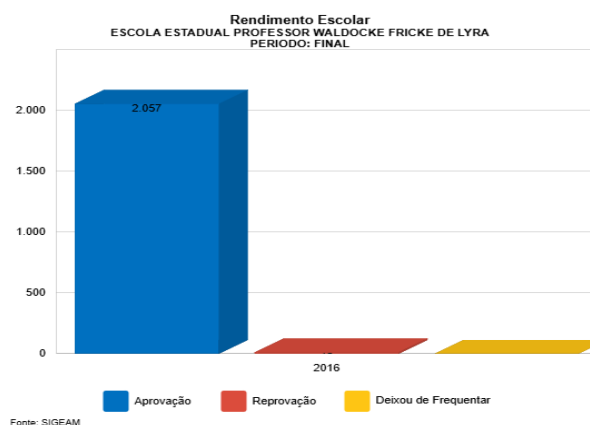
Gráfico 7 – Rendimento escolar do ensino médio em 2013

Quando se analisa o ensino médio em 2013, havia um total de 528 alunos. Nota-se que o número de reprovações diminuiu para 26 alunos, dez a menos do que em 2011. Como já mencionado, não houve evasão escolar naquele ano.

Dessa forma, percebe-se que, já no segundo ano de gestão, a PM conseguiu alcançar três objetivos importantes: reduzir o número de alunos matriculados, ou seja, diminuir a lotação nas salas de aula, diminuir o número de reprovações e, principalmente, zerar a evasão escolar.

Em 2016, o quinto ano da gestão da PM na escola, essa era a realidade em relação as aprovações, reprovações e evasão escolar:

Gráfico 8 – Rendimento geral escolar em 2016



Em 2016, a escola contava com um total geral de 2.069 alunos, distribuídos em 52 turmas. As reprovações diminuíram consideravelmente: de 439 em 2011, para 82 em 2013, e apenas 12 em 2016.

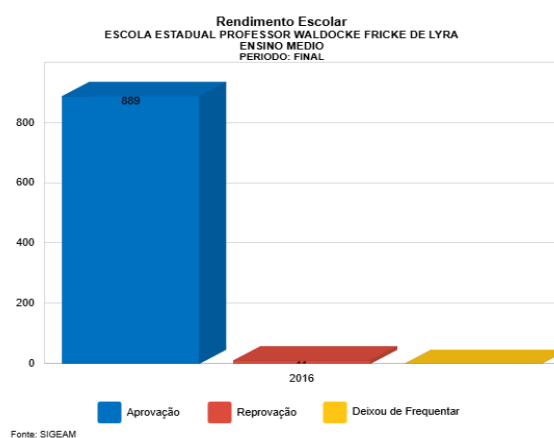
Como citado anteriormente, uma das grandes contribuições iniciais da gestão da PM foi zerar a evasão escolar já em 2013, ou seja, caiu de 265 alunos em 2011, para zero naquele ano, resultado mantido cinco anos depois, em 2016.

O número de alunos matriculados aumentou, pois a escola passou a matricular mais estudantes no 5º e 6º ano do ensino fundamental, além da 1ª série do ensino médio no turno noturno. Aliás, segundo o Projeto Político-pedagógico, o 3º CPM é o único que oferece ensino noturno.

Além disso, foi promulgada a Lei nº 257, de 30 de abril de 2015, publicada no Diário Oficial do Estado do Amazonas em 06 de maio do mesmo ano, que dispõe sobre o número máximo de alunos por sala de aula na rede pública e privada de ensino do estado e dá outras providências:

Art. 1º As escolas da Rede Pública e Privada de Ensino do Estado do Amazonas funcionarão com salas de aula em que o número máximo de alunos matriculados em cada uma seja o seguinte:
 I - para as salas de aula das cinco primeiras séries do 1º a 5º ano do ensino fundamental, até 25 alunos;
 II - para as salas de aula do ensino fundamental, de 6º ao 9º ano, até 30 alunos;
 III - para as salas de aula do ensino médio, até 35 alunos.
 Art. 2º Ao número de alunos definidos nos incisos I, II e III do artigo anterior, poderá ser acrescido 05 (cinco) alunos, no caso de classes das mesmas séries ali estabelecidas, que funcionarem como cursos profissionalizantes (Amazonas, 2015).

Gráfico 9 – Rendimento escolar do ensino médio em 2016



Ao analisar o ensino médio em 2016, constatou-se a presença de 900 alunos. Nota-se que o número de reprovações diminuiu para apenas 11 alunos. Como já foi mencionado, não houve evasão escolar nesse ano.

Rendimento escolar do total geral de alunos matriculados – Resumo

Período anterior à gestão da PM

Tabela 2 – Alunos aprovados, reprovados e evasão escolar em 2010 e 2011

Ano	Aprovados	Reprovados	Evasão escolar
2010	1918	405	241
2011	2054	439	265

Fonte: Elaborada pelo autor (2025).

Período após a PM assumir a gestão da escola:

Tabela 3 – Alunos aprovados, reprovados e evasão escolar em 2013 e 2016

Ano	Aprovados	Reprovados	Evasão escolar
2013	1672	82	0
2016	2057	12	0

Fonte: elaborado pelo autor (2025)

Analisando o resumo do rendimento escolar entre os anos de 2010 e 2011, antes da PM assumir a gestão da escola, e entre os anos de 2013 e 2016, após a PM assumir a gestão da escola, percebe-se uma queda acentuada entre os alunos reprovados. Contudo, ratifica-se que a maior contribuição da gestão da PM na escola analisada foi o fato de os alunos não abandonarem seus sonhos, seus estudos; a evasão escolar caiu de 265 em 2011, para zero, em 2013.

4.1.2.5 Exame Nacional do Ensino Médio

O Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) foi instituído em 1998, com o objetivo de avaliar o desempenho escolar dos estudantes ao término da educação básica. Em 2009, o Exame aperfeiçoou sua metodologia e passou a ser utilizado como mecanismo de acesso ao ensino superior (Brasil, 2019).

Para apresentar as médias das escolas, optou-se por utilizar os microdados, oferecendo assim o resultado de todas as escolas cujos alunos participaram do Enem. Acredita-se ser importante que cada escola conheça sua taxa de participação no exame e a pontuação média de seus alunos (Brasil, 2019).

Para compreender os possíveis benefícios da gestão da PM na escola, será realizada uma análise comparativa da participação dos alunos no Enem nos anos de 2010 e 2011, antes da PM assumir a gestão, e nos anos de 2013 e 2019, após essa gestão.

Em 2012, a Fundação Lemann e a Meritt idealizaram o Portal QEdU e, desde 2020, o portal está sob a gestão do Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede). O portal promove o acesso aos principais dados da educação básica brasileira e de avaliações internacionais de forma rápida e simplificada, por meio de imagens e gráficos que facilitam sua compreensão. Nas plataformas, estão disponíveis vários dados, entre eles informações sobre o Enem e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb) (QEdU, 2025).

Figura 1 – Resultado do Enem 2010

Fonte: QEdU, 2010.

Percebe-se que, em 2010, havia um total de 136 alunos matriculados na 3ª série do ensino médio (Amazonas, 2010). Contudo, apenas três alunos participaram do Enem. Como consequência, excluindo a redação, a média geral da escola foi de 468 pontos.

Figura 2 – Resultado do Enem 2011

Fonte: QEdU, 2010.

Por sua vez, em 2011, havia um total de 145 alunos matriculados na 3ª série do ensino médio (Amazonas, 2011). Contudo, apenas 46 alunos participaram do Enem. Como consequência, excluindo a redação, a média geral da escola foi de 433 pontos.

Observa-se, ainda, uma queda acentuada nas médias parciais de Ciências Humanas e Ciências da Natureza. Em 2010, a pontuação parcial em Ciências Humanas foi de 524 pontos, mas caiu para 425 pontos em 2011.

Figura 3 – Resultado do Enem 2013

Fonte: QEdU, 2013.

Em 2013, havia um total de 107 alunos cursando a 3ª série do ensino médio (Amazonas, 2013). Com a gestão da PM na escola, 90 alunos participaram do Enem, representando uma taxa de participação de aproximadamente 84%. Como resultado, excluindo a redação, a média geral da escola foi de 475 pontos.

Figura 4 – Resultado do Enem 2019

Fonte: QEdU, 2019.

Em 2019, havia 311 alunos cursando a 3ª série do Ensino Médio (Amazonas, 2019). No oitavo ano da gestão da PM na escola, 249 alunos participaram do Enem, representando uma taxa de participação de aproximadamente 80%. Como consequência, excluindo a redação, a média geral da escola foi de 503 pontos.

O desempenho do 3º CPM no Enem 2019 foi significativo, posicionando a escola na 39ª colocação no *ranking* das 100 melhores escolas de Manaus (considerando médias objetivas), entre instituições públicas e privadas de ensino, com média de 502,98 pontos (Jesus, 2021).

Tabela 4 – *Ranking* das 100 melhores notas do Enem 2019

1	CENTRO EDUCACIONAL LATO SENSU	640.21
2	LAVINIENSE ENSINO INTEGRADO E CE PINGO DE GENTE	633.77
3	FUNDACAO MATIAS MACHLINE	617.79
4	CENTRO EDUC LATO SENSU II	611.73
5	CENTRO EDUCACIONAL ADALBERTO VALLE – UNIDADE I	601.64
6	COLEGIO MILITAR DE MANAUS	601.48
39	ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR WALDOCKE FRICKE DE LYRA	502.98
40	COLEGIO AMAZONENSE DOM PEDRO II	497.94
41	INSTITUTO DE EDUCACAO DO AMAZONAS	497.78
42	EETI ENGENHEIRO PROFESSOR SERGIO ALFREDO PESSOA FIGUEIREDO	497.70
43	ESCOLA ESTADUAL MARIA RODRIGUES TAPAJOS	493.91

Fonte: Inep (2019) *apud* Jesus (2023).

Ao analisar a escola no período entre 2005 e 2011 e, posteriormente, entre 2012 e 2013, OBMEP (2015) argumenta que:

Em poucos anos, a escola saiu de uma situação de resultados tímidos na OBMEP, com apenas algumas menções honrosas entre 2005 e 2011, para um patamar de destaque na Olimpíada a partir de 2012. No IDEB, o salto também foi extraordinário: no 5º ano, a pontuação passou de 3.3 em 2011 para 6.1 em 2013, e no 9º ano, de 3.1 em 2011 para 5.8 em 2013. Também a partir de 2012, a escola vem sendo premiada, com recursos extras, pelo governo do estado do Amazonas por atingir todas as metas estabelecidas – como, por exemplo, a diminuição significativa dos índices de absenteísmo, repetência e evasão (OBMEP, 2015).

E, já que mencionamos os resultados no Enem, passemos agora a analisar as mudanças ocorridas no Ideb com a gestão da PM na escola.

4.1.2.6 Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb)

O Ideb é calculado com base no aprendizado dos alunos em Português e Matemática (Sistema de Avaliação da Educação Básica – Saeb) e no fluxo escolar (taxa de aprovação). O indicador de aprendizado varia de 0 a 10; quanto maior, melhor. Porém, o 10 é praticamente inatingível, pois significaria que todos os alunos obtiveram o rendimento esperado (QEdU, 2025).

Desta forma, utilizando os dados do QEdU, verifica-se a evolução da escola após ser administrada pela PM, juntamente com a Secretaria de Estado de Educação do Amazonas (SEDUC). Para ratificar, o QEdU apresenta os dados referentes aos anos iniciais, ou seja, alunos

do 5º ano do ensino fundamental I, e referentes aos anos finais, isto é, alunos do 9º ano do ensino fundamental II.

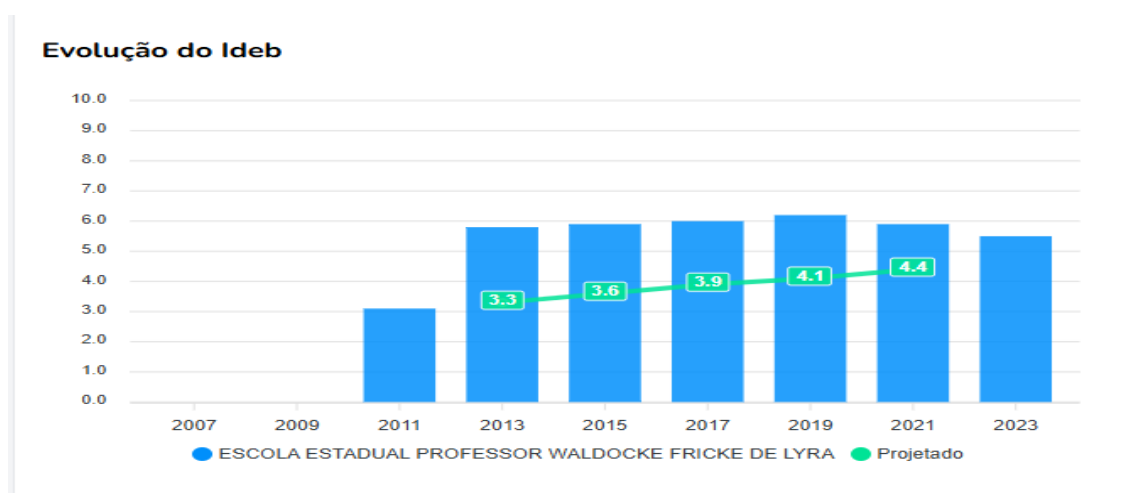
Gráfico 10 – Comparação do Ideb dos anos iniciais de 2011 a 2021



Fonte: QEdu, 2011.

Em 2011, antes da PM assumir a gestão da escola, a média alcançada foi de 3,3. Em 2012, a PM assumiu a escola e, já em 2013, a média do Ideb da EEWFL foi de 6,1, ultrapassando a média projetada pelo Ideb, que era de 3,5. Contudo, analisando de forma mais abrangente, percebe-se que, já em 2013, a escola ultrapassou a média projetada para 2021, que era de 4,7 pontos.

Gráfico 11 – Comparação do Ideb dos anos finais de 2011 a 2021



Fonte: QEdu, 2011.

Em relação aos anos finais, antes da PM assumir a gestão da escola, a média alcançada foi de 3,1. Em 2013, a média do Ideb da EEWFL foi de 5,8, ultrapassando a média projetada pelo Ideb, que era de 3,3. E, da mesma forma que na análise aprofundada dos anos iniciais, ao

se analisar os anos finais de forma mais contundente, percebe-se que, já em 2013, a escola ultrapassou a média projetada para 2021, que era de 4,4 pontos.

4.1.2.7 Governo do Estado paga 14º, 15º e 16º salários a servidores da educação cujas escolas atingiram metas no Ideb e Ideam

O Prêmio de Incentivo ao Cumprimento de Metas para os Profissionais da Educação Estadual foi estabelecido pelo Decreto Estadual nº 31.488/11. O prêmio foi pago em dezembro de 2014, beneficiando 3.141 servidores de 99 escolas públicas estaduais que alcançaram ou superaram, naquele mesmo ano, as metas estaduais no Ideb e no Índice de Desempenho Educacional do Amazonas (Ideam) (Amazonas, 2014).

Tabela 5 – Escolas contempladas com o 14º salário

Escolas contempladas com o 14º salário:

Município	Escola	Premiação
Humaitá	E.E Patronato Maria Auxiliadora	14º
Manaus	E.E de Tempo Integral Gonçalves Dias	14º
Manaus	E.E Izabel Barroncas	14º
Itacoatiara	E.E Capitão-General Mendonca Furtado	14º
Manaus	E.E N. Sra da Glória	14º
Manaus	E.E Olavo Bilac	14º
Parintins	E.E Araújo Filho	14º
Manaus	E.E Altair Severiano Nunes	14º
Manaus	Escola Estadual Professor Djalma Batista	14º
Novo Airão	E.E Balbina Mestrinho	14º
Manaus	E.E de Tempo Integral Marquês de Sta Cruz	14º
Manaus	E.E Waldo Fricke De Lyra	14º
Manaus	E.E Leonor Santiago Mourão	14º
Manaus	E.E de T. Integral Sergio Pessoa Figueiredo	14º

Fonte: Amazonas, 2014.

De acordo com Amazonas (2014), o benefício foi concedido aos servidores de 99 escolas públicas estaduais. Conforme os critérios estabelecidos, naquele ano, 61 escolas tiveram direito ao 14º salário, e o 3º CPM estava entre as instituições agraciadas.

Ressalta-se que, após três anos de gestão da PM, a escola apresentou um desenvolvimento significativo, a ponto de ser premiada e de seus servidores receberem um salário extra como incentivo pelo cumprimento das metas estabelecidas.

Mas não parou por aí, pois a escola continuou superando as metas projetadas pelo Ministério da Educação (MEC), conforme pode ser verificado no quadro abaixo:

Quadro 5 – Média do Ideb alcançada pela escola

ANO	IDEB ALCANÇADO PELA ESCOLA			METAS PROJETADAS PELO MEC			
	2015	2017	2019	2013	2017	2019	2021
5º	7.7	7.7	7.6	3.5	4.1	4.4	4.7
9º	IDEB ALCANÇADO PELA ESCOLA			METAS PROJETADAS PELO MEC			
	2015	2017	2019	2013	2017	2019	2021
	5.9	6.0	6.2	3.3	3.9	4.1	4.4
3º	IDEB ALCANÇADO PELA ESCOLA			METAS PROJETADAS PELO MEC			
	2015	2017	2019	2013	2017	2019	2021
	-	4.6	4.9	-	-	4.9	5.1

Fonte: Inep (2019) *apud* Jesus (2023).

Observa-se, a partir dos dados apresentados sobre os indicadores de qualidade da EEWFL/3º CPM, que, no ensino fundamental anos iniciais, apesar de o resultado obtido em 2019 ter apresentado uma redução de um décimo em relação aos anos anteriores, o Ideb alcançado ainda é superior às metas projetadas pelo MEC (Jesus, 2021).

4.1.2.8 O uniforme de novos alunos e o uniforme diário

Apesar de ser uma escola estadual, a unidade passou a ser administrada pela PM e, por isso, os uniformes dos alunos passaram a ser diferenciados. Ao ingressarem na escola, todos os alunos novos utilizam, durante 30 dias, o uniforme de adaptação ao Colégio Militar (CPM 3º, 2018). Salienta-se que esse uniforme deve ser adquirido pelos pais ou responsáveis.

Foto 13 – Uniforme de adaptação militar



Fonte: 3º CPM, 2022.

O Manual do Aluno (CMPM 3º, 2018) descreve na íntegra como deve ser esse uniforme:

2. Uniforme (para ambos os sexos): a) Calça jeans azul com cinto de lona preto com fivela do CMPM; b) Camiseta branca (gola careca) com: - Nome de Guerra do Aluno, tipagem sanguínea e série do lado direito do peito; - Símbolo do CMPM do lado esquerdo do peito; - CMPM III atrás da camiseta Obs.: A gola em “V” não é regulamentar; c) Gorro azul escuro com o símbolo do colégio na frente e a frase “Disciplina, Honra, Educação na parte de trás. d) Tênis todo preto com cadarço (sem detalhes); e) Meias brancas (CMPM 3º, 2018).

O Manual do Aluno (CMPM 3º, 2018) enfatiza, por fim, que somente após os 30 dias de adaptação os novos alunos poderão utilizar o segundo uniforme do colégio, denominado “diário”.

Foto 14 – Alunos com o uniforme diário da escola



Fonte: 3º CMPM, 2022.

Segundo o Manual do Aluno (CMPM 3º, 2018), o uniforme diário deve seguir as seguintes descrições:

UNIFORME DIÁRIO: Boina com distintivo do CMPM, camisa caqui com botões, nome do Aluno e distintivo de série, camisa interna branca, saia (fem.)/calça (masc.), cinto preto com fivela, sapato social preto com cadarço e engraxado e meias totalmente pretas. A boina deve ser de cor cinza grafite com distintivo do CMPM no lado direito e uso obrigatório para alunos do sexo feminino e masculino. A camisa interna deve ser de meia de cor branca e logotipo do colégio localizado na parte superior esquerda (para ambos os sexos). Da camisa externa: De tecido tergal na cor caqui com manga curta, o distintivo do CMPM no bolso direito, distintivo do ANO/SÉRIE em ambas as mangas e tarjeta de identificação na cor cinza grafite costurado no lado superior direito, bordado nas laterais e com a inscrição AL. “NOME DE GUERRA” em letras ARIAL BLACK com 1,0 cm de altura na cor amarela (para ambos os sexos). Da calça: De tecido liverpool de cor cinza grafite com listra vertical na lateral de cor caqui (somente para o sexo masculino). Do short-saia: De tecido liverpool de cor cinza grafite com listra vertical na lateral de cor caqui, o tamanho deverá ser de 3,0 cm abaixo do joelho (somente para o sexo feminino). Do cinto: Deverá ser de lona sintética de cor preta com a fivela lisa ou com o símbolo do CMPM

(ambos os sexos). Do calçado feminino: Deverá ser na cor preta, compor meia na cor branca do tipo soquete sem detalhes e sapato do tipo colegial sem fivela e sem salto. Do calçado masculino: Deverá ser social de bico redondo de cor preta com cadarço, compor de meia do tipo social de cor preta (CMPM 3º, 2018).

Importante frisar que, em 2012, primeiro ano da gestão da PM na escola, o Governo do Estado, por meio da Secretaria de Educação, adquiriu e entregou duas peças de uniformes para cada aluno. Todavia, a partir de 2013, os pais dos alunos novatos deveriam adquirir os uniformes por conta própria, ou seja, começaram a comprá-los, sem ônus para o Estado.

4.1.2.9 Projeto Fardamento Solidário

O projeto, idealizado e realizado pela assistente social e pedagoga Cláudia Sampaio — especialista em dependência química e psicopedagogia — atua no atendimento aos alunos e familiares da escola. Seu objetivo é entregar doações de fardamentos aos alunos contemplados pelo Projeto Fardamento Solidário, possibilitando condições igualitárias para o acesso e permanência no 3º CMPM/EEWFL.

Após estudos de caso, Sampaio (2020) constatou que muitos alunos da comunidade do Parque São Pedro são de baixa renda e não tinham condições financeiras para adquirir o fardamento escolar:

Após anos trabalhando no ambiente escolar, identifiquei que os custos para compra de fardamento escolar, é um problema que atinge muitas famílias, as de baixa renda são as mais atingidas, pois não tem condições de comprar, sendo assim, foi realizado esse projeto para que todos possam ter acesso a escola de maneira igualitária no quesito fardamento (Sampaio, 2020).

Com o intuito de diminuir os custos, e a partir da demanda e diagnóstico da problemática, a assistente social iniciou o projeto solicitando dos alunos egressos a doação voluntária de seus uniformes. Com as doações recebidas e a triagem social realizada, a escola começou a distribuir fardamentos para os alunos da comunidade. Dessa forma, muitos estudantes tiveram a oportunidade de obter o fardamento sem custos, podendo iniciar o ano letivo devidamente uniformizados.

Foto 15 – Alunos beneficiados pelo Projeto Fardamento Solidário



Fonte: Sampaio, 2020.

4.1.2.10 Regime disciplinar

Ao ingressar em um CMPM, no primeiro contato com a escola, além de receber uma cópia do Manual do Aluno e do Regimento Escolar, para que sejam esclarecidos os detalhes quanto ao funcionamento da instituição, bem como os direitos e deveres dos discentes, o aluno também recebe uma ficha disciplinar, na qual são diariamente registradas, pelos policiais militares do Corpo de Alunos, informações sobre sua vida disciplinar — ou seja, suas transgressões cometidas e atos meritórios de destaque, como será detalhado adiante (Jesus, 2021).

O regime disciplinar, com suas consequências na formação da criança e do adolescente, influenciando a conduta do educando dentro e fora do universo escolar, deve criar condições para que o desenvolvimento de sua personalidade se processe em consonância com os padrões éticos e da cidadania, incorporando à sua formação os atributos indispensáveis à ascensão social (Amazonas, 2024).

Amazonas (2024) versa sobre o Capítulo II do Regimento Escolar dos CMPMs, abordando os direitos e deveres do CA, da seguinte forma:

Art. 237 – São direitos do educando:

- I. Participar das atividades escolares destinadas à sua formação como elemento consciente e atuante na comunidade em que convive;
- II. Ter acesso aos recursos didático-pedagógicos oferecidos pelo Colégio;
- III. Utilizar as salas autorizadas e as dependências recreativas do Colégio;
- IV. Conhecer o presente Regimento e solicitar informações sobre o mesmo;
- V. Solicitar esclarecimento, oralmente ou por escrito sobre resultado de avaliação;
- VI. Ser respeitado em sua individualidade;
- VII. Valer-se dos serviços oferecidos pelo Colégio;
- VIII. Estabelecer diálogo franco e aberto com o Comando, Professores, Pedagogos, Instrutores e Monitores para possíveis esclarecimentos e enriquecimento mútuos;

- IX. Expor as dificuldades encontradas em seus trabalhos escolares, solicitando ajuda e orientação;
- X. Justificar, através do responsável, suas faltas dentro do prazo estabelecido neste Regimento;
- XI. Participar das reuniões, quando convocados;
- XII. Receber orientação e assistência do Corpo de Alunos;
- XIII. Concorrer às condecorações do Colégio, de conformidade com os regulamentos próprios;
- XIV. Recorrer das decisões com as quais discordar, observando prazos e formalidades.

Art. 238 – São deveres do educando:

- I. Respeitar as normas que disciplinam a convivência na comunidade escolar;
- II. Frequentar com assiduidade, pontualidade e interesse as aulas e demais atividades escolares;
- III. Zelar pela ordem e asseio do prédio, assim como pela conservação do mesmo, do mobiliário, do material didático e de todo material de uso coletivo, responsabilizando-se pelos danos causados;
- IV. Integrar-se na dinâmica do processo educativo;
- V. Respeitar a filosofia do Colégio, engajando-se nela;
- VI. Tratar com urbanidade e respeito o Comando, Professores, Pedagogos, Instrutores, Monitores, Funcionários e seus pares;
- VII. Cumprir as disposições deste Regimento;
- VIII. Posicionar-se eticamente;
- IX. Cumprir as Normas Gerais de Ação do Colégio;
- X. Exercer seus direitos;
- XI. Falar a verdade;
- XII. Zelar pelo seu material dos Colegas, dos Professores e dos Servidores do Colégio;
- XIII. Manter o uniforme diário e o uniforme de educação física em bom estado de conservação, assim como costurar no uniforme diário o cadarço de identificação do nome de guerra “sutache” e a identificação da série a qual pertence, bem como bordar no uniforme de educação física o nome de guerra e a série.
- XIV. Observar o que prescrevem as ordens em vigência, primando por uma conduta exemplar, tanto em âmbito interno quanto externo;
- XV. Observar rigorosamente a proibidade na execução de qualquer verificação do rendimento escolar ou trabalho escolar, considerando-se o emprego de recursos fraudulentos como ofensa a disciplina;
- XVI. Procurar obter o máximo de aproveitamento no ensino ministrado, desenvolvendo para tanto a organização e métodos de estudos;
- XVII. Zelar pela sua saúde e dos colegas, sendo proibido o uso de fumo, bebidas alcoólicas e substâncias tóxicas e ilícitas nas dependências da Escola;
- XVIII. Cumprir as determinações da Direção, dos professores, dos monitores e dos funcionários nas respectivas esferas de competências;
- XIX. Apresentar material didático individual, necessário nas aulas e atividades;
- XX. Permanecer na Escola durante o período de aula, sendo permitido seu afastamento somente com presença dos pais ou responsável;
- XXI. Justificar junto à Coordenação Pedagógica, através de seu responsável, mediante atestado médico ou outros meios aptos, a ausência a provas e entrega de trabalhos na data prevista; e
- XXII. Manter seus pais ou responsáveis cientes das atividades escolares, bem como das solicitações do Colégio, particularmente das que se referem à necessidade de suas presenças e compromissos.
- XXIII. Comparecer as solenidades cívicas assim como as reuniões de caráter escolar cultural, social, religioso e outros eventos programados pela Escola.
- XXIV. Usar uniforme diariamente, documento e material de identificação quando lhes forem exigidos.

XXV. Cumprir fielmente os demais preceitos deste Regimento no que lhe couber (Amazonas, 2024, p. 58).

O artigo 240 do Regimento Escolar Único aborda a melhoria do comportamento e as sanções disciplinares, asseverando que as recompensas decorrem das manifestações de qualidade de conduta e das atividades que se destacam do procedimento normal (Amazonas, 2024). Consta também no Regimento Escolar que as recompensas se materializam por meio de:

- I. Louvores individuais, em particular ou em público;
 - II. Louvores coletivos;
 - III. Condecorações por méritos alcançados, conferidas anualmente em conformidade com regulamento próprio;
 - IV. Diplomas de Honra ao Mérito.
 - V. Inscrições no grupamento da Legião de Honra;
 - VI. Promoção aos Postos Hierárquicos Escolares.
- § 1º - Toda recompensa será registrada nos assentamentos do educando;
- § 2º - As notas atribuídas ao comportamento do educando não serão computadas para efeito de promoção de resultados finais de uma série para outra.

Segundo Amazonas (2024), o Regimento Escolar, em seu artigo 241, assevera que constituirão fatores de melhoria de comportamento e receberão valores que influenciarão no cômputo do grau de comportamento registrados nas folhas de alterações disciplinares dos educandos. O 3º CPM (2018), mediante o Manual do Aluno, continuou a elogiar os alunos da seguinte forma:

I - ELOGIOS CONQUISTADOS PELOS ALUNOS:

- a) Batalhão Escolar.....1,0
- b) Grupamento de Mérito Escolar Prof. Aizamor Kennedy.....0,8
- c) Legião de Honra.....0,6
- d) Conquistar Alamar trimestral.....0,4
- e) Não possuir nenhuma falta trimestral.....0,3
- f) Não possuir nenhuma punição trimestral.....0,3
- g) Alcançar a média trimestral.....0,2
- h) Desfile voluntariamente na Semana da Pátria:
 - 02 de setembro.....0,5
 - 05 de setembro.....0,5
 - 07 de setembro.....0,5
- i) Conquistar medalha nos Jogos Escolares do CD7(JOESC 7).....0,3
- j) Conquistar medalha nos Jogos Escolares do Amazonas (JEAs).....0,5
- k) Conquistar medalha nos Jogos Escolares Brasileiros (JEBs).....1,0

II- ELOGIOS A CRITÉRIO DO COMANDANTE DO C.A.

- a) Cumprir com êxito a função de CGPE.....0,3
- b) Cumprir com êxito a função de Supervisor.....0,2
- c) Cumprir com êxito a função de Chefe de Turma.....0,2
- d) Cumprir com êxito a Função de Aluno de Dia.....0,1

III -ELOGIOS A CRITÉRIO DO COMANDANTE DE CIA

- a) Demais elogios do Comandante de Cia.....0,2

IV - ELOGIOS COLETIVOS (“ZERO” FALTAS NA SEMANA)

- a) Elogiar a turma publicamente e individualmente o (a) aluno (a) do 3º CPM, pela

assiduidade escolar durante uma semana completa, conquistando “ZERO”
FALTAS.....0,2

V - ELOGIOS DO COMANDANTE DO COLÉGIO

a) O elogio do Comandante será discricionário, podendo somar de 0,1 décimos a 1,0 ponto na Ficha disciplinar (CMPM 3º, 2018).

O Regimento Escolar também trata das transgressões disciplinares. Segundo Amazonas (2014, p. 61), a transgressão da disciplina “decorrerá da violação dos preceitos de ética, dos deveres e obrigações escolares, das regras de convivência social e dos padrões de comportamento impostos aos educandos, em função do sistema de ensino peculiar do CMPM”.

Amazonas (2024) afirma ainda que as penalidades cometidas receberão determinados valores numéricos no cálculo da classificação do comportamento:

a) Advertência0,20
b) Repreensão.....0,30
c) Sustação de Folga.....0,40 (por dia)
d) Suspensão das atividades escolares0,50 (por dia)

O artigo 296 do Regimento Escolar estabelece que o educando agraciado com os elogios mencionados anteriormente terá seu grau de comportamento acrescido dos valores numéricos previstos, até atingir o grau máximo de 10,0 (Amazonas, 2024). Dessa forma, segundo Jesus (2021), o comportamento dos discentes em uma escola militar é convertido em graus que variam de 0 a 10, de acordo com o desempenho do aluno ao longo de todo o ano letivo, conforme descrito a seguir:

IX) DO COMPORTAMENTO DO ALUNO

O comportamento do aluno é classificado por grau numérico, de acordo com o seguinte critério:

a) grau 10,0 a 9,1Excepcional
b) grau 9,0 a 8,1.....Ótimo
c) grau 8,0 a 6,0.....Bom
d) grau 5,9 a 4,0.....Regular
e) grau inferior a 4,0Insuficiente

Destaca-se que, no ato da matrícula, todos os alunos são classificados com o comportamento “BOM” (8,0) e que, ao atingirem o grau “INSUFICIENTE”, os alunos são advertidos de que, se cometerem mais alguma transgressão, terão sua matrícula cancelada na escola (Jesus, 2021). O cancelamento da matrícula do aluno e conseqüente desligamento, conforme o artigo 300 do Regimento, poderá ocorrer nos seguintes casos:

- I. cometer falta de natureza gravíssima, conforme o Art. 292 e o Art. 270, §4º deste Regimento;
- II. ingressar o aluno no comportamento insuficiente.

Analisando o artigo 292 do Regimento, as faltas de natureza gravíssima que podem ter como consequência o cancelamento da matrícula dos alunos, conforme Amazonas (2024), são:

- I. a transgressão que afete gravemente ao pundonor do aluno;
- II. a falta ou faltas disciplinares que tornem o aluno incompatível com o bom nome do Colégio e a dignidade da sala de aula;
- III. tomar parte o aluno em movimento reivindicatório que concorram para quebra da disciplina e desprestígio da instituição perante a coletividade;
- IV. valer-se o aluno, de modo reincidente ou contumaz, de meios ilícitos ou fraudulentos para solução de trabalhos escolares;
- V. a prática de ato infracional, infração penal e (ou) contravenção penal, conforme legislação vigente;
- VI. houver sido condenado por ato infracional ou crime de natureza dolosa, conforme legislação vigente;
- VII. portar ou fazer o uso de substância de natureza tóxica ou entorpecente, no interior do Colégio, ou fora dela desde que em atividade de natureza pedagógica ou em seus deslocamentos, enquanto estiver fazendo uso do Uniforme do Colégio; e
- VIII. enquanto uniformizado, agredir fisicamente quem quer que seja, causando lesão corporal de qualquer natureza, desde que não haja causas de justificação (Amazonas, 2024).

Por seu turno, o artigo 270 do Regimento versa sobre as transgressões disciplinares previstas neste artigo, que serão classificadas em leve, média, grave e gravíssima. O parágrafo 4º versa especificamente sobre as transgressões gravíssimas, que devem ser punidas com cinco a dez dias de suspensão das atividades escolares, ou cancelamento da matrícula:

- I. ofender, provocar, desafiar ou agredir colegas, professores, técnicos, funcionários do Colégio ou superiores por atos ou palavras, pessoalmente, por terceiros ou por rede social, por aplicativos de mensagens ou envio de mensagens;
- II. ter em seu poder ou introduzir no Colégio qualquer arma ou objeto que venha ofender a integridade física de qualquer pessoa;
- III. danificar, extraviar e (ou) subtrair coisa alheia de qualquer pessoa dentro da área correspondente ao Colégio;
- IV. ter em seu poder ou introduzir no Colégio bebidas alcoólicas ou substâncias entorpecentes;
- V. fazer uso de remédios sem a receita prescrita;
- VI. comparecer ao Colégio ou a qualquer atividade escolar em estado de embriaguez alcoólica ou sob efeito de substâncias entorpecentes;
- VII. falsificar a rubrica dos responsáveis ou quaisquer outras autoridades;
- VIII. ausentar-se das dependências da escola sem a devida autorização do Corpo de Alunos;
- IX. usar de meios ilícitos ou fraudulentos para realização e solução de provas e trabalhos escolares;
- X. conduzir veículo automotivo ou similares, motocicleta ou similares sem estar devidamente Habilitado (Amazonas, 2024).

Portanto, a cada medida disciplinar sofrida, corresponde uma perda de pontuação em grau numérico, que será subtraída a partir do grau inicial de cada ano letivo, até atingir o grau de comportamento insuficiente 3,99. O Regimento orienta, em seu artigo 291, que os pais do aluno que ingressar neste grau devem ser imediatamente cientificados, por escrito. Após a obrigatória publicação em Boletim Interno, este aluno será submetido à avaliação do conselho de classe.

Por fim, conforme esclarece Amazonas (2024, p. 75), o Regimento garante ao “aluno ou a seu responsável ou representante legal, o direito de pedir reconsideração de ato, toda vez que se julgar prejudicado”.

4.1.2.11 Críticas ao cancelamento de matrícula dos alunos transgressores

Aqui reside uma das críticas mais contundentes às escolas geridas pela PM: a finalidade da escola é o desenvolvimento do aluno, mas, frequentemente, aqueles que mais precisam dela — os que transgridem — acabam sendo expulsos ou têm seu direito à educação restringido.

Nessa mesma linha de raciocínio, Archanjo (2019, p. 55) argumenta que “o fato de apresentar algum sinal de mau comportamento deveria ser, na verdade, um indício de que a escola deveria atuar com maior proximidade do aluno, promovendo mudanças mais significativas”.

Rocque e Paternoster (2011) *apud* Archanjo (2019) sugerem que a remoção de alunos do ambiente escolar devido a problemas disciplinares nega às crianças e aos adolescentes, oportunidades de aprendizado e, conseqüentemente, prediz complicações futuras na vida adulta, como desemprego e encarceramento.

É importante lembrar que o objetivo de qualquer sistema disciplinar deve ser assegurar um clima escolar seguro, ao mesmo tempo em que evita políticas e práticas excludentes que reduzem as oportunidades de aprendizagem (Lacoe; Steinberg, 2019 *apud* Archanjo, 2019).

Especificamente no 3º CPM, o programa Custe o Que Custar (CQC) visitou a escola, e Stulbach e Dip (2015) conversaram com Daniel Cara, doutor em Educação, mestre em Ciência Política e bacharel em Ciências Sociais, sobre a disciplina empregada pela PM na escola:

Isso é um fracasso do poder público. Para essas regiões com maior violência, precisa ter mais presença do poder público e não tratar a educação como a solução para os problemas da comunidade. O Brasil se acostumou a tratar a educação como algo punitivo, então acredita na reprovação dos alunos, acredita na militarização das escolas, mas não acredita naquilo que é mais essencial, que é promover a educação a partir de uma leitura de mundo, a partir de uma capacidade crítica, de os alunos

poderem ter condição de tomarem decisão. A disciplina é fundamental, tem que ter disciplina na educação, mas só a disciplina. Qual o tipo de escola pública que a gente quer? É uma escola pública que promove os valores, que promove a cultura, que estimula os estudantes ao conhecimento, que estimula os estudantes a terem novas experiências, a se respeitarem uns aos outros ou é uma escola pública autoritária, militarizada que coíbe inclusive a relação entre os estudantes e diferencia aqueles que são mais comportados do que são menos comportados (Stulbach; Dip, 2015).

Percebe-se que a disciplina é importante, que é fundamental, mas o aluno transgressor é o que mais precisa da escola. Desta forma, a escola deveria tentar compreender os motivos que conduziram o aluno a se comportar de tal forma, a ponto de correr o risco de ser transferido da escola, e trabalhar em cima de suas dificuldades, que podem ser familiares ou escolares. Muitos alunos preferem esconder suas dores, para que nem a família nem a escola percebam. Por isso, a escola deve estimular essa confiança mútua, para que os estudantes tenham experiências mais positivas em um ambiente empático e acolhedor.

4.1.2.12 Das condecorações

A valorização do desempenho escolar é também uma das características mais marcantes da gestão escolar militarizada. Segundo Jesus (2021, p. 55), “o estímulo a uma saudável concorrência interna entre os alunos é algo bem perceptível mesmo ao olhar do visitante menos atento”.

Os alunos recebem condecorações pelos méritos alcançados, conferidas anualmente, de acordo com o regulamento próprio:

São concedidas aos educandos as seguintes recompensas:

- I. Elogios;
- II. Diplomas de Honra ao Mérito;
- III. Inscrição no Grupamento do Batalhão Escolar;
- IV. Alamar;
- V. Legião de Honra;
- VI. Mérito Escolar Prof. Aizamor Kennedy;
- VII. Prêmios;
- VIII. Medalhas Condecorativas.

Trata-se de conquistas que se tornam ostensivas a toda a comunidade escolar, uma vez que esses alunos passam a ostentar em seus uniformes os respectivos adereços. Neste sentido, Jesus (2021) destaca as condecorações da seguinte forma:

- a) ALAMAR: Consiste em um adereço de nylon trançado, utilizado na manga do uniforme, concedido aos alunos que se destacarem no cumprimento dos seguintes itens: a) Tenha realizado todas as verificações programadas; b) Possuam frequência

igual ou superior a 90% das aulas; c) Esteja classificado no comportamento BOM ou superior; d) Obtenha nota em cada disciplina (no trimestre) no mínimo igual a 8,5 (oito pontos e meio); e) Não ter feito Recuperação Trimestral em nenhuma disciplina; f) E não tenha obtido nenhuma nota trimestral por matéria inferior a 7,0 (sete inteiros).

b) LEGIÃO DE HONRA: Para a obtenção dessa honraria, os alunos devem cumprir esses 5 requisitos: Tenham realizado todas as verificações programadas; Estejam no Comportamento Excepcional (9,1 a 10,0); Possuam frequência igual ou superior a 90% das aulas; Obtenham nota Global de série, no mínimo igual a 9,0 (nove inteiros); e não tenha obtido nenhuma nota trimestral por matéria inferior a 7,0 (sete inteiros). Consiste em um brevê confeccionado em tecido, costurado acima do bolo esquerdo do uniforme diário.

c) BATALHÃO ESCOLAR A honraria de maior destaque é disputada somente pelos alunos que possuem as maiores notas no decorrer do ano letivo, os quais concorrem aos postos e graduações de acordo com o número de vagas por série conforme a (Tabela 5), desde que preencham os requisitos como: Realizar todas as verificações programadas; estejam no Comportamento Excepcional (9,1 a 10,0); possuam frequência igual ou superior a 90% das aulas e que obtenha nota global de série no mínimo igual a 7 (Jesus, 2021, p. 56).

Além das três condecorações mencionadas, comuns aos nove colégios da PM, em 2021, o 3º CMPM criou uma condecoração singular, destinada a homenagear um professor da própria escola. Assim, foi criado o Grupamento do Mérito Escolar Prof. Aizamor Kennedy, com a finalidade de incentivar os alunos do 3º CMPM ao cultivo e à prática de princípios saudáveis de honestidade, responsabilidade, empatia, disciplina consciente e dedicação integral aos estudos (CMPM 3º, 2022).

Somente os alunos que ingressaram no Batalhão Escolar poderão concorrer ao direito de utilizar o Distintivo, conforme descrito a seguir:

Terão o direito de utilizar o Distintivo do Grupamento do Mérito Escolar, os alunos do Batalhão Escolar que: a) Ingressaram na Legião de Honra, com Média Final igual ou maior que 9,0 em todas as disciplinas; b) Conquistaram os três Alamares, com média trimestral igual ou maior que 8,5 em todas as disciplinas, referente os três trimestres (CMPM 3º, 2022).

Como forma de homenagem, as fotos dos alunos integrantes do Batalhão Escolar são expostas em uma galeria, em local de destaque na escola. O posto de coronel aluno, a mais alta hierarquia, é exclusivo do destaque do último ano do ensino médio, havendo uma galeria exclusiva para esses alunos (Jesus, 2021).

Segundo o Manual do Aluno de 2021 (CMPM 3º, 2022) ingressam no Batalhão Escolar apenas 5% do total de alunos de cada ano do ensino fundamental e de cada série do ensino médio, que concluíram o ano letivo com as melhores notas, de acordo com o número de vagas estabelecidas:

Quadro 6 – Vagas estabelecidas para o Batalhão escolar

ANO/SÉRIE	POSTO/GRADUAÇÃO	VAGAS
3ª série	Coronel aluno	01
3ª série	Tenente-coronel aluno	02
3ª série	Major aluno	14
2ª série	Major aluno	01
2ª série	Capitão aluno	19
1ª série	Capitão aluno	01
1ª série	1º Tenente aluno	08
1ª série	2º Tenente aluno	07
9º ano	2º Tenente aluno	01
8º ano	Aspirante a oficial aluno	01
8º ano	Subtenente aluno	06
8º ano	1º Sargento aluno	06
7º ano	1º Sargento aluno	01
7º ano	2º Sargento aluno	07
7º ano	3º Sargento aluno	06
6º ano	3º Sargento aluno	01
TOTAL DE VAGAS		99

Fonte: Manual do Aluno (CMPM 3º, 2021).

Figura 5 – Patentes conquistadas pelos alunos do Batalhão Escolar

DOS POSTOS E GRADUAÇÕES



Fonte: Manual do Aluno (2018, p. 5) *apud* Jesus (2021, p. 58).

Os alunos que compõem o Batalhão Escolar usam suas patentes nos uniformes de gala, durante formaturas na escola, com a presença de pais e familiares. Os pais são responsáveis por adquirir esses uniformes, salientando que alguns, por não terem condições financeiras, optam por alugar o uniforme para esse único evento.

Foto 16 – Alunos do Batalhão Escolar



Fonte: 3º CPM, 2022.

4.1.2.13 Inclusão social nos principais eventos da escola

Foto 17 – Inclusão de alunos com deficiência



Fonte: 3º CPM, 2012.

O relatório escolar de 2012 do 3º CPM traz informações importantes sobre alguns eventos. Consta que o colégio participaria dos desfiles cívicos no feriado do dia 05 de setembro, no sambódromo, porém, apenas um número limitado de alunos poderia participar. O Correio

da Amazônia (2017) salienta que, nesta data, comemora-se a elevação do Amazonas à categoria de província:

O Governo do Estado do Amazonas, por meio da Secretaria de Estado de Educação e Qualidade do Ensino (Seduc), realiza duas atividades cívicas no dia 5 de setembro, em comemoração do dia da Elevação do Amazonas à categoria de Província. Às 17h, ocorre o tradicional Desfile Cívico Escolar, no Centro de Convenções (Sambódromo), no bairro Dom Pedro, zona Centro-Oeste da capital, com desfile das instituições de ensino das sete coordenadorias distritais de educação (Correio da Amazônia, 2017).

Como era impossível levar todos os alunos voluntários, a escola resolveu criar um desfile cívico-militar na comunidade do Parque São Pedro (Cruz, 2000), e o primeiro evento ocorreu justamente em setembro de 2012, com a participação de todos os alunos (CMPM 3º, 2012).

Além disso, havia alunos com deficiência. O termo “pessoa com deficiência” (PcD) foi definido pela Convenção das Nações Unidas sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada em 13 de dezembro de 2006 pela Assembleia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU). Foi ratificada no Brasil, com equivalência a emenda constitucional, pelo Decreto Legislativo nº 186/2008, e promulgada pelo Decreto nº 6.949/2009 (Moragas, 2022).

A Lei Brasileira de Inclusão (LBI) das PcDs, também conhecida como Estatuto das PcDs, foi instituída no país em 2015, a partir da aprovação da Lei nº 13.146, sancionada em 06 de julho de 2015 pela então presidenta Dilma Rousseff. Ela constitui um importante marco regulatório na proteção dos direitos das PcDs no país (Furtado, J. H. L.; Furtado, F. P. L.; Queiroz, 2023).

A LBI apresenta 127 artigos que, além de reafirmarem direitos e garantias legais, trazem uma série de definições conceituais ancoradas no arcabouço dos direitos humanos e em consonância com a Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência de 2008, contribuindo para a compreensão do tema tratado pela Lei (Brasil, 2015).

A destinação essencial da referida Lei é “assegurar e promover, em condições de igualdade, o exercício dos direitos e das liberdades fundamentais por pessoa com deficiência, visando à sua inclusão social e cidadania” (Brasil, 2015).

Na foto anterior, do primeiro evento, percebe-se que a escola não excluiu esses alunos; pelo contrário, além de terem participado do desfile cívico-militar, desfilaram à frente dos demais alunos. Importante observar que, embora a LBI seja de 2015, em 2012, segundo o Relatório Escolar da Coordenação Pedagógica, os alunos com deficiência já estavam sempre incluídos nos eventos da escola e eram tratados com igualdade.

O que explica essa virada radical em tão pouco tempo foi a mudança de gestão ocorrida em 2012, quando a PM do Estado do Amazonas assumiu a gestão da escola, em virtude de problemas de segurança que afetavam professores, alunos e seus familiares (OBMEP, 2015). “A escola foi um divisor de águas na nossa vida, e sem a Polícia Militar aqui dentro da escola, dentro do bairro, a gente não teria chegado aonde chegou, isso com certeza.” (Matusalém – ex-aluno e morador da comunidade).

Recorte 9 – Indicador: Controle social informal: A escola contribui com a segurança pública: *“Tenho amigos, com famílias todas desestruturadas que realmente não entraram para o mundo do crime por causa da escola”*.

[>Carlos_ex-aluno, morador e comerciante na comunidade]: **Acredito que a escola veio reforçar a ficar do lado do bem, longe das drogas, aperfeiçoar seu lado cultural, andar com pessoas boas. Tudo isso contribui no negócio da família, eu como pessoa, como cidadão. Reforçou a ser um ser humano bom. E aquela pessoa que não tinha boa referência em casa, encontrou aqui na escola, quando os policiais falavam que ficássemos longe das drogas por exemplo. Sempre os policiais falavam para a gente estudar, prestar atenção nos estudos, senão iríamos passar o resto do da vida trabalhando no Distrito Industrial. Diziam que estávamos tendo **uma oportunidade de mudar a nossa realidade. Então, essas pessoas que não tinham esse apoio em casa, começaram a se questionar sobre isso, para se tornar uma pessoa melhor, como cidadão.****

O conjunto de atuações de agentes da sociedade, tão diferenciado, que impõe um controle à atitude daqueles que nela habitam, é denominado controle social (Moraes, 2019). Por sua vez, Schecaira (2008, p. 56) conceitua controle social como o “conjunto de mecanismos e sanções sociais que pretendem submeter os indivíduos aos modelos e normas comunitários”.

Segundo Moraes (2019, p. 89), “a sociedade, para se estabelecer, não o faz com mera reunião de pessoas, mesmo que estas detenham intuítos homogêneos”. O autor destaca ainda que os anseios e as atuações realizadas em sociedade, para que obtenham um fim harmônico, devem ser ordenados, e esse ordenamento advém do regramento consubstanciado em leis ou em normas de comportamentos sociais.

O controle social se divide em formal e informal. O controle social informal ocorre quando a sociedade utiliza agentes não oficiais para regular o comportamento da população que habita em determinado território, ou seja, agentes não vinculados ao Estado (Moraes, 2019). O controle social informal é exercido pela família, escola, igreja, comunidade etc.

Existindo falha no controle informal, passa a atuar o controle social formal. Suas ações não são mais de cunho meramente social, como eram na escola ou na comunidade, pois este

controle vem através de normas jurídicas que preveem sanções intimidadoras (Moraes, 2019). O controle social formal é exercido pelo Estado, por meio da Polícia, do Ministério Público, do Poder Judiciário etc.

A segurança pública não é realizada apenas com policiais armados e viaturas, mas também agindo com verdadeira prevenção primária, e o controle social informal contribui muito para isso.

Para Reale Júnior (2004, p. 7), “a família, a escola e o ambiente social imediato no qual vive a criança e o jovem constituem a instância primária de socialização”. Os pais e a família constituem o principal agente de socialização, pois é o primeiro contato da criança com valores morais de comportamento e de convivência com aqueles que frequentam seu âmbito social. Determinam regramento e estabelecem limites (Moraes, 2019).

O segundo elemento fundamental seria a escola. Neste sentido, Moraes (2019) alega que é na escola que são repassados os princípios de formação de personalidade de maneira mais universalizada que na família, já diante do convívio com os demais alunos e das determinações de professores, como agentes de um sistema de ensino previamente eleito pelos pais ou pela sociedade, que refletem seus anseios de convivência e comunicação. Em sua fala, o ex-aluno argumenta que os alunos que não tinham boa referência em casa poderiam encontrar na escola, quando os policiais falavam para ficarem longe das drogas, por exemplo. Este é o controle social informal agindo, a escola atuando em apoio à família.

Segundo Shecaira (2012, p. 151), “a teoria da ecologia criminal parte do princípio de que nenhuma redução contra a criminalidade é possível se não houver mudanças nas condições sociais e econômicas das crianças e dos adolescentes”. Entre as mudanças no entorno da escola em análise, pode-se citar que vários comércios foram inaugurados e ficam abertos até as 23h, buscando atender aos alunos dos três turnos da escola. O entorno da escola é a área mais segura da comunidade do Parque São Pedro e isso se deve à presença da gestão da PM.

A criação de programas junto à comunidade, o fortalecimento do controle social informal, a mudança estética de construções populares e a efetivação dessas políticas sociais são fatores preponderantes para que haja diminuição da criminalidade (Cruz, 2018).

Neste sentido, as áreas mais desfavorecidas economicamente possuem um controle social informal fortemente reduzido e, conseqüentemente, têm maiores índices de criminalidade, pois favorecem o surgimento do anonimato, que seria a possibilidade de a pessoa não ser reconhecida perante o grupo no qual está inserida (Shecaira, 2012).

O grupo focal demonstrou que havia alunos com famílias em situação de vulnerabilidade social, pais que tinham que trabalhar e se ausentar por longo período do convívio familiar doméstico, algumas mães solo que precisavam realizar a dupla tarefa de mãe e provedora do lar. Essa realidade deixou muitos adolescentes sem a assistência necessária ou suficiente para a segurança e desenvolvimento pleno; havia, então, uma ruptura.

Porém, percebe-se nos discursos que todas as mudanças verificadas no indicador anterior, trazidas pela gestão da PM para a escola, diminuíram o distanciamento e aumentaram os laços entre escola e alunos.

Essa realidade é tangente nos discursos dos ex-alunos que participaram do grupo focal. Para eles, o CMPM foi preenchendo um vazio de uma forma tão grande que se tornou a sua primeira família.

Recorte 10 – Indicador: Controle social informal: A escola contribui com a segurança pública: *“Tenho amigos, com famílias todas desestruturadas que realmente não entraram para o mundo do crime por causa da escola”.*

[>Bernadete_ex-aluna e moradora da comunidade: (...) **Fui criada por uma mãe solteira** e ela tinha que trabalhar. Éramos eu, minha irmã e minha mãe. **Minha mãe passava o dia todo fora de casa trabalhando** e depois do trabalho ia para o curso que ela fazia para melhorar a situação dela na empresa e **ficava só eu e minha irmã que era dois anos mais velhas que eu e desde cedo éramos nós duas cuidando uma da outra**, sem nenhuma supervisão, essa que é a verdade. **E a escola**, eu digo que **foi a minha primeira família. Eu me emociono em falar porque eu não sei como seria a minha vida se eu não tivesse passado por esse processo aqui na escola (...)** A escola **foi preenchendo esse vazio de uma forma tão grande, que era a minha primeira família.** Eu via mais a minha mãe no sábado ou no domingo, mas de forma acelerada, arrumando a casa e as coisas para começar uma nova semana. **Então todas as vezes que tenho a oportunidade de dizer que eu vim do 3º CMPM, que foi a minha primeira família, eu falo.**

Percebe-se, na fala da ex-aluna, a luta diária de sua mãe solo, que se desdobrava para trabalhar fora de casa e sustentar as duas filhas, dedicando ainda amor no pouco contato que tinha com elas. É importante frisar que não houve falha da mãe em criar suas filhas, pois ela era a única pessoa que poderia se doar por elas; ela não tinha escolha.

Essa distância do lar, das filhas, poderia ser entendida pela escola, de forma equivocada, como negligência materna, ou que a mãe estaria dando prioridade ao trabalho em detrimento das filhas. Este é mais um exemplo de que a escola deve conhecer a realidade de seus alunos e de suas famílias, para abraçá-los mais e julgá-los menos.

Gomes (2021) é cirúrgico sobre esse tema, quando sugere que:

O trabalho precarizado e as longas jornadas de serviço têm causado uma ausência percebida pelos docentes nas interações com as famílias. É reivindicado o direito da criança ao convívio familiar e ao lazer. No entanto, fica explícito que esse direito tem sido mitigado e deixado uma lacuna que a escola não tem condições de cumprir sozinha. O fortalecimento da rede de proteção e garantidas de direitos por parte da escola e da família tem sido encoberto pela produção de uma relação de mútua exigências e expectativas que engendram culpabilizações que esvaziam a dimensão política da sociedade civil organizada (Gomes, 2021, p. 94).

Para a ex-aluna, o CPM foi um divisor de águas, pois o apoio que a escola ofereceu às famílias fez com que os adolescentes não ingressassem na vida do crime.

A gestão da PM compreendeu a realidade de muitos alunos da comunidade do Parque São Pedro — alunos que precisam de muita atenção, sem preconceitos ou julgamentos acerca de suas condições familiares. Em seu discurso, a ex-aluna afirma: “a escola foi preenchendo esse vazio de uma forma tão grande, que se tornou a minha primeira família”. Em nenhum momento ela se sentiu excluída por causa do distanciamento familiar.

Gomes (2021) fala abertamente sobre a conduta da escola em tais situações:

A educação deve ser garantida com absoluta prioridade para todos e não para os que possuem recursos materiais ou socioafetivos para empreender tal jornada. Uma escola socialmente referenciada é aquela cujo foco da atenção pedagógica, das particularidades, é o discente, particularmente aquele que mais precisa (Gomes, 2021, p. 106).

Recorte 11 – Indicador: Controle social informal: A escola contribui com a segurança pública: *“Tenho amigos, com famílias todas desestruturadas que realmente não entraram para o mundo do crime por causa da escola”.*

[>Matusalém_ex-aluno e morador da comunidade]: **Tenho amigos, com famílias todas desestruturadas que realmente não entraram para o mundo do crime por causa da escola, pois a escola transformou a vida de todos aqui. Da minha turma, dos remanescentes do Euclídia todo mundo que eu conheço é cidadão de bem, tem uma profissão todo mundo trabalha e a escola foi um divisor de águas na nossa vida.**

Esse discurso é extremamente importante, pois esse ex-aluno esteve na escola antes da gestão da PM e fez parte da geração que vivenciou os conflitos, insatisfeita com o cenário da escola e da comunidade. Naquela ocasião, ele ouviu do professor aquela frase famosa: “daqui não se salva ninguém”.

Contudo, quando a PM assumiu a gestão da escola, os alunos permaneceram, e o mesmo ex-aluno fez questão de lembrar os fatos daquele período, afirmando que ele e seus amigos, que clamaram por mudanças, não entraram para o mundo do crime por causa da escola.

O mais importante de seu discurso foi a narrativa de que todos aqueles que, naquele tempo, eram malvistas pelos professores, hoje são cidadãos de bem — e isso se deve ao CPM.

Esse discurso traz à tona uma discussão importante. Ele reforça o que foi dito sobre a teoria crítica em relação ao objetivo do conflito, que busca melhorias.

Então, se todos os alunos daquele tempo, que eram malvistas pelos professores, após a gestão da PM assumir a escola, decidiram estudar, se formar e hoje são cidadãos de bem, esse relato ratifica duas grandes realidades sociais. Em primeiro lugar, os alunos realmente desejavam uma mudança na parte estrutural da escola. Além disso, e muito mais importante, houve uma verdadeira mudança de mentalidade entre os alunos e, com ela, nasceu um grande desejo: a busca de uma melhor qualidade de vida através da educação.

Recorte 12 – Indicador: Onde você estará daqui a dez anos? *“Meu filho mais velho que estudou aqui, se formou em gastronomia e quer ser perito criminal. Ele nem sonhava em fazer faculdade, diante de tanta violência”.*

[>Matusalém_ex-aluno e morador da comunidade: **A mudança de mentalidade da gente que estava aqui desde o início foi completamente diferente, mudou a nossa forma de pensar, forma de enxergar a educação(...) Então começamos a mudar a nossa mentalidade. A primeira vez que li um livro, foi quando o Comandante do Corpo de Alunos na época me deu um livro para ler e eu lembro até hoje deste livro e depois eu comecei a buscar conhecimento. Todos os professores incentivavam a gente, dizendo que a gente era capaz.**

[<Rasemary_funcionária da escola e mãe de aluna] – (...) mas eu sei dizer que é possível perceber que com dados reais que **todas as escolas da Polícia Militar geram resultados muito maiores do que as escolas que não são geridas pela Polícia Militar. Isso a gente ver através das aprovações nas universidades, a gente ver através dos alunos dentro do mercado de trabalho que retornam para a escola em forma de estágio. Eu fico felicíssima em receber ex-alunos querendo estagiar na escola.**

Este é o último indicador do segundo núcleo de significação, que aborda os discursos após a PM assumir a gestão da escola.

Começa com um discurso bastante interessante, feito pelo mesmo ex-aluno que, antes da gestão da PM, ouviu da boca de um professor a infeliz expressão dentro da sala de aula: “daqui não vai sair ninguém que preste”.

No entanto, com a transição para o CPM, o ex-aluno permaneceu, mudou sua mentalidade sobre a educação, buscou mais conhecimentos e passou a ouvir palavras de incentivo dos professores, e não mais de desprezo.

Segundo Jesus (2021), o 3º CPM realizou o projeto inovador, denominado “Onde você estará daqui a dez anos?”. O autor destaca que, todas as semanas, durante as formaturas, os alunos eram indagados sobre seus cursos superiores e profissões, e que a escola registrava tais práticas na página oficial do 3º CPM no Facebook (Jesus, 2021).

Todavia, ao pesquisar a página oficial da escola no Instagram, foram encontradas algumas postagens sobre o referido projeto.

Foto 18 – De ex-alunos a graduados no ensino superior



Fonte: CPM 3º, 2022.

Nas postagens, é possível verificar um aluno que ingressou na escola em 2012, concluiu o ensino médio em 2014 e, em 2015, ingressou na faculdade de Direito. Atualmente, esse ex-aluno é bacharel em Direito.

Da mesma forma, a postagem apresenta uma ex-aluna que ingressou em 2012, no 6º ano, com 11 anos de idade, concluiu o ensino médio em 2018, aos 17 anos e, em 2019, ingressou na UEA, sendo atualmente enfermeira.

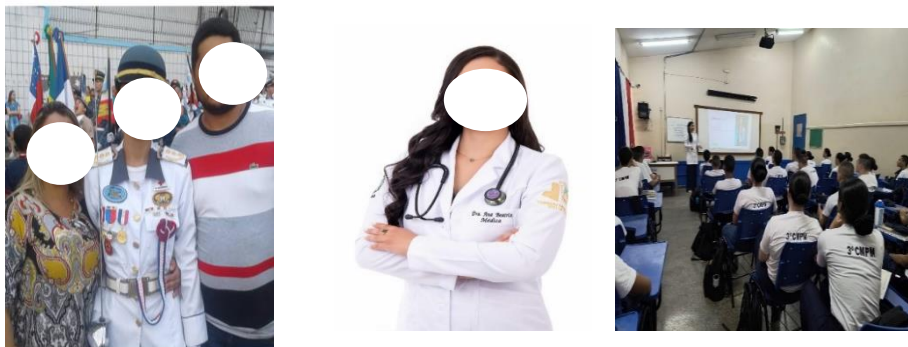
Segundo Jesus (2021), nessa ocasião, os alunos egressos da escola retornam para agradecer e compartilhar suas conquistas profissionais e de vida, como se percebe nos depoimentos dos ex-alunos Nathália Litaiff e Klayver, concludentes do ensino médio no ano de

2019. Jesus (2021) relata a declaração que ambos fizeram ao diretor-comandante, registrada na página oficial do 3º CPM no Facebook, em 2020:

Permissão senhor. Nós fomos alunos do 3º CPM do ano de 2019, graças aos ensinamentos dados e a disciplina que recebemos, hoje temos a disciplina e conhecimento da hierarquia, com nosso esforço e dedicação, estamos aptos a nos formar como comissários de voo, sempre com disciplina, honra e educação. Agradecemos aos ensinamentos que o colégio nos proporcionou, estamos levando para a vida (Jesus, 2021, p. 63).

Como exemplo desse retorno, a ex-aluna Ana Beatriz Vieira, aprovada em Medicina na UEA, publicou, em sua página pessoal do Instagram, uma visita à escola em 2024, na qual conversou com os novos alunos.

Foto 19 – Ex-aluna retornando à escola como médica



Fonte: Beatrix.vieira.

Em sua postagem ao público em geral, realizada em sua página beatrix.vieira no Instagram, Ana Beatriz Vieira fez a seguinte declaração:

“Tive a honra de ser convidada para palestrar na minha escola onde entrei no colégio em 2012, quando cursava o 6º ano do Ensino Fundamental. Em 2018 concluí o Ensino Médio e em 2019, ingressei na faculdade de medicina da Universidade Federal do Amazonas pelo PSC. Uma história que foi construída ao lado de pessoas maravilhosas. Obrigada aos meus professores e meus comandantes de pelotão por me ensinarem mais do que os livros permitem. E nessa semana foi um prazer contar um pouquinho da minha trajetória para novos alunos. Sem dúvidas, tentei ao máximo trazer dicas, não somente como melhorar o desempenho escolar, mas também como aproveitar ao máximo essa fase com foco no objetivo, que serão os estudos. Cada dia foi repleto de memórias de alguns anos atrás que passaram como um piscar de olhos. Uma frase que me marcou muito na escola foi: “treino difícil, missão fácil”. Palavras ditas pelo Diretor da escola”.

Em sua página no Instagram, fez uma postagem sobre sua trajetória de 2016 a 2019:

Foto 20 – Trajetória de sucesso: De ex-aluna a médica



Fonte: Beatrix.vieira.

Em sua pesquisa, Jesus (2021, p. 63) destaca um “diferencial bem característico do 3º CMPM, que é o relacionamento com seus alunos egressos”. O autor argumenta ainda que, durante sua investigação, ficou impressionado “com a constante presença de ex-alunos que retornavam à escola com o objetivo de desenvolver alguma atividade, como palestras motivacionais e testemunhos pessoais, ou simplesmente para agradecer ao gestor e aos professores”. Essa observação pode ser ratificada pela fala da coordenadora pedagógica, quando enfatizou no grupo focal que “vê o resultado da escola através das aprovações nas universidades, através dos alunos dentro do mercado de trabalho que retornam para a escola em forma de estágio. Eu fico felicíssima em receber ex-alunos querendo estagiar na escola”.

Para fortalecer sua abordagem, Jesus (2021) cita outro depoimento, que, segundo sua ótica, está permeado de orgulho e gratidão ao 3º CMPM, retirado da página oficial do 3º CMPM no Facebook (2020):

De Ex-aluno a Sargento do Exército. O que você estará fazendo daqui a dez anos? Onde você estará?” Wellington de Souza Vieira, enquanto aluno do 3º CMPM, ouviu essas perguntas durante as Formaturas. Ele começou a estudar na Escola Estadual Waldo Fricke de Lyra, em 2009, 7º ano, com 12 anos de idade, quando a escola não era colégio militar. Em 2012, já estava na 1ª série do ensino médio, quando a escola passou pela transição de civil para Colégio Militar. Ele foi aprovado com méritos na Semana de Adaptação Militar. Concluiu o Ensino Médio em 2014. Em 2016 ingressou no Exército Brasileiro na condição de Recruta. Em 2017, concluiu com êxito o Curso de Formação de Soldado. Em 2018, foi aprovado no processo para a formação de Cabo. Em 2019, passou por novo processo seletivo e foi promovido a 3º SGT do Exército. De 2012 a 2020 - oito anos se passaram e o Sargento Vieira já tem a resposta para os questionamentos. Foi convidado para conversar com os alunos do Ensino Médio e demonstrar que é possível. Estudar para vencer, com disciplina, honra e educação (Jesus, 2021, p. 64).

Jesus (2021), para reforçar sua impressão sobre o retorno dos ex-alunos, fez questão de citar a publicação referente à ex-aluna Débora Leão, que também fez parte desse grupo de egressos:

“Onde você estará daqui a dez anos? O que estará fazendo?”. Debora Leão começou a respondê-las. Ex-aluna do 3º CPM. Estudou o Ensino Médio de 2015 a 2017. Era uma aluna assídua no Corpo de Alunos. Alguns memorandos. Muitas orientações, muitos puxões de orelha. Veio visitar e agradecer ao seu Colégio por tudo. Através do PSC, em 2018, ela ingressou na UFAM, em 1º Lugar no Curso de Biotecnologia. Ainda em 2018, começou a estagiar no INPA. Em 2019, foi promovida a pesquisadora iniciante no INPA. Com 20 anos, está cursando o 5º período. Já tem sua CNH e totalmente independente. Está trabalhando em seu projeto: Caracterização Molecular e Identificação Morfológica da Psychotria – SSP. Parabéns, Débora. Obrigado pela visita. Ficamos muitos felizes. Este Colégio também é seu. Sucesso. Você pode ser o que quiser, depende apenas do quanto você está estudando para isso (Jesus, 2021).

Ao pesquisar a página oficial do 3º CPM no Instagram, foi possível encontrar diversas mensagens de ex-alunos aprovados em vestibulares que, ao lembrarem do projeto “Onde você estará daqui a dez anos?”, enviavam mensagens para o Instagram do colégio: @cmpm3am.pmam.

“Hugo: Fui aluno do 3º CPM. Hoje, sentado aqui na minha mesa, no escritório da minha empresa, fiz uma linha do tempo e vi que a escola estava nela como uma figura importante que tenho muita gratidão. Afinal, se não fossem os puxões de orelha, as advertências, eu não estaria aqui. Aprendi muito e aplico hoje na minha empresa, na minha vida e futuramente na vida de meus filhos”.

“Cibele Monteiro: Eu sou ex-aluna do 3º CPM e graças ao ensino do nosso colégio consegui passar em três faculdades. Eu pude escolher em qual queria estudar. Sempre fui apaixonada pela educação, então tentei Licenciatura em Geografia na UEA e UFAM, tentei também Engenharia da Agricultura no IFAM, mas acabei escolhendo a UEA. Atualmente, estou no 3º Período e faço parte do PIBID que é um programa institucional de bolsa de iniciação à docência. Sou imensamente grata ao 3º CPM por ter me dado ensinamentos que levo não só na vida acadêmica, mas na vida pessoal. Queria poder voltar como professora ou estagiária na minha eterna escola querida”.

“Aldenira Soares: Boa tarde. Hoje resolvi responder a grande pergunta que faziam para os alunos durante as formaturas: “onde você estará daqui a dez anos? ” Bom, confesso que a pessoa que me tornei, surpreendeu até a mim mesma, não porque eu não acreditava que conseguiria, mas por achar que poderia dar errado de alguma forma e com isso eu perdesse do meu sonho. Mas sempre tive comigo aquela mensagem pronunciada na formatura todas as quartas-feiras: “enquanto os vencedores comemoram, os perdedores justificam”. Busquei ser vencedora e comemorar. Hoje sou formada em engenharia ambiental, tenho um ótimo trabalho e continuo buscando ser mais vencedora, pretendo fazer uma pós-graduação. Obrigada por toda contribuição que a escola me proporcionou. Todos os ensinamentos carregou comigo e soma com tudo o que me tornei”.

“Dudu Rocha: Estava olhando as gravações do desfile militar do 3º CPM, onde concluí meu ensino médio em 2016. Hoje só resta saudades dessa escola. Venho aqui agradecer por tudo que conquistei através de meus estudos incentivados por cada policial e professor da escola. Atualmente me tornei técnico de qualidade da fábrica da Positivo e estou concluído a graduação em Sistema de Telecomunicações no IFAM. Grande parte do meu sucesso devo a essa escola, pois até mesmo quando eu mais precisei, vocês estavam lá me apoiando e me ajudando a realizar meu sonho”.

“Gleidson Gomes: Estudei no 3º CPM de 2016 a 2019, concluído o ensino fundamental 2. Fui aprovado para cursar o ensino médio-técnico na Fundação Mathias

Machline. Hoje saiu o resultado do Macro/UEA e fui aprovado para Odontologia, ainda no segundo ano do ensino médio. A pergunta “onde você estará daqui a dez anos?”, começou a ser respondida. Ainda não completei os dez anos, mas acredito que até lá só estarei melhor. Agradeço a toda equipe do 3º CPM, pois foi essencial para que hoje esse resultado fosse possível”.

Os pais de ex-alunos faziam questão de enviar mensagens também:

“Mônica Brandão: Tenho muito orgulho e admiração por essa escola. Meu grande sonho era que meus filhos estudassem numa escola militar e graças a Deus consegui uma no 3º CPM. Pra mim foi o melhor. Minha filha viveu muitos momentos maravilhosos nessa escola e se formou em 2018 e hoje está na universidade. Meu filho terminou o 9º ano no 3º CPM e graças à base que ele recebeu, foi aprovado na Fundação Mathias Mackeline. Não precisou de cursinho, foi aprovado por mérito. Foi com aperto no coração que fui buscar a transferência dele. Sabia que ele estava pronto para voos mais altos, mas o aconchego, o carinho, os conselhos, a disciplina e toda a atenção e cuidados que o corpo técnico militar e pedagógico do 3º CPM deram a ele, vão deixar saudades”.

4.1.2.14 Décimo ano letivo – Gestão da PM

Foto 21 – Formatura em 2012, repostada em 2021 – Décimo ano da gestão militar



Fonte: 3cpmoficial – Página facebook do 3º CPM.

A foto é de março de 2012 e foi repostada no Facebook em 27 de março de 2021, com a legenda: “2012, quando tudo começou”. Após a publicação, mais de 100 alunos que participaram do evento em 2012 deixaram comentários.

Para encerrar este núcleo de significação, serão citados alguns dos comentários feitos por ex-alunos que aparecem na foto acima.

Rôh Drigo:

“E estava aí. E lembro-me como se fosse hoje! Eu indo estudar no Waldocke. Nossa, uma das ‘piores’ escolas da redondeza. E assim que chegamos, no primeiro dia de aula, vários policiais e viaturas. E meu pai me falou: ‘olha, meu filho, agora a escola passou a ser militar’. Em 2012, aquele meu primeiro dia foi o melhor de todos. Todo aquele novo regime e lembro de cada momento e guardarei para sempre todo o aprendizado, toda a disciplina, a honra e a educação.”

Rutiene Oliveira:

“O incrível é que nesse novo modelo de gestão, mudou completamente alguns conceitos limitantes. Sou muito grata a esta escola e a seus gestores.”

Tamires Farah:

“O tanto que eu chorei pra mamãe me tirar da escola nesse período, minha nossa. Graças a Deus ela não fez minha vontade, porque com certeza eu não teria o ensino de qualidade e disciplina. Gratidão aos envolvidos.”

Hellen Farah:

“Meu Deus... que lembrança boa!! Lembro que no início chorei tanto pra que a mamãe me tirasse de lá, sem saber que essa escola seria uma pedra fundamental em minha vida. Sol escaldante e muita ralação, mas tudo cooperou para sermos os profissionais que somos hoje, sabendo o real valor da disciplina, honra e educação.”

Izac Mady:

“Só lembranças boas desse tempo. Sempre passo pela frente do colégio e lembro de todos os ensinamentos que foram repassados! Que orgulho de ter passado por esse colégio.”

Tiago Nunes:

“O que podemos dizer hoje é gratidão. Os desafios foram intensos na verdade, mas vencemos e hoje a escola dando resultado.”

Karonllay Fonseca:

“Quanta saudade desse tempo maravilhoso. Levarei pra toda vida.”

Patrícia Souza:

“Eu estava aí. Tempo que era cara no sol mesmo e os pais ainda apoiavam, pois sabiam que teríamos um futuro brilhante.”

4.1.3 Educação, cidadania e compromisso social: “*A escola nos ajudou a ser um cidadão mais consciente e principalmente ter um lado crítico*”.

Este é o último núcleo de significação e aborda a gestão da PM após dez anos à frente da EEWFL.

A partir deste núcleo, novos atores entram em cena com suas falas. Assim, no grupo focal, além dos ex-alunos e professores que participaram dos núcleos anteriores, estão presentes agora ex-alunos, pais, professores, funcionários e membros da comunidade que atuavam na escola entre os anos de 2022 e 2024, ou seja, dez anos após a PM assumir a gestão da escola.

Nos núcleos anteriores, foi possível perceber que o tráfico e a violência predominavam na comunidade escolar. Ficou claro também o fato de que uma ex-aluna se sentia assediada a conviver naquele ambiente do tráfico, antes mesmo da PM assumir a gestão da escola.

Após dez anos de gestão da PM, o cenário do tráfico nas imediações da escola e próximo aos alunos ainda é uma realidade, como será analisado nos próximos indicadores.

Recorte – 13: Indicador: Educação e facção: *“Eu sempre convivi vendo esses dois mundos de perto. No muro ao lado de casa picharam a sigla CV em vermelho. Quando cheguei à escola, lembro que meus olhos brilharam. Sempre quis estudar nessa escola”.*

[>Luciana_ex-aluna e moradora da comunidade]: Entrei na escola em 2018, no 6º ano e concluí o ensino médio em 2024. **A escola colaborou muito com a minha mudança de mentalidade.** Quando chego lá na UFAM e as pessoas perguntam de onde eu vim, eu **digo que vim do 3º CMPM. (...) Eu cresci vendo os amigos de meu irmão e muitos adolescentes do meu tempo foram para o caminho da criminalidade. Eu chegava da escola e meu irmão dizia para a mãe: mãe o meu colega “tal” morreu esses dias, porque estava comprando drogas e não pagou.** Coisas desse tipo. **Eu sempre convivi vendo esses dois mundos de perto. No muro ao lado de casa picharam a sigla CV em vermelho.**

A fala é de uma ex-aluna, que nasceu e cresceu na comunidade do Parque São Pedro. Ela ingressou no 3º CMPM em 2018, no 6º ano, e concluiu o ensino médio em 2024. No mesmo ano, foi aprovada para cursar Medicina pelo Processo Seletivo Contínuo da Universidade Federal do Amazonas (PSC/UFAM).

A fala traz uma carga de elevada preocupação com a sensação de segurança pública na comunidade do Parque São Pedro, pois aborda dois extremos: educação ou facção.

Figura 6 – Educação ou facção

Fonte: google.com/imagem.

É importante lembrar que houve uma fala no grupo focal da ex-aluna Bernadete, que estudou na escola antes da gestão da PM. Naquele período, ela se sentiu assediada por ter que escrever a sigla FDN nas cadeiras e nos muros da escola, sem saber o significado. Referem-se aos anos de 2007 e 2008, quando ela ainda era criança, tendo somente compreendido o assédio quase no final da adolescência, ao entender melhor os comportamentos sociais.

A FDN é resultado da união de dois grandes traficantes. Segundo a PF, após cumprirem pena em presídios federais, ambos retornaram a Manaus, em 2006, determinados a se estruturarem como facção criminosa (Família do norte [...], 2017). Percebe-se que a facção surgiu em Manaus, em 2006.

O discurso da ex-aluna Bernadete, que conviveu na escola entre 2007 e 2008, foi trazido neste indicador não por acaso, mas para demonstrar que, após dez anos, a escola mudou de gestão, porém, a facção criminosa daquele tempo foi substituída.

A partir de 2018, a ex-aluna Luciana, aprovada em Medicina, conviveu com dois mundos: a educação e a facção denominada CV.

O CV foi criado em 1979 no presídio Cândido Mendes, na Ilha Grande (RJ), a partir do convívio entre presos comuns e militantes dos grupos armados que combatiam o regime militar (Folha, 2002).

O grupo criminoso chegou a Manaus em 2016. O crescimento do CV no Amazonas ocorre em meio a um aumento da violência. Especialistas em segurança pública observam que as cadeias do Norte se tornaram verdadeiros centros de recrutamento para as facções criminosas — assim como em outras regiões do Brasil. (Folha, 2002). Segundo Monteiro (2023), o CV passou a dominar o Amazonas após derrotar a facção local, e agora disputa área com o PCC.

Qual a importância de ressaltar esse cenário infeliz de domínio das facções criminosas?

Soares (2007) afirma firmemente que “a educação é um escudo contra a criminalidade, especialmente no Brasil”.

Da mesma forma, Dall Asta, Pavan e Silva (2021, p. 183) classificam a educação como “forma de influência e estancamento à criminalidade entre jovens no Brasil”. Os autores sustentam ainda que “a educação, em suma, influencia para que se evite o desvio do jovem para o mundo da marginalidade, bem como serve para formar cidadãos de bem, desenvolvendo o seu núcleo societário presente”.

A educação é um agente redutor das atitudes criminosas e violentas, comprovando que, ao aumentar os ganhos e investimentos potenciais que contribuem para o desenvolvimento de habilidades do capital humano, ela promove melhores oportunidades ao indivíduo, pois torna as pessoas menos impacientes ou mais avessas ao risco (Boução, 2019).

Ao analisar a extensão e a relevância da educação contra os aspectos visíveis da criminalidade, de forma direta e indireta, nota-se uma relação clara entre criminalidade e educação (Nascimento, 2020).

Sobre essa relação, Fochezatto (2021) argumenta que:

O investimento em educação diminui a criminalidade e que esta exerce um impacto negativo na qualidade de vida das pessoas, ocasionando perdas patrimoniais, danos emocionais e psíquicos a faixa etária entre 15 e 29 anos, os jovens do sexo masculino corresponderam a 47,8% do total de óbitos em 2015, sendo que na faixa entre 15 e 19 anos a participação masculina é ainda maior, chegando a 53,8% do total (Fochezatto, 2021, p. 4).

A concentração de crimes nessa faixa etária naturalmente liga o tema da criminalidade ao da educação (Cerqueira *et al.*, 2017 *apud* Fochezatto, 2021).

Neste mesmo caminho, Cano (2006) *apud* Carneiro (2022, p. 38) aponta a falta de investimento em educação e destaca que as ações do Estado visando diminuir os crimes e suas políticas de segurança são reativas e baseadas na repressão, mais do que na prevenção, o que gera o crescimento da criminalidade.

Segundo Barbosa Filho; Pessôa (2010) e Becker; Kassouf (2017) *apud* Boução (2019, p. 2), os investimentos em educação “possibilitam aos indivíduos o desenvolvimento de habilidades capazes de promover melhores oportunidades no mercado de trabalho e de exercer influência nas propensões de suas escolhas individuais”.

Neste sentido, ao aumentar o *status* educacional do indivíduo, pode-se diminuir a taxa de criminalidade, a pobreza e o desemprego, pois a educação teria impactos diretos sobre o

crime e indiretos na redução da pobreza e do desemprego (Ahmed; Abdullah; Akhtar, 2019 *apud* Fochezatto, 2021).

Dall Asta, Pavan e Silva (2021, p. 9) colaboram afirmando que a educação é um dos principais meios para que se “haja uma evolução social efetiva do indivíduo, para que suas ações estejam em consonância com a legalidade e a ética, realizando com devida eficácia o processo de moralidade do jovem, evitando seu ingresso na marginalidade”.

Em relação ao crescimento do crime e sua gravidade, Lopes Rey (1973) *apud* Cerqueira (2001, p. 34) destaca que:

O que o crime perdeu em originalidade ganhou em extensão e gravidade...sem procurar criar efeitos dramáticos, temos que admitir o fato de que o crime é um problema intratável na maioria dos países desenvolvidos e será em outros países que não sejam desenvolvidos. Há para isso três motivos: o crime tornou-se sociopolítico, a criminologia é resultado de uma promoção profissional e sistema de justiça criminal é inadequado para enfrentar o crime ou os criminosos (Cerqueira, 2021, p. 34).

O crime atingiu todas as classes sociais. Desta forma, afirmar que, por ser uma região periférica, a pobreza ou distúrbios sejam as causas dos crimes é desconhecer que pessoas ricas e sadias também cometem crimes. Ora, se todos os segmentos sociais participam de alguma forma em atividades criminosas, fica difícil encontrar causas únicas que expliquem tal atividade (Cerqueira, 2001).

Considerando, então, que o crime é um problema intratável por causa, e que há pessoas ricas e sadias por trás do comércio ilegal de drogas, a PM assumiu a gestão da escola, que fica em uma área considerada “vermelha”, com a proposta de melhorar a percepção de segurança pública no entorno da instituição.

Contudo, a gestão militar compreendeu que não poderia atuar apenas com a ideia de combater um inimigo intratável, mas que deveria investir fortemente na educação de crianças e adolescentes, que eram e continuam sendo os principais alvos dos criminosos para o ingresso no mundo do crime.

Recorte – 14: Indicador: Educação e facção: *“Eu sempre convivi vendo esses dois mundos de perto. No muro ao lado de casa picharam a sigla CV em vermelho. Quando cheguei à escola, lembro que meus olhos brilharam. Sempre quis estudar nessa escola”.*

[>Luciana_ex-aluna e moradora da comunidade]: **Quando cheguei à escola, lembro que meus olhos brilharam. Sempre quis estudar nessa escola. Eu dizia queria muito estudar na escola militar, pois os alunos são pessoas muito inteligentes,**

quero estar lá junto com eles. Quando entrei aqui e parecia um outro mundo para mim. Vi que a educação e o ensino eram valorizados. O aluno que estudava era uma pessoa valorizada e que os alunos que saíam daqui tinham um futuro encaminhado. O Waldocke foi decisivo para todo o encaminhamento da minha vida até agora. Sem escola eu realmente não sei o que eu seria.

Após compreender que sua missão era trabalhar com vidas, a gestão da PM caminhou em busca do brilho nos olhos dos alunos. O relato da aluna que conviveu em dois mundos — educação e facção — demonstra isso claramente. Para ela, a escola parecia outro mundo. Nas palavras de Gomes (2002):

Deparamo-nos com diferentes olhares que se cruzam, que se chocam e que se encontram. A escola pode ser considerada, então, como um dos espaços que interferem na construção da identidade. O olhar lançado no interior da escola, tanto pode valorizar identidades e diferenças quanto pode estigmatizá-las, discriminá-las, segregá-las e até mesmo negá-las (Gomes, 2002, p. 39).

O discurso da ex-aluna demonstra que, ao olhar para o interior da escola, ela se sentiu valorizada e, assim, a educação venceu a facção, pois foi acolhida pela escola e aprovada no PSC/UFAM para cursar Medicina.

Baccon (2023, p. 5) argumenta que “o crime é um problema sério em nossa sociedade, e buscar formas de combater a criminalidade é sempre um fator de relevância social. A educação pode ser um instrumento eficaz no combate aos crimes”. Baccon (2023) continua sua abordagem falando sobre a compreensão de mundo fornecida pela educação:

A educação é responsável não só pela formação escolar do sujeito, permitindo que se tenha acesso ao conhecimento básico, como também influi em muitos outros aspectos da vida dos indivíduos, pois somente ela permite a real compreensão do mundo, assim como a criação de cidadãos críticos, pensadores autônomos, conscientização política e progressão social (Baccon, 2023, p. 6).

Bourdieu (2003), por exemplo, relata a importância da educação enquanto capital cultural e como a educação dos pais influencia a vida dos filhos e o lugar que estes irão ocupar na sociedade.

Recorte – 15: Indicador: Educação e facção: *“Eu sempre convivi vendo esses dois mundos de perto. No muro ao lado de casa picharam a sigla CV em vermelho. Quando cheguei à escola, lembro que meus olhos brilharam. Sempre quis estudar nessa escola”.*

[>Bernadete_ex-aluna e moradora da comunidade]: **Essa escola me ajudou a me formar quem eu sou hoje. Não consigo viver minha trajetória sem a escola. Com certeza hoje, nós que fazemos essa comunidade. (...) Então nós fomos moldando os nossos sonhos. Talvez se a gente não tivesse vivido esse processo, essa metamorfose, não sei o que seríamos hoje. Hoje, por exemplo, eu sou soldado da Polícia Militar. E quando passei no concurso, fui chamada tanto pela Polícia Militar quanto pelo Bombeiro Militar. Eu tive que escolher, pois fui chamada ao mesmo tempo. Para mim não foi uma escolha difícil, pois eu disse que teria a oportunidade de servir na instituição que me ajudou a ser quem eu sou hoje. Se eu puder retribuir minimamente o que a instituição da Polícia Militar, através da educação fez na minha vida, eu irei fazer. Eu sou fruto, sou fruto dessa escola.**

Novamente, voltamos à fala da ex-aluna Bernadete. É importante lembrar que ela estudou na escola antes da PM assumir a gestão, e permaneceu nela até 2015. Em falas anteriores, relatou que se sentiu assediada por facções dentro da escola quando era criança. Também mencionou que, por extrema necessidade, sua mãe solo se desdobrava trabalhando fora, o que limitava o contato com as duas filhas menores, que cuidavam uma da outra. Nesse período, Bernadete destacou a importância da escola em sua vida, chegando a classificá-la como sua primeira família.

A ex-aluna retorna com um depoimento forte sobre o papel do CPM em sua formação. Ela é formada em Direito, aprovada na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) e em dois concursos públicos para soldado da PM e do Corpo de Bombeiros Militar do Amazonas.

“Se eu puder retribuir minimamente o que a instituição da Polícia Militar, através da educação, fez na minha vida, eu irei fazer. Eu sou fruto, sou fruto dessa escola.” (Bernadete, ex-aluna).

Essa fala demonstra como o CPM, por meio da educação, foi fundamental para sua vida e futuro. Ela não tem dúvidas em sua escolha entre a PM ou os Bombeiros, pois se sente fruto da escola e decidiu retribuir o que recebeu.

A educação é, sobretudo, troca, debate, construção de ideias e formação de hábitos que devem partir da formação ética. Ela constitui um dos principais ativos e mecanismos de transformação de um povo. Por isso, é papel da escola estimular a formação de valores, hábitos e comportamentos que respeitem as diferenças e as características próprias de grupos e minorias (Mastella *et al.*, 2014).

A busca pela realização pessoal, uma exigência natural da liberdade e da igualdade, teria dado origem a toda sorte de conflitos que, na ausência de qualquer elemento inibidor, poderiam pôr em perigo a sobrevivência da própria humanidade. Contudo, essa busca não deve ser suprimida, mas sim ter seus excessos coibidos (Tonet, 2005).

Na fala da ex-aluna, fica claro que a gestão da PM proporcionou uma verdadeira metamorfose, pois a escola analisou o cenário e focou nos alunos. Nesse sentido, Siqueira (2024) afirma que:

A inovação pedagógica, sendo orientada por uma visão transformadora da educação e exigindo uma análise dos cenários em que ocorre, tem como *locus* as práticas desenvolvidas entre educadores e educandos. Requer, sobretudo, uma focalização nos educandos e na aprendizagem, a qual tem implicações ao nível da concessão e gestão do currículo e das abordagens pedagógicas, incluindo-se nestas últimas a dimensão da reflexão crítica (Siqueira, 2024, p. 6).

Esse discurso demonstra que a PM decidiu agir de forma diferente da concepção tradicional de sua missão institucional, que é combater criminosos em termos bélicos — como se os traficantes fossem inimigos a serem enfrentados, por meio de uma política de segurança formulada como estratégia de guerra (Souza Neto, 2007).

Seguindo a mesma convicção, Cerqueira (2001) foi cirúrgico em sua análise:

Era necessário marcar a possibilidade de a atividade policial contar com uma série de serviços diferentes da tradicional forma de patrulhar ou investigar. Um policial na sala de aula de uma escola conversando com os alunos sobre o uso de drogas, exercendo uma atividade de policiamento preventivo diferente da preconizada pelo modelo da forma. Neste modelo, ele estaria patrulhando as ruas adjacentes à escola ou parado na porta dela. No novo modelo, passar seu tempo com uma conversa programada e produtiva dentro da escola é muito mais eficaz do que passar o tempo do serviço com conversas inúteis e improdutivas (Cerqueira, 2001, p. 113).

Neste sentido, para alcançar tal objetivo, a PM precisou estabelecer um bom relacionamento com a comunidade. Cerqueira (2001, p. 99) argumenta que “é necessário que a polícia trabalhe junto com a comunidade para identificar seus problemas e estabelecer estratégias específicas para sua resolução, pois assim o ciclo do medo e do crime pode ser amenizado”.

A gestão da PM compreendeu que não deveria agir de forma repressiva, mas que era preciso conceder aos alunos uma liberdade substantiva. O economista e filósofo Amartya Kumar Sen, autor do livro “Desenvolvimento como liberdade”, esclarece que o êxito de uma sociedade deve ser avaliado pelas liberdades individuais, sobretudo pelas liberdades substantivas desfrutadas pelos membros da sociedade, ou seja, a possibilidade de ter mais liberdade para realizar aquilo que valorizam (Sen, 2000).

Uma dessas liberdades substantivas que todo cidadão deve possuir é o direito a uma educação de qualidade. Para garantir essa liberdade tão importante, a PM percebeu que deveria

agir preventivamente, antecipando-se ao crime, pois essa é a verdadeira efetividade da segurança pública.

4.1.3.1 A polícia que ninguém vê

A PMAM desenvolve outros projetos que demonstram sua preocupação com a prevenção primária. Além dos colégios militares, destacam-se o Proerd e o Projeto Formando Cidadão.

Entretanto, por se tratar de iniciativas voltadas a crianças e adolescentes, com foco em um futuro melhor nas áreas de educação, segurança pública e cidadania, infelizmente, para muitas pessoas, trata-se de um trabalho no qual não se deve investir muita energia, pois os resultados são de médio e longo prazo. Por essa razão, esse olhar utópico foi classificado como a “polícia que ninguém vê”.

4.1.3.1.1 Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd)

O Proerd é a versão brasileira do programa norte-americano chamado Drug Abuse Resistance Education (Educação para Resistir ao Abuso de Drogas – D.A.R.E.), criado em Los Angeles, Califórnia, em 1983. O programa surgiu em resposta ao elevado índice de criminalidade nas escolas, envolvendo crianças e adolescentes, além do uso e tráfico de drogas, sendo apreendido, na ocasião, um grande carregamento de substâncias ilícitas destinado à comunidade escolar. O Proerd atua em 58 países e chegou ao Brasil em 1992 (Brasília, DF, 2016).

Henriques (2024) afirma que o Proerd foi implementado no Amazonas em 2002, onde vem registrando uma trajetória exitosa. Henriques (2024) acrescenta que:

No Amazonas, não é diferente, o Programa Educacional de Resistência às Drogas (Proerd) representa a união de esforços entre Polícia Militar, Entidades Educacionais, Famílias e comunidades através de um programa educacional desenvolvido nas salas de aula, com o objetivo de promover habilidades para a saúde e segurança pessoal das crianças. O emprego deste Programa de Prevenção pela nossa Polícia Militar se vincula ao desdobramento de ações voltadas para a prevenção do uso indevido de drogas e situações geradoras de violência que coloquem em risco a saúde, a integridade física e as perspectivas de desenvolvimento psicossocial de crianças, adolescentes e adultos envolvendo um trabalho proativo que tem como atores a escola, a família e a Polícia Militar do Amazonas (Henriques, 2024, p. 8).

Nas palavras de Henriques (2024), o carro-chefe do atendimento do Proerd é o currículo aplicado aos alunos do 5º ano do ensino fundamental, das redes pública e particular, ostentando o lema “Manter Nossas Crianças Longe das Drogas”.

O curso tem ênfase na prevenção ao uso de drogas; neste sentido, as aulas orientam os estudantes a se manterem longe de más companhias, evitarem a violência, resistirem às pressões diretas ou indiretas e sempre acionarem os pais ou responsáveis quando necessário (Henriques, 2024).

Quadro 7 – Crianças atendidas pelo Proerd de 2002 a 2024

QUADRO DE ATENDIMENTO PROERD 2002 A 2024										
ANO	TOTAL ALUNOS ATENDIDOS					TOTAL DE ESCOLAS ATENDIDAS				
	ESC. FED	AL. EST	AL. MUN	AL. PART	TOTAL	ESC. FED	ESC. EST.	ESC. MUN	ESC. PART	TOTAL
2002	0	16242	2719	530	19491	0	120	42	3	165
2003	0	10703	10328	1025	22056	0	95	87	14	196
2004	0	14142	14276	455	28873	0	136	148	8	292
2005	0	19220	3074	251	22545	0	88	29	5	122
2006	0	16028	12190	689	28907	0	157	49	8	214
2007	0	21342	22200	2126	45668	0	210	242	34	486
2008	0	21458	22225	2161	45844	0	210	242	34	486
2009	0	18659	12122	5877	36658	0	90	52	22	164
2010	0	22021	11634	886	34541	0	185	123	18	326
2011	0	26657	26206	2098	54961	0	191	248	22	461
2012	0	20582	19109	424	40115	0	101	133	4	238
2013	0	16333	18714	1387	36434	0	160	180	12	352
2014	0	17192	18714	869	36775	0	140	207	6	353
2015	0	17192	23264	869	41325	0	109	271	3	383
2016	0	3805	28276	421	32502	0	35	65	3	103
2017	0	10914	12306	352	23572	0	90	170	3	263
2018	0	10662	19448	205	30315	0	81	163	4	248
2019	0	10290	16508	808	27606	0	81	225	8	314
2020	0	4157	22091	45	26293	0	21	60	1	82
2021	0	8456	9948	850	19254	0	33	69	10	112
2022	0	5003	5843	66	10912	0	38	41	1	80
2023	0	6736	14566	954	22256	0	53	90	7	150
2024	140	5345	9707	664	15856	1	40	78	7	126
TOTAL	140	323139	355468	24012	702759	1	2464	3014	237	5716

Fonte: Coordenação do Proerd Amazonas, 2024.

O Proerd se apresenta como uma política pública focada na prevenção, constituindo uma alternativa a ser empregada pelas políticas de segurança pública (Henriques, 2023).

No quadro acima, é possível observar que, desde 2002 até 2024, o Proerd alcançou mais de 70 mil crianças, em aproximadamente 5.700 escolas, abrangendo a capital e diversos municípios do Amazonas. Esses alunos frequentam escolas estaduais, municipais e particulares.

Valente *et al.* (2022) ressaltam, porém, que, apesar de o Proerd ser o programa de prevenção mais difundido nas escolas brasileiras, contando com o empenho dos policiais militares de todos os estados e suprimindo lacunas relacionadas às drogas e à violência, ainda há dificuldade em catalogar estudos de avaliação acerca de sua eficácia.

Recorte – 16: Indicador: Educação e facção: *“Eu sempre convivi vendo esses dois mundos de perto. No muro ao lado de casa picharam a sigla CV em vermelho. Quando cheguei à escola, lembro que meus olhos brilharam. Sempre quis estudar nessa escola”.*

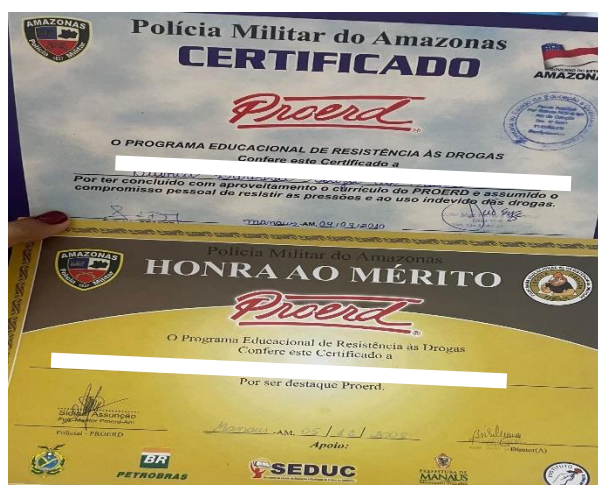
[>Bernadete_ex-aluna e moradora da comunidade]: **Se eu puder retribuir minimamente o que a instituição da Polícia Militar, através da educação fez na minha vida.**

Nunca é cansativo ressaltar a identidade desta ex-aluna no grupo focal. Na infância, ela foi assediada na escola por facções criminosas para ingressar no mundo do tráfico de drogas. Contudo, nesse mesmo período, a PM já atuava na escola, não pela gestão, mas por meio do Proerd.

Em seu depoimento, a ex-aluna destaca que, se pudesse, retribuiria tudo o que a PM fez por sua vida. Essa fala revela a grande contradição de informações que ela vivenciou ainda criança, entre 2007 e 2008: de um lado, ouvia sobre a facção FDN e escrevia essa sigla nas paredes, sem entender seu significado; de outro, recebia a visita de policiais militares na escola, que explicavam os malefícios das drogas e ensinavam como resistir às ofertas e pressões para usá-las.

Abaixo, encontram-se os certificados da ex-aluna, que participou do Proerd em duas ocasiões, nos anos de 2008 e 2010, conforme os documentos que ela mesma destacou com orgulho:

Foto 22 – Certificados do Proerd da ex-aluna Bernadete



Fonte: Bernadete, ex-aluna e moradora da comunidade.

A participação da PM nas escolas chegou em um momento oportuno, como pode ser observado na fala da ex-aluna. Mesmo com o apoio do Proerd, ela conseguiu resistir às drogas. Posteriormente, ao ingressar no 3º CPM, fortaleceu ainda mais sua determinação para se tornar quem é hoje no cenário social.

4.1.3.1.2 Ex-alunos do Proerd ingressam no Curso de Formação de Soldados da PMAM

O Edital 01/2021-PMAM, de 03 de dezembro de 2021, trata do concurso público para o provimento de vagas em cargos de nível médio e superior para ingresso nos quadros da PMAM, visando a admissão no curso de formação profissional nos quadros de oficiais combatentes, oficiais de saúde e praças combatentes da PMAM (Amazonas, 2021).

Em 2023, o Governo do Amazonas convocou 1.000 alunos soldados para o curso de formação. Atualmente, 258 ex-alunos do Proerd integram as fileiras desse curso. Para esses jovens, o Proerd transcendeu sua missão inicial de conscientização sobre os dilemas enfrentados na infância e juventude, funcionando como um catalisador para impulsioná-los a escolher um caminho de serviço à comunidade e comprometimento com a segurança pública (Amazonas, 2024).

Em 2025, em uma nova convocação, o Estado chamou mais 500 alunos para o Curso de Formação de Soldados, dos quais 52 foram participantes do Proerd durante a infância (Amazonas, 2024). O aluno soldado Levy Costa destaca que o conhecimento oferecido pelo programa ultrapassou os temas relacionados às drogas e à violência. As questões abordadas

com respeito, responsabilidade e resiliência contribuíram para que ele escolhesse hoje fazer parte da PMAM. Vale destacar que Levy Costa também é ex-aluno do 3º CPM.

Ter um contato tão próximo com os policiais militares e entender como a função deles contribui em questões tão sensíveis, pois envolve diretamente a segurança pública, fez-me admirar a profissão. E hoje, assim como eles, eu posso servir e proteger a sociedade amazonense (Amazonas, 2024).

Amazonas (2024) atesta que o primeiro contato da aluna soldado Élide Ribeiro com a PMAM ocorreu em 2006, na Escola Municipal São Dimas, por meio dos monitores:

A presença da Polícia Militar nas escolas é muito importante, principalmente, para alunos que não têm um exemplo paterno ou figura positiva a seguir. A partir daí, comecei a ter como referência o policial militar, como postura de boa-fé para a sociedade. Nos trazendo um norte para preparação da vida adulta”, destaca a ex-aluna do Proerd (Amazonas, 2024).

À medida que esses ex-alunos do Proerd se preparam para assumir seus papéis como policiais militares, eles personificam não apenas a eficácia do programa, mas também representam a continuidade de um serviço com legado e compromisso, transmitindo valores que moldam não apenas suas carreiras, mas também a segurança e a integridade da sociedade que juraram proteger (Amazonas, 2024).

Apesar da prolixidade, é importante destacar que a ex-aluna Bernadete — que sofreu assédio na escola para se envolver com drogas, foi aluna do Proerd em duas ocasiões, ainda na infância e adolescência, e permaneceu na escola após a PM assumir a gestão — está entre os aprovados no concurso público e atualmente é soldado da PM.

4.1.3.2 Colégios Militares da Polícia Militar

Além do 3º CPM, a PMAM administra mais oito escolas públicas. Oliveira (2024 *et al.*, p. 3) esclarece que, no contexto amazonense, “a militarização das escolas públicas em Manaus começou com o primeiro Colégio Militar da Polícia do Amazonas, instituído pelo decreto 15.831/1994, criado para atender aos servidores militares, seus dependentes e parte da sociedade civil”. A autora destaca ainda que, a partir da primeira década do século XXI, o governo do Amazonas iniciou um processo de transferência da gestão de escolas civis da rede estadual para a PM. Atualmente, são oito unidades em Manaus e uma no município de Manacapuru.

Quadro 8 – Colégios da PMAM

UNIDADES	NOME	PORTARIA	DATA	IDADE
CMPM I	COLÉGIO MILITAR DA POLÍCIA MILITAR	Decreto nº 15.831	04 de fevereiro de 1994	30 anos
CMPM II	ESCOLA ESTADUAL MARCANTONIO VILAÇA II	Decreto nº 29.720	15 de março de 2010 Proerd ano de 2002	14 anos
CMPM III	ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR WALDOCKE FRICKE DE LYRA	Decreto nº 20.921	11 de maio de 2000	24 anos
CMPM IV	ESCOLA ESTADUAL ÁUREA PINHEIRO BRAGA	Decreto nº 28.903	10 de agosto de 2008	16 anos
CMPM V	ESCOLA ESTADUAL TEN CEL CÂNDIDO JOSÉ MARIANO	Decreto nº 36.844	11 de abril de 2016	07 anos
CMPM VI	ESCOLA ESTADUAL SENADOR EVANDRO DAS NEVES CARREIRA	Decreto nº 36.794	18 de março de 2016	08 anos
CMPM VII	ESCOLA ESTADUAL ELIANA DE FREITAS MORAIS	Decreto nº 36.710	22 de fevereiro de 2016	08 anos
CMPM VIII	ESCOLA ESTADUAL PEDRO CÂMARA	Decreto nº 36.845	11 de abril de 2016	08 anos
CMPM IX	ESCOLA ESTADUAL JAMIL SEFFAIR	Decreto nº 26.556	10 de abril de 2007	16 anos

Fonte: Núcleo da Diretoria de Ensino da PMAM, 2025.

A fala da ex-aluna Bernadete continua e ela argumenta que a escola a ajudou a construir um futuro promissor, destacando que foi aprovada em concurso público para o cargo de soldado na PM.

Em relação ao concurso público realizado em 2021 para ingresso na PM, foram convocados 1.000 alunos soldados e 100 alunos oficiais, entre os quais alguns eram ex-alunos dos colégios da PM:

Tabela 6 – Ex-alunos aprovados em concurso da PMAM – 2023

CMPM	Aprovados para serem soldados da PMAM
1º CMPM	15
2º CMPM	10
	9
3º CMPM	
4º CMPM	4
5º CMPM	7
6º CMPM	0
7º CMPM	1
8º CMPM	0
9º CMPM	1
Aprovados para serem oficiais	
1º CMPM	03
TOTAL	50

Fonte: Amazonas, 2023.

Observa-se que, dos 1.100 aprovados no concurso público de 2021, 50 foram ex-alunos dos colégios da PM.

Em 2025, o Governo do Amazonas convocou mais 500 soldados e 120 oficiais, e novamente houve a presença de ex-alunos dos colégios da PM na relação de convocados.

Tabela 7 – Ex-alunos aprovados em concurso da PMAM – 2025

CMPM	Aprovados para serem soldados
1º CMPM	18
2º CMPM	05
3º CMPM	04
4º CMPM	01
5º CMPM	03
6º CMPM	01
7º CMPM	04
8º CMPM	02
9º CMPM	0
Aprovados para serem oficiais	
1º CMPM	01
TOTAL	39

Fonte: Amazonas, 2025.

Dos 620 convocados, 39 aprovados foram alunos dos colégios da PM. Somando-se as duas tabelas, constata-se a aprovação de 89 ex-alunos.

4.1.3.2.1 Aprovação em vestibulares

Tabela 8 – Ex-alunos aprovados em vestibulares em 2024

UNIDADES	NOME	UEA	PSC/UFAM	ENEM	TOTAL
CMPM I	COLÉGIO MILITAR DA POLÍCIA MILITAR	14	11	28	53
CMPM II	ESCOLA ESTADUAL MARCANTONIO VILAÇA II	43	17		60
CMPM III	ESCOLA ESTADUAL PROFESSOR WALDOCKE FRICKE DE LYRA	34	56	6	96
CMPM IV	ESCOLA ESTADUAL ÁUREA PINHEIRO BRAGA	21	10		31
CMPM V	ESCOLA ESTADUAL TEN CEL CÂNDIDO JOSÉ MARIANO	45	39		84
CMPM VI	ESCOLA ESTADUAL SENADOR EVANDRO DAS NEVES CARREIRA	12	11	31	54

CMPM VII	ESCOLA ESTADUAL ELIANA DE FREITAS MORAIS	11	11	8	30
CMPM VIII	ESCOLA ESTADUAL PEDRO CÂMARA	17	8		25
CMPM IX	ESCOLA ESTADUAL JAMIL SEFFAIR	12	2		14
TOTAL DE APROVADOS		209	165	73	447

Fonte: Núcleo da Diretoria de Ensino, 2025.

Segundo os dados fornecidos pelo Núcleo da Diretoria de Ensino da Polícia Militar, 447 alunos dos nove CMPMs foram aprovados em vestibulares. Considerando somente a escola pesquisada, o 3º CMPM aprovou 96 alunos em vestibulares no ano de 2024.

Analisando os dados de outros colégios localizados em áreas periféricas e/ou vermelhas, temos a seguinte situação:

O 4º CMPM, situado na Zona Leste de Manaus, no bairro Grande Vitória, aprovou 31 alunos para ingresso em universidades.

O 6º CMPM localiza-se no bairro Lago Azul, Zona Norte de Manaus, especificamente no conjunto habitacional denominado “Viver Melhor”. Este conjunto estava sob domínio de facções criminosas, o que levou a PM a realizar uma megaoperação em junho de 2025, conforme reporta o Amazonas Record (2025):

A Polícia Militar está realizando uma megaoperação no Conjunto Residencial Viver Melhor, em Manaus (AM), com o objetivo de combater o tráfico de drogas e aumentar a tranquilidade dos moradores. Quatro suspeitos foram presos e armas foram apreendidas. A operação, que não tem prazo para terminar, conta com a Cavalaria, a ROCAM e a Força Tática (Amazonas Record, 2025).

Mesmo enfrentando tais adversidades, em 2024, o 6º CMPM aprovou 54 alunos para ingressarem no ensino superior, seja na UEA ou na UFAM.

O 7º CMPM, também localizado no bairro Lago Azul, aprovou outros 30 alunos para universidades públicas.

Por sua vez, o 8º CMPM está situado no bairro da Compensa, um dos mais perigosos de Manaus. Alessi e Rodrigues (2021) destacam que o bairro é cobiçado por organizações criminosas devido à sua localização estratégica, às margens do Rio Negro:

Encravado na zona oeste da capital, o bairro é cobiçado pelo crime organizado por sua localização estratégica, às margens do Rio Negro. Suas dezenas de ancoradouros e píeres com pouca fiscalização facilitam o embarque e desembarque por via fluvial de cargas de cocaína vindas diretamente da Colômbia —ou então atravessadas pela Venezuela. A Compensa está no meio da Rota do Solimões, principal corredor do tráfico internacional de drogas no país que utiliza os rios Negro, Içá, Japurá e o

próprio Solimões para trazer a droga ao Brasil e posteriormente despachá-la aos portos europeus e africanos (Alessi; Rodrigues, 2021).

Para intimidar os mais de 75.000 habitantes do bairro da Compensa, que sabem que o local se tornou, nos últimos anos, uma das principais linhas de frente no violento embate entre facções criminosas, Alessi e Rodrigues (2021) explicam que os criminosos picharam uma mureta na Avenida Brasil, com a seguinte mensagem:

“Atenção Uber ou moradores da Compensa 1, 2 e 3, ao entrar no bairro, por favor, baixar os vidros do carro e desligar o farol para a sua própria segurança. Estamos em guerra. Assinado CV”.

Considerando todas essas adversidades, a gestão do 8º CPM em 2024, aprovou, em 2024, 25 alunos para as universidades públicas.

Diante das diversas aprovações, especialmente nas escolas localizadas em áreas vermelhas, a PM adotou uma ação baseada na educação de qualidade. Essa qualidade ficou demonstrada pelos resultados do Enem 2024, que forneceu dados importantes sobre a média geral e o desempenho dos estudantes em cada área do conhecimento.

Figura 7 – Ranking do Enem 2024



Fonte: 5º CPM, 2025.

Após a publicação realizada pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP), os colégios da PM divulgaram o *ranking* do Enem 2024, considerando exclusivamente as escolas públicas estaduais. Sabendo que a média nacional foi

de 546 pontos, a posição dos colégios da PM entre as escolas públicas estaduais ficou assim distribuída.

As oito primeiras colocações das escolas públicas estaduais foram ocupadas pelos colégios da PM. Destaca-se que o 1º CPM, o 2º CPM e o 5º CPM apresentaram médias acima da média nacional.

Ao analisar os colégios localizados em áreas consideradas “vermelhas”, o 8º CPM, situado no bairro da Compensa, conquistou a 5ª colocação. O 4º CPM, localizado no bairro Grande Vitória, na Zona Leste de Manaus, ficou em 7º lugar. O 3º CPM, foco desta pesquisa, posicionou-se em 8º lugar no estado.

O 7º CPM, situado no Conjunto Viver Melhor, área que já foi dominada pelo tráfico, ficou na 16ª posição. Já o 6º CPM, no bairro Lago Azul, próximo à Ponte da Bolívia, rota de saída de Manaus para Boa Vista, ficou em 23º lugar.

Por fim, o 9º CPM, localizado no município de Manacapuru, assumiu a 14ª posição entre todas as escolas públicas estaduais.

4.1.3.3 Programa Formando Cidadão (PFC)

O Programa Formando Cidadão (PFC) foi criado em 03 de dezembro de 1997 (ato de criação publicado no Boletim Geral nº 226 de 03DEZ97), com posterior adequação ao Estatuto da Criança e do Adolescente, publicada no Boletim Geral nº 127, de 10JUL01 (PFC, 2025). Enquanto o Proerd atua na prevenção primária, o PFC atua na prevenção secundária.

Essa prevenção incide não sobre indivíduos isolados, mas sobre grupos sociais que, segundo fatores criminógenos, apresentam maior propensão ao crime. Molina (2006) explica que a prevenção secundária “opera a curto e médio prazos e se orienta seletivamente a concretos (particulares) setores da sociedade: aqueles grupos e subgrupos que ostentam maior risco de padecer ou protagonizar o problema criminal”.

O PFC (2025) destaca que “a desestruturação familiar, pela perda ou troca de valores, crise socioeconômica, faz com que muitos adolescentes busquem nas ruas sua identidade e formas de sobrevivência, causando inúmeras vezes desvios na formação de seu caráter”. Dessa forma, a PM, sensível às questões relativas aos adolescentes em situação de vulnerabilidade social, reforça suas ações ao ceder instalações e disponibilizar policiais militares para desenvolver atividades que proporcionem a esses adolescentes oportunidades e meios de se sentirem integrados à sociedade. Isso torna o programa de grande relevância, tanto no contexto da prevenção em segurança pública quanto para a vida do indivíduo como um todo (PFC, 2025).

Atualmente, o PFC possui, entre a capital e o interior, sete unidades em pleno funcionamento, conforme a tabela abaixo:

Quadro 9 – Bases do Projeto Formando Cidadão

BASE PFC	ENDEREÇO DA UNIDADE	INSTRUTOR RESPONSÁVEL
CPA NORTE	Av. Sávio Belota, 145 – Novo Aleixo;	3º SGT E. Valente
CPA LESTE	Av. Grande Circular, s/nº - Jorge Teixeira;	3º SGT D. Brasil
BP CHOQUE	BR 174, s/nº - Prof. Paulo Graça - Lago Azul;	1º SGT Emerson/CB Rick Wesley
17ª CICOM	Rua Acopiara, s/nº - Hileia;	3º SGT B. Maxwell
15ª CICOM	Av. Margarita, s/nº - Nova Cidade;	3º SGT B. Maxwell
13ª CICOM	Av. Nossa Sra. da Conceição, 1025 – Cidade de Deus	CB Rick Wesley
3º BPM	Município de Tefé	3º SGT Dalvanice

Fonte: PFC, 2025.

Em 2023, foram matriculados 330 alunos no Programa Formando Cidadão. Eles participaram de diversas atividades e instruções, tanto em sala de aula quanto extraclasse, totalizando 175.992 atendimentos. É importante destacar que esses atendimentos são contabilizados pela quantidade de atividades e instruções que cada aluno recebe ao longo do ano. Os instrutores enviam relatórios mensais, que são compilados e repassados sempre que solicitados (PFC, 2025).

Em relação ao concurso público realizado em 2021 para ingresso como soldado da PM, três ex-alunos do Programa Formando Cidadão foram aprovados e convocados em 2023 para o curso de formação. Na segunda convocação, em 2025, houve a inclusão de mais um ex-aluno entre os novos alunos soldados, conforme relato do aluno soldado César Bosco:

É com muita alegria que digo que hoje minha família tem um exemplo de história, graças a Formando Cidadão, lá atrás foi semeada uma semente em mim. O coordenador da época sempre incentivava com as seguintes palavras: “eu quero, eu posso e eu consigo”. E hoje sou Aluno Soldado da Polícia Militar do Amazonas. Só tenho a agradecer ao Programa Formando Cidadão e a Polícia Militar do Amazonas.

A história de Emerson, que passou sete anos no Projeto Formando Cidadão, e atualmente serve no Exército Brasileiro, serve de inspiração para que os policiais militares continuem empenhados no trabalho em prol dos adolescentes em situação de vulnerabilidade social.

Foto 23 – De ex-aluno do Formando Cidadão a militar das Forças Armadas



Fonte: PFC, 2025.

Ao agradecer aos policiais militares do Projeto Formando Cidadão, o cabo do Exército enfatizou que:

Passei sete anos de minha vida dentro do Programa Formando Cidadão. Se hoje eu estou, onde estou é porque participei do programa. Hoje tenho caráter, tenho comprometimento nas coisas que faço, graças aos monitores e graças à coordenação. Dentro do programa, a gente aprende várias, dentre elas, aprendemos a ser cidadão, um bom soldado, um bom filho, um bom esposo. A gente vai aprendendo com os nossos erros e acertos. Sou uma pessoa realizada. Foram sete que acrescentaram na minha vida pessoal e profissional.

Analisando todo esse contexto e a fala da ex-aluna Luciana, que conviveu com dois mundos — educação e facção —, e constatando que a educação venceu esse embate, percebe-se que a PM, por meio da sua gestão na escola e dos seus programas de prevenção, como o Proerd e o Projeto Formando Cidadão, conseguiu proporcionar essa liberdade substantiva aos alunos. Dessa forma, eles puderam, em seu processo de tomada de decisão, fazer escolhas mais saudáveis e conscientes.

No contexto mais amplo da segurança pública, verifica-se que a gestão da PM nas escolas públicas, especialmente aquelas localizadas em bairros considerados perigosos, contribui de forma positiva para a segurança pública no Amazonas. Isso porque, além de oferecer uma educação que mantém os adolescentes afastados das influências das facções criminosas, a gestão escolar prepara futuros adultos que não serão clientes negativos do sistema de segurança.

Recorte – 17: Indicador: Educação e facção: *“Eu sempre convivi vendo esses dois mundos de perto. No muro ao lado de casa picharam a sigla CV em vermelho. Quando cheguei à escola, lembro que meus olhos brilharam. Sempre quis estudar nessa escola”*.

[>Luciana_ex-aluna e moradora da comunidade]: **Eu cresci vendo os amigos de meu irmão e muitos foram para o caminho da criminalidade. Eu chegava da escola e meu irmão dizia para a mamãe: mãe o meu colega “tal” morreu esses dias, porque estava comprando drogas e não pagou. Coisas desse tipo. Eram envolvidos com drogas. Eu sempre convivi vendo esses dois mundos de perto.**

Esse discurso despertou a curiosidade deste pesquisador e fez surgir uma questão fundamental: entre os adolescentes que seguiram o caminho da criminalidade, houve algum que foi aluno do 3º CPM?

Ao analisar o Relatório Escolar da Coordenação Pedagógica do 3º CPM referente a 2014, surgiu um nome, que decidiu-se substituir por um fictício, para preservar a identidade: Renato da Silva. Renato já estudava na EEWFL antes da gestão da PM. Quando houve a transição, ele permaneceu matriculado. Contudo, em 2013 e, principalmente, em 2014, Renato começou a faltar com frequência e, quando presente, apresentava comportamentos indisciplinados (CPM 3º, 2014).

Diante da situação, a escola resolveu ir até a casa de Renato, localizada na comunidade do Parque São Pedro, para entender o que estava ocorrendo. Ao chegar, a coordenação pedagógica deparou-se com uma cena triste: Renato vivia em uma casa de madeira, composta por apenas um cômodo, com chão batido e uma latrina de fossa no quintal. Sua mãe, que recebia salário-família, cuidava sozinha de três filhos e não sabia das faltas constantes do filho à escola (CPM 3º, 2014).

A partir daquele dia, a escola intensificou a observação sobre Renato, mantendo conversas, orientações e matriculando-o no reforço escolar. Apesar disso, ele continuou a faltar com frequência (CPM 3º, 2014).

Infelizmente, Renato decidiu desafiar a mãe e abandonou os estudos. Em 2014, sua mãe compareceu à escola para solicitar a transferência do filho, pois ele não queria mais estudar em um colégio militar (CPM 3º, 2014).

Renato acabou se envolvendo com a facção criminosa que dominava a comunidade do Parque São Pedro, passou a cometer crimes e foi preso. Em 2021, na tentativa de deixar a facção, foi brutalmente assassinado.

Esse caso trágico revela que, entre educação e facção, algumas vidas são perdidas para o crime. No entanto, uma análise mais profunda evidencia que a responsabilidade não recai

sobre a escola, mas sim sobre a inércia do Estado em não proporcionar melhores condições de vida para a comunidade do Parque São Pedro. Tal negligência contribuiu para que alguns jovens escolhessem o crime como alternativa para realizar seus sonhos, muitas vezes tardios e frustrados, ao perceberem que já não tinham futuro.

Diante desse cenário, percebe-se que a gestão da PM na EEWFL enfrenta inúmeros desafios para mostrar aos alunos o caminho mais saudável: o da educação. Embora essa tenha sido uma derrota infeliz, inserida em uma comunidade dominada por facções criminosas, o “milagre da educação” continua a ascender no pódio mais alto, conquistando a medalha de ouro mais importante: a transformação de vidas.

Recorte 18 – Indicador: Sensação de segurança pública: Um cenário diferente: *“Em questão de segurança, o bairro é perigoso, mas no entorno da escola é a parte mais segura.*

[>Carlos_ex-aluno, morador e comerciante na comunidade]: (...) **Em questão de segurança, o bairro é perigoso, mas no entorno da escola é a parte mais segura, onde os terrenos são mais valorizados, por causa da segurança. Hoje o comércio fica aberto até mais tarde por causa do colégio da polícia. O colégio trouxe isso para a comunidade, trouxe uma cultura diferente. O bairro não é mais de um povo esquecido.** Então, na condição de comerciante e ex-aluno, a escola trouxe muitas mudanças na minha vida.

Na análise do indicador anterior, discutiu-se o caráter intratável do crime e como a PM decidiu agir de forma distinta, não encarando os criminosos como inimigos a serem combatidos diretamente, mas contribuindo para uma educação que proporcionasse aos alunos uma liberdade substantiva e o poder de escolha para seu futuro.

Mas, após dez anos de gestão da PM na escola, qual é a análise sobre a segurança pública na comunidade?

O discurso do ex-aluno Carlos, atualmente comerciante na comunidade do Parque São Pedro, revela uma grande verdade. A gestão da PM na escola transformou a vida dos alunos e tornou o entorno da instituição mais seguro, com o surgimento de muitos pontos comerciais. No entanto, o bairro permanece perigoso.

A edição do jornal A Crítica, de 06 de fevereiro de 2025, trouxe a seguinte notícia: “Após tiroteio e assassinato, membro de facção criminosa em Manaus é preso com pistolas e munições”. A prisão ocorreu por volta das 17h, na Rua Sabiá, comunidade Parque São Pedro, bairro Tarumã, Zona Oeste, após um tiroteio entre facções criminosas que resultou em um morto e dois feridos (Queiroz, 2025).

Existem relatos de diversos outros crimes cometidos por facções que dominam a comunidade do Parque São Pedro, no bairro Tarumã. Contudo, segundo o ex-aluno que atua comercialmente na região, a PM conseguiu mudar a realidade dos alunos e melhorar a situação socioeconômica próxima à escola.

É claro que não seria possível alterar a realidade brutal da comunidade apenas por meio da gestão da escola. Isso seria um pensamento utópico, pois o combate ao crime e a melhoria da sensação de segurança demandam a participação integrada de diversos órgãos estatais.

Recorte 19 – Indicador: Sensação de segurança pública: Um cenário diferente: “*Em questão de segurança, o bairro é perigoso, mas no entorno da escola é a parte mais segura.*”

[>Zeca_professor da escola]: (...) Mas eu sempre falo que a **comunidade tem um privilégio de ter recebido essa ajuda da segurança pública, da gestão pública, em a Polícia Militar ter assumido a escola, porque esse colégio de fato é um divisor de águas, entre o que era o Parque São Pedro antes e o que é hoje (...)** A Segurança Pública, envolvida no processo de ensino, tem um ganho para a educação. Eu sou convicto disso, que tem um ganho.

[>Rosemary_funcionária da escola e mãe de aluna<]: E de fato **essa parceria em ter SEDUC e Polícia Militar traz bons resultados para a educação.** A gente pode perceber, pois **é um diferencial.**

As falas dos professores corroboram com o que foi exposto anteriormente: a gestão da PM transformou a vida de muitas pessoas, já que diversas crianças cresceram, tornaram-se adultas e, apesar da presença latente do crime, não foram atraídas pelo mundo do crime, optando pela educação e traçando seus próprios caminhos.

De acordo com os docentes, quando a Segurança Pública se envolve no processo educacional, há um ganho significativo para a educação, refletindo em bons resultados.

Entretanto, Oliveira *et al.* (2024) discorda veementemente dessa visão, ao afirmar que “essa prática não pode ser confundida com a ideia de que a militarização seria a ‘grande solução’ para uma política pública efetiva de educação”. A autora aprofunda sua crítica ao abordar o ambiente escolar, destacando que:

O repasse da gestão de escolas civis da rede estadual à Polícia Militar, cria uma estrutura administrativa incompatível com os dispositivos legais que regem o ambiente educativo, ao mesmo tempo, desigual, pois essas unidades gozam de privilégios financeiros, administrativos e políticos em relação às outras unidades administradas pela secretaria de educação (Oliveira *et al.*, 2024, p. 3).

Neste sentido, Oliveira *et al.* (2024), a partir de uma análise materialista histórico-dialética, realiza reflexões sobre os colégios da PM. A autora revela que a transição da escola civil para o modelo de colégio militar, com a classificação dos alunos como militares e baseada em uma promoção meritocrática, acaba reproduzindo as desigualdades presentes no mundo do trabalho. Além disso, reforça a ideia de que o processo de ensino-aprendizagem deve seguir uma tendência neoliberal e individualista, na qual apenas um grupo determinado teria acesso à ascensão social.

Oliveira *et al.* (2024) sugere que, para justificar a minimização da violência nas escolas em áreas vulneráveis e a efetivação de um ensino de qualidade que alcance metas de mérito e prestígio, como as refletidas no IDEB, a escola adota um ambiente coercitivo e hierarquizado, fundamentado no controle disciplinar rigoroso. A autora enfatiza ainda que essa dinâmica promove a violência verbal e reprime a autonomia e o senso crítico dos alunos.

Essa retórica de combate à violência, às drogas e o destaque nas aprovações em vestibulares e concursos em larga escala servem como os principais argumentos utilizados por políticos para justificar a militarização das redes estaduais de ensino (Gomes, 2002).

Em consonância com essa perspectiva, Oliveira *et al.* (2024, p. 13) ainda sugere que “a presença militar na educação brasileira acompanhou as mudanças históricas do ponto de vista político e econômico, sendo inclusive o suporte para tais processos”.

Recorte 20 – Indicador: Cidadania com senso crítico: “*A escola nos ajudou a ser um cidadão mais consciente e principalmente ter um lado crítico*”.

[>Bernadete_ex-aluna e moradora da comunidade]: **A escola ajudou a formar cidadãos conscientes, disciplinados e responsáveis.** São pequenas coisas que não se ensinam em nenhuma faculdade. Aprendemos aqui sobre a disciplina com o horário. **Aprendi aqui na escola que, quando não souber fazer determinada coisa, mas posso aprender. Já tive experiência de alguns empregos e eu vi isso fazendo sentido e efeito na prática. Você se propor a aprender e não simplesmente cruzar os braços. Acima de tudo, a escola nos ajudou a ser um cidadão mais consciente e principalmente ter um lado crítico. O meu lado crítico eu formei aqui na escola e hoje levo para a minha vida, em todos os sentidos.** A frase que o professor falou me pegou muito: a escola formar cidadãos conscientes. **Se a pessoa se formou aqui, mas não cursou uma faculdade, mas tenho certeza que ela é um cidadão melhor. Ela contribui para a segurança pública de uma forma melhor. Ela passa aqueles valores para os filhos dela. Acredito que tem esse efeito em todos que passam por aqui.** (...) É você passar pela instituição e aquilo te transformar, nem que seja nas pequenas atitudes de teu dia a dia. Acredito que é isso que a gente carrega.

A fala da ex-aluna Bernadete é fundamental para compreendermos a complexidade da relação entre educação, disciplina e formação crítica. Ela afirma que a escola a ajudou a formar cidadãos conscientes, disciplinados e responsáveis, ressaltando que seu lado crítico foi desenvolvido no ambiente escolar. A trajetória de Bernadete é marcada por desafios: desde 2004, na escola, sofreu assédio para migrar para uma facção criminosa, enquanto sua mãe precisava trabalhar longas jornadas e a deixava com sua irmã mais velha em casa.

Apesar dessas adversidades, a presença da PM em sua vida, inicialmente por meio do Proerd, em 2007, e, posteriormente, com a gestão militar na escola, a partir de 2012, proporcionou a Bernadete uma consciência diferenciada acerca dos caminhos da educação e do crime organizado. Mesmo com a ausência materna, ela assumiu responsabilidade pelos estudos e, com a disciplina adquirida no colégio militar, conquistou seu objetivo maior: tornar-se uma cidadã crítica, capaz de analisar os fatores ao seu redor, sem se deixar influenciar.

Contudo, essa percepção pode ser questionada à luz da obra de Michel Foucault (2014). Em “Vigiar e Punir”, o autor argumenta que, na realidade, a ex-aluna estava submetida a uma série de mecanismos disciplinadores, voltados para o “adestramento” de indivíduos produtivos. Segundo Foucault, as instituições educativas funcionam como fábricas de subjetividades obedientes; a disciplina não visa suprimir as forças dos indivíduos, mas selecioná-las e torná-las mais eficientes para a sociedade.

Dessa forma, duas concepções se contrapõem: por um lado, Bernadete defende que a escola a ajudou a formar uma consciência crítica e responsável; por outro, Foucault sugere que o processo disciplinar buscou moldar um indivíduo obediente e produtivo, mediante técnicas de controle social.

Além disso, a obediência imposta por meio do autoritarismo — baseada no medo da punição e na coerção — pode gerar um ambiente conflituoso em sala de aula, onde surgem sentimentos negativos como hostilidade, ressentimento, inferioridade e passividade, que comprometem o trabalho pedagógico (Novais, 2004).

Paulo Freire (1996) oferece uma perspectiva que busca o equilíbrio entre esses extremos, ao afirmar que compreender a relação entre autoridade e liberdade — sempre tensa e geradora tanto de disciplina quanto de indisciplina — é essencial para a prática educativa crítica. Para Freire (1987), o ensino exige tanto liberdade quanto autoridade; esta última, ligada ao respeito, é indispensável para manter a disciplina necessária ao processo pedagógico.

No entendimento de Freire, disciplina não significa silêncio absoluto ou passividade, mas o respeito a regras que garantam o alcance dos objetivos educacionais (Novais, 2004).

Ainda segundo ele (1996), a liberdade necessária para uma educação democrática deve estimular a curiosidade do aluno, porém, sem degenerar em licenciosidade, isto é, sem ausência de limites. Para o autor, é preciso buscar um equilíbrio dentro da sala de aula entre disciplina e liberdade, autoridade e licenciosidade. Nesse sentido, Freire (1996) afirma:

Assim como inexistente disciplina no autoritarismo ou na licenciosidade, desaparece em ambos, a rigor, autoridade ou liberdade. Somente nas práticas em que autoridade e liberdade se afirmam e se preservam enquanto elas mesmas, portanto no respeito mútuo, é que se pode falar de práticas disciplinadas como também em práticas favoráveis à vocação para o ser mais (Freire, 1996, p. 46).

Considerando a reflexão de Paulo Freire sobre a necessidade do respeito mútuo para que se possam estabelecer práticas disciplinadas, e tendo em vista o relato da ex-aluna Bernadete que estudou na escola em duas fases — antes e após a gestão da PM —, observa-se que, por meio da disciplina promovida pela escola, ela tornou-se uma cidadã disciplinada, consciente e dotada de senso crítico. Essa transformação indica que houve reciprocidade no respeito entre a aluna e a instituição escolar, o que confere propriedade e autenticidade ao seu testemunho.

Complementando essa análise, Tonet (2005, p. 85) destaca que “a ideia de cidadania sempre esteve, de algum modo, associada à ideia de liberdade”. No entanto, ele ressalta o paradoxo presente na exigência de indivíduos livres e iguais para realizar um ato social que, em sua essência, não é nem livre nem igualitário.

Ter senso crítico, portanto, implica compreender que a liberdade formal, muitas vezes idealizada, é uma ilusão que faz o indivíduo acreditar ser livre — inclusive para desenvolver o pensamento crítico — e que essa liberdade seria a forma mais elevada da liberdade humana, passível de aperfeiçoamento infinito, capaz até de controlar o capital. Contudo, por sermos finitos e contingentes, a autodeterminação jamais poderá ser absoluta (Tonet, 2005).

Dessa forma, para que haja uma liberdade plena e um verdadeiro senso crítico, é necessário — nas palavras de Tonet (2005, p. 93) — “alcançar a liberdade real efetiva, pois ela supõe a superação da cidadania, o que implica a superação do capital”.

Recorte 21 – Confiabilidade na segurança ou elitismo na educação: “*Mais da metade dos alunos são pessoas de fora da comunidade. Na minha época acho 90% era daqui do Tarumã e eu sinto falta dessa proximidade com a comunidade*”.

[>Matusalém_ex-aluno e morador da comunidade]: **Antigamente a gente via muito aluno na hora da saída, andando fardado aqui pelo bairro. Hoje ainda tem muitos,**

mas bem menos. Acho que se distanciou um pouco da comunidade do Tarumã, do colégio. Essa é a minha percepção. Houve uma certa redução da quantidade de pessoas da comunidade dentro da escola.

Conforme a Lei de Organização Básica da PMAM, o CMPM é um órgão de apoio subordinado ao Órgão de Ensino da PMAM, cuja estrutura funcional e operacional é regulamentada pelo Regulamento Geral da Instituição (Amazonas, 2024).

No que diz respeito à matrícula para o ano letivo, Amazonas (2024) estabelece a distribuição das vagas, definindo que 70% delas são reservadas para dependentes de policiais militares, enquanto 30% são destinadas ao público geral.

Jesus (2021, p. 46) destaca que, em 2020, a escola possuía apenas 300 alunos dependentes de militares contra 2.020 alunos civis matriculados, representando, respectivamente, 13% e 87% das vagas. De acordo com a Coordenação Pedagógica do 3º CMPM, desde 2012, os dependentes de militares nunca ocuparam sequer os 20% das vagas a eles reservadas, fazendo com que as vagas remanescentes — aproximadamente 50% — fossem destinadas ao público geral.

Entretanto, a fala do ex-aluno Matusalém não se baseia na proporção de dependentes de militares na escola, mas sim no número de alunos que residem no bairro do Tarumã, especialmente na comunidade do Parque São Pedro. Segundo sua percepção, houve uma redução no número de pessoas dessa comunidade matriculadas na escola.

Diante desse relato e da evolução observada na escola, principalmente em relação à participação em olimpíadas e às aprovações em vestibulares, surge a seguinte questão: a escola teria se elitizado e deixado de atender crianças da comunidade?

Antes de responder a essa indagação, é necessário contextualizar o cenário histórico-social do período observado pelo ex-aluno. Para isso, serão analisadas duas situações específicas: os livros didáticos adotados e a matrícula de novos alunos.

4.1.3.4 Livros didáticos

Como já foi ressaltado, a PMAM administra nove escolas públicas, das quais três utilizam livros de sistemas de ensino particulares. Os demais colégios militares do estado adotam livros do Programa Nacional do Livro Didático (PNLD), incluindo o 3º CMPM, onde os alunos sempre utilizaram materiais fornecidos pela Secretaria de Educação.

Entretanto, o Comando Geral da Polícia Militar tentou adquirir livros didáticos de sistema particular para todas as escolas sob sua gestão. Essa iniciativa gerou uma denúncia protocolada no Ministério Público pelo Deputado Estadual Dermilson Chagas, em 2021. A denúncia narra que a PMAM pretendia adquirir apostilas didáticas sem processo licitatório, para uso pelos alunos dos colégios militares durante três anos letivos consecutivos: 2022, 2023 e 2024.

Amazonas (2021) ressalta que:

A empresa Somos Sistema de Ensino S.A., de São José dos Campos (SP), pagou, em outubro deste ano, passagens de avião para um grupo de diretores dos colégios da Polícia Militar (PM) e representantes das Associações de Pais, Mestres e Comunitários (APMC) com a alegação de que se tratava de uma visita para conhecer as instalações e produtos da empresa. A visita foi realizada no período de 28 a 30 de outubro. Após chegarem ao seu destino, os representantes conheceram toda a estrutura da empresa, mas, ao final da visita, foram surpreendidos com um contrato, no qual eles concordariam que a empresa fornecesse livros por três anos letivos consecutivos (2022, 2023 e 2024). Eles se recusaram e decidiram retornar a Manaus (Amazonas, 2021).

Amazonas (2021) salienta que cada apostila teria o custo de R\$ 1.800,00, sendo vendida de forma parcelada para os alunos, o que totalizaria um valor de R\$ 243.000.000,00 ao final dos três anos letivos.

Ainda segundo Amazonas (2021), um grupo de mães de alunos relatou ao deputado que “não existe a necessidade da compra de livros, porque os que são disponibilizados pela Seduc são bem utilizados pelos alunos, tanto que vários deles se tornaram destaques em campeonatos escolares de conhecimento, nacionais e internacionais”.

Neste contexto, Amazonas (2021) destaca a narrativa de uma mãe de aluno do 3º CPM, que afirmou:

Nós estamos reivindicando, como mães e pais de alunos, a não-compra dos livros. Não queremos devido à necessidade que a escola está vivendo hoje. Nós temos pais desempregados, temos famílias sem provedores, temos situações financeiras totalmente dilaceradas, prejudicadas e sem condições. E impor a compra de livros aos alunos nessa situação é impossível. O CPM III é referência e tem apresentado resultados positivos, tendo alunos medalhistas em competições nacionais e internacionais de Matemática e olimpíadas escolares. Inclusive, hoje, tem formatura na escola da Olimpíada Canguru, alunos serão premiados, e tudo isso com livros do Estado, PNL, e não tem livros de outras distribuidoras e editoras. Os esforços dos nossos alunos são bem vistos, até pelo presidente da República, que já veio na nossa escola, que hoje é referência nacional e conseguiu isso sem comprar livro (Amazonas, 2021).

Pelo exposto, nota-se que houve, de fato, uma tentativa de implementar o uso de livros didáticos particulares no 3º CPM. Caso essa medida tivesse sido efetivada, muitas famílias provavelmente teriam que retirar seus filhos da escola, por não possuírem condições financeiras para arcar com os altos custos do material. Com isso, uma escola que foi idealizada e construída para atender à comunidade residente no Tarumã poderia se tornar elitizada e excludente.

Contudo, graças às ponderações feitas por familiares de alunos junto ao Ministério Público, a proposta foi frustrada. Diante disso, observa-se que o 3º CPM continua utilizando, de 2012 até os dias atuais, os livros didáticos fornecidos pelo PNLD.

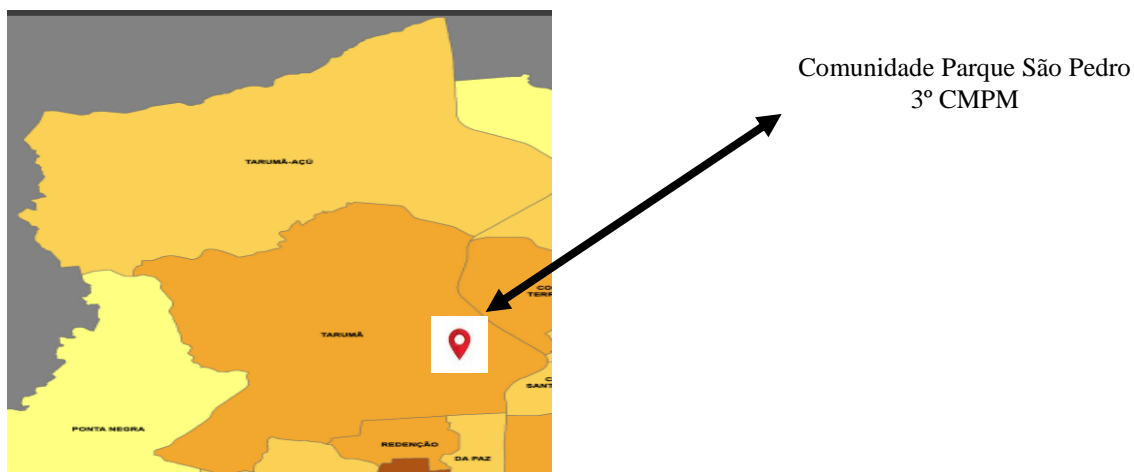
4.1.3.5 Matrícula de novos alunos

Após discutirmos a tentativa de elitização da escola por meio da adoção de livros didáticos particulares, voltamos nosso olhar para o discurso do ex-aluno, que frequentou a escola tanto antes quanto após sua transição para CPM. Ele permaneceu na instituição até 2015, três anos após a PM assumir sua gestão. Morador da comunidade Parque São Pedro, o ex-aluno Matusalém observou que, ao longo do tempo, houve uma redução na presença de estudantes da própria comunidade dentro da escola. Surge, então, uma indagação relevante: será que o colégio se distanciou da comunidade para a qual foi originalmente criado?

Na tentativa de responder a essa questão, solicitamos à secretaria da escola acesso às fichas de matrícula dos alunos novatos de 2024 e 2025. Segundo Amazonas (2025, p. 45), “o ingresso de aluno novato no Colégio dar-se-á mediante processo seletivo para o 6º ano do Ensino Fundamental e para a 1ª série do Ensino Médio”.

Com base nessa informação, analisamos os dados constantes nas fichas de matrícula dos alunos ingressantes no 6º ano e na 1ª série do ensino médio desses dois anos. Em cada uma delas, preenchidas pelos responsáveis legais, foi verificado o endereço residencial do estudante.

Com o auxílio do mapa do bairro Tarumã — que possui uma área total de 1.419,38 hectares (Manaus, 2021) —, foi possível constatar que se trata de uma região extensa, composta por diversas comunidades. Entre elas, destacam-se: Parque São Pedro (onde está localizado o 3º CPM), Campos Sales, Parque dos Príncipes, Parque Riachuelo, Cidadão X, entre outras. Além disso, é importante diferenciar o bairro Tarumã do Tarumã-Açu, que também abriga comunidades adjacentes, com características sociais distintas.

Figura 8 – Mapa do bairro Tarumã

Fonte: Manaus, 2021.

Dessa forma, ao analisar as fichas de matrícula dos novos alunos, foram considerados como pertencentes à área de abrangência do colégio os estudantes residentes nos bairros Tarumã e Tarumã-Açu. Como o colégio está localizado especificamente na comunidade do Parque São Pedro, esta localidade foi tratada com atenção especial e destacada na análise.

Assim, para fins de categorização, os alunos foram organizados em três grupos distintos, de acordo com o endereço informado nas fichas de matrícula:

1. Moradores da comunidade do Parque São Pedro;
2. Moradores do bairro Tarumã/Tarumã-Açu (exceto Parque São Pedro);
3. Moradores de outros bairros da cidade.

A classificação adotada serviu de base para a construção da tabela a seguir, que apresenta a distribuição territorial dos alunos novatos do 6º ano do ensino fundamental e da 1ª série do ensino médio, nos anos de 2024 e 2025:

Tabela 9 – Novos alunos matriculados em 2024

Ano/Série	Alunos novos	Tarumã	Parque São Pedro	Outros bairros
6º ano	290	113	39	138
1ª série	114	41	29	44

Fonte: Elaborada pelo autor.

Tabela 10 – Novos alunos matriculados em 2025

Ano/Série	Alunos novos	Tarumã	Parque São Pedro	Outros bairros
6º ano	156	67	17	72
1ª série	85	29	25	31

Fonte: Elaborada pelo autor.

Analisando os dados relativos aos alunos novatos do 6º ano, verifica-se que, em 2024, ingressaram 152 estudantes residentes no bairro Tarumã/Tarumã-Açu. Dentre eles, apenas 39 moram na comunidade do Parque São Pedro, local onde se encontra o colégio. Isso significa que apenas 13,4% dos alunos do 6º ano são oriundos da comunidade diretamente atendida pela escola. Por outro lado, observa-se que 138 alunos novatos residem em outros bairros, o que representa 47,5% do total — ou seja, quase metade dos alunos ingressantes nesse nível vem de regiões mais distantes.

Em relação aos alunos novatos da 1ª série do ensino médio, no mesmo ano, 70 estudantes são moradores do Tarumã/Tarumã-Açu, sendo 29 da comunidade do Parque São Pedro — o que equivale a 25,4% dos ingressantes. Já os alunos vindos de outros bairros somam 44, representando 38,5% do total de novos alunos desse segmento.

No ano de 2025, houve uma redução no número de ingressantes. No 6º ano, 84 alunos declararam residência no Tarumã, dos quais apenas 17 são da comunidade do Parque São Pedro — isto é, apenas 10,8% do total. Por sua vez, 72 alunos são oriundos de outros bairros, correspondendo a 46,1% do total.

Ainda em 2025, na 1ª série do ensino médio, ingressaram 54 alunos residentes no Tarumã, sendo que 25 pertencem à comunidade do Parque São Pedro, o que representa 29,4%. Já os alunos que moram em outros bairros somam 31, ou 36,4% do total.

Ao analisarmos os dados de forma consolidada, verifica-se que, nos dois anos, ingressaram 446 alunos no 6º ano. Desses, 180 residem no bairro Tarumã/Tarumã-açu, sendo apenas 56 moradores da comunidade do Parque São Pedro — o que corresponde a 12,5% do total. Por outro lado, 210 estudantes, ou 47%, vêm de outros bairros da cidade.

No que se refere aos alunos da 1ª série do Ensino Médio, o total de novos ingressantes nos dois anos foi de 199 alunos. Destes, 70 residem no Tarumã/Tarumã-açu e 54 na comunidade do Parque São Pedro, o que representa 27% do total. Já os moradores de outros bairros somam 75 alunos, o equivalente a 37,6%.

Esses dados revelam que, no ensino fundamental (turno vespertino), quase metade dos alunos vem de fora do bairro, e apenas 12,5% pertencem à comunidade local. Já no ensino médio (turno noturno), 62% dos alunos são do Tarumã — dos quais 27% são da comunidade do Parque São Pedro —, enquanto 37,6% são oriundos de outros bairros. Essa diferença pode ser explicada pelo turno noturno, que naturalmente favorece a presença de moradores locais, devido à logística e segurança no deslocamento.

Essa percepção é confirmada nos relatos da comunidade escolar. Um professor afirma: “Os alunos da noite moram aqui no bairro. Alguns trabalham de manhã e estudam à noite. Quando vou para casa, vejo vários alunos caminhando.” (Zeca, professor da escola). Uma funcionária, mãe de aluno e moradora da comunidade, complementa: “À noite tem bastante aluno daqui da comunidade que desce. Eu sei por que conheço. O ônibus vai lotado.” (Altamira, funcionária da escola).

Com base nisso, podemos retomar a fala do ex-aluno Matusalém, que questionou se a escola havia se elitizado e se ainda atendia às crianças da comunidade. A análise aponta que não houve elitização completa, uma vez que a tentativa de adoção de livros particulares foi frustrada pela mobilização dos pais, e o colégio ainda conta com uma presença significativa de alunos do bairro Tarumã. Entretanto, a percepção de afastamento da comunidade procede, pois os dados indicam que a presença de alunos da comunidade do Parque São Pedro tem diminuído progressivamente, especialmente no ensino fundamental.

Portanto, pode-se afirmar que a escola não se elitizou, mas está se afastando da comunidade, o que exige atenção. A PM, como gestora da unidade, precisa exercer uma escuta ativa e sensível às necessidades dos moradores locais, sobretudo daqueles que vivem na comunidade do Parque São Pedro. Afinal, essa escola foi construída para eles e por causa deles. A missão da PM, nesse contexto, deve ser de acolhimento e fortalecimento da comunidade escolar, com empatia, altruísmo e responsabilidade social. Educação transforma vidas, e esse compromisso precisa ser renovado todos os dias.

5. ANÁLISE INTER-NÚCLEOS: CONSIDERAÇÕES FINAIS

A presente pesquisa teve como objetivo investigar as significações atribuídas pela comunidade escolar à gestão da PMAM na EEWFL, localizada na comunidade Parque São Pedro, zona periférica de Manaus. Por meio do referencial teórico-metodológico da psicologia sócio-histórica, fundamentada no materialismo histórico-dialético, buscou-se compreender como diferentes sujeitos, em distintos momentos históricos, elaboraram sentidos sobre a presença da PM na administração da unidade escolar e sobre os impactos dessa intervenção na promoção da segurança pública e no processo educativo.

A análise dos dados obtidos por meio dos grupos focais possibilitou a identificação de três núcleos de significação. O primeiro diz respeito ao período anterior à intervenção militar, marcado pela ausência do Estado, pelo avanço de facções criminosas no interior da escola e pela precariedade das condições de ensino. O segundo núcleo se refere ao momento de transição entre a gestão civil e a gestão militar, no qual os sujeitos relataram o enfrentamento de desafios complexos, mas também a percepção de mudança na condução institucional. Já o terceiro núcleo abarca os relatos daqueles que passaram a frequentar a escola anos após sua militarização, cujas experiências foram majoritariamente marcadas por melhorias nos indicadores de aprendizagem, participação em exames e olimpíadas e maior valorização da disciplina e do pertencimento escolar.

A pesquisa evidenciou que a intervenção da PM, inicialmente marcada por ações estruturais — como a reforma física da escola e a reorganização das normas de convivência —, aos poucos incorporou práticas educativas que valorizavam o mérito, a participação em atividades acadêmicas e o engajamento da comunidade escolar. Destacam-se, nesse contexto, o incentivo à participação no Enem, a criação de projetos motivacionais como “Onde você estará daqui a dez anos?”, o Projeto Fardamento Solidário e o sistema de condecorações e reconhecimento ao desempenho escolar.

Entretanto, o estudo também revela tensões e contradições inerentes ao modelo de gestão militar. As políticas de disciplina, ainda que eficazes em termos de rendimento escolar e redução da evasão, foram criticadas por promoverem práticas excludentes, especialmente no que se refere à transferência de alunos considerados “transgressores”, justamente os que mais demandariam acompanhamento pedagógico e apoio psicossocial. Além disso, a análise dos dados revelou um distanciamento progressivo entre a escola e os moradores do bairro em que ela se localiza, com uma proporção crescente de alunos oriundos de outras comunidades, o que

suscita reflexões importantes sobre o papel social da escola pública e sua função de atender prioritariamente à comunidade local.

As falas dos ex-alunos participantes, como Bernadete, Luciana e Matusalém, oferecem contribuições valiosas à compreensão do fenômeno investigado, pois traduzem a experiência vivida em primeira pessoa e revelam a potência transformadora da escola quando aliada à disciplina e à escuta. Essas narrativas indicam que, para muitos estudantes, a gestão da PM representou um divisor de águas, proporcionando-lhes oportunidades concretas de mobilidade social e afastamento de trajetórias marcadas pela violência e pela exclusão.

Todavia, é importante ressaltar que os resultados desta pesquisa não podem ser generalizados a outras instituições de ensino público. A experiência da EEWFL é singular, marcada por um contexto socioespacial específico e por um conjunto de ações que, embora eficazes em determinado recorte temporal, podem não produzir os mesmos efeitos em outras realidades. Ademais, o tema da militarização das escolas públicas suscita um amplo debate na literatura educacional, com posicionamentos divergentes quanto aos seus efeitos pedagógicos, sociais e políticos.

Nesse sentido, esta pesquisa não se propõe a oferecer respostas definitivas, tampouco a endossar ou rejeitar categoricamente modelos de gestão, mas a contribuir para o aprofundamento das discussões sobre segurança pública, educação de qualidade e justiça social. Reafirma-se aqui a necessidade de que toda política educacional esteja orientada pela escuta atenta aos sujeitos envolvidos, pela valorização das comunidades escolares e pela promoção de uma educação crítica, emancipadora e inclusiva.

Por fim, recomenda-se que futuras investigações aprofundem a análise sobre os impactos da gestão militar em outras escolas públicas, especialmente no que se refere às dimensões subjetivas do processo educativo, à participação democrática na gestão escolar, à permanência dos alunos em situação de vulnerabilidade e à relação da escola com seu território. Apenas por meio de estudos interdisciplinares e comprometidos com a transformação social será possível avançar na construção de políticas educacionais que respeitem a diversidade e promovam a equidade.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, M.; RUA, M. G. **Violência nas escolas**. Brasília: UNESCO, 2002.

Disponível em:

https://site.mppr.mp.br/sites/hotsites/arquivos_restritos/files/migrados/File/publi/unesco/violencia_nas_escolas.pdf. Acesso em: 03 abr. 2025.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira. A pesquisa em psicologia sócio-histórica: contribuições para o debate metodológico. **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**, São Paulo, v. 3, p. 129-140, 2001. Disponível em:

https://scholar.google.com/citations?view_op=view_citation&hl=pt-BR&user=Qoz7KhoAAAAJ&citation_for_view=Qoz7KhoAAAAJ:0EnyYjriUFMC. Acesso em: 18 abr. 2025

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; MACHADO, Virgínia Campos. Psicologia Sócio-histórica como fundamento para a compreensão das significações da atividade docente. **Estudos de Psicologia**, Campinas, v. 33, n. 2, p. 261-270, 2016. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/estpsi/a/9j9Dk8S6PjT7MGjnNZTRKBr/>. Acesso em: 20 abr. 2024

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; OZELLA, Sergio. Apreensão dos sentidos: aprimorando a proposta dos núcleos de significação. **Revista brasileira de estudos pedagógicos**, Belo Horizonte, v. 94, p. 299-322, 2013. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbeped/a/Y7jvCHjksZMXBrNJkqg4zjP/?format=pdf&lang=pt>.

Acesso em: 11 abr. 2024.

AGUIAR, Wanda Maria Junqueira de; SOARES, Júlio Ribeiro; MACHADO, Virgínia Campos. Núcleos de significação: uma proposta histórico-dialética de apreensão das significações. **Cadernos de pesquisa**, Brasília, DF, v. 45, p. 56-75, 2015. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/cp/a/cJgwjVtjwQ4thrMbxB4ZPFm/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 11 abr. 2024.

ALESSI, Gil; RODRIGUES, Elton. Linha de frente na guerra entre facções no Amazonas, bairro da Compensa em Manaus vive dias sangrentos. **El País**, Buenos Aires, 2021.

Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-04-28/linha-de-frente-na-guerra-entre-faccoes-no-amazonas-bairro-da-compensa-em-manaus-vive-dias-sangrentos.html>. Acesso em: 20 maio 2025.

AMAZONAS. Assembleia Legislativa. **Deputado Dermilson Chagas protocola denúncia no MPE sobre intenção da PM em adquirir apostilas sem licitação**. Manaus: Assessoria de Comunicação, 2021. Disponível em: <https://www.aleam.gov.br/deputado-dermilson-chagas-protocola-denuncia-no-mpe-sobre-intencao-da-pm-em-adquirir-apostilas-sem-licitacao/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

AMAZONAS. **Lei Promulgada nº 257, de 06 de maio de 2015.** Dispõe sobre o número máximo de alunos em salas de aula da Rede Pública e Privada de Ensino do Estado do Amazonas e dá outras providências. Manaus: ALEAM, 2015a. Disponível em: https://sapl.al.am.leg.br/media/sapl/public/normajuridica/2015/9348/9348_texto_integral.pdf. Acesso em: 12 jun. 2025.

AMAZONAS. Ministério Público. **MP-AM recomenda à PM que não cobre taxas nos colégios da Polícia Militar.** Manaus: MPE, 2016. Disponível em: <https://www.mpam.mp.br/slides-noticias/9587-mp-am-recomenda-a-pm-que-nao-cobre-taxas-de-alunos-dos-colegios-da-policia-militar>. Acesso em: 13 jun. 2025.

AMAZONAS. Polícia Militar do Amazonas. **Atividades extracurriculares garantem colégios da Polícia Militar do Amazonas entre os melhores no ranking estadual, segundo o Ideb.** Manaus: Diretoria de Comunicação Social, 2024a. Disponível em: https://www.pm.am.gov.br/portal/noticia/atividades_extracurricula-17504. Acesso em: 10 maio 2024.

AMAZONAS. Polícia Militar do Amazonas. Regimento interno único dos colégios da polícia militar. **Boletim Geral**, Manaus, n. 195, Núcleo da Diretoria de Ensino, 2024b.

AMAZONAS. Polícia Militar do Amazonas. **Concurso PMAM 2021..** Disponível em: https://pm.am.gov.br/portal/document/edital_pmam_2021.pdf. Acesso em: 06 jul. 2025.

AMAZONAS. PMAM. **Mais de 200 ex-alunos do Proerd ingressam no curso de formação de soldados da PMAM.** Diretoria de Comunicação Social – DCS. 2024c. Disponível: https://www.pm.am.gov.br/portal/noticia/mais_de_200_ex-alunos_do_-15980. Acesso em: 14 jun. 2025.

AMAZONAS. **Secretaria Executiva-Adjunta de Inteligência.** Sistema Integrado de Inteligência em Segurança Pública do Amazonas. Centro Integrado de Comando e Controle, 2023.

AMAZONAS. Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas. **Análise do Resultado da Escola Estadual Prof. Waldocke Fricke de Lyra.** Manaus. SIGEAM, 2010. Disponível em: <https://sigeam.am.gov.br>. Acesso em: 05 jul. 2025.

AMAZONAS. Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas -. **Análise do Resultado da Escola Estadual Prof. Waldocke Fricke de Lyra. Manaus.** SIGEAM, 2011. Disponível em: <https://sigeam.am.gov.br>. Acesso em: 05 jul. 2025.

AMAZONAS. Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas -. **Análise do Resultado da Escola Estadual Prof. Waldocke Fricke de Lyra. Manaus.** SIGEAM, 2013. Disponível em: <https://sigeam.am.gov.br>. Acesso em: 05 jul. 2025.

AMAZONAS. Sistema Integrado de Gestão Educacional do Amazonas -. **Análise do Resultado da Escola Estadual Prof. Waldocke Fricke de Lyra. Manaus.** SIGEAM, 2019. Disponível em: <https://sigeam.am.gov.br>. Acesso em: 05 jul. 2025.

AMAZONAS RECORD. **Polícia Militar realiza megaoperação no Viver Melhor, em Manaus.** 2025. Disponível em: <https://noticias.r7.com/amazonas/amazonas-record/policia-militar-realiza-megaoperacao-no-viver-melhor-em-manaus-05062025/>. Acesso em: 15 jun. 2025.

AMAZONAS. Secretaria Estadual de Educação. **Estudante da rede estadual conquista medalha de ouro na Olimpíada Brasileira de Matemática.** SEDUC, 2015b. Disponível em: <https://antigo.seduc.am.gov.br/estudante-da-rede-estadual-conquista-medalha-de-ouro-na-olimpiada-brasileira-de-matematica/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

AMAZONAS. Secretaria Estadual de Educação. **Governo do Estado paga 14º, 15º e 16º salários a servidores da educação cujas escolas atingiram metas no Ideb e Ideam.** SEDUC, 2014. Disponível em: <https://antigo.seduc.am.gov.br/governo-do-estado-paga-14o-15o-e-16o-salarios-a-servidores-da-educacao-cujas-escolas-atingiram-metas-no-ideb-e-ideam/>. Acesso em: 05 jul. 2025.

AMAZONAS. Tribunal de Justiça. **Conselho da Magistratura reforma sentença sobre cobrança de valores por colégios da PM em Manaus.** Manaus: TJAM, 2021. Disponível em: <https://www.tjam.jus.br/index.php/menu/sala-de-imprensa/4722-conselho-da-magistratura-reforma-sentenca-sobre-cobranca-de-valores-por-colegios-da-pm-em-manaus>. Acesso em: 13 jun. 2025.

APPLE, Michael. **Educação e poder.** Petrópolis: Vozes, 2024.

ARCHANJO, Ingrid Daniele. **Procedimentos punitivos na escola e suas consequências para o aluno: expiar ou educar?** Campinas: UNICAMP, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unicamp.br/acervo/detalhe/1126630>. Acesso em: 13 jun. 2025.

BACCON, Pâmela. O papel da educação no combate à criminalidade: algumas reflexões. **Com a Palavra, o Professor**, Salvador, v. 8, n. 20, p. 56-73, 2023. Disponível em: <http://revista.geem.mat.br/index.php/ CPP/article/view/842>. Acesso em: 14 jun. 2025.

BARATTA, Alessandro; SANTOS, Juarez Cirino dos. **Criminologia crítica e crítica do direito penal: introdução à sociologia do direito penal.** Rio de Janeiro: Revan, 2002. Disponível em: <https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/704904/2/3%20Livro%20finalizado%20Criminologia%20critica%20e%20Direito%20Penal.pdf>. Acesso em: 13 jun. 2024

BARROCO, Sonia Mari Shima; SILVA, Graziela Lucchesi Rosa da; TADA, Iracema Neno Cecilio. **Violência na escola: enfrentamentos à luz da psicologia histórico-cultural.** Porto Velho, RO: Coleção Pós-Graduação da UNIR–EDUFRO, p. 13-17, 2021. Disponível em: https://issuu.com/edufro/docs/2violencia_na_escola. Acesso em: 14 jun. 2025

BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade líquida.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2001.

BECKER, Kalinca Léia; KASSOUF, Ana Lúcia. Violência nas escolas públicas brasileiras: uma análise da relação entre o comportamento agressivo dos alunos no ambiente escolar. **Nova economia**, v. 26, n. 2, p. 653-677, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/neco/a/KCWyd3NJycFWSDxy58z4NZq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em 15 mai. 2025. Acesso em: 12 jun. 2025.

BOCK, Ana Mercês Bahia; GONÇALVES, Maria da Graça Marchina; FURTADO, Odair. A psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia. **Psicologia sócio-histórica: uma perspectiva crítica em psicologia**, v. 3, p. 15-35, 2001.

BOUÇÃO, Gabrielle Matos *et al.* Relação entre gastos públicos, educação e criminalidade: uma Análise de Eficiência nos Estados Brasileiros. In: Congresso USP de Iniciação Científica em Contabilidade. **Anais** [16]. São Paulo. 2019. p. 42-61. Disponível em: <https://congressousp.fipecafi.org/anais/19UspInternational/ArtigosDownload/1519.pdf>. Acesso em: 05 jul. 2025.

BOURDIEU, Pierre. A escola conservadora: as desigualdades frente a escola e a cultura. In: **Escritos de Educação**. Petrópolis: Vozes, 2003. p- 41-64.

BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/publicacoes/anuario-brasileiro-de-seguranca-publica/>. Acesso em: 20 fev. 2024.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep). **Avaliações e exames educacionais**. 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/avaliacao-e-exames-educacionais>. Acesso em: 10 jun. 2015.

BRASIL. Lei nº 11.343, de 23 de agosto de 2006. Institui o Sistema Nacional de Políticas Públicas sobre Drogas - Sisnad; prescreve medidas para prevenção do uso indevido, atenção e reinserção social de usuários e dependentes de drogas; estabelece normas para repressão à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas; define crimes e dá outras providências. Brasília, 2006. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111343.htm. Acesso em: 14 jun. 2024.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Brasília, 2015. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/113146.htm. Acesso em: 06 de jul. 2025.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde; Secretaria de Atenção à Saúde. **Política Nacional de Promoção da Saúde**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 1996.

BRASÍLIA, DF. **Manual do instrutor, currículo Proerd para educação infantil e séries iniciais**. Brasília, DF: Polícia Militar do Distrito Federal: Centro de Treinamento DARE/Proerd, 2016.

CARNEIRO, Leonardo de Andrade. Causas e consequências da criminalidade no Brasil: uma revisão da literatura. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 8, n. 7, p. 20-44, 2022. Disponível: <https://periodicorease.pro.br/rease/article/view/6215/2383>. Acesso em: 14 jun. 2025.

CARVALHO, Andreilson do Nascimento. **Educação em direitos humanos e enfrentamento à violência escolar**. 2023. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Direito) – Centro Universitário Doutor Leão Sampaio – UNILEÃO, Juazeiro do Norte, 2023. Disponível em: <https://sis.unileao.edu.br/uploads/3/DIREITO/D1245.pdf>. Acesso em: 05 maio 2024.

CASTAÑO, Nathan. **O que é o Estado?** Jusbrasil, 2020. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/o-que-e-o-estado/828892153>. Acesso em: 20 ago. 2024.

CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia**. Instituto Carioca de Criminologia, 2001. Disponível em: https://labeprox.uerj.br/wp-content/uploads/2023/08/vol-6-O-futuro-de-uma-ilusao-o-sonho-de-uma-nova-policia.pdf-6-1_compressed.pdf. Acesso em: 23 fev. 2024.

CHAUÍ, Marilena de Souza. Uma ideologia perversa: explicações para a violência impedem que a violência real se torne compreensível. **Folha de São Paulo**, p. 5-3, 1999. Disponível em: <https://repositorio.usp.br/item/001010302>. Acesso em: 10 set. 2024.

CMPM 3º. **Manual do Aluno**. Corpo de Alunos, 2018.

CMPM 3º. **Projeto Político-pedagógico**. Coordenação Pedagógica, 2022.

CMPM 3º. **Relatório Escolar**. Coordenação Pedagógica, 2012.

CMPM 3º. **Relatório Escolar**. Coordenação Pedagógica, 2013

CMPM 3º. **Relatório Escolar**. Coordenação Pedagógica, 2014

CMPM 3º. Semana Zero 2022. Instagram: @cmpm3_am. Disponível em: <https://www.instagram.com/>. Acesso em: 05 jul. 2025.

CMPM 5º. Ranking do ENEM 2024. Instagram: @cmpm5_am. Disponível em: <https://www.instagram.com/>. Acesso em: 05 jul. 2025.

COIMBRA, Viviane Lima. **Violação do direito à segurança no ambiente escolar sob a luz da teoria das janelas quebradas**. 2016. Disponível em: <https://monografias.ufma.br/jspui/handle/123456789/1823>. Acesso em: 20 jun. 2025.

CORREIO DA AMAZÔNIA. **Governo realiza Desfile Escolar de 5 de setembro**. Cidades, 2017. Disponível em: <https://correiodaamazonia.com/governo-realiza-desfile-escolar-de-5-de-setembro/>. Acesso em: 15 de maio 2025.

CRUZ, Cláudia Maria da. **Teoria da Ecologia Criminal e Defensoria Pública: a importância do controle social informal no combate ao crime**. Coimbra: [S.n.], 2018.

CRUZ, Náferson. Dia da Amazônia: lagoa do Parque São Pedro desponta como espaço de lazer e tem até pirarucu. **Cenário Amazônia**, Revista Digital, 2020. Disponível em:

<https://revistacenarium.com.br/dia-da-amazonia-lagoa-do-parque-sao-pedro-desponta-como-espaco-de-lazer-e-tem-ate-pirarucu/>. Acesso em: 23 jan. 2023.

DALL ASTA, Renata Aparecida; PAVAN, Karla Eduarda Modena; SILVA, Jocelino Tramontin da. Educação e criminalidade: a educação como forma de influência e estancamento à criminalidade entre jovens no Brasil. In: ALMEIDA, Flávio Aparecido de. **Políticas públicas, educação e diversidade: uma compreensão científica do real**. São Paulo: Científica Digital, 2021. p. 172-188.

DURANTE, Marcelo; BORGES, Doriam. Avaliação de Desempenho em Segurança Pública. **Segurança, Justiça e Cidadania: Pesquisas Aplicadas em Segurança Pública**, Brasília, DF, p. 63-86. 2011. Disponível em: https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/sua-seguranca/seguranca-publica/analise-e-pesquisa/download/estudos/sjcvolume5/avaliacao_desempenho_seguranca_publica.pdf. Acesso em: 25 de jan. 2023.

DURKHEIM, Émile. **Educação e sociologia**. São Paulo: Melhoramentos, 1972.

ENGUITA, Mariano Fernández. **A face oculta da escola**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1989.

FABRA, Maria Luisa; DOMÈNECH, Miquel. **Hablar y escuchar**. Barcelona: Paidós, 2021.

FAMÍLIA do norte é a terceira maior facção do país. **Veja**, Rio de Janeiro, 3 jun. 2017. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/familia-do-norte-e-a-terceira-maior-faccao-do-pais/>. Acesso em 14 jun. 2025.

FERNANDES, Fernando Roque. **Lagoa do Parque São Pedro**, 2019.

FERREIRA, Neusa Sousa Rêgo. “**Gestão Militar**” da escola pública em Goiás: um estudo de caso da implementação de um colégio estadual da polícia militar de Goiás em Aparecida de Goiânia. 2018. 118 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Goiás. Goiânia, 2018. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/tesdeserver/api/core/bitstreams/4b0ea48f-3a4f-4b12-b513-fc0ad42b156e/content>. Acesso em: 23 ago. 2023.

FERREIRA, Versalhes Enos Nunes. A origem da desigualdade social no pensamento de Rousseau. **Boletim Jurídico**, [S. l.], v. 24, n. 1259, 2019.

FERRO, Ana Luiza Almeida. Sutherland, a teoria da associação diferencial e o crime de colarinho branco. **De Jure: Revista Jurídica do Ministério Público do Estado de Minas Gerais**, Belo Horizonte, n.11, p. 144-167, jul./dez., 2008. Disponível em: <https://site.conpedi.org.br/publicacoes/olpbq8u9/7s8vua2z/uC8vQZ55166LhmmS.pdf>. Acesso em: 01/10/2024.

FILOCRE, Lincoln D`Aquino. **Direito policial moderno: polícia de segurança pública no direito administrativo**. São Paulo: Almedina, 2017.

FOCHEZATTO, Adelar *et al.* Investimento em educação diminui a criminalidade: análise dos municípios do Rio Grande do Sul usando econometria espacial. **Administração Pública e**

Gestão Social, Viçosa, v. 13, n. 4, 2021. Disponível em: <https://periodicos.ufv.br/apgs/article/view/11239/6899>. Acesso em: 06 jul. 2025.

FOLHA. **Organização nasceu do convívio com grupos de combate ao regime militar**. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/folha/especial/2002/traficonorio/faccoes-cv.shtml>. Acesso em: 15 jun. 2025.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **7º Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. São Paulo: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2013. Disponível em: <https://publicacoes.forumseguranca.org.br/bitstreams/858ed9db-544b-4cde-aedb-42d5545ec581/downloadandle/123456789/1823>. Acesso em: 20 ago. 2025.

FOUCAULT, Michel. **Vigiar e punir: nascimento da prisão**. 42. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2014.

FRAGO, Antonio Viñao; ESCOLANO, Augustin. **Currículo, espaço e subjetividade: arquitetura como programa**. Rio de Janeiro: DP & A, 1998.

FRANÇA. Gilmar Silva. A origem das facções criminosas no Brasil. **Revista FT: Ciências Sociais Aplicadas**, Brasília, DF, v. 28, n. 135, jun. 2024. Disponível em: <https://revistaft.com.br/a-origem-das-faccoes-criminosas-no-brasil/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 25. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do Oprimido**. 17. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FURTADO, Jose Henrique de Lacerda; FURTADO, Francisca Paula de Lacerda; QUEIROZ, Caio Ramon. A lei brasileira de inclusão: entre avanços, desafios e possibilidades para a construção de cidadania às PCD. **Revista Valore**, São Paulo, v. 8, Disponível em: revistavalore.emnuvens.com.br/valore/article/view/1147. Acesso em: 24 jul. 2025.

GAZETA DO POVO. **O que é a FDN, a facção por trás do massacre no maior presídio de Manaus**. Estadão Conteúdo, 2017. Disponível em: <https://www.gazetadopovo.com.br/vida-e-cidadania/o-que-e-a-fdn-a-facao-por-tras-do-massacre-no-maior-presidio-de-manaus-bh3g0wff1egolmj15vg3qt7p7/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

GIL, Antonio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1991.

GIL, Antonio Carlos. **métodos e técnicas de pesquisa social**. 7ª Ed. São Paulo: Editora Atlas S.A., 2021.

GOIÁS. Polícia Militar. **Colégios Estaduais da Polícia Militar de Goiás**. Goiânia: CEPG, 2025. Disponível em: <https://goias.gov.br/educacao/colegios-estaduais-da-policia-militar-de-goias/>. Acesso em: 14 jun. 2025.

GOMES, F. A. **A dimensão subjetiva da relação escola-família**: um estudo das significações produzidas por docentes sobre a função social da família. 2021. 149 f. Tese (Doutorado em Educação: Psicologia da Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2021. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/23676/2/F%C3%A1bio%20Alves%20Gomes.pdf>. Acesso em 10 abri. 2024.

GOMES, F. A.; AGUIAR, W. M. J.; ALFREDO, R. A. Pressupostos teórico-metodológicos da psicologia sócio-histórica para pesquisas em educação. **Psicologia Escolar e Educacional**, São Paulo, v. 28, p. e263404, 2024.

GOMES, Nilma Lino. Trajetórias escolares, corpo negro e cabelo crespo: reprodução de estereótipos ou ressignificação cultural? **Revista Brasileira de Educação**, Belo Horizonte, n. 21, p. 39-52, jan./abr. 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/D7N3t6rSxDjmxrHf5nTC7r/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jun. 2025.

GONZAGA, Christiano. **Manual de Criminologia**. 5. ed. São Paulo: Saraiva Jur, 2024.

HENRIQUES, Alysson da Silva. **O Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) se apresenta como uma política pública focada na prevenção, uma alternativa a ser empregada por políticas de segurança pública**. 2023. 203 f. Dissertação (Mestrado em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2023.

HENRIQUES, Alysson da Silva. O perfil dos alunos soldados 2024: Programa Educacional de Resistência às Drogas e à Violência (Proerd) plantou, Polícia Militar do Amazonas (PMAM) colheu. *In*: ENCONTRO DO FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 18., 2024. **Anais [...]**. [S. l.]: Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2024.

INSTITUTO Plínio Corrêa de Oliveira. **Militarização nas escolas públicas resolve problema de violência**. Bombeiros, DF, 2015. Disponível em: <https://www.bombeirosdf.com.br/2015/09/militarizacao-nas-escolas-publica.html>. Acesso em: 11 abr. 2024.

JESUS, Marcos Marinho Santiago. **As Recompensas Externas como estratégia motivacional para os alunos do ensino médio da Escola Estadual Professor Waldock Frick de Lira (3º Colégio Militar da Polícia Militar do Amazonas – 3º CMPM)**, Manaus-AM/Brasil -2020. 2021. 129 f. Dissertação (Mestrado) –Curso de Ciências da Educação, Universidad de la Integración de las Américas, Ciudad del Este, Paraguay, 2021. Disponível em: <https://ayaeditora.com.br/livros/L523.pdf>. Acesso em: 15 jun. 2025.

JUBÉ, Caio Leopoldo Posse; SANCHES, Clives Pereira. **Gestão e implantação do Colégio Estadual da Polícia Militar do Estado de Goiás Major Oscar Alvelos**. Goiânia: Biblioteca Digital de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <http://dspace.pm.go.gov.br:8080/pmgo/handle/123456789/2129>. Acesso: 10 ago. 2024.

LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz; GUIMARÃES, Paula Cristina Pereira. Polícia militar como solução para violência escolar: uma análise da reação docente. **Revista on line de Política e Gestão Educacional**, São Paulo, p. 623-642, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9683/6427>. Acesso em: 23 ago. 2023.

LAZZARINI, Álvaro. A segurança pública na Constituição de 1988. **O Alferes**, Belo Horizonte, v. 7, n. 21, 1989. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/181942>. Acesso em: 20 fev. 2024.

LEAL, Ana Beatriz; PEREIRA, Íbis; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. **Sonho de uma polícia cidadã**: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira. Rio de Janeiro: NIBRAHC, 2010. Disponível em: https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/liv_2010_O_sonho_policia.pdf. Acesso em: 23 fev. 2024.

LOUZADA, Marciane Cosmo. **A Educação como Direito Humano**: o fenômeno dos ataques de violência extrema contra as escolas. Filosofia e Educação, Campinas, v. 16, 2024. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rfe/article/view/8676829/35435>. Acesso em 13 jun. 2025.

MACCIOCCHI, Maria Antonietta. **A favor de Gramsci**. 2 ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

MANAUS. Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico, Ciência, Tecnologia e Inovação. **Mapa da população por bairro de Manaus**. Sedecti, 2021. Disponível em: https://www.sedecti.am.gov.br/wpcontent/uploads/2021/09/mapa_da_populacao_por_bairro_d_e_manaus.pdf. Acesso em: 15 jun. 2025.

MARIZ, Renata. Polícia assume escola em área violenta de Manaus e impõe rotina militar. **O Globo**, Rio de Janeiro, 29 jun. 2015. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/brasil/policia-assume-escola-em-area-violenta-de-manaus-impoe-rotina-militar>. Acesso em: 15 maio 2025.

MASCARENHA, Kedma Pinheiro. **A expansão dos Colégios da Polícia Militar de Goiás e seu impacto no efetivo operacional**. Goiânia, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.gov.br/pmgof>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MASTELLA, Izabel Cristina Rui *et al.* A teoria piagetiana na educação atual: um retorno necessário. In: CONGRESSO INTERNACIONAL DE EDUCAÇÃO NO MERCOSUL, 16., 2014, São Paulo. **Anais [...]**. São Paulo: [s.n.], 2014. Disponível em: <https://www.unicruz.edu.br/mercosul/pagina/anais/2014/DIREITO%20A%20EDUCACAO/ARTIGO/ARTIGO%20-F>. Acesso em: 14 jun. 2025.

MENESES, Denise Brasil. **A importância da disciplina existente no Colégio Militar em Goiás como fator de redução da violação dos direitos humanos**. Curso de especialização em educação em e para os direitos humanos, no contexto da diversidade cultural – EEDH. Brasília, DF: UNB, 2015. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14464/1/2015_DeniseBrasilMenezes_tcc.pdf. Acesso em: 23 ago. 2023.

MICHAUD, Yves. **A violência**. São Paulo, Ática, 1989.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. **O Desafio do conhecimento: pesquisa qualitativa em saúde**. 14. ed. São Paulo: Hucitec, 2014.

MONTEIRO, Raul. **Comando Vermelho passou a dominar o Amazonas após derrotar facção local e agora disputa área com PCC**. Política Livre, 2023. Disponível em: <https://politicalivre.com.br/2023/12/comando-vermelho-passou-a-dominar-o-amazonas-apos-derrotar-facao-local-e-agora-disputa-area-com-pcc/#gsc.tab=0>. Acesso em: 15 jun. 2025.

MORAES, Alexandre Rocha Almeida de. **Criminologia**. Salvador: JusPodivm, 2019.

MORAGAS, Vicente Junqueira. **Como se referir a pessoas que possuem deficiência?** TJDFT, Núcleo de Inclusão, 2022. Disponível em: <https://www.tjdft.jus.br/acesibilidade/publicacoes/sementes-da-inclusao/como-se-referir-a-pessoas-que-possuem-deficiencia>. Acesso em: 15 maio 2025.

NASCIMENTO, Francisco Paulo do; SOUSA, Flávio Luís Leite. **Metodologia da Pesquisa Científica: teoria e prática**. Brasília: Thesaurus, 2016.

NASCIMENTO, Marcos Antônio Costa do. **A carência de direitos fundamentais e a relação com o aumento da criminalidade**. 2020. Disponível em: <http://repositorio.asc.es.br/handle/123456789/2736>. Acesso em: 06 jul. 2025.

NDE. Núcleo da Diretoria de Ensino. **Relação dos alunos aprovados em vestibulares**. Manaus: PMAM, 2025.

NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira da. O que se escreve no Brasil sobre Segurança Pública? Uma revisão da literatura recente. **Revista Brasileira de Segurança Pública**, Manaus, v. 12, n. 2, p. 14-47, 2018. Disponível em: <https://www.revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/945>. Acesso em: 24 fev. 2024.

NOVAIS, Elaine Lopes. É possível ter autoridade em sala de aula sem ser autoritário? **Revista Linguagem & Ensino**, Pelotas, v. 7, n. 1, p. 15-51, 2004. Disponível em: <https://periodicos.ufpel.edu.br/index.php/rle/article/view/15582>. Acesso em: 16 maio 2025.

OBMEP. **Escola Estadual Prof. Waldocke Fricke de Lyra**. Disponível em: <http://www.obmep.org.br/noticias.DO?id=419>. Acesso em: 20 jan. 2023.

O GLOBO. **A fundação PCC depois de uma partida de futebol entre presos**. Blog do acervo, 2024. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/blogs/blog-do-acervo/post/2024/06/a-fundacao-pcc-depois-de-uma-partida-de-futebol-entre-presos.ghtml>. Acesso em: 20 ago. 2025.

OLIVEIRA, Ângela Maria Gonçalves de *et al.* **Escola militarizada e gestão democrática: uma análise do manual de procedimentos e orientações aos pais e alunos de uma escola estadual**

militarizada em Manaus. **Caderno Pedagógico**, Paraná, v. 21, n. 1, p. 2612-2635, 2024. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/cadped/article/view/2468>. Acesso em: 14 maio 2025.

OLIVEIRA, Gabriela Mariana de. Facções criminosas: estudo acerca de sua atuação e do avanço da criminalidade no Brasil. 2023. Monografia (Graduação em Direito) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Direito, Negócios e Comunicação, Goiânia, 2023. Disponível em: <https://repositorio.pucgoias.edu.br/jspui/handle/123456789/7184>. Acesso em: 20 ago. 2025.

PAULA, Thiago do Nascimento Torres; CARVALHO, Oberleide Soares de; SANTOS, Fernando Antônio S. dos. Entre lousa, farda, giz e coturno: a militarização do espaço escolar brasileiro-um debate público no Rio Grande do Norte. **Vigilantis Semper: Revista Científica de Segurança Pública**, Natal, v. 2, n. 2, p. 6–22, 2022. Disponível em: <https://www.revista.pm.rn.gov.br/index.php/revista/article/view/66/57>. Acesso em: 26 fev. 2024.

PFC. Programa Polícia Militar Formando Cidadão. **Relatório de atividades**. Manaus: PMAM, 2025.

POLTRONIERI, Willion Matheus. Segurança Pública: dever do Estado, direito e responsabilidade de todos. **Jus Navigandi**, Brasília, DF2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/53353/seguranca-publica-dever-do-estado-direito-e-responsabilidade-de-todos>. Acesso em: 24 fev. 2024.

POZZETTI, Valmir Cesar *et al.* Segurança pública e responsabilidade criminal na produção de alimentos transgênico. *In: Segurança e Violências. Perspectivas interdisciplinares*. CRV Ltda, 2022. p. 111-136. Disponível em: <https://www.iris.unisa.it/handle/11386/4797169>. Acesso em: 24 fev. 2024.

POZZETTI, Valmir Cesar. **Resumo conciso de regras para produção científica**. 2024. Disponível em: <https://classroom.google.com/c/MTQ4NjY2MTc4MDQ4/m/NjU0MzQ1MzIwMTI2/details>. Acesso em: 10 fev. 2024.

PROENÇA, M. Problemas de aprendizagem ou problemas de escolarização? Repensando o Cotidiano Escolar à luz da perspectiva Histórico-Crítica. *In: M. K. Oliveira, D. T. R. Souza; T. C. Rego (Orgs). Psicologia, Educação e as temáticas da vida contemporânea*. São Paulo: Moderna. 2002. p. 177-195.

QEdU. Escola Estadual Professor Waldocke Fricke De Lyra. **Resultado do ENEM**, 2010. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/13075390-escola-estadual-professor-waldocke-fricke-de-lyra/enem>. Acesso em: 05 jul. 2025.

QEdU. Escola Estadual Professor Waldocke Fricke De Lyra. **Resultado do ENEM**, 2011. Disponível em: <https://qedu.org.br/escola/13075390-escola-estadual-professor-waldocke-fricke-de-lyra/enem>. Acesso em: 05 jul. 2025.

QEDU. Escola Estadual Professor Waldocke Fricke De Lyra. **Resultado do ENEM**, 2013. Disponível em: <https://gedu.org.br/escola/13075390-escola-estadual-professor-waldocke-fricke-de-lyra/enem>. Acesso em: 05 jul. 2025.

QEDU. Escola Estadual Professor Waldocke Fricke De Lyra. **Resultado do ENEM**, 2019. Disponível em: <https://gedu.org.br/escola/13075390-escola-estadual-professor-waldocke-fricke-de-lyra/enem>. Acesso em: 05 jul. 2025.

QEDU. **O maior portal de dados educacionais do Brasil**. 2025. Disponível em: <https://gedu.org.br/sobre>. Acesso em: 05 jul. 2025.

QUEIROZ, Joana. **Após tiroteio e assassinato, membro de facção criminosa em Manaus é preso com pistolas e munições**. A Crítica, 2025. Disponível em: <https://www.acritica.com/policia/apos-tiroteio-e-assassinato-membro-de-facc-o-criminosa-em-manaus-e-preso-com-pistolas-e-munic-es-1.363847>. Acesso em: 08 jul. 2025.

REALE JUNIOR, Miguel. **Instituições de Direito Penal**. 2. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2004.

RÊSES, Erlando da Silva; PAULO, Weslei Garcia de. A posição de docentes da educação básica acerca da militarização de escolas públicas em Goiás. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 700-724, 2019. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpa/article/view/96115>. Acesso em: 23 ago. 2023.

RICHARDSON, Roberto Jarry *et al.* **Pesquisa social: métodos e técnicas**. São Paulo: Atlas, 1985.

ROCHA, Valentina. Metade dos alunos da rede pública do Grande Rio estuda em áreas dominadas pela violência armada. **Veja**, Rio de Janeiro, 2025. Disponível em: <https://veja.abril.com.br/brasil/metade-dos-alunos-da-rede-publica-do-grande-rio-estuda-em-areas-dominadas-pela-violencia-armada/>. Acesso em: 20 ago. 2025.

RODRIGUES, Deivid dos Santos. **A militarização de escolas públicas no estado do Amapá**: estudo de caso sobre a Escola Estadual Antônio Messias Gonçalves da Silva (2015-2020). 2021. Repositório UNIFAP. Disponível em: http://repositorio.unifap.br/bitstream/123456789/772/1/TCC_MilitarizacaoEscolasPublicas.pdf. Acesso em: 23 ago. 2023.

ROSA, Maria Camila; SILVA, Poliana Ribeiro Santos da; NOVAES, Humberto Vilanova Brandão. Evasão escolar: o impacto. **Libertas: Revista de Ciências Sociais Aplicadas**, Belo Horizonte, v. 13, n. 1, 2023. Disponível em: <https://www.periodicos.famig.edu.br/index.php/libertas/article/view/377>. Acesso em: 20 jun. 2025.

SAMPAIO. Cláudia. **Fardamento Solidário**. 3º CPM. Manaus, 2020.

SANTIN, Valter Foletto. **Controle judicial da segurança pública**: eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime. São Paulo: Revista dos Tribunais, 2004.

SANTOS, Claudio Jorge dos. **Violência nas escolas e seu impacto sobre o ambiente escolar**: uma revisão de literatura. 2019. Projeto de Pesquisa (Bacharelado em Humanidades) – Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, São Francisco do Conde, 2019. Disponível em:

https://repositorio.unilab.edu.br/jspui/bitstream/123456789/2471/1/2019_proj_claudiosantos.pdf. Acesso em 14 mai. 2025. Acesso em: 03 jul. 2025.

SANTOS, Flávio Reis. Reflexões acerca dos conceitos de Estado, hegemonia e educação na obra de Antonio Gramsci sob a interpretação de seus comentadores: entre divergências e convergências. **Germinal**, Salvador, v. 13, n. 2, p. 803-818, 2021. Disponível em:

<https://core.ac.uk/download/pdf/511853967.pdf>. Acesso em: 03 maio 2024.

SAVIANI, Dermeval. Política educacional brasileira: limites e perspectivas. **Revista de Educação PUC-Campinas**, Campinas, n. 24, p. 07-16, 2008. Disponível em:

http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1519-39932008000100002&script=sci_abstract. Acesso em: 05 maio 2024.

SAWAYA, Sandra Maria. Alfabetização e fracasso escolar: problematizando alguns pressupostos da concepção construtivista. **Educação e Pesquisa**, Rio de Janeiro, v. 26, n. 1, p. 67-81. 2000. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S1517-97022000000100005&script=sci_abstract. Acesso em: 10 jun. 2025.

SCHECAIRA, Sérgio Salomão. **Criminologia**. 4. ed. São Paulo: RT, 2008.

SCHILLING, Flávia. **A sociedade da insegurança e a violência na escola**. 2. ed. São Paulo: Summus, 2014.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Fábila Geisa Amaral. **Apresentando e analisando as causas da violência escolar**. São Paulo: Edgard Blücher, 2017. Disponível em:

<https://pdf.blucher.com.br/openaccess/9788580392838/completo.pdf>. Acesso em: 14 maio 2025.

SILVA, Gabriela Tunes da. **Militarização das escolas públicas: análise do desempenho escolar, disciplina, segurança e aspectos legais**. Câmara Legislativa do Distrito Federal Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, 2019.

SILVA, Geanne Cardoso da. **Os sentidos e significados do Batalhão da Polícia Militar Escolar para comunidades escolares do Bairro Jardim Novo Mundo da cidade de Goiânia – Goiás**. 2020. 191 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de Goiás, Escola de Formação de Professores e Humanidades, Goiânia, 2020. Disponível em: <https://tede2.pucgoias.edu.br/handle/tede/4606>. Acesso em: 23 ago. 2023.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA, José Edson da. Aplicação dos núcleos de significação como método de análise para entrevista: a escolha profissional de um adolescente. Publ. UEPG Ci. Soc. Apl., v. 25, n. 3,

Ponta Grossa, 2017. Disponível em:

<https://revistas.uepg.br/index.php/sociais/article/view/9835>. Acesso em: 04 abr. 2024.

SILVA, Jordânia Zerrar da; BENEDETTI, Udine Garcia; SOUSA, Luana de Jesus. Contribuição da militarização da Escola Pública Estadual Professor Jaceguai Reis Cunha, Boa Vista-RR, para melhorias no ensino e estrutura do ambiente escolar. *In: FÓRUM DE INTEGRAÇÃO ENSINO, PESQUISA, EXTENSÃO E INOVAÇÃO TECNOLÓGICA DO IFRR*, Boa Vista, v. 6, n. 1, 2019. Disponível em:

https://periodicos.ifrr.edu.br/index.php/anais_forint/article/view/1258 . Acesso em: 26 fev. 2024.

SILVA FILHO, Raimundo Barbosa; ARAÚJO, Ronaldo Marcos de Lima. Evasão e abandono escolar na educação básica no Brasil: fatores, causas e possíveis consequências. **Educação por escrito**, Porto Alegre, v. 8, n. 1, p. 35-48, 2017. Disponível em:

<https://pucrs.emnuvens.com.br/poescrito/article/view/24527/15729>. Acesso em: 10 jun. 2025.

SILVA JUNIOR, Azor Lopes da. **O modelo brasileiro de segurança pública e a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública**. 2014. 274 f. + CD. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual Paulista Júlio de Mesquita Filho, Faculdade de Ciências e Letras (Campus de Araraquara), 2014.

SILVEIRA, Ghisleine Trigo. **Escola Promotora de Saúde: quem sabe faz a hora!** 2000. 237 f. Tese (Doutorado em Saúde) - Universidade de São Paulo, Faculdade de Saúde Pública. São Paulo, 2000. Disponível em: <https://doi.org/10.11606/T.6.2020.tde-02042020-125449> Acesso em: 31 mar. 2024.

SIQUEIRA, Sandra Regina Alves. **A metamorfose na educação é possível**. Lisboa: Editora UCP, Pt, 2024. Disponível em: <https://ciencia.ucp.pt/en/publications/a-metamorfose-na-educa%C3%A7%C3%A3o-%C3%A9-poss%C3%ADvel>. Acesso em: 14 de maio 2025.

SOUZA, Jamerson Murillo Anunciação de. Estado e sociedade civil no pensamento de Marx. **Serviço Social & Sociedade**, [S. l.], n. 101, p. 25-39, 2010. Disponível: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/hcLb4Mcm4Wm8sQScF5jHmTx/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 ago. 2025.

SOUZA NETO, Cláudio Pereira de. A segurança pública na Constituição Federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das políticas. **RDE: Revista de Direito do Estado**, Brasília, DF, v. 8, p. 19-73, 2007.

Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/a-seguranca-publica-na-constituicao-federal-de-1988/401057539> . Acesso em: 15 maio 2025.

STULBACH. Dan; DIP, Juliano. **CQC mostra a escola militarizada de Manaus. Juliano Dip veio à capital para mostrar uma escola que tomada pela violência e sem estrutura passou a ser comandada pela Polícia Militar**. Band, 2015. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=E6WhOyMce54>. Acesso em: 15 jun. 2025.

TAVARES, Francisco Mata Machado. **Quem quer manter a ordem? A ilegalidade da militarização das escolas em Goiás. Estado de Exceção Escolar: uma avaliação crítica das**

escolas militarizadas. Aparecida de Goiânia: Escultura produções editoriais, 2016. Disponível em:

https://www.researchgate.net/publication/303648307_Quem_quer_manter_a_ordem_A_Ilegalidade_da_Militarizacao_das_Escolas_em_Goiás . Acesso em: 13 jun. 2025.

TONET, Ivo. Educar para a cidadania ou para a liberdade? **Perspectiva**, Curitiba, v. 23, n. 2, p. 469-484, 2005. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S0102-54732005000200011&script=sci_abstract. Acesso em: 15 jun. 2025.

VALENTE, Juliana Y. *et al.* Revisão Sistemática sobre o Efeito do Programa Escolar de Prevenção ao Uso de Drogas *Keepin' it REAL*: traduzido e implementado no Brasil pelo PROERD. **Ciência & Saúde Coletiva [online]**, Brasília, DF, 2022, v. 27, n. 11, p. 4175-4189.

VERÍSSIMO, Marcos. O mal aluno é o futuro traficante? Apontamentos antropológicos sobre uma “profecia” nas escolas públicas fluminenses. **Revista Teias (UERJ)**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 45, p. 9-25, 2016. Disponível em: <https://d1wqxts1xzle7.cloudfront.net/52471547/Teias.-libre.pdf?> Acesso em: 16 maio 2025.

VIEIRA NETO, Ademar; CRUZ, Rodrigo Moukaddem da. Análise da Polícia Comunitária aplicada ao 2º colégio da Polícia Militar do Paraná: reflexos positivos para a comunidade escolar na prevenção de crimes. **Brazilian Journal of Development**, São Paulo, v. 9, n. 05, p. 15881-15897, 2023. Disponível em: <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/59683>. Acesso em: 23 ago. 2023.

VYGOTSKI, Lev Semionovich. **A transformação socialista do homem**. [S. l.: s. n.], 1930/2004. p. 1-9. Disponível em: https://www.cascavel.pr.gov.br/arquivos/01072013_a_transformacao_socialista_dos_homens.pdf. Acesso em: 10 jun. 2025.

WINDERRN. **O que é negligência estatal?** Brainly, 2021. Disponível em: <https://brainly.com.br/tarefa/42611531>. Acesso em: 20 ago. 2025.

YOUNG, Jock. **A sociedade excludente**: exclusão social, criminalidade e diferença na modernidade recente. Rio de Janeiro: Revan: Instituto Carioca de Criminologia, 2002.

ZAGO, Rafael Silva Borges; REIS, Rosimar Pereira. **Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás, mecanismo de profilaxia da segurança pública**. Goiânia: Biblioteca Digital de Segurança Pública, 2019. Disponível em: <http://dspace.pm.go.gov.br:8080/pmgo/handle/123456789/2314>. Acesso em: 23 ago. 2023

ZALUAR, A. **Democratização inacabada: fracasso da segurança pública**. **Estudos avançados**, Brasília, DF, v. 21, n. 61, p. 31-49, 2007. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-40142007000300003> . Acesso em: 10 jun. 2025.

ZIBETTI, Marli Lúcia Tonatto; PANSINI, Flávia; SOUZA, Flora Lima Farias de. Reforço escolar: espaço de superação ou manutenção das dificuldades escolares? **Psicologia escolar e educacional**, Brasília, DF, v. 16, p. 237-246, 2012. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pee/a/CN8JBpBvHNF5YGnzPVkqQRh/> . Acesso em: 14 jun. 2025.



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, CIDADANIA E
DIREITOS HUMANOS**

APÊNDICE A

PROPOSTA DE PRODUTO

PRODUTO DE COMUNICAÇÃO



Descrição do Produto de Comunicação e de sua finalidade:

Criação de um intermediário tecnológico Podcast, no formato que combina áudio e vídeo, também conhecido como vídeocast, que permitirá que alunos de escolas públicas acompanhem a conversa ou entrevista, ouvindo e assistindo as histórias narradas.

O Podcast será denominado de “Onde você estará daqui a dez anos?”. Ele seria ao vivo, gravado em formato de episódios, como produto de comunicação, conforme relatório publicado que divulgou os resultados de estudos e proposições advindos de Grupos de Trabalho criados pela CAPES.

A finalidade do Podcast é a divulgação de práticas exitosas, reunindo depoimentos de ex-alunos, pais e docentes, compondo um memorial narrativo de trajetórias escolares. O

objetivo é tornar públicos tanto os aspectos considerados essenciais para o sucesso escolar quanto os fatores dificultadores desse processo, a partir das próprias avaliações dos sujeitos envolvidos, contribuindo para a necessária crítica e consolidação de práticas que promovam uma educação de qualidade no estado do Amazonas.

Os ex-alunos de escolas públicas, que foram aprovados em vestibulares e/ou em concursos públicos ou que já estejam trabalhando na área escolhida, fruto das escolhas educacionais, narrariam como foi o ensino fundamental, o ensino médio, quais as dificuldades que enfrentaram, como foi o ingresso na universidade e no local atual que exercem a sua profissão e se essas escolhas foram fundamentais para que ficassem longe da criminalidade. Sempre mostrando fotos do tempo que estudavam e fotos atuais para fazer a cronologia temporal.

A existência deste intermediário tecnológico tem o objetivo realizar a comunicação e, considerando que a geração atual, adolescentes e jovens, tem acesso fácil e diário à internet, e às redes sociais como Instagram, Facebook e YouTube, após a entrevista que será gravada e posteriormente postada nas redes sociais citadas com o seguinte desfecho: acabamos de ouvir a história do ex-aluno e agora _____(citar o presente), que estudou na Escola Estadual _____, que se localiza no bairro _____, na cidade de Manaus. E você, onde estará daqui a dez anos?

Por fim, ressalta-se que este produto de Comunicação apresentado possui uma alta aplicabilidade, e apresentará uma abrangência elevada, incluindo possibilidades de replicabilidade, conforme exigência da CAPES.

Avanços tecnológicos/grau de novidade:

- (x) Produto com alto teor inovativo: Desenvolvimento com base em conhecimento inédito;
- () Produto com médio teor inovativo: Combinação de conhecimentos pré-estabelecidos;
- () Produto com baixo teor inovativo: Adaptação de conhecimento existente;
- () Produto sem inovação aparente: Produção técnica.

O Produto de Comunicação é resultado do trabalho realizado pelo programa de pós-graduação

Docentes Autores:

Nome: Dr. Fábio Alves Gomes CPF: _____ (x) Permanente; () Colaborador

Discentes Autores:

Nome: Idevandro Ricardo Colares dos Santos

CPF: 60355581272

(x) Mest Acad; () Mest Prof; ()Doutorado



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, CIDADANIA E
DIREITOS HUMANOS

APÊNDICE B

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO – TCLE

Título da Pesquisa: Significações produzidas pela comunidade escolar sobre a gestão da polícia militar em uma escola estadual da periferia da zona oeste de Manaus.

Pesquisador Responsável: Idevandro Ricardo Colares dos Santos

O (A) Senhor (a) está sendo convidado (a) a participar de um GRUPO DE DISCUSSÃO. Esse tipo de pesquisa é importante porque permite compreender processos de constituição da realidade por determinados grupos sociais, explicar práticas cotidianas, ações e reações a fatos e eventos, comportamentos e atitudes, constituindo-se uma técnica importante para o conhecimento das representações, significações, crenças, hábitos, valores, restrições, preconceitos, linguagens e simbologias prevalentes no trato de uma dada questão por pessoas que partilham alguns traços em comum.

Por favor, leia este documento com bastante atenção antes de assiná-lo. Caso haja alguma palavra ou frase que o (a) senhor (a) não consiga entender, e necessite de esclarecimentos, converse com o pesquisador responsável pelo estudo ou com um membro da equipe desta pesquisa para esclarecê-los.

A proposta deste termo de consentimento livre e esclarecido (TCLE) é explicar tudo sobre o GRUPO DE DISCUSSÃO e solicitar a sua permissão para que seja publicado em meios científicos como revistas, congressos e/ou reuniões científicas de profissionais da saúde ou afins.

O objetivo desta pesquisa é investigar as significações produzidas pela comunidade escolar sobre a gestão da Polícia Militar do Amazonas na Escola Estadual Professor Waldo Fricke de Lyra 10 anos após a sua implementação. Os objetivos específicos são analisar as significações da comunidade escolar sobre as dificuldades enfrentadas antes da Polícia Militar

assumir a gestão da escola; verificar as significações da comunidade escolar sobre as possíveis transformações ocorridas assim que a gestão da Polícia Militar assumiu a escola; explicitar as significações produzidos pela comunidade escolar sobre a gestão da Polícia Militar na escola após 10 anos de sua atuação e por fim, produzir, como produto técnico-tecnológico, uma série de podcasts voltado à divulgação de práticas exitosas, reunindo depoimentos de ex-alunos, pais e docentes, compondo um memorial narrativo de trajetórias escolares.

Sua participação é voluntária, isto é, não há pagamento por sua colaboração, e caso decida aceitar o convite, a reunião será realizada na Escola Estadual Prof. Waldocke Frike de Lyra, na comunidade Parque São Pedro, no bairro do Tarumã, com a participação de 10 (dez), divididas em dois grupos com duração 50 min a 1h (uma hora). A reunião será gravada em áudio e serão tomadas anotações por um dos pesquisadores. Estarão presentes 3 (três) pesquisadores na sala de reunião, todos discentes do Programa de Mestrado Profissional em Segurança Pública, Cidadania e Direitos Humanos da UEA, também contaremos com a presença de um psicólogo como medida preventiva, no sentido de minimizar riscos com relação a qualquer quadro de ansiedade e ou estresse advindos da pesquisa.

Toda pesquisa com seres humanos envolve riscos aos participantes. O grupo de discussão propriamente dito não apresenta questões invasivas, mas não é descartada a possibilidade de gerar algum tipo de problema emocional ou ansiedades, a depender de suas experiências prévias em relação ao tema. Mas, se ocorrerem, você pode deixar de responder qualquer questão, ou mesmo, desistir da pesquisa sem necessidade de justificativa, solicitando-se apenas que seja avisada sua desistência. Visando diminuir possíveis transtornos, o senhor/senhora poderá ser atendido (a) pelo psicólogo Marck Souza Torres (CRP 02509), que suspenderá a entrevista para prestar suporte psicológico.

Como benefícios, os participantes terão acesso ao relatório diagnóstico produzido em linguagem acessível e clara, a fim de tomarem ciência acerca dos fatores que influenciam as vivências relacionadas às significações produzidas em seu próprio processo educativo e de que forma o mesmo impacta sua vida. Esse relatório, após validado pelos participantes, também será encaminhado à direção da escola impactada, para conhecimento e discussão dos achados em campo, apresentando um panorama atual da Instituição, com foco nas significações, sentido de pertencimento e subjetividades de seus discentes, docentes, funcionários, pais e comunitários a fim de subsidiar a direção sobre a educação e segurança pública na comunidade.

O(A) senhor(a) receberá todos os esclarecimentos necessários antes e no decorrer da pesquisa, sendo-lhe assegurado o mais rigoroso sigilo com omissão total de quaisquer

informações que permitam identificá-lo(a), de modo que seus nomes não serão identificados em nenhum momento, tendo a total a liberdade de se retirar ou de recusar o consentimento. Se julgar necessário, o(a) Sr(a) dispõe de tempo para que possa refletir sobre sua participação, consultando, se necessário, seus familiares ou outras pessoas que possam ajudá-lo na tomada de decisão livre e esclarecida.

Sua identidade estará resguardada com o anonimato. Os dados serão guardados em local seguro e a divulgação dos resultados será feita de forma a não identificar os participantes.

Em termos de valores financeiros, você não pagará ou receberá qualquer quantia para participar da pesquisa e os dados serão utilizados exclusivamente para fins científicos, podendo compor publicações em revistas, eventos e livros científicos, mas sempre com o anonimato dos participantes garantido. Caso haja algum dano direto ou indireto decorrente de sua participação na pesquisa, o(a) senhor(a) poderá ser indenizado, obedecendo-se as disposições legais vigentes no Brasil. Ademais, a pesquisa proporcionará ao participante sentimento de autorrealização e estima social, na medida em que exercerá seus direitos de cidadania.

Os resultados da pesquisa serão divulgados na Universidade do Estado do Amazonas, tendo como produto um intermediário tecnológico Podcast, como conteúdo em áudio, em formato de episódios.

Nenhum dado identificará seu nome, respeitando, assim, a preservação de sua privacidade.

Mesmo com a autorização de uso de imagem e dados digitais, só serão utilizados com consentimento expresso e apenas em situações em que a identidade do participante continue preservada.

Os dados e materiais serão utilizados somente para esta pesquisa e ficarão sob a guarda do pesquisador Idevandro Ricardo Colares dos Santos por um período de cinco anos, após isso serão destruídos. O áudio será mantido em ambiente protegido, acessado apenas pela equipe, e destruído

Por oportuno, esclareço que este projeto foi autorizado pelo Exmo. Sr. Coronel QOPM Marcos Klinger dos Santos Paiva - Comandante Geral da PMAM e aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade do Estado do Amazonas.

O(a) senhor(a) ficará com uma cópia deste Termo. Caso tenha dúvidas ou necessite de maiores esclarecimentos pode contatar as seguintes pessoas:

1) Pesquisador:

Mestrando: Idevandro Ricardo Colares dos Santos

Endereço: Av. Paulo Graça, 181. Residencial Bella Vile, casa 158, Tarumã-açu – CEP: 69023165 – Manaus/AM

E-mail: idevandro.ricardo@gmail.com

Telefone e whatsapp: (92) 99477-9260

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/6618353250608843>

2) Orientador:

Prof. Dr. Fábio Alves Gomes

Endereço: Avenida Castelo Branco, 504 – 69.065-010 – Cachoeirinha – Manaus/AM

E-mail: fbgomes@uea.edu.br

Telefone: (92) 99434-6781

Currículo Lattes: <http://lattes.cnpq.br/4750985697939221>

O (A) Sr (a) também pode entrar em contato com o Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual do Amazonas (CEP/UEA) e com a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), quando pertinente. O CEP/UEA fica na Escola Superior de Ciências da Saúde (ESA/UEA) – situada na Av. Carvalho Leal, n. 1777, Bairro Cachoeirinha, CEP: 69065-001, Manaus-AM, TELEFONE: (92) 99225-6612, E-MAIL: cep@uea.edu.br.

Com o objetivo de manter a reunião focada nos objetivos da presente pesquisa foi confeccionado um roteiro que será utilizado de forma flexível. Os pesquisadores terão acesso aos participantes na comunidade escolar investigada, com abordagem detalhada sobre o porquê foram selecionados para a pesquisa.

Desta forma, o Sr(a) está sendo selecionado (a) por ter sido ou ainda ser aluno, pai, funcionário civil ou militar do 3º Colégio da Polícia Militar/Escola Estadual Professor Waldo Fricke de Lyra ou morador (a) da Comunidade do Parque São Pedro e por ter preenchido os critérios do Grupo A ou do Grupo B.

Critério de inclusão para o Grupo A:

- Ex-aluno que tenha convivido na escola entre 2010 e 2011 e permanecido de 2012 a 2014;
- Professor que tenha convivido na escola entre 2010 e 2011 e permanecido de 2012 a 2014;
- Funcionário administrativo que tenha convivido na escola entre 2010 e 2011 e permanecido de 2012 a 2014;

- Pai/mãe de aluno/ex-aluno que tenha convivido na escola entre 2010 e 2011 e permanecido de 2012 a 2014;
- Morador da Comunidade que tenha convivido na comunidade entre 2010 e 2011 e permanecido de 2012 a 2014;
- Ser maior de idade;
- Consentir em fazer parte da pesquisa por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Critério de inclusão para o Grupo B:

- Ex-aluno que tenha convivido na escola entre 2022 e 2024;
- Professor que tenha convivido na escola entre 2022 e 2024;
- Funcionário administrativo que tenha convivido na escola entre 2022 e 2024;
- Pai/mãe de aluno/ex-aluno que tenha convivido na escola entre 2022 e 2024;
- Morador da Comunidade que tenha convivido na comunidade entre 2022 e 2024;
- Ser maior de idade;
- Consentir em fazer parte da pesquisa por meio da assinatura do Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Este documento (TCLE) será elaborado em duas VIAS, que serão rubricadas em todas as suas páginas, exceto a com as assinaturas, e assinadas ao seu término pelo (a) Sr (a), pelo pesquisador responsável, ficando uma via com cada um.

Consentimento de participação:

Após ter sido esclarecido sobre os objetivos, importância e o modo como os dados serão coletados nessa pesquisa, além dos riscos, desconfortos e benefícios que ela trará para a sociedade e de ter ficado ciente de todos os meus direitos, eu

_____, CPF _____, concordo em participar da pesquisa Significações produzidas pela comunidade escolar sobre a gestão da polícia militar em uma escola estadual da periferia da zona oeste de Manaus, autorizo a execução do trabalho de pesquisa exposto acima e a divulgação das informações por mim fornecidas em congressos e/ou publicações científicas, desde que nenhum dado possa me identificar.

Recebi uma cópia deste termo de consentimento livre e esclarecido e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Assino o presente documento em duas vias de igual teor e forma, ficando uma em minha posse.

Data: ____ de _____ de 20_____.

Assinatura do (a) participante

Impressão digital

Assinatura da pesquisadora responsável

Autorização de uso de imagem e dados digitais

Eu, _____, CPF: _____
____ também autorizo de forma gratuita e sem qualquer ônus o(a) pesquisador(a) responsável a utilização de imagem e dados digitais, em meios acadêmicos e pedagógicos de divulgação possíveis, quer sejam na mídia impressa (livros, catálogos, revista, jornal, entre outros), e nos meios de comunicação interna (jornal e periódicos em geral, na forma de impresso, voz e imagem), observados os dispostos na Lei nº 9.610/98 de 19 de Fevereiro de 1998, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais e dá outras providências. A presente autorização e cessão são outorgadas em caráter gratuito, não incorrendo a autorizada em qualquer custo ou ônus, seja a que título for, sendo firmadas por livre e espontânea vontade.

Assinatura do (a) participante

Impressão digital



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, CIDADANIA E
DIREITOS HUMANOS**

APÊNDICE C

ROTEIRO DE ENTREVISTAS

Título da Pesquisa: Significações produzidas pela comunidade escolar sobre a gestão da polícia militar em uma escola estadual da periferia da zona oeste de Manaus

Pesquisador Responsável: Idevandro Ricardo Colares dos Santos

O objetivo da pesquisa é investigar as significações produzidas pela comunidade escolar sobre a gestão da Polícia Militar do Amazonas na Escola Estadual Professor Waldocke Fricke de Lyra 10 anos após a sua implementação.

Para isso, os sujeitos da comunidade escolar, serão divididos em dois grupos.

Para os sujeitos do Grupo A, o roteiro de entrevista seguirá as seguintes perguntas:

- 1) Descreva a percepção da Segurança Pública na Escola Estadual Professor Waldocke Fricke de Lyra e na comunidade do Parque São Pedro nos de 2010 e 2011, antes da gestão da Polícia Militar do Amazonas na escola.
- 2) Considerando que a Polícia Militar do Amazonas assumiu a gestão da Escola em 2012, descreva a percepção da Segurança Pública na Escola Estadual Professor Waldocke Fricke de Lyra e na comunidade do Parque São Pedro após a PMAM assumir a gestão da escola.

Para os sujeitos do Grupo B, o roteiro de entrevista seguirá a seguinte pergunta:

- 1) Considerando que em 2022 a Polícia Militar do Amazonas completou 10 anos de gestão na Escola Estadual Professor Waldocke Fricke de Lyra, descreva a percepção da segurança pública na escola e na comunidade do Parque São Pedro, após 10 anos de implementação da gestão militar na escola.



UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, CIDADANIA E
DIREITOS HUMANOS

APÊNDICE D

INDICADORES E PRÉ-INDICADORES

INDICADORES	PRÉ-INDICADORES
<p>Vítimas do contexto social: “quando eu olho para trás e percebo como éramos aliciados em pequenas coisas”.</p>	<p>[>Ariano_morador da comunidade]: Moro na frente da escola. Via venda de drogas para os alunos e não podia fazer nada, pois se a gente se metesse, sabe o que acontece. (...) Antes do colégio militar, o desrespeito era grande.</p>
	<p>[>Diana_mãe de aluna e moradora da comunidade]: Os traficantes vendiam drogas aqui na frente da escola. Aliciavam os alunos aqui dentro. Meu filho era muito criança nessa época e nem sabia o que era droga</p>
	<p>[>Carlos_ex-aluno, comerciante e morador da comunidade: Na quadra tinha uma fila de alunos e eles passavam cigarro de maconha no turno da noite. Fumavam maconha na frente da escola.</p>
	<p>[>Bernadete_ex-aluna e moradora da comunidade]: Lembro que quando era criança e adolescente, a gente era aliciado por tudo o que era de ruim, por drogas. (...) Esse debate desbloqueou a minha memória, que eu recordei que a gente tinha uns apelidos, umas assinaturas, todo mundo tinha que ter uma assinatura. (...) Essa assinatura a gente deixava nas cadeiras, pichava as paredes, pichava os muros dos vizinhos e em embaixo a gente escrevia FDN. Eu lembro que uma amiga perguntou: o que é FDN? Eu disse que não sabia. Então fomos perguntar. E perguntando, disseram que era Família do Norte. Lembro que o pessoal dizia que legal. Hoje, quando eu olho para trás e percebo como éramos aliciados em pequenas coisas.</p>
<p>Sobreviventes do medo e da violência escolar: “Posso dizer que fui um dos sobreviventes do Euclídia, pois estudei nesta escola desde 2007”.</p>	<p>[Altamira_funcionária, mãe de aluno e moradora da comunidade]: Antes de a escola ser militar, era muito difícil a noite, o dia. Uma vez a pedagoga da noite pediu para que todos ficassem trancados dentro da cozinha, pois estava havendo briga na frente da escola e que só poderíamos sair após o fim da briga.</p>
	<p>[>Diana_mãe de aluna e moradora da comunidade]: em 2003 eu morava na zona leste. Eu queria sair da zona leste, pois o índice de violência era muito grande, mas 2004, quando cheguei ao Parque São Pedro, senti o impacto. O nome da escola era Euclidia Grana (Profa. Euclidia</p>

Grana Ehm Filha). **Eu vi tiro na porta dessa escola. Tenho um outro filho de 26 anos, que estudava aqui e por volta das 16h houve aquele tiro. Todos os pais correram apavorados em busca de seus filhos. (...). Ninguém entendia nada, pois era sangue, era gritaria, era gente correndo, desespero e os pais procurando seus filhos vivos, pois entregamos nossos filhos à escola para estudar e não para serem mortos. A partir daquele dia houve uma busca para mudar o nome da escola, pois a dona desse nome, seus familiares não queriam seu nome vinculado a tanta violência. Recebeu o nome atual de Waldocke Fricke de Lyra, mas a violência continuava. (...) Os alunos quebravam as cadeiras, eles se atacavam com as cadeiras, de faca, de revolver. Vi amigos de meus filhos serem mortos. Meu filho chorou a morte de muitos de seus amigos aqui do bairro. (...) Eu falava com o pai dele: como vamos deixar nosso filho em uma escola que parece um campo de guerra? Dizia para meu marido que precisávamos ir embora daqui. Em 2011, o presidente da comunidade reuniu com a gente, pois queríamos ir embora do bairro e eu era uma que queria ir embora. Ele disse que tínhamos que ficar, que não poderíamos sair amedrontados, pois já tínhamos as nossas casas. (...). Fizemos reivindicação no bairro, fechamos a Av. Torquato Tapajós e com cartazes, fomos solicitar por segurança. Então, com essa manifestação e com a assinaturas do abaixo assinado, conseguimos chamar a atenção do governo, que veio pessoalmente na escola, que estava virando um campo de guerra, com muita violência e disse que iria agir. Depois disso, o presidente do bairro disse que a polícia militar iria assumir a escola e vai melhorar e todos se acalmaram. Mesmo assim muitos pais foram embora. Em 2012 a polícia militar assumiu e mudou tudo.**

[>Carlos_ex-aluno, comerciante e morador da comunidade: tenho 27 anos, moro no Parque São Pedro desde quando era invasão da Carbrás. **Uma vez teve tiro dentro da quadra, atiravam pra cima.**

[>Lia_ex-funcionária e moradora da comunidade: trabalhei aqui por 15 anos. **Desde quando entrei era muito difícil, as minhas filhas não queriam que eu viesse para escola trabalhar**

[>Bernadete_ex-aluna e moradora da comunidade]: estudei aqui muito antes de se tornar militar. Comecei a estudar aqui no 4º ano. **Eu tinha medo de vir para a escola, pois eram muitas brigas, muitas confusões, na hora da saída sempre era muito tumultuado. A gente ficava se perguntado: será que vai ter briga hoje? Será que vai ter confusão? Qual a briga de hoje? Qual a discussão de hoje? Será que vai ter faca ou outra arma? Sempre a gente ficava com medo. Eu lembro que a gente sempre ia para o intervalo com as nossas mochilas nas costas, pois tínhamos medo de alguém furtar nossas coisas.**

[>Matusalém_ex-aluno e morador da comunidade: tenho 29 anos, 19 anos só de Parque São Pedro. **Posso dizer que fui um dos sobreviventes do Euclídia**, pois estudei nesta escola desde 2007, no 4º ano do ensino fundamental. **Eu vi de perto todos os relatos, como aluno aqui dentro e realmente o negócio era bem feio.**

<p>A violência que gera jovens sem expectativas: “o professor chegou na sala de aula e disse: ‘cara, daqui não vai sair ninguém que preste’”.</p>	<p>[Timão_professor]: Trabalho aqui desde 2007. Teve um ano que o Diretor da escola determinou para que eu coordenasse um pavilhão da escola. Parecia um pavilhão de presídio, devido ao comportamento indisciplinado dos alunos. Jogavam papel na cabeça do professor, chutavam cadeira. (...). Não poderia coordenar um pavilhão onde os alunos não tinham disciplina. Isso prejudica a educação, pois o professor não consegue dar aula (...), e os alunos não queriam estudar mesmo e a escola “pegava fogo”</p>
	<p>[>Matusalém_ex-aluno e morador da comunidade: tenho 29 anos, 19 anos só de Parque São Pedro. (...) os professores tinham medo da gente, medo de dá aula e não incentivavam o aluno. Quando estava no 6º ano, quando o professor chegou na sala de aula e disse: “cara, daqui não vai sair ninguém que preste”. Ouvir isso naquela época tanto faz, mas depois, esse peso, quando tu para pensar e que tu ouviu isso da boca de um professor é meio chato.</p>
<p>Impactos da gestão da polícia militar na escola: “Eu vivi os dois mundos e eu posso afirmar que sem a polícia militar aqui dentro da escola, dentro do bairro, a gente não tinha chegado onde chegou, isso com certeza”.</p>	<p>[>Zeca_professor]: sou professor, sou mestre em geografia, os ex-alunos que estão aqui foram meus alunos no ensino médio. Sou professor desde 2012, quando houve a transição. Sou natural do Acre e caí nessa escola de paraquedas. (...) Não tinha muita escola para ser lotado e me disseram que tinha uma escola lá no Parque São Pedro. Ficava pensando: eu moro no Novo Israel e ir para o Parque São Pedro, aquela comunidade era barra pesada e ainda vou ter que trabalhar à noite? (...) Sobre a questão do pertencimento que foi falado no debate, como geógrafo, uma imagem que tenho na memória, que retrata essas violências narradas aqui, que eu não vi, é dos vidros quebrados. Não tinha quase nenhuma das janelas que tinha um vidro inteiro. Foi legal o ritmo das falas, a sequência, pois agora eu posso falar de uma coisa que eu não estava presente, não vivenciei, mas vi o reflexo dela. Na época, eu o CEL Caldas, mandando consertar o vidro dessas janelas e de lá para cá eu não vi mais vidros quebrados. (...) O ambiente ficou mais agradável de trabalhar, pois os alunos ficaram bem respeitosos e eram muitos alunos por sala. Foi um avanço muito grande em relação ao ensino e com relação à disciplina também. Acredito que essas duas palavras se casam (...)</p>
	<p>[>Ariano_morador da comunidade]: (...) então o colégio militar melhorou a vida de todo mundo. Após a transição para colégio da polícia militar, isso (drogas e brigas na frente da escola) acabou e que os alunos me chamavam de tio e isso é muito respeitoso. Antes do colégio militar, o desrespeito era grande.</p>
	<p>[>Timão_professor]:em 2012 a polícia militar assumiu a escola e tivemos uma mudança muito boa que é constada até hoje.</p>
	<p>[>Diana_mãe de aluna e moradora da comunidade]: Em 2012 a polícia militar assumiu e mudou tudo. (...) Após a polícia militar assumir... Fiquei com meu coração aliviado, eu sabia que poderia trabalhar e deixar meus filhos na escola, pois seriam bem cuidados. Tinham alimentação,</p>

	<p>disciplina. Eu disse que não iria mais tirar meu filho da escola e todos eles estudaram aqui.</p>
	<p>[>Matusalém_ex-aluno e morador da comunidade]: (...) Na minha vida o que mais mudou desde 2012 pra cá, foi que a gente passou a acreditar que a gente podia... E quando a polícia militar chegou aqui no bairro, a gente fazia educação física, corrida nas ruas do bairro. Era tudo novo (...) e a escola foi um divisor de águas na nossa vida. Eu defendo a escola. Eu vivi os dois mundos. E eu posso afirmar que sem a polícia militar aqui dentro da escola, dentro do bairro, a gente não tinha chegado onde chegou, isso com certeza.</p>
	<p>[>Lia_ex-funcionária e moradora da comunidade: [antes] os alunos passavam pela gente e não falavam, mas depois que a polícia militar assumiu a escola mudou e até hoje eles me chamam de vó ou de tia. Então foi uma mudança muito grande. O colégio militar foi a melhor coisa que foi implantada aqui dentro. Todos os policiais falavam comigo, me abraçavam (...).</p>
<p>Controle social informal: a escola contribui com a segurança pública: <i>“Tenho amigos, com famílias todas desestruturadas que realmente não entraram para o mundo do crime por causa da escola”.</i></p>	<p>[>Bernadete_ex-aluna e moradora da comunidade: (...) Fui criada por uma mãe solteira e ela tinha que trabalhar. Éramos eu, minha irmã e minha mãe. Minha mãe passava o dia todo fora de casa trabalhando e depois do trabalho ia para o curso que ela fazia para melhorar a situação dela na empresa e ficava só eu e minha irmã que era dois anos mais velhas que eu e desde cedo éramos nós duas cuidando uma da outra, sem nenhuma supervisão, essa que é a verdade. E a escola, eu digo que foi a minha primeira família. Eu me emociono em falar porque eu não sei como seria a minha vida se eu não tivesse passado por esse processo aqui na escola... Eu sou hoje a representante de muitas famílias, pois era a realidade de muitas amigas minhas. E virou colégio militar, eu lembro que em tudo em me envolvia. Tinha uma rádio escolar que a Dona Thalita coordenava. Tinha aula reforço no contraturno para ensinar os alunos mais novos e eu ia para ajudar, tinha oficina de redação no sábado, eu estava lá. A escola foi preenchendo esse vazio de uma forma tão grande, que era a minha primeira família. Eu via mais a minha mãe no sábado ou no domingo, mas de forma acelerada, arrumando a casa e as coisas para começar uma nova semana. Então todas as vezes que tenho a oportunidade de dizer que eu vim do 3º CPM, que foi a minha primeira família, eu falo.</p>
	<p>[>Matusalém_ex-aluno e morador da comunidade]: Tenho amigos, com famílias todas desestruturadas que realmente não entraram para o mundo do crime por causa da escola, pois a escola transformou a vida de todos aqui. Da minha turma, dos remanescentes do Euclídia todo mundo que eu conheço é cidadão de bem, tem uma profissão todo mundo trabalha e a escola foi um divisor de águas na nossa vida.</p>
	<p>[>Carlos_ex-aluno, morador e comerciante na comunidade]: a escola contribuiu para a minha formação como cidadão. Como já falei, assumi o negócio da família. Meu pai sempre foi uma pessoa do bem, ele me ensinou esse caminho para trabalhar e ser honesto. Acredito que a escola veio reforçar a ficar do lado bem, longe das drogas, aperfeiçoar seu lado cultural, andar com pessoas boas. Tudo isso</p>

	<p>contribui no negócio da família, eu como pessoa, como cidadão. Reforçou a ser um ser humano bom. E aquela pessoa que não tinha boa referência em casa, encontrou aqui na escola, quando os policiais falavam que ficássemos longe das drogas por exemplo. Sempre os policiais falavam para a gente estudar, prestar atenção nos estudos, senão iríamos passar o resto do da vida trabalhando no Distrito Industrial. Diziam que estávamos tendo uma oportunidade de mudar a nossa realidade. Então, essas pessoas que não tinham esse apoio em casa, começaram a se questionar sobre isso, para se tornar uma pessoa melhor, como cidadão.</p>
<p>Onde você estará daqui a dez anos? <i>“Meu filho mais velho que estudou aqui, se formou em gastronomia e quer ser perito criminal. Ele nem sonhava em fazer faculdade, diante de tanta violência”.</i></p>	<p>[>Diana_mãe de aluna e moradora da comunidade]: Em 2012 a polícia militar assumiu e mudou tudo. Meu filho mais velho que estudou aqui, se formou em gastronomia e quer ser perito criminal. Ele nem sonhava em fazer faculdade, diante de tanta violência, pois isso aqui era um pátio de guerra.</p> <p>[>Matusalém_ex-aluno e morador da comunidade: a mudança de mentalidade da gente que estava aqui desde o início foi completamente diferente, mudou a nossa forma de pensar, forma de enxergar a educação porque na época que a gente estava no Waldocke era popular o cara que brigava, o cara que usava brinco, quando mudou a administração para a polícia, o popular era o cara mais inteligente, então a gente já esforçava mais, queríamos tirar boas notas para ser reconhecido, tínhamos orgulho em participar das atividades da escola. Então começamos a mudar a nossa mentalidade. A primeira vez que li um livro, foi quando o Comandante do Corpo de Alunos na época me deu um livro para ler e eu lembro até hoje deste livro e depois eu comecei a buscar conhecimento. Todos os professores incentivavam a gente, dizendo que a gente era capaz</p> <p>[>Almamira_funcionária, mãe de aluno e moradora da comunidade: moro no bairro há 19 anos, moro lá embaixo, perto do movimento (facção criminosa) meu filho estudou aqui quando não era colégio da polícia militar e se formou no ensino médio quando já era 3ºCMPM. Ele focou nos estudos. Fez o concurso da SUSAM e passou. Sou grata por essa escola nesse bairro, pois vejo que a educação mudou a minha família, pois minha outra filha estudou aqui também. Isso gratificante. Gratidão por essa escola ter virado militar e por todos que trabalham aqui.</p>
	<p>[<Rasemary_funcionária da escola e mãe de aluna] - Então, isso a gente ver nas demais escolas, em que não há essa organização, pois tudo passa por um gerenciamento... tudo depende de quem está à frente, da proposta que o gestor traz, de como a comunidade que está ali inserida trabalha, mas eu sei dizer que é possível perceber que com dados reais que todas as escolas da polícia militar geram resultados muito maiores do que as escolas que não são geridas pela polícia militar. Isso a gente ver através das aprovações nas universidades, a gente ver através dos alunos dentro do mercado de trabalho que retornam para a escola em forma de estágio. Eu fico felicíssima em receber ex-alunos querendo estagiar na escola, nunca disse não para nenhum deles, pois, a gente sente orgulho e tudo que a gente se propõe</p>

	a fazer para eles, eles topam, dá uma alegria no coração pois a gente ver que nosso trabalho está tendo resultado.
<p>Educação e facção <i>“Eu sempre convivi vendo esses dois mundos de perto. No muro ao lado de casa picharam a sigla CV em vermelho. Quando cheguei à escola, lembro que meus olhos brilharam. Sempre quis estudar nessa escola”.</i></p>	<p>[>Diana_mãe de aluna e moradora da comunidade]: Naquela época eu chorava quando falava Waldocke Fricke de Lyra, mas hoje não. É maravilhoso ver a transformação que a educação faz, pois ela se faz real hoje debaixo do meu lar. Tenho minha filha cursando medicina (...). Quando as pessoas perguntam onde eu moro, digo que moro no Parque São Pedro, melhor bairro para se viver. Algumas pessoas dizem: tudo moras no Parque São Pedro? Eu digo sim, e lá têm famílias que sonham, têm pais de famílias que lutam pelos seus filhos. Digo que tem médico, advogado, pois esse bairro já foi terrível. (...) Na rua da minha casa ainda tem (tráfico de drogas). A gente dá conselho, mas eles (jovens) precisam querer, precisam de apoio da família. Mesmo assim, mudou muito esse bairro. É outra realidade.</p> <p>[>Bernadete_exaluna e moradora da comunidade]: Essa escola me ajudou a me formar quem eu sou hoje. Não consigo viver minha trajetória sem a escola. Com certeza hoje, nós que fazemos essa comunidade. (...) Então nós fomos moldando os nossos sonhos. Talvez se a gente não tivesse vivido esse processo, essa metamorfose, não sei o que seríamos hoje. Hoje, por exemplo, eu sou soldado da polícia militar. E quando passei no concurso, fui chamada tanto pela Polícia Militar quanto pelo Bombeiro Militar. Eu tive que escolher, pois fui chamada ao mesmo tempo. Para mim não foi uma escolha difícil, pois eu disse que teria a oportunidade de servir na instituição que me ajudou a ser quem eu sou hoje. Se eu puder retribuir minimamente o que a instituição da polícia militar, através da educação fez na minha vida, eu irei fazer. Eu sou fruto, sou fruto dessa escola.</p> <p>[>Luciana_ex-aluna e moradora da comunidade]: Entrei na escola em 2018, no 6º ano e concluí o ensino médio em 2024. Eu carrego o nome da escola comigo. A escola colaborou muito com a minha mudança de mentalidade. Quando chego lá na UFAM e as pessoas perguntam de onde eu vim, eu digo que vim do 3º CMPM. Eles dizem: “nossa, aquela escola é muito boa, todo mundo fala que é muito bom o 3º CMPM, tem muitas medalhas”. A nossa escola é renomada. Lembro que a mamãe contava muito que no tempo do Euclídia era muito violência, era muito ruim. (...) Eu cresci vendo os amigos de meu irmão e muitos foram para o caminho da criminalidade. Eu chegava da escola e meu irmão dizia para a mamãe: mãe o meu colega “tal” morreu esses dias, porque estava comprando drogas e não pagou. Coisas desse tipo. Eram envolvidos com drogas. Eu sempre convivi vendo esses dois mundos de perto. No muro ao lado de casa picharam a sigla CV em vermelho. Quando cheguei à escola, lembro que meus olhos brilharam. Sempre quis estudar nessa escola. Eu dizia queria muito estudar na escola militar, pois os alunos são pessoas muito inteligentes, quero estar lá junto com eles. Quando entrei aqui e parecia um outro mundo para mim. Vi que a educação e o ensino eram valorizados. O aluno que estudava era uma pessoa valorizada e que os alunos que saíam daqui tinham um futuro encaminhado. A escola tem esse passado, mas agora ela carrega todos esses prêmios. (...). Toda</p>

essa disciplina que a escola ensina para gente, eu uso até hoje no meu dia a dia, na faculdade, todos os preceitos, todos os ideais que a escola passou para gente. Os policiais militares do corpo de alunos falavam que a gente estava escrevendo um livro que se chamava o Sentimento dos meus Pais, todo o aluno conhece esse livro. No ensino médio eu tive muito apoio da escola. (...). Ajuda muito os Alunos do ensino médio também, pois quando a gente chega no ensino médio fica se perguntando o que é MACRO, SIS, PSC e **a escola nos ajuda tanto com a disciplina para estudar, como nos informando a respeito desses vestibulares** e o que a gente tem que fazer. (...) Então, quando entrei aqui, fiquei muito maravilhada. **O Waldocke foi decisivo para todo o encaminhamento da minha vida até agora. Sem escola eu realmente não sei o que eu seria.** Eu só tenho que agradecer a ela.

[>Carlos_ex-aluno, morador e comerciante na comunidade]: a gente olhando agora, **dez anos depois**, era que lá atrás o professor dá a aula dele, mas o professor não conseguia dar aula, não tinha segurança, pois tinha tiro, tinha aluno querendo se matar aqui dentro. **Então o objetivo foi mais que alcançado dez anos depois, pois além do professor conseguir dar a aula dele, há diversos resultados. Várias pessoas que estão aqui no bairro estão em universidades, alguns até fazendo Medicina**, como o ex-aluno Jaime que formou ano passado. Tem diversos resultados aqui dentro. **Dez anos depois o resultado foi alcançado e trouxe essa mudança para toda a comunidade, para todas as pessoas que participaram, mudança de pensamento, valorização do esporte, valorização da educação.** Todos que participaram dessa escola são sobreviventes, como foi falado pelo colega, pois conhecemos diversos amigos que morreram, pessoas que moravam perto da gente que o crime levou, com assaltos, com drogas. **A gente olha para trás e percebe que aquele colega morreu e nós somos sobreviventes.**

[>Rosemary_funcionária da escola e mãe de aluna]: De fato, para os professores e para a equipe pedagógica **é complicado está dentro de uma instituição onde você se propõe a levar o ensino, transmitir a educação aos alunos e fazer o seu trabalho**, fazer aquilo o qual você se preparou a vida acadêmica. **É difícil você fazer isso quando tem que lidar com outras situações que estão além do que é previsto, como a violência**, como ter que parar uma aula e não conseguir finalizar o ensino por conta de ter que advertir um aluno, por ter que chamar a atenção e **o aluno não te respeitar...** Cheguei aqui nessa escola em 2014 e eu escolhi vim pra cá..eu escolhi está aqui, ninguém me empurrou, ninguém me obrigou. **Cheguei aqui e já era escola administrada pela polícia militar e escolhi está aqui simplesmente porque pensei que aqui vou conseguir fazer o meu trabalho, aqui vou conseguir ver aquilo que propor a fazer, acontecer, porque a gente vai ter essa parceria. O que nos propomos a fazer tem um resultado produtivo, não só na vida desses meninos, mas na sociedade principalmente, a mudança de pouquinho em pouquinho que a sociedade vai recebendo.** É uma representação, mas vai fazer a diferença onde ele estiver e a gente fica muito feliz com isso...

<p>Sensação de Segurança Pública: um cenário diferente <i>“Em questão de segurança, o bairro é perigoso, mas no entorno da escola é a parte mais segura...”</i></p>	<p>[>Carlos_ex-aluno, morador e comerciante na comunidade]: (...)Em questão de segurança, o bairro é perigoso, mas no entorno da escola é a parte mais segura, onde os terrenos são mais valorizados, por causa da segurança. Hoje o comércio fica aberto até mais tarde por causa do colégio da polícia. O colégio trouxe isso para a comunidade, trouxe uma cultura diferente. O bairro não é mais de um povo esquecido. Então, na condição de comerciante e ex-aluno, a escola trouxe muitas mudanças na minha vida.</p>
	<p>[>Gael_morador e comerciante na comunidade]: eu tenho maior respeito pelo colégio da polícia militar. Este colégio ajudou muitos alunos e também ajudou a área comercial. Como eu tenho o prazer de dizer que muitas vezes eu fechava o restaurante e ia contar o dinheirinho. O que era? Os Alunos do colégio da polícia militar. Isso meu ajudou muito. E por isso, passei também a ajudar eles. Aqueles alunos em que os pais não tinham condições de comprar o almoço desse menino todos os dias, eu falava para os pais que seus filhos poderiam almoçar lá e pagarem por semana, ou quinzena, ou por mês, mas não vamos deixar os alunos com fome. Esses meninos me deram uma confiança tão grande que todos eles me chamam de tio. Hoje eu tenho mais satisfação porque tem um casal de alunos, que eram irmãos, que passou por aqui. Eles chegavam ao restaurante e abraçavam. Vários ex-alunos passavam por lá e diziam: o senhor lembra de mim tio? Uma dizia que estava trabalhando na Suframa e todos estão bem. Tenho o prazer de dizer que moro bem pertinho do colégio. Então o colégio militar ajudou uma escola municipal que tem aqui atrás, que era uma bagunça, quebravam ele. Quando o colégio militar chegou, a escola municipal também mudou. Então, este colégio ajudou em muitas coisas. Então eu tenho o prazer de dizer o colégio ajudou muita gente, melhorou 100% aqui. No tempo do passado o negócio era feio. A gente só tinha tempo para correr, pois tinha briga todo o dia. Hoje não. Acabou.</p>
	<p>[<Rosemary_funcionária da escola e mãe de aluna]: Eu creio que essa parceria entre a polícia militar e as escolas da SEDUC, proporciona a segurança e ela é primordial para que o professor se sinta em um ambiente seguro onde ele consegue desenvolver seu trabalho, onde ele não tem medo de sair 10 horas da noite da escola onde ele trabalha... Eu saio daqui agora todos os dias às 10h da noite e eu não tenho medo de sair este horário, e eu sei que os professores também não, porque a gente tem essa segurança de estar em um lugar, onde a gente consegue trabalhar, onde nossos alunos estão aqui porque querem estudar. Eu acredito que, se mais escolas tivessem essa mesma parceria, com certeza nós teríamos uma sociedade, em torno de cinco anos para frente, já com um diferencial muito grande.</p>
	<p>[>Zeca_professor da escola]: (...) Mas eu sempre falo que a comunidade tem um privilégio de ter recebido essa ajuda da segurança pública, da gestão pública, em a polícia militar ter assumido a escola, porque esse colégio de fato é um divisor de águas, entre o que era o Parque São Pedro antes e o que é hoje (...) A Segurança Pública, envolvida no processo de ensino, tem um ganho para a educação. Eu sou convicto disso, que tem um ganho.</p>

<p>Educação e Cidadania com senso crítico</p> <p>“...a escola nos ajudou a ser um cidadão mais consciente e principalmente ter um lado crítico”.</p>	<p>[>Matusalém_ex-aluno e morador da comunidade]: a questão da disciplina me ajudou muito na minha formação como cidadão, como adulto que sou hoje. Sou um cara muito chato com o horário, não gosto de chegar atrasado. Gosto de ajudar as pessoas e aprendi isso aqui na escola. Toda minha vida hoje é um espelho do tempo que fiquei aqui dentro, formou muito meu caráter, fui moldado aqui dentro. Gosto muito das coisas certas.</p> <p>[>Bernadete_ex-aluna e moradora da comunidade]: a escola ajudou a formar cidadão conscientes, disciplinados e responsáveis. São pequenas coisas que não se ensinam em nenhuma faculdade. Aprendemos aqui sobre a disciplina com o horário. Aprendi aqui na escola que, quando não souber fazer determinada coisa, mas posso aprender. Já tive experiência de alguns empregos e eu vi isso fazendo sentido e efeito na prática. Você se propor a aprender e não simplesmente cruzar os braços. Acima de tudo, a escola nos ajudou a ser um cidadão mais consciente e principalmente ter um lado crítico. O meu lado crítico eu formei aqui na escola. É olhar uma situação e pensar nos dois lados daquela situação, começar a analisar e ter realmente um senso crítico e não ser simplesmente a massa que não consegue pensar, que é daquela forma. Então, o meu senso crítico eu desenvolvi aqui dentro da instituição e hoje levo para a minha vida, em todos os sentidos. A frase que o professor falou me pegou muito: a escola formar cidadãos conscientes. Se a pessoa se formou aqui, mas não cursou uma faculdade, mas tenho certeza que ela é um cidadão melhor. Ela contribui para a segurança pública de uma forma melhor. Ela passa aqueles valores para os filhos dela. Acredito que tem esse efeito em todos que passam por aqui. (...) É você passar pela instituição e aquilo te transformar, nem que seja nas pequenas atitudes de teu dia a dia. Acredito que é isso que a gente carrega.</p>
<p>Confiabilidade na segurança ou elitismo na educação</p> <p>..”mais da metade dos alunos são pessoas de fora da comunidade, na minha época não era. Acho que era 90% era daqui do Tarumã e eu sinto falta dessa proximidade com a comunidade”.</p>	<p>[>Zeca_professor da escola]: tem um aspecto que eu queria falar que acho muito importante que é analítico. Antes, as pessoas tinham receio de colocar o filho no Waldocke Fricke de Lyra e isso abrangia muito a comunidade e hoje a gente ver gente de outras zonas para estudar aqui. Para mim os dados falam por si só, não precisam de marketing, não precisam de divulgação. Se for verificar hoje, boa parte, bem mais da metade dos alunos que estudam aqui, são de outros bairros e isso mostra que existe uma confiabilidade na segurança pública e no ensino que a escola oferece.</p> <p>[>Matusalém_professor da escola]: o professor falou que mais da metade dos alunos são pessoas de fora da comunidade, na minha época não era. Acho que era 90% era daqui do Tarumã e eu sinto falta dessa proximidade com a comunidade. Não sei se foi a comunidade que deixou o pessoal de fora pegar as vagas ou se aconteceu alguma coisa no meio do caminho que não está batendo a comunidade com a escola. Antigamente a gente via muito aluno, na hora da saída, andando fardado aqui pelo bairro. Hoje ainda tem muitos, mas bem menos. Acho que se distanciou um pouco da comunidade do Tarumã, do colégio. Essa é a minha percepção. Houve uma certa redução da quantidade de pessoas da comunidade dentro da escola.</p>

[>Timão_professor da escola]: acho que isso ocorreu porque acabou o ensino fundamental aqui e ficou somente o 6º ano até o ensino médio. Quando a escola começou aqui lá em 2007, ela tinha do 2º ao 5º ano também. Depois essas séries foram extintas e ficaram somente com a rede municipal. Apenas o 5º ano, do fundamental dois ficou quando a polícia militar assumiu. Mas atualmente, o 5º ano foi extinto também e o todos os alunos do ensino fundamental I estão na rede municipal de ensino aqui no bairro. O Estado está ficando apenas com o 6º ano em diante.

[>Zeca_professor da escola]: **os alunos da noite moram aqui no bairro. Alguns trabalham de manhã e estudam à noite.** Quando vou para a minha residência, eu vejo bastantes alunos caminhando. Para mim é gratificante. **Todas as vezes que passo, vejo uma esperança naquela decisão de estar aqui, de estar estudando, se esforçando. Dez horas da noite caminhando pelo Parque São Pedro buscando melhorar o seu ensino.**

[>Altamira_funacinária da escola, mãe de aluno e moradora da comunidade]: **à noite tem bastante aluno daqui da comunidade que desce. Eu sei porque hoje eu conheço. O ônibus vai lotado.**



**UNIVERSIDADE DO ESTADO DO AMAZONAS
ESCOLA SUPERIOR DE CIÊNCIAS SOCIAIS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SEGURANÇA PÚBLICA
MESTRADO PROFISSIONAL EM SEGURANÇA PÚBLICA, CIDADANIA E
DIREITOS HUMANOS**

APÊNDICE E

TRANSCRIÇÃO DO GRUPO DE CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA

Todos os nomes dos participantes são fictícios

TRANSCRIÇÃO DO GRUPO DE CONSTITUIÇÃO SUBJETIVA

Ariano, morador da comunidade: resido na frente da escola. Separei muita briga de alunos, via venda de drogas para os alunos e não podia fazer nada, pois se a gente se metesse, sabe o que acontece. Então o colégio militar melhorou a vida de todo mundo. Após a transição para colégio da polícia militar, isso acabou e que os alunos me chamavam de tio e isso é muito respeitoso. Antes do colégio militar, o desrespeito era grande. Era desrespeitoso entre os alunos e dos alunos para os mais velhos.

Altamira, funcionária, mãe de aluno e moradora da comunidade: trabalhei na escola antes da transição, trabalhava na merenda escolar: Antes de a escola ser militar, era muito difícil a noite, o dia. Uma vez a pedagoga da noite pediu para que todos ficassem trancados dentro da cozinha, pois estava havendo briga na frente da escola e que só poderíamos sair após o fim da briga. Mas após a transição isso parou. Os próprios alunos agora respeitam os funcionários.

Timão, professor: trabalho no Waldocke desde 2007. Teve um ano que o Diretor da escola determinou para que eu coordenasse um pavilhão da escola. Parecia um pavilhão de presídio, devido ao comportamento indisciplinado dos alunos. Jogavam papel na cabeça do professor, chutavam cadeira. Não aguentei e no ano seguinte pedi para voltar para a sala de aula. Não poderia coordenar um pavilhão onde os alunos não tinham disciplina. Isso prejudica a educação, pois o professor não consegue dar aula e os alunos sabem que existem alguns professores que não têm pulso, e os alunos não queriam estudar mesmo e a escola “pegava fogo”. Depois de dois anos a polícia militar assumiu a escola e tivemos uma mudança muito boa, que é constatada até hoje.

Diana, mãe de aluna e moradora da comunidade: em 2003 eu morava na zona leste, estava grávida, sua filha nasceu em 2004 e hoje tem 21 anos. Em vim para o Parque São Pedro, minha filha tinha três meses. Eu queria sair da zona leste, pois o índice de violência era muito grande, mas quando cheguei ao Parque São Pedro, senti o impacto. E naquela época precisa de 1300 assinaturas para poder trazer uma escola de ensino médio para o Parque São Pedro, nós conseguimos as assinaturas e trouxemos a escola para cá. O nome da escola foi Euclidia Grana (Profa. Euclidia Grana Ehm Filha). Eu vi tiro na porta dessa escola. Tenho um outro filho de 26 anos, que estudava aqui e por volta das 16h houve aquele tiro. Todos os pais

correram apavorados em busca de seus filhos. O helicóptero da polícia militar pousou próximo à escola. Era um aluno, chamado “Daniel”, levou um tiro na porta da escola. Ninguém entendia nada, pois era sangue, era gritaria, era gente correndo, desespero e os pais procurando seus filhos vivos, pois entregamos nossos filhos à escola para estudar e não para serem mortos. A partir daquele houve uma busca para mudar o nome da escola, pois dona desse nome, seus familiares não queriam seu nome vinculado a tanta violência. Recebeu o nome atual de Waldocke Fricke de Lyra, mas a violência continuava. Em 2011, o presidente da comunidade reuniu com a gente, pois queríamos ir embora do bairro e eu era uma que queria ir embora. Ele disse que tínhamos que ficar, que não poderíamos sair amedrontados, pois já tínhamos as nossas casas. Juntos, decidimos fazer um novo abaixo assinado com os pais pedindo segurança para nossos filhos na escola e para o bairro. Fizemos reivindicação no bairro, fechamos a Av. Torquato Tapajós e com cartazes, fomos solicitar por segurança. Então, com essa manifestação e com a assinaturas do abaixo assinado, conseguimos chamar a atenção do governo, que veio pessoalmente na escola, que estava virando cum campo de guerra, com muita violência e disse que iria agir. Depois disso, o presidente do bairro disse que a polícia militar iria assumir a escola e vai melhorar e todos se acalmaram. Mesmo assim muitos pais foram embora. Em 2012 a polícia militar assumiu e mudou tudo. Todos os meus filhos estudaram aqui. Meu filho mais velho que estudou aqui, se formou em gastronomia e quer ser perito criminal. Ele nem sonhava em fazer faculdade, diante de tanta violência, pois isso aqui era um pátio de guerra. Só quem viveu aquele começo aqui sabe como era. Os alunos quebravam as cadeiras, eles se atacavam com as cadeiras, de faca, de revolver. Os traficantes vendiam drogas aqui na frente da escola. Aliciavam os alunos aqui dentro. Meu filho era muito criança nessa época e nem sabia o que era droga. Eu falava com o pai dele: como vamos deixar nosso filho em uma escola que parece um campo de guerra? Dizia para meu marido que precisávamos ir embora daqui. Minha filha “Cristal” nasceu aqui no Parque São Pedro e hoje ela está estudando medicina. Essa escola está mudando a história. Foi quando o presidente do bairro reuniu e disse que a polícia militar iria assumir a escola. Lembro como se fosse hoje. Depois de 17 dias a polícia militar assumiu a escola. Eu vi os caminhões trazendo novas cadeiras azuis. Após a polícia militar assumir, eu trabalhei na escola por três anos para ver a mudança, se era real. Fiquei com meu coração aliviado, eu sabia que poderia trabalhar e deixar meus filhos na escola, pois seriam bem cuidados. Tinham alimentação, disciplina. Eu disse que não iria mais tirar meu filho da escola e todos eles estudaram aqui. Mudaram em casa também. Eles cuidavam do fardamento, pois deveria estar bem passado com vinco, engraxavam o sapato, cuidavam de tudo. É maravilhoso ver a transformação que a educação faz, pois ela se faz real hoje debaixo do meu lar. Tenho minha filha cursando medicina. A educação está mudando a minha família. Naquela época eu chorava quando falava Waldocke Fricke de Lyra, mas hoje não. Hoje quando as pessoas perguntam onde eu moro, digo que moro no Parque São Pedro, melhor bairro para se viver. Algumas pessoas dizem: tudo moras no Parque São Pedro? Eu digo sim, e ela têm famílias que sonham, têm pais de famílias que lutam pelos seus filhos. Digo que tem médico, advogado, pois esse bairro já foi terrível. Eu vi muitos jovens serem mortos nesse bairro. Vi amigos de meus filhos serem mortos. Meu filho chorou a morte de muitos de seus amigos aqui do bairro. Todas as noites peço a Deus para fechar as portas da morte deste bairro, para não ceifar a vida dos jovens, pois eu sei que eles têm sonhos, mas eles são aliciados. Na rua da minha casa ainda tem. A gente dá conselho, mas eles precisam querer, precisam de apoio da família. Mesmo assim, mudou muito esse bairro. É outra realidade. Hoje a gente ajuda outras pessoas. Minha filha “Cristal” queria ajudar todos os colegas de sala, queria que eu comprasse material para eles, sapatos. A nossa situação também não era fácil, mas eu decidi lutar, eu escolhi todos os dias não soltar a mão de meus filhos. Eu trabalhava em três empregos para mantê-los na escola, pois eu queria que eles tivessem o melhor fardamento,

os cadernos, os sapatos deles limpos e engraxados. Então, eu deixei de fazer minha faculdade de nutrição em 2012, pois, por ser adulta, vi que sem faculdade poderia chegar em qualquer lugar, mas eles não. Eu agarrei os sonhos deles. Eu falo para eles, eu não me arrependo.

Luciana, ex-aluna e moradora da comunidade: Entrei na escola em 2018, no 6º ano e concluí o ensino médio em 2024. Eu carrego o nome da escola comigo. Quando chego lá na UFAM e as pessoas perguntam de onde eu vim, eu digo que vim do 3º CPM. Eles dizem: “nossa, aquela escola é muito boa, todo mundo fala que é muito bom o 3º CPM, tem muitas medalhas”. A nossa escola é renomada. Lembro que a mamãe contava muito que no tempo do Euclídia era muito violência, era muito ruim. A escola tem esse passado, mas agora ela carrega todos esses prêmios. A escola incentiva muito a gente nas olimpíadas. Tem muitas crianças boas em matemática, os professores incentivam muito alunos. Eu estava em sala de cheia de crianças para aula de matemática, para as olimpíadas. Elas diziam: “nossa que legal estudar matemática, quando serão as próximas olimpíadas”. Isso é uma coisa que a escola ajuda muito. Ajuda muito os Alunos do ensino médio também, pois quando a gente chega no ensino médio fica se perguntando o que é MACRO, SIS, PSC e a escola nos ajuda tanto com a disciplina para estudar, como nos informando a respeito desses vestibulares e o que a gente tem que fazer. E a escola me ajudou muito.

Matusalém, ex-aluno e morador da comunidade: tenho 29 anos, 19 anos só de Parque São Pedro. Posso dizer que fui um dos sobreviventes do Euclídia, pois estudo nesta escola desde 2007, no 4º ano do ensino fundamental. Eu vi de perto de todos os relatos, como aluno aqui dentro e realmente o negócio era bem feio. Na minha vida o que mais mudou desde 2012 pra cá, foi que a gente passou a acreditar que a gente podia, porque antes os professores tinham medo da gente, medo de dá aula e não incentivavam o aluno. Lembro até hoje, quando estava no 6º ano, quando o professor chegou na sala de aula e disse: “cara, daqui não vai sair ninguém que preste”. Ouvir isso naquela época tanto faz, mas depois, esse peso, quando tu para pensar e que tu ouviu isso da boca de um professor é meio chato. E quando a polícia militar chegou aqui no bairro, a gente fazia educação física, corrida nas ruas do bairro. Era tudo novo. A primeira vez que li um livro, foi quando o Comandante do Corpo de Alunos na época me deu um livro para ler e eu lembro até hoje deste livro e depois eu comecei a buscar conhecimento. Todos os professores incentivavam a gente, dizendo que a gente era capaz. Tenho amigos, como famílias todas desestruturadas que realmente não entraram para o mundo do crime por causa da escola, pois a escola transformou a vida de todos aqui. Da minha turma, dos remanescentes do Euclídia todo mundo que eu conheço é cidadão de bem, tem uma profissão todo mundo trabalha e a escola foi um divisor de águas na nossa vida. Eu defendo a escola. Eu vivi os dois mundos. E eu posso afirmar que sem a polícia militar aqui dentro da escola, dentro do bairro, a gente não tinha chegado onde chegou, isso com certeza. Estou um pouco emocionado por ter visto o vídeo que não está mais aqui no nosso meio. Ele amava, é até difícil falar, pois ele amava essa escola. A escola mudou a vida dele. Ele era aluno, voltou para ser professor, mas, infelizmente com 23 anos ele partiu, mas ele fez o nome dele aqui dentro, tanto como aluno, como professor. Sinto orgulho em falar dele, pois eu conhecia muito ele, era muito meu amigo e teve a vida transformada por causa dessa escola e queria agradecer a oportunidade de estar falando isso hoje. Obrigado.

Carlos, ex-aluno e morador da comunidade: tenho 27 anos, moro aqui no Parque São Pedro desde quando ainda era invasão da Carbras. Meu pai tinha um comercial, vendendo frutas, no local onde hoje é quadra da escola. Eu estudei aqui na escola antes da transição em 2012. Meu pai faleceu em 2018 e então eu assumi o negócio da família. Em questão de segurança, o bairro é perigoso, mas no entorno da escola é a parte mais segura, onde os terrenos são mais valorizados, por causa da segurança. Hoje o comércio fica aberto até mais tarde por causa do colégio da polícia. O colégio trouxe isso para a comunidade, trouxe uma

cultura diferente. O bairro não é mais de um povo esquecido. Então, na condição de comerciante e ex-aluno, a escola trouxe muitas mudanças na minha vida. Na quadra tinha uma fila de alunos e eles passavam cigarro de maconha no turno da noite. Fumavam maconha na frente da escola. Uma teve tiro dentro da quadra, atiravam pra cima. Lembro que em 2012, meus pais estavam pensando em tirar da escola por causa dessas coisas, mas então houve essa transição. Cheguei perto de ser expulso da escola, pois eu fui criado para dá mais valor ao trabalho e eu não valorizava a educação. Então, quando a escola se tornou colégio militar eu era bem ruim, tinha uma base péssima, no 9º ano não sabia as quatro operações básicas. Tive dificuldades para passar de ano, pois, ou você passava ou você saía da escola. Mas além de não ter nota, eu era muito bagunceiro. No colégio militar tem o Corpo de Alunos, onde é analisado a parte comportamental. O Aluno tem uma nota comportamental 10,0 e conforme vai se comportando mal a sua nota vai diminuindo e por isso eu estava com o comportamento negativo, então fui chamado no Corpo de Alunos e eles disseram que mais uma ação negativa poderia ocasionar minha expulsão da escola. Meu pai disse que se eu fosse expulso da escola, iria ser expulso de casa também, pois não queria estudar. Então comecei a estudar. Nosso amigo Mael, que dominava matemática, fiquei perto dele e pedi para me ajudar. Houve uma melhora na parte educacional em minha vida e isso traz um impacto em casa, pois hoje assumi o negócio da família. Então, só tenho a agradecer a escola.

Matusalém, ex-aluno e morador da comunidade: a mudança de mentalidade da gente que estava aqui desde o início foi completamente diferente, mudou a nossa forma de pensar, forma de enxergar a educação porque na época que a gente estava no Waldocke era popular o cara que brigava, o cara que usava brinco, quando mudou a administração para a polícia, o popular era o cara mais inteligente, então a gente já esforçava mais, queríamos tirar boas notas para ser reconhecido, tínhamos orgulho em participar das atividades da escola. Então começamos a mudar a nossa mentalidade.

Lia, ex-funcionária e moradora da comunidade: eu trabalhei no colégio por 15 anos. Desde quando entrei aqui era muito difícil. As minhas filhas não queriam que eu viesse para essa escola trabalhar. Os alunos passavam pela gente e não falavam, mas depois que a polícia militar assumiu a escola mudou e até hoje eles me chamam de vó ou de tia. Então foi uma mudança muito grande. Consegui uma vaga para minha neta na escola. Ela deu pouco de trabalho, mas se formou. O colégio militar foi a melhor coisa que foi implantada aqui dentro. Todos os policiais falavam comigo, me abraçavam, até o antigo Comandante, o Cel. Caldas. Hoje estou aposentada, por isso tive que sair da escola.

Bernadete, ex-aluna e moradora da comunidade: estudei aqui muito antes de se tornar militar. Como o outro ex-aluno comentou há pouco, sobre a nossa mudança de percepção. De a gente começar a acreditar que nós éramos capazes. Comecei a estudar aqui no 4º ano. Eu tinha medo de vir para a escola, pois eram muitas brigas, muitas confusões, na hora da saída sempre era muito tumultuado. A gente ficava se perguntado: será que vai ter briga hoje? Será que vai ter confusão? Qual a briga de hoje? Qual a discussão de hoje? Será que vai ter faca ou outra arma? Sempre a gente ficava com medo. Eu lembro que a gente sempre ia para o intervalo com as nossas mochilas nas costas, pois tínhamos medo de alguém furtar nossas coisas. Hoje não tem mais isso. Os alunos deixam suas mochilas nas salas durante o intervalo. Se eu pudesse falar algo que a escola mudou na minha vida, seria sobre meus sonhos. Fui criada por uma mãe solteira e ela tinha que trabalhar. Éramos eu, minha irmã e minha mãe. Minha mãe passava o dia todo fora de casa trabalhando e depois do trabalho ia para o curso que ela fazia para melhorar a situação dela na empresa e ficava só eu e minha irmã que era dois anos mais velhas que eu e desde cedo éramos nós duas cuidando uma da outra, sem nenhuma supervisão, essa que é a verdade. E a escola, eu digo que foi a minha primeira família. Eu me emociono em falar porque eu não sei como seria a minha vida se eu não tivesse passado por esse processo aqui na escola. Lembro que quando era criança e

adolescente, a gente era aliciado por tudo o que era de ruim, por drogas. Esse debate desbloqueou a minha memória, que eu recordei que a gente tinha uns apelidos, umas assinaturas, todo mundo tinha que ter uma assinatura. Essa assinatura a gente deixava nas cadeiras, pichava as paredes, pichava os muros dos vizinhos e em embaixo a gente escrevia FDN. Eu lembro que uma amiga perguntou: o que é FDN? Eu disse que não sabia. Então fomos perguntar. E perguntando, disseram que era Família do Norte. Lembro que o pessoal dizia que legal. Hoje, quando eu olho para trás e percebo como éramos aliciados em pequenas coisas. Era uma facção estava entrando na escola e estava nos aliciando e, talvez, se essa escola não tivesse passado por essa transição, o que nós seríamos hoje? Será que essas facções não teriam nos recrutado? Com certeza. Eu sou hoje a representante de muitas famílias, pois era a realidade de muitas amigas minhas. E virou colégio militar, eu lembro que em tudo em me envolvia. Tinha uma rádio escolar que a Dona Thalita coordenava. Tinha aula reforço no contraturno para ensinar os alunos mais novos e eu ia para ajudar, tinha oficina de redação no sábado, eu estava lá. A escola foi preenchendo esse vazio de uma forma tão grande, que era a minha primeira família. Eu via mais a minha mãe no sábado ou no domingo, mas de forma acelerada, arrumando a casa e as coisas para começar uma nova semana. Então todas as vezes que tenho a oportunidade de dizer que eu vim do 3º CPM, que foi a minha primeira família, eu falo. Essa escola me ajudou a me formar quem eu sou hoje. Não consigo viver minha trajetória sem a escola. Com certeza hoje, nós que fazemos essa comunidade. Aqueles adolescentes que passaram por aquele processo, no período que nós fomos aliciados pelo crime, mas voltamos para os nossos estudos, nós que fazemos essa comunidade. Eu lembro do Mael que o grande sonho dele era montar um cursinho. Eu dizia para ele que quando eu tivesse filhos, eles estudariam no teu cursinho. Então nós fomos moldando os nossos sonhos. Talvez se a gente não tivesse vivido esse processo, essa metamorfose, não sei o que seríamos hoje. Hoje, por exemplo, eu sou soldado da polícia militar. E quando passei no concurso, fui chamada tanto pela Polícia Militar quanto pelo Bombeiro Militar. Eu tive que escolher, pois fui chamada ao mesmo tempo. Para mim não foi uma escolha difícil, pois eu disse que teria a oportunidade de servir na instituição que me ajudou a ser quem eu sou hoje. Se eu puder retribuir minimamente o que a instituição da polícia militar, através da educação fez na minha vida, eu irei fazer. Eu sou fruto, sou fruto dessa escola. Tenho certeza que a segurança no bairro é reflexo dessa geração que teve essa metamorfose, que passou por aquele processo. Hoje é uma nova geração. Essa é a minha contribuição.

Ariano, morador da comunidade: sou morador aqui do início do bairro, não tive filhos matriculados aqui, mas na última sexta-feira me emocionei muito aqui nesta escola na formatura da minha neta que está no 6º ano. Foi uma das maiores alegrias para mim aqui neste bairro ver a minha neta naquela formatura.

Altamira, funcionária, mãe de aluno e moradora da comunidade: moro no bairro há 19 anos, meu filho estudou aqui quando não era colégio da polícia militar e se formou no ensino médio quando já era 3º CPM. Fez o concurso da SUSAM e passou. Sou grata por essa escola nesse bairro, pois vejo que a educação mudou a minha família, pois minha outra filha estudou aqui também. Isso gratificante. Gratidão por essa escola e por todos que trabalham aqui.

Rosemary, coordenadora pedagógica: sou pedagoga da Secretaria Estadual de Educação desde o ano de 2001 e antes de falar sobre colégio, gostaria de relatar que tenho a percepção das duas realidades. Atuei 13 anos em uma outra instituição da SEDUC, localizada na Compensa, uma área também bem periférica, bem violenta, cheia de situações que atrapalham a realidade de uma escola, o que é almeja, o que é pensado. E naquela realidade lá, eu posso mensurar como era aqui como era a escola antes de ser dirigida pela polícia militar. De fato, para os professores e para a equipe pedagógica é complicado está dentro de uma instituição onde você se propõe a levar o ensino, transmitir a educação aos alunos e fazer

o seu trabalho, fazer aquilo o qual você se preparou a vida acadêmica. É difícil você fazer isso quando tem que lidar com outras situações que estão além do que é previsto, como a violência, como ter que parar uma aula e não conseguir finalizar o ensino por conta de ter que advertir um aluno, por ter que chamar a atenção e o aluno não te respeitar, de ser atrapalhado por simples brincadeiras das crianças e adolescentes. Então, isso a gente ver nas demais escolas, em que não há essa organização, pois tudo passa por um gerenciamento. Não posso dizer aqui que a mesma organização que existe aqui no 3º CPM é a mesma organização que tem outros colégios da polícia militar. De fato, tudo depende de quem está à frente, da proposta que o gestor traz, de como a comunidade que está ali inserida trabalha, mas eu sei dizer que é possível perceber que com dados reais que todas as escolas da polícia militar geram resultados muito maiores do que as escolas que não são geridas pela polícia militar. Isso a gente ver através das aprovações nas universidades, a gente ver através dos alunos dentro do mercado de trabalho que retornam para a escola em forma de estágio. Lá na escola em que trabalha antes, 13 anos atrás, a gente não conseguia ter esse feedback dos alunos que saiam dali. Cheguei aqui nessa escola em 2014 e eu escolhi vim pra cá. Sempre que alguém me pergunta eu digo que eu escolhi está aqui, ninguém me empurrou, ninguém me obrigou. Chaguei aqui e já era escola administrada pela polícia militar e escolhi está aqui simplesmente porque pensei que aqui vou conseguir fazer o meu trabalho, aqui vou conseguir ver aquilo que propor a fazer, acontecer, porque a gente vai ter essa parceria. E de fato essa parceria em ter SEDUC e Polícia Militar traz bons resultados para a educação. A gente pode perceber, pois é um diferencial. O professor consegue dar sua aula, a gente consegue orientar o professor e ele dá conta daquilo que tem que ser feito. Eu sempre falo para alguns pais que, não é porque o aluno está uma escola militar que ele não vai aprontar, que não vai fazer aquilo que não deve, que será um santinho e que a escola não é um reformatório, mas quando o aluno chega aqui e a gente tem essa parceria da polícia militar para cuidar da parte disciplinar, a gente consegue fazer a parte pedagógica. É como se fosse um casamento, a coisa anda que é uma beleza, quando os dois se entendem. Então a gente consegue dar aula, consegue pôr em prática ações e projetos, tem atividades além do currículo, como as olimpíadas. Todos os alunos que são empenhados em participar das olimpíadas, e eles não obrigados a participar, todos estão dentro de uma faculdade quando saem daqui, vencem na vida e retornam. Eu fico felicíssima em receber ex-alunos querendo estagiar na escola, nunca disse não para nenhum deles, pois, a gente sente orgulho e tudo que a gente se propõe a fazer para eles, eles topam, dá uma alegria no coração pois a gente ver que nosso trabalho está tendo resultado. O que nos propomos a fazer tem um resultado produtivo, não só na vida desses meninos, mas na sociedade principalmente, a mudança de pouquinho em pouquinho que a sociedade vai recebendo. É uma representação, mas vai fazer a diferença onde ele estiver e a gente fica muito feliz com isso. E se eu não acreditasse que aqui não é um lugar, onde de fato o trabalho flui, eu não poria meus filhos para estudar aqui. Quando entrei aqui, meu filho entrou comigo e antes de terminar a 2ª série, ele ingressou na faculdade. Ele estudou aqui o tempo todo, sem fazer cursinho, pois disse para ele que era possível ele passar no vestibular apenas com que ele está recebendo aqui dentro da escola pública e ingressou na faculdade de engenharia que ele queria e nem precisou a fazer a terceira do ensino médio. Muito de nossos alunos têm essa mesma realidade, passam na segunda série. A gente ver que quando há o empenho, as parcerias, pois não é só trabalho da escola. Os alunos ficam aqui por quatro horas, e sempre a gente deixa muito claro para os pais. As quatro horas deles aqui não são suficientes. O aluno precisa entender que além dessas quatro horas, ele tem que ter um tempo a mais em casa, tempo de fixação daquele conhecimento, daquela aprendizagem. E a gente ver que esses meninos conseguem. Não é impossível. Eu creio que essa parceria entre a polícia militar e as escolas da SEDUC, proporciona a segurança e ela é primordial para que o professor se sinta em um ambiente seguro onde ele consegue desenvolver seu trabalho, onde ele não tem medo

de sair 10 horas da noite da escola onde ele trabalha. Eu trabalhei até mês passado na Secretaria Municipal de Educação à noite e eu tinha medo de sair da escola que ficava no Terra Nova, 09h30 da noite eu já tinha medo de sair de lá, imagine se fosse 10 horas da noite. Eu saio daqui agora todos os dias às 10h da noite e eu não tenho medo de sair este horário, e eu sei que os professores também não, porque a gente tem essa segurança de estar em um lugar, onde a gente consegue trabalhar, onde nossos alunos estão aqui porque querem estudar. Os pais, às vezes, obrigam, mas muitos deles vêm porque querem, pois, eles veem o sucesso dos outros e querem aquele sucesso para a vida deles. Eu acredito que, se mais escolas tivessem essa mesma parceria, com certeza nós teríamos uma sociedade, em torno de cinco anos para frente, já com um diferencial muito grande.

Zeca, professor: sou professor, sou mestre em geografia, os ex-alunos que estão aqui foram meus alunos no ensino médio. Sou professor desde 2012, quando houve a transição. Sou natural do Acre e cá nessa escola de paraquedas. Do Acre, trabalhei no distrito e depois fiz faculdade. Depois da faculdade, fiz o concurso e fui aprovado. Não tinha muita escola para ser lotado e me disseram que tinha uma escola lá no Parque São Pedro. Ficava pensando: eu moro no Novo Israel e ir para o Parque São Pedro, aquela comunidade era barra pesada e ainda vou ter que trabalhar à noite? Não tive outro jeito, tive que aceitar, a final de contas eu estava em estágio probatório de 40 horas. Na minha apresentação, no documento o nome da escola estava Euclídia, mas quando me apresentei na escola, o nome era Waldocke. Mas eu sempre falo que a comunidade tem um privilégio de ter recebido essa ajuda da segurança pública, da gestão pública, em a polícia militar ter assumido a escola, porque esse colégio de fato é um divisor de águas, entre o que era o Parque São Pedro antes e o que é hoje. Evidentemente, as coisas não mudam de forma radical, não se transforma tudo da noite para o dia. São 13 anos de colégio militar e vi muitas coisas acontecerem. Sobre a questão do pertencimento que foi falado no debate, como geógrafo, uma imagem que tenho na memória, que retrata essas violências narradas aqui, que eu não vi, é dos vidros quebrados. Não tinha quase nenhuma das janelas que tinha um vidro inteiro. Foi legal o ritmo das falas, a sequência, pois agora eu posso falar de uma coisa que eu não estava presente, não vivenciei, mas vi o reflexo dela. Na época, eu o CEL Caldas, mandando consertar o vidro dessas janelas e de lá para cá eu não vi mais vidros quebrados. Sobre a parte pedagógica, os alunos tinham muitas dificuldades sobre a questão do aprender, nós tínhamos um coordenador chamado Carlos que talvez os alunos não tinham muita simpatia, mas posso falar para vocês que ele os incentivou a fazer grupo de leituras para ajudar alunos que não sabiam ler, isso é mérito dele, pois com a sua visão pedagógica resolvia os problemas que a gente trazia. Falávamos que o aluno não tinha base e ele dizia para tentar recuperar o que é possível e trabalhar daqui para frente e que cada aula seja uma aula. Foi a partir daí que os alunos começaram a levar a sério por que os professores passaram a vestir a camisa, não só o aluno. O ambiente ficou mais agradável de trabalhar, pois os alunos ficaram bem respeitosos e eram muitos alunos por sala. Foi um avanço muito grande em relação ao ensino e com relação à disciplina também. Acredito que essas duas palavras se casam porque eu trabalhei em outro colégio da Prefeitura, pois também sou concursado pela Prefeitura, e a gente percebe que lá também tem o ensino, tem o esforço, tem todo um aparato para melhorar a educação, mas não tem a disciplina, então, as coisas não funcionam como deveria. Já perguntaram como eu consigo trabalhar tanto tempo naquele colégio. Digo que consigo porque, como professor, tenho uma função no colégio. Eu entendo que minha função é dá aula. É fazer com que meu aluno que não tem esperança, ele tenha esperança. Fazer com que ele olhe para mim e acredite o que estou falando, seguindo essa lógica, queira melhorar de vida, que queira estudar para ser médico, professor, mas querer estudar principalmente para ser um bom cidadão. Eu já ganho muito com isso. Falando novamente sobre essa escola, ela melhorou. Estou aqui desde 2012. Não tenho esses dados em números, mas tenho certeza que essa escola não aparecia no rol de concursos públicos,

de vestibulares com aprovação de alunos. Hoje, na frente da escola, tem um cartaz falando sobre 140 alunos aprovados em vestibular. Eu tinha um professor na UFAM que ele falava que, às vezes você precisa falar para as pessoas entenderem, mas às vezes, basta olhar para você entender. A Segurança Pública, envolvida no processo de ensino, tem um ganho para a educação. Eu sou convicto disso, que tem um ganho. Eu não sei como pessoa, como cidadão, como professor, eu não sei qual a importância que isso tem de fato para a Secretária de Segurança do Estado. Agora, como professor e cidadão, digo que as pessoas que convivem neste colégio, que dão significado a ele, que tem sua identidade marcada pelos anos que o Waldocke Fricke de Lyra os ajudou e quando falo da escola, falo de um conjunto, falo dos professores, dos servidores, desde o porteiro. Sem essas peças, o Waldocke não seria o Waldecke, seria outra coisa, menos o Waldocke Fricke. Vem a questão do exemplo que o Coronel Caldas dizia que temos que comanda pelo exemplo e isso é importante. Eu acredito que todo esse conjunto, trabalhamos em equipe, é que faz com que o Waldocke Fricke tenha uma história para contar. Sempre comento com os policiais que estamos caminhando ladeira abaixo que é a aposentadoria, mas uma coisa que me deixa feliz é saber que, mesmo eu saindo daqui essa escola não precisa mais de mim. Ela tem uma história própria. Ela tem história para contar. Eu não conheço todo mundo na comunidade, mas estou falando que a escola Waldocke Fricke já fez muita coisa pela comunidade, como escola e todo o seu conjunto de funcionários, pois o prédio sozinho não serviria para nada. Mas se essa escola tem um mérito, se tem um valor hoje como estrutura é porque, ao longo do tempo, todos que estão aqui, de alguma forma contribuíram para que isso acontecesse. Eu acredito que mais vantagens podem ter, como exemplo, o grande valor que fique é que é única escola da polícia militar que funcione à noite e os alunos vêm, e os alunos ficam com a gente. Eu ensinando cartografia, falo para eles: como vocês têm coragem de pedir vaga para vir para cá para aprender matemática, geografia? Eles respondem dizendo que ouviram aqui é legal, aqui é muito bom. Encerro minha fala dizendo que acredito nesta escola, que acredito nas pessoas que trabalham aqui, não só porque tenho um filho que estuda aqui, mas porque, de fato, como falei no início, caí aqui de paraquedas, nas escolhi, mas eu aprendi a ter respeito, a valorizar a escola, sou funcionário público da SEDUC, mas tenho muito respeito pela instituição polícia militar e segurança pública e acredito que essa escola já fez muito bem e ainda irá fazer se continuar com esse modelo de gestão, pautado na administração da polícia militar, que a disciplina, a honra e a educação, fazem a diferença na vida do ser humano.

Altamira, funcionária, mãe de aluno e moradora da comunidade: eu moro lá embaixo, perto do movimento. Meu filho que se formou aqui, em nenhum momento se envolveu, ele focou nos estudos aqui no colégio. Sou muito grata por isso, pois era muito dificultoso para nós, pois sou mãe solteira e eram cinco meninos e meu filho mais velho, que estudou aqui, cuidava das irmãs para eu poder ir trabalhar. Agradeço a Deus por essa escola virar militar, só tenho gratidão por isso. Então houve uma mudança.

Carlos, ex-aluno e morador da comunidade: a gente olhando agora, dez anos depois, era que lá atrás o professor dá a aula dele, mas o professor não conseguia dar aula, não tinha segurança, pois tinha tiro, tinha aluno querendo se matar aqui dentro. Então o objetivo foi mais que alcançado dez anos depois, pois além do professor conseguir dar a aula dele, há diversos resultados. Várias pessoas que estão aqui no bairro estão em universidades, alguns até fazendo Medicina, como o ex-aluno Jaime que formou ano passado. Tem diversos resultados aqui dentro. Dez anos depois o resultado foi alcançado e trouxe essa mudança para toda a comunidade, para todas as pessoas que participaram, mudança de pensamento, valorização do esporte, valorização da educação. Todos que participaram dessa escola são sobreviventes, como foi falado pelo colega, pois conhecemos diversos amigos que morreram, pessoas que moravam perto da gente que o crime levou, com assaltos, com drogas. A gente olha para trás e percebe que aquele colega morreu e nós somos sobreviventes.

Zeca, professor: tem um aspecto que eu queria falar que acho muito importante que é analítico. Antes, as pessoas tinham receio de colocar o filho no Waldocke Fricke de Lyra e isso abrangia muito a comunidade e hoje a gente ver gente de outras zonas para estudar aqui. Para mim os dados falam por si só, não precisam de marketing, não precisam de divulgação. Se for verificar hoje, boa parte, bem mais da metade dos alunos que estudam aqui, são de outros bairros e isso mostra que existe uma confiabilidade na segurança pública e no ensino que a escola oferece.

Matusalém, ex-aluno e morador da comunidade: o professor falou que mais da metade dos alunos são pessoas de fora da comunidade, na minha época não era. Acho que era 90% era daqui do Tarumã e eu sinto falta dessa proximidade com a comunidade. Não sei se foi a comunidade que deixou o pessoal de fora pegar as vagas ou se aconteceu alguma coisa no meio do caminho que não está batendo a comunidade com a escola. Antigamente a gente via muito aluno, na hora da saída, andando desfardado aqui pelo bairro. Hoje ainda tem muitos, mas bem menos. Acho que se distanciou um pouco da comunidade do Tarumã, do colégio. Essa é a minha percepção. Houve uma certa redução da quantidade de pessoas da comunidade dentro da escola.

Timão, professor: acho que isso ocorreu porque acabou o ensino fundamental aqui e ficou somente o 6º ano até o ensino médio. Quando a escola começou aqui lá em 2007, ela tinha do 2º ao 5º ano também. Depois essas séries foram extintas e ficaram somente com a rede municipal. Apenas o 5º ano, do fundamental dois ficou quando a polícia militar assumiu. Mas atualmente, o 5º ano foi extinto também e o todos os alunos do ensino fundamental I estão na rede municipal de ensino aqui no bairro. O Estado está ficando apenas com o 6º ano em diante.

Zeca, professor: os alunos da noite moram aqui no bairro. Alguns trabalham de manhã e estudam à noite. Quando vou para a minha residência, eu vejo bastantes alunos caminhando. Para mim é gratificante. Todas as vezes que passo, vejo uma esperança naquela decisão de estar aqui, de estar estudando, se esforçando. Dez horas da noite caminhando pelo Parque São Pedro buscando melhorar o seu ensino.

Altamira, funcionária, mãe de aluno e moradora da comunidade: à noite tem bastante aluno daqui da comunidade que desce. Eu sei porque hoje eu conheço. O ônibus vai lotado.

Luciana, ex-aluna e moradora da comunidade: a escola colaborou muito com a minha mudança de mentalidade. Eu cresci vendo os amigos de meu irmão e muitos foram para o caminho da criminalidade. Eu chegava da escola e meu irmão dizia para a mamãe: mãe o meu colega “tal” morreu esses dias, porque estava comprando drogas e não pagou. Coisas desse tipo. Eram envolvidos com drogas. Eu sempre convivi vendo esses dois mundos de perto. No muro ao lado de casa picharam a sigla CV em vermelho. Quando cheguei à escola, lembro que meus olhos brilharam. Sempre quis estudar nessa escola. Eu dizia queria muito estudar na escola militar, pois os alunos são pessoas muito inteligentes, quero estar lá junto com eles. Quando entrei aqui e parecia um outro mundo para mim. Vi que a educação e o ensino eram valorizados. O aluno que estudava era uma pessoa valorizada e que os alunos que saíam daqui tinham um futuro encaminhado. Eu vi muito alunos como Felipe Solart, que foi o meu espelho, uma das pessoas em que eu me inspirei, uma pessoa muito inteligente. A Raniele que estudou comigo, também muito inteligente e foi uma das Coronéis Alunas. Quando entrei aqui, a primeira coisa que queria era ser do Batalhão Escolar, quero ganhar Alamar, quero usar todos os Brevês. Eu nem sabia para que servia. Tinham uns que eram da Banda de Música, mas eu queria usar também. Então comecei a estudar e cheguei no 7º ano e entrei no Batalhão Escolar. Usei a farda branca. A partir daí criei um amor muito grande pela escola. A mamãe até reclamava porque eu não saía daqui. No meu ensino médio eu passava o dia inteiro aqui. Chegava aqui de manhã, estudava também para o vestibular e, principalmente na primeira série do ensino médio, saía daqui 10h da noite, porque

acompanhava o professor de matemática nas aulas para alunos da noite. Saía daqui dez da noite e eu não tinha medo de ir para casa, porque iam vários alunos. Me sentia segura perto da escola. Em qualquer outro lugar não me sentiria segura com essa segurança de estar andando sozinha dez horas da noite, para caminhar para casa. Toda essa disciplina que a escola ensina para gente, eu uso até hoje no meu dia a dia, na faculdade, todos os preceitos, todos os ideais que a escola passou para gente. Os policiais militares do corpo de alunos falavam que a gente estava escrevendo um livro que se chamava o Sentimento dos meus Pais, todo o aluno conhece esse livro. No ensino médio eu tive muito apoio da escola. Eu aqui á tarde e pedia da pedagogia uma sala para estudar e a pedagogia sempre disponibilizava a sala da biblioteca, de informática ou a sala do laboratório para estudarmos. Eles sempre davam um jeito para a gente estudar. A gente tinha um grupo de estudo com mais dois amigos. Eles estão na UEA e estou na UFAM e a pedagogia nunca negou essa ajuda pra gente, os professores sempre nos deram apoio. Eu nuca vi um professor que se negasse a responder uma pergunta pra gente, pelo contrário, incentivavam a gente, tanto na sala de aula, como nas olimpíadas e isso era muito legal. Os olhos dos professores brilhavam, porque a maioria dos alunos queria fazer isso. Então, quando entrei aqui, fiquei muito maravilhada. O Waldocke foi decisivo para todo o encaminhamento da minha vida até agora. Sem escola eu realmente não sei o que eu seria. Eu só tenho que agradecer a ela.

Matusalém, ex-aluno e morador da comunidade: a questão da disciplina me ajudou muito na minha formação como cidadão, como adulto que sou hoje. Sou um cara muito chato com o horário, não gosto de chegar atrasado. Gosto de ajudar as pessoas e aprendi isso aqui na escola. Toda minha hoje é um espelho do tempo que fiquei aqui dentro, formou muito meu caráter, fui moldado aqui dentro. Gosto muito das coisas certas.

Carlos, ex-aluno e morador da comunidade: a escola contribuiu para a minha formação como cidadão. Como já falei, assumi o negócio da família. Meu pai sempre foi uma pessoa do bem, ele me ensinou esse caminho para trabalhar e ser honesto. Acredito que a escola veio reforçar a ficar do lado bem, longe das drogas, aperfeiçoar seu lado cultural, andar com pessoas boas. Tudo isso contribui no negócio da família, eu como pessoa, como cidadão. Reforçou a ser um ser humano bom. E aquela pessoa que não tinha boa referência em casa, encontrou aqui na escola, quando os policiais falavam que ficássemos longe das drogas por exemplo. Sempre os policiais falavam para a gente estudar, prestar atenção nos estudos, senão iríamos passar o resto do da vida trabalhando no Distrito Industrial. Diziam que estávamos tendo uma oportunidade de mudar a nossa realidade. Então, essas pessoas que não tinham esse apoio em casa, começaram a se questionar sobre isso, para se tornar uma pessoa melhor, como cidadão.

Bernadete, ex-aluna e moradora da comunidade: a escola ajudar a formar cidadão conscientes, disciplinados e responsáveis. São penas coisas que não se ensinam em nenhuma faculdade. Aprendemos aqui sobre a disciplina com o horário. Aprendi aqui na escola que, quando não souber fazer determinada coisa, mas posso aprender. Já tive experiência de alguns empregos e eu vi isso fazendo sentido e efeito na prática. Você se propor a aprender e não simplesmente cruzar os braços. Acima de tudo, a escola nos ajudou a ser um cidadão mais consciente e principalmente ter um lado crítico. O meu lado crítico eu formei aqui na escola. É olhar uma situação e pensar nos dois lados daquela situação, começar a analisar e ter realmente um senso crítico e não ser simplesmente a massa que não consegue pensar, que é daquela forma. Então, o meu senso crítico eu desenvolvi aqui dentro da instituição e hoje levo para a minha vida, em todos os sentidos. A frase que o professor falou me pegou muito: a escola formar cidadãos conscientes. Se a pessoa se formou aqui, mas não cursou uma faculdade, mas tenho certeza que ela é um cidadão melhor. Ela contribui para a segurança pública de uma forma melhor. Ela passa aqueles valores para os filhos dela. Acredito que tem esse efeito em todos que passam por aqui. Lembro que o Coronel Caldas falava que o pior

aluno dessa escola, é o melhor aluno em qualquer outra escola. O pior aluno da nossa instituição aqui o 3º CPM, é tem condições de chegar em outra qualquer outra instituição e ser o melhor lá. É você passar pela instituição e aquilo te transformar, nem que seja nas pequenas atitudes de teu dia a dia. Acredito que é isso que a gente carrega.

Gael, comerciante na comunidade: eu tenho maior respeito pelo colégio da polícia militar. Este colégio ajudou muitos alunos e também ajudou a área comercial. Como eu tenho o prazer de dizer que muitas vezes eu fechava o restaurante e ia contar o dinheirinho. O que era? Os Alunos do colégio da polícia militar. Isso meu ajudou muito. E por isso, passei também a ajudar eles. Aqueles alunos em que os pais não tinham condições de comprar o almoço desse menino todos os dias, eu falava para os pais que seus filhos poderiam almoçar lá e pagarem por semana, ou quinzena, ou por mês, mas não vamos deixar os alunos com fome. Esses meninos me deram uma confiança tão grande que todos eles me chamam de tio. Hoje eu tenho mais satisfação porque tem um casal de alunos, que eram irmãos, que passou por aqui. Eles chegavam ao restaurante e abraçavam. Vários ex-alunos passavam por lá e diziam: o senhor lembra de mim tio? Uma dizia que estava trabalhando na Suframa e todos estão bem. Tenho o prazer de dizer que moro bem pertinho do colégio. Então o colégio militar ajudou uma escola municipal que tem aqui atrás, que era uma bagunça, quebravam ele. Quando o colégio militar chegou, a escola municipal também mudou. Então, este colégio ajudou em muitas coisas. Então eu tenho o prazer de dizer o colégio ajudou muita gente, melhorou 100% aqui. No tempo do passado o negócio era feio. A gente só tinha tempo para correr, pois tinha briga todo o dia. Hoje não. Acabou. Existem as palavras não senhor e sim senhor. Tenho o prazer de dizer que o colégio militar me ajudou.



APÊNDICE F

ARTIGO CIENTÍFICO

ANÁLISE DA PRESENÇA OSTENSIVA DA POLÍCIA MILITAR NAS ESCOLAS PÚBLICAS COMO CONTRIBUIÇÃO PARA A SEGURANÇA PÚBLICA

ANALYSIS OF THE OSTENSIVE PRESENCE OF THE MILITARY POLICE IN PUBLIC SCHOOLS AS A CONTRIBUTION TO PUBLIC SECURITY

Idevandro Ricardo Colares dos Santos¹
Valmir Cesar Pozzetti²

RESUMO

Esta pesquisa teve por objetivo analisar se a Polícia Militar, com sua presença ostensiva nas escolas públicas, cumpre seu papel constitucional voltado para Segurança Pública, buscando garantir a preservação da Ordem Pública. As escolas públicas sob a gestão da polícia recebem a denominação de Colégio da Polícia Militar. A metodologia que se utilizará nessa pesquisa será a do método dedutivo; quanto aos meios a pesquisa será bibliográfica e documental e, quanto aos fins, qualitativa. Conclusão: a missão constitucional da Polícia Militar vai além do patrulhamento nas ruas e chega aos intramuros das escolas públicas. Percebeu-se que, a presença da Polícia Militar no seio escolar, cumpre sua função social e sua missão constitucional, auxiliando na educação e assim na Segurança Pública, dando oportunidade aos adolescentes e jovens terem uma liberdade substantiva.

Palavras-chave: Colégio da Polícia Militar; Educação; Missão Constitucional; Polícia Militar; Segurança Pública.

ABSTRACT

This research aimed to analyze whether the Military Police, with its overt presence in public schools, fulfills its constitutional role focused on Public Security, seeking to guarantee the preservation of Public Order. Public schools under the management of the police are called Military Police College. The methodology that will be used in this research will be the deductive method; As for the means, the research will be bibliographic and documentary and, as for the ends, qualitative. Conclusion: the constitutional mission of the Military Police goes beyond patrolling the streets and reaches the walls of public schools. It was noticed that the presence of the Military Police within schools fulfills its social function and its constitutional mission, assisting in education and thus in Public Security, giving teenagers and young people the opportunity to have substantive freedom.

Keywords: **Military:** Police College; Education; Constitutional Mission; Military Police; Public Security.

INTRODUÇÃO

Segurança Pública ganhou um capítulo exclusivo na Constituição Federal de 1988. Esta determina que missão da Polícia Militar é a preservação da ordem pública através do policiamento ostensivo. Contudo, tal missão não deve ser exercida apenas com viaturas e policiais armados nas ruas, focados apenas em uma ação repressiva, pois a regra da ação policial militar é a prevenção ao crime, tendo a repressão imediata como exceção. Essa ação repressiva não impediu o cenário maculado de muitas escolas públicas que foram assoladas pelo crime, pela violência interna e externa, tanto que o Poder Executivo de alguns Estados passou a gestão destas escolas à Polícia Militar, todavia, para atuar através da real missão prevista na Constituição.

Assim, o objetivo desta pesquisa será analisar se a Polícia Militar, com sua presença ostensiva nas escolas públicas, cumpre seu papel constitucional voltado para Segurança Pública, buscando garantir a preservação da Ordem Pública. A problemática que envolve essa pesquisa é: de que forma a presença ostensiva da Polícia Militar nas escolas públicas contribui para a Segurança Pública? A pesquisa se justifica uma vez que há muitas escolas públicas sob a gestão da Polícia Militar auxiliando o Estado na educação, com a prevenção primária, buscando o fim principal que é a Segurança Pública. A metodologia que se utilizará nessa pesquisa será a do método dedutivo; quanto aos meios a pesquisa será bibliográfica e documental e, quanto aos fins, qualitativa.

1. COLÓQUIO SOBRE SEGURANÇA PÚBLICA

Ao longo de sua história, o Brasil teve oito Constituições, sendo que a última e atual foi promulgada em 05 de outubro de 1988, conhecida como “a constituição cidadã, na expressão de Ulysses Guimarães”. (Silva, 2005, p. 90).

Após o preâmbulo, a Constituição é subdividida em nove partes, denominadas de Títulos e estes foram subdivididos em Capítulos. Ressalta-se que a maior e mais importante contribuição com a promulgação da Constituição de 1988, foi o Capítulo III dedicado exclusivamente à Segurança Pública, que está inserido no Título V, com apenas um artigo, com parágrafos e incisos. Segundo Brasil (1988), “a segurança pública é exercida para a preservação da ordem pública e da incolumidade das pessoas e do patrimônio, sendo um dever do Estado, direito e responsabilidade de todos”.

Além da novidade expressa no artigo 144, conforme visto acima, a segurança é citada na Constituição de 88, em seu artigo 5º, afirmando, segundo Brasil (1988) que “todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade”. Todavia, a outra grande novidade que a Constituição trouxe, foram os Direitos Sociais e Segurança é classificado no art. 6º, como um Direito Social.

Nos ensinamentos de Poltronieri (2016), “há uma diferença que se deve atentar sobre o significado do termo “segurança” previsto no art. 5º, caput para o termo “segurança” previsto no art. 6º, caput, da CRFB”. Segundo o autor, “enquanto o primeiro diz respeito à segurança jurídica (e não segurança pública), o segundo é intitulado como um direito social e neste caso, sim, refere-se à segurança pública”. Não é razoável concordar com este pensamento, pois segurança é um direito fundamental. Com esta mesma noção, De Souza Neto (2007, p. 9) afirma que o art. 5º da Constituição Federal, em seu caput, “eleva a segurança à condição de direito fundamental e, como os demais, tal direito deve ser universalizado de maneira igual: não pode deixar de ser prestado à parcela mais pobre da população, ou prestado de modo seletivo”. Pozzetti et al. (2022, p. 111), vão mais longe ao ensinarem que “a segurança pública é uma das áreas da Administração Pública que se preocupa e se encarrega da missão de proporcionar segurança em todos os níveis, aos cidadãos”. Segurança não é somente de proteção à vida com policiais armados, mas o dever do Estado vai muito mais além, conforme ensinamentos de Pozzetti et al. (2022, p. 118):

A segurança é dever do Estado para com seus cidadãos, pois é um dos deveres essenciais que o Estado deve prestar a todos, indistintamente. E a segurança se estende ou se expande para a Segurança de proteção à vida com segurança armada, mas também para estabelecer diretrizes de proteção quanto ao lazer, cultura, alimentação, meio ambiente adequado, para conservar a saúde e, conseqüentemente a vida”.

Por sua vez, em levantamento bibliográfico, Da Nóbrega Júnior (2018, p. 43) observou que “a dinâmica da discussão em torno da segurança pública é multifacetada em diversos aspectos teóricos, metodológicos e culturais, com requintes ideológicos”. Nota-se que o texto do autor é de 2018 e após cinco anos, as discussões em torno da segurança pública estão com mais forças ideológicas, com dois lados extremos, em que, o lado que não está no poder torce para que política de segurança pública dê errado, torce para não trazer benefícios à sociedade, pois, ideologicamente, se der certo, ratificaria a incompetência política do grupo que não está no poder, assim, quem padece é a população. Esta brutal e infeliz realidade gerou perplexidade

em Da Nóbrega Júnior (2018, p. 43) que afirmou que isso “nos faz refletir sobre a importância do tema, já que o crime violento e a insegurança pública se mostram hoje como dois dos principais pontos de preocupação dos cidadãos brasileiros”.

Esse comportamento político ideológico frente às ações de segurança pública afeta os cidadãos, aumentando a violência, cenário classificado por Silva Júnior (2014, p. 219), como maculado:

A União tem limitado seu poder de interferir na questão da segurança pública, pois estão sob o dever do Estado. Contudo, analisando o cenário maculado da segurança pública no Brasil, o Ministério da Justiça lançou um diagnóstico afirmando que o aparato estatal se mostrou pouco eficaz na contenção da violência e, sobretudo, não sendo capaz de promover uma convivência pacífica, diante do agravamento da criminalidade, por isso, em 2009, foi convocada a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública. Infelizmente nem a Conferência Nacional, tampouco a criação do Conselho Nacional de Segurança Pública perceberam a real dimensão desse gargalo e o represamento das crescentes demandas sociais por segurança que ele causa em escala geométrica.

Por fim, segundo os ensinamentos de Lazzarini (1989, p. 11) “segurança pública é o conceito mais restrito do que da ordem pública, esta a ser preservada pelas polícias militares (artigo 144, § 5º)”, conforme será estudado no próximo item.

2. PRESERVAÇÃO DA ORDEM PÚBLICA

Não há outra forma de iniciar este item, senão ratificando o anterior sobre o contexto ideológico, que deveria ficar à margem das políticas de segurança pública e, neste caso, também do policiamento. Corroborando com este ponto de vista, Cerqueira (2001, p. 74) esclarece que “o policiamento deve ser entendido como uma atividade imparcial e não-partidária”. Contudo, o mesmo autor menciona que deve ser uma iniciativa da polícia compreender que “ela não presta serviço a um governo ou regime em particular, mas serve ao regime da lei e a prestação de contas do policiamento deve ser feito à população”.

O art. 144 da Constituição Brasileira elenca o rol de órgãos taxativos que devem atuar para assegurar a Segurança Pública, representando, desta forma, o Estado. São sete órgãos dispostos em seis incisos do referido artigo, todavia, há seis órgãos que devem agir com o real poder de polícia, seja ela ostensiva, preventiva ou judiciária e, nesta classificação, o Corpo de Bombeiros não participa, sendo ratificado por Lazzarini (1989, p. 11) quando assegura que “os Corpos de Bombeiros, em princípio, não exercem atividade de segurança pública, por ser esta uma atividade que diz respeito às infrações penais, com típicas ações preventivas ou repressivas”.

Nos Estados, há três órgãos que atuam, a saber: polícia militar, polícia civil e polícia penal. Nos ensinamentos de Lazzarini (1989, p. 11), “o constituinte de 1988 procurou valorizar o principal aspecto ou elemento da ordem pública, qual seja a segurança pública”. Destas três categorias, a que interessa ao propósito desta pesquisa é a incumbência da Polícia Militar.

2.1 Polícia Militar

Partindo desta especificidade, segundo Brasil (1988), a Constituição Brasileira salienta em seu art. 144, § 5º, que “às polícias militares cabem a polícia ostensiva e a preservação da ordem pública”. Em seus apontamentos sobre a função da Polícia Militar, Lazzarini (1989, p. 13) explica que:

Estando o policial militar na atividade de policiamento ostensivo, tipicamente preventiva, e, pois, polícia administrativa, necessária e automaticamente, diante da infração penal que não pode evitar, deve proceder a repressão imediata, tomando todas as medidas no ordenamento elencadas no ordenamento processual. A repressão imediata deve ser exercida pelo policial militar, sem que haja violação do dispositivo constitucional, pois quem tem a incumbência de preservar a ordem pública, tem o dever de restaurá-la, quando de sua violação.

Percebe-se que o autor classifica atividade da Polícia Militar, inicialmente, como polícia administrativa, mas que pode atuar de forma repressiva, quando necessário, no caso de a ordem pública ser violada e, se não conseguir restaurá-la, deverá repassar a incumbência para a polícia judiciária que, no cenário estadual é representada pela Polícia Civil, que passará a atuar com a repressão mediata.

Por sua vez, Filocre (2017, p. 40) classifica a polícia militar como polícia de segurança pública, asseverando que o objetivo dela é “impedir ou paralisar perigos decorrentes de atividades criminosas – atuando sobre as propriedades e as atividades pessoais”. Nesta mesma obra o autor denomina a polícia civil como polícia judiciária, que é o correto, mas classificar apenas a polícia militar como polícia de segurança pública, constitucionalmente, não é correto, por isso, não é possível concordar com o autor, quando utiliza denominação específica para a polícia militar, pois a Constituição de 1988, no rol taxativo do art. 144, elenca seis órgãos policiais responsáveis pelo exercício da segurança pública, quer em âmbito federal ou estadual.

Em relação a ação da Polícia Militar, no sentido de preservar a ordem pública, como mandamento constitucional, De Souza Neto (20078, p. 4) percebeu que “há duas grandes

concepções de segurança pública que rivalizam desde a reabertura democrática e até o presente, passando pela Assembleia Nacional Constituinte: uma centrada na ideia de combate; outra, na de prestação de serviço público”. Sobre a ideia de polícia de combate, o autor explica que:

Concebe a missão institucional das polícias em termos bélicos: seu papel é “combater” os criminosos, que são convertidos em “inimigos internos”. A política de segurança é formulada como “estratégia de guerra”. E, na “guerra”, medidas excepcionais se justificam. Instaura-se, então, uma “política de segurança de emergência” e um “direito penal do inimigo”.

Sobre a segunda percepção, de que a ação da polícia é de serviço público, o autor argumenta que:

A segunda concepção está centrada na ideia de que a segurança é um “serviço público” a ser prestado pelo Estado. O cidadão é o destinatário desse serviço. Não há mais “inimigo” a combater, mas cidadão para servir. A polícia democrática, prestadora que é de um serviço público, respeita os direitos individuais, independentemente de classe, etnia e orientação sexual; não só se atém aos limites inerentes ao Estado democrático de direito, como entende que seu principal papel é promovê-lo.

Em linhas gerais, percebe-se que há duas concepções sobre a ação da polícia militar, uma voltada para caçar os criminosos nas ruas e outra para preteger a sociedade da criminalidade. Infelizmente, há de se concordar com o autor, pois o que se vê no comportamento de muitos policiais militares é que sua ação diária no policiamento ostensivo está voltada para o número de prisões, o número de apreensões de armas de fogo ou de drogas. É assim que muitos policiais militares medem sua produção, relativa ao dia do serviço nas ruas. Porém, como o próprio autor assevera, a polícia militar precisa e deve sair dos quartéis com o único pensamento, proteger, servir o cidadão, evitando que ele seja vítima de danos à sua incolumidade pessoal ou danos à incolumidade de seu patrimônio.

Neste sentido, Santin (2004, p. 81), concordando com o pensamento de que a ação policial deve ser a de servir à sociedade, explica que “o elemento dominante da noção é a atuação positiva do Estado, no sentido de proteger a segurança, não a limitação da liberdade dos que atentam contra a segurança”. O autor, de forma pontual, afirma que a segurança pública, isto é, a ação da polícia militar, deve ter um caráter prestacional, senão vejamos:

Pode-se argumentar que a segurança pública não pode ser definida como serviço público, mas como atividade de polícia administrativa, já que serviria à restrição da liberdade individual. O exercício do poder de polícia seria “função exclusiva de estado”. Contudo, a garantia da segurança pública exige caráter tipicamente prestacional.

Leal, Pereira e Munteal Filho (2010, p. 169) concordam ao afirmar que “a polícia trabalha articulada com a comunidade, voltada para a ideia de serviço público, para a questão de proteger as pessoas de ameaças ou agressão de criminosos”.

Esse comportamento de combate, de caçar o criminoso tem a ver com a omissão estatal, assim, de forma equivocada, o policial militar tentar resolver os problemas sociais com ações violentas. Nas palavras de Filocre (2017, p. 34), “como alternativa de sua inoperância com políticas sociais e econômicas visando o controle da criminalidade, o Estado, se instrumentaliza com uma polícia de segurança pública destinada a lidar com o controle de perigos decorrentes da criminalidade”. Em outras palavras, se utiliza da polícia de combate, mas a inação estatal em relação aos fatos sociais e econômicos, que originaram crimes, na visão de Filocri (2017, p. 35), “em nada se confundem com a atuação policial de combate, mas com atuação policial pautada em princípios jurídicos, constitucionais e administrativos que impõe limites de atuação, de modo que, a polícia faz é controlar os perigos e não solucionar suas causas ou dar-lhes fim”. Neste mesmo sentido pensam Leal, Pereira e Munteal Filho (2010, p. 122):

Deve ficar claro que não se pode pensar em prevenção da criminalidade sem política criminal e que não se pode pensar nesta dissociada das outras políticas públicas. (Não venham dizer – lembram alguns – que a questão do crime é só do sistema e justiça criminal, e não das políticas sociais e econômicas.)

Nas palavras de Leal, Pereira e Munteal Filho (2010, p. 170), “não se pode fazer policiamento, prevenção da criminalidade sem a parceria da sociedade, da comunidade. Essa nova filosofia tem muito a ver com a questão da polícia numa sociedade democrática”.

Observa-se que uma polícia voltada para combater o criminoso esquece os anseios da sociedade por uma verdadeira percepção de segurança, pois a comunidade, os cidadãos não querem que a polícia prenda mais infratores, mas querem apenas não ser vítima de atos criminosos, ou seja, uma polícia de prevenção ao crime e não de repressão. Neste mesmo sentido, Leal, Pereira e Munteal Filho (2001, p. 113) asseveram que “o crime é um fenômeno comunitário e como tal a sua prevenção deve depender dos esforços da comunidade; se é nela que se cria e se desenvolve, nela ele terá de ser equacionado e resolvido”.

Ratificando com a tese de que segurança pública não se faz somente com polícia ostensiva, com viaturas nas ruas, com vários policiais militares armados, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 trouxe informações valiosas sobre as despesas com a segurança pública e os gastos com o policiamento em todos os Estados da Federação e no Distrito Federal, mas trouxe também os números de mortes violentas intencionais que ocorreram em 2022.

ESTADO	2021	2022	VARIAÇÃO	Taxa de mortes violentas intencionais por 100 mil habitantes. Ano 2022
ACRE	264.080.760,99	349.307.621,76	32,3	28,6
AMAPÁ	48.432.162,85	76.674.044,13	58,3	50,6
AMAZONAS	15.508.612,58	14.159.116,47	-8,7	38,8
PARÁ	243.983.070,85	317.403.641,34	30,1	36,9
RONDÔNIA	555.925.485,89	738.219.197,06	32,2	34,3
RORAIMA	57.214.890,93	59.741.539,83	4,4	30,5
TOCANTINS	53.265.704,16	70.843.129,14	33	30,5

Fonte: Elaborado pelo autor (2024), com dados do Anuário Brasileiro de Segurança Pública (BRASIL, 2023).

O mapa de calor demonstra através das cores, quais Estados tiveram mais despesas e quais tiveram as menores despesas com o policiamento. A cor verde demonstra o Estado com a despesa mais alta com policiamento no de 2022. A cor vermelha, por sua vez demonstra qual Estado pior, ou seja, aquele com menor despesa com o policiamento no mesmo ano. Especificamente, na Região Norte, Rondônia foi o Estado que mais gastou com policiamento no ano de 2022, totalizando um valor de R\$ 738.219.197,06, contudo na escala regional é quarto mais violento e na escala nacional ocupa a infeliz décima posição.

Porém, em comparação aos gastos em 2021, quem mais gastou com policiamento em 2022 foi o Estado do Amapá, pois naquele ano, gastou a soma de R\$ de 48.432.162,85 e em 2022 gastou 58,3% a mais, ou seja, R\$ 76.674.044,13, contudo, na escala nacional, segundo (Brasil, 2023, p. 25), foi o classificado como “o Estado mais violento do Brasil, com taxa de 50,6 por 100 mil habitantes, mais do que o dobro da média nacional que foi 23,4”.

O Amazonas foi o Estado da Região Norte que menos gastou em policiamento, contudo em 2022, essa queda foi abrupta, chegando ao valor negativo de 8,7% no gasto com este

subserviço. Nota-se que o Amazonas foi o único Estado da Região Norte que teve queda nos gastos com o policiamento.

Infelizmente, a leitura mais correta destes gastos é que, os bilhões em segurança pública e os milhões em policiamento com o objetivo de preservar ordem pública, não foram suficientes para controlar ou diminuir o número de mortes violentas intencionais, maculando a incolumidade das pessoas ou seja, não obtendo a tão mencionada sensação de segurança.

Ratifica-se novamente o pensamento de Filocre (2017, p. 34), quando afirma que “como alternativa de sua inoperância com políticas sociais e econômicas visando o controle da criminalidade, o Estado, se instrumentaliza com uma polícia de segurança pública destinada a lidar com o controle de perigos decorrentes da criminalidade”. Contudo, os grandes gastos com o policiamento ou a tentativa de utilizar a polícia militar como panaceia ou remédio para todos os males sociais, já ficaram aqui comprovados que não são a única forma de exercer a segurança pública, mas vai muito além disso.

Portanto, encerrando este tópico, é salutar entender que a atuação policial militar não pode e não deve concentra-se apenas no patrulhamento das ruas, mas que existem outras formas diferentes de policiamento ostensivo que contribuem com a segurança pública, conforme salientam Zago e Reis (2019, p. 6) que “a Polícia Militar age também na forma de sua atividade fim, a Segurança Pública, na tentativa de moldar a sociedade para uma drástica diminuição de números de crimes, assim, os Colégios da Polícia Militar podem ser considerados um meio de “profilaxia” da segurança pública”.

1.4.4 COLÉGIOS DA POLÍCIA MILITAR E A SEGURANÇA PÚBLICA

Nos ensinamentos de Cerqueira (2001, p. 113) é possível compreender que “um policial na sala de aula de uma escola conversando com os alunos sobre o uso de drogas está exercendo uma atividade de policiamento preventivo diferente da preconizada”. Neste mesma perspectiva, (Mascarenha, 2015, p. 8) percebeu que os Colégios Militares são “medidas preventivas de segurança pública, por considerar que a preservação da ordem pública como caminho para a paz social, perpassa, obrigatoriamente, pela educação”. Partindo desta concepção, Paula, Carvalho e Santos (2022, p. 11) argumentam que:

Os defensores deste fenômeno sócio educativo, políticos, militares, políticos-militares e outros representantes da sociedade civil, justificam a intervenção na gestão escolar e em seu cotidiano com os seguintes argumentos: violência reinante no interior e no entorno da escola; presença de narcotraficantes que operam dentro e fora do espaço escolar; falta de infraestrutura nas unidades de ensino (Carvalho; Santos, 2022).

Percebe-se que a violência escolar, quer seja na escola ou suas adjacências, assim como a presença de traficantes próximo às escolas foram alguns dos motivos que levaram o Estado a confiar a gestão de algumas escolas à Polícia Militar. Essa brutal realidade também foi constatada por Da Silva, Benedetti e De Jesus Sousa (2019, p. 1), quando pesquisaram uma escola em Roraima:

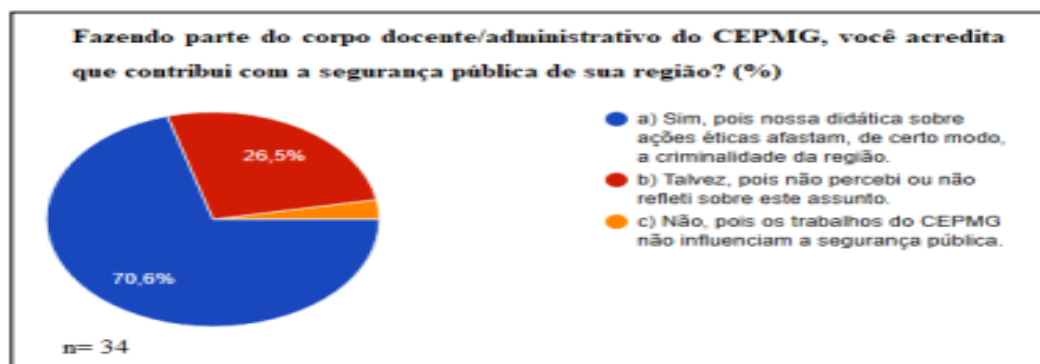
Antes da militarização, a escola enfrentava problemas com a criminalidade e a violência. Foi relatado que a direção da escola sofria ameaças por tentar coibir o uso e a venda de drogas nas dependências da escola e os funcionários trabalhavam com receio de serem vítimas de algum tipo de violência. A escola teve uma parte de sua estrutura incendiada, sendo o incêndio iniciado na sala de informática. A Ação seria uma retaliação criminosa, em resposta a tentativa da direção da escola de acabar com o uso e venda de drogas dentro da escola.

Uma vez que as escolas são tomadas por violência, tráficos de drogas, a segurança pública também fica maculada e tende a piorar se nada for feito, pois aqueles adolescentes e jovens crescerão e, se não mudarem suas atitudes, poderão ser clientes negativos da polícia militar, da justiça criminal. Neste sentido, ao investigar uma escola em Goiás, Meneses (2015, p. 19) afirma que “a segurança pública inicia desde os primeiros momentos de vida do cidadão”. O autor vai além ao enfatizar que a presença da polícia militar no espaço escolar contribui para a segurança pública:

No Colégio Militar Fernando Pessoa oferecemos uma educação em que o respeito aos mais velhos, a consideração ao próximo, a negação dos vícios, a exaltação das qualidades e dos vultos nacionais (heróis nacionais), o respeito aos símbolos nacionais, a prática da hierarquia e da disciplina, e a transmissão desses valores são fatores que certamente contribuirão para a segurança pública no futuro, pois se educamos reduzimos a probabilidade de condutas erradas no futuro

A presença da polícia militar em algumas escolas impactou a realidade da segurança pública. Segundo Paula, Carvalho e Santos (2022, p. 13), “hoje são mais de 50 escolas em Goiás que passaram pelo processo intervenção militar, tendo hoje sua gestão sob o comando da Polícia Militar”. Assim, os Colégios da Polícia Militar contribuem com a segurança pública.

Gráfico 4: Contribui com a segurança pública



Fonte: Zago e Reis (2019, p. 11)

Analisando o gráfico, Zago e Reis (2019, p. 11) constataram que “70,6,% dos docentes/administrativos pesquisados acreditam contribuir com a segurança publicada de sua região, fazendo parte do corpo docente/administrativo do Colégio Militar, pois a didática trabalhada na escola, sobre ações éticas, afastam de certo modo a criminalidade da região”.

Sobre a violência nas escolas públicas, Lamosa e Guimarães (2016, p. 633) demonstram que a polícia atua nas escolas com políticas educacionais:

Nesse sentido percebe-se que com o agravamento da violência escolar políticas públicas de segurança vêm se adentrando nas políticas educacionais através de programas que vão desde a inserção do policial militar no cotidiano escolar como no caso do estado do Rio de Janeiro e São Paulo com o Programa Segurança na Escola até mesmo a entrega da gestão escolar para batalhões escolares num processo de militarização das escolas que tinham altos índices de violências registrados com o aval do Estado como no caso de algumas escolas no Estado de Goiás.

Na Região Norte do Brasil, representada pelo Amazonas, a partir de 1994, a Polícia Militar começou a assumir algumas escolas públicas, mas, atualmente há nove escolas sob a gestão da Polícia Militar do Amazonas, sendo que apenas uma fica em um município no interior do Estado e as demais ficam na capital. Entre essas oito escolas em Manaus, cinco localizam-se em bairros periféricos de Manaus e, devido aos problemas com drogas, violência e crimes dentro e fora da escola, o Estado repassou a gestão das Escolas à Polícia Militar. Demonstrando essa realidade, Paiva e Da Silva (2016, p. 256) fizeram uma pesquisa em uma Escola Estadual do Amazonas que em 2012 o Governo passou a gestão para a Polícia Militar.

No Estado do Amazonas, uma escola estadual situada no bairro São Pedro, na periferia da Capital, e que sempre foi considerada uma região violenta por sua própria ocupação irregular(invasões), e por conseguinte, com altos índices de violência, comprovados

por entrevistas com professores, alunos e comunidade vizinha, embora não houvesse registro formal dessa violência, em 2012, atendendo a pedido do Executivo Estadual, passou a ser dirigida pela Polícia Militar daquele Estado, recebendo o nome de 3o Colégio Militar Professor Waldo Fricke de Lyra.

Segundo Paiva e Da Silva (2016, p. 255) “o foco da investigação repousa na violência praticada por aluno contra professor no espaço escolar, sua relação com a hierarquia e disciplina militar, assim como os impactos resultantes da conjugação dessas variáveis”. E com certeza esse comportamento do aluno em relação ao professor reflete na Segurança Pública. Naquela Escola os autores perceberam que:

Merece destaque o fato de que com o início da gestão da Polícia Militar do Amazonas, a antes corriqueira violência praticada pelos alunos contra os professores, deixou de ocorrer, despertando assim o interesse na investigação desse fenômeno, a fim de compreendermos quais aspectos da hierarquia e a disciplina militar podem ter contribuído com esse resultado.

É nítido que a presença da polícia militar na escola pública, atuando com policiamento ostensivo, em prol da segurança pública, conseguiu mudar o cenário maculado em que se encontrava aquele estabelecimento de ensino, pois o fato de a violência praticada pelos alunos contra os professores ter cessado, tem reflexo, não só na comunidade escolar, mas nas adjacências da escola, na comunidade e na residência do aluno, ratificado por Paiva e Da Silva (2016, p. 268) ao afirmar que “na percepção de mais de 95% dos alunos entrevistados, os pais estão extremamente ou muito satisfeitos com o modelo de administração militar adotado pela escola”.

Sobre a redução da violência nas escolas públicas militarizadas, Silva (2019, p. 9) argumenta que:

Muitas escolas públicas estão localizadas em áreas periféricas, onde os índices de violência urbana são elevados, e são frequentes episódios de crimes que acontecem em suas proximidades ou mesmo em seu interior. Professores e alunos convivem com o medo real de serem atingidos por essa violência. Nesses locais, a atuação das forças de segurança pública mostra-se ineficiente e totalmente incapaz de conter a violência e a criminalidade, muitas vezes inclusive pela sua ausência. Evidente é, portanto, que a presença massiva de policiais militares dentro da escola, - o que acontece no processo de militarização -, irá coibir a criminalidade e aumentar a sensação de segurança.

Lamosa e Guimarães (2016, p. 624) apresentaram uma pesquisa sobre “os resultados da investigação sobre a inserção da polícia militar nas instituições públicas de ensino da Educação

Básica, no contexto de emergência de novos modelos de gestão do trabalho escolar e políticas de combate à violência nas escolas”. A pesquisa ocorreu em uma escola do Rio de Janeiro:

Instrumento de coleta de dados entrevistas semi-estruturadas com os docentes do Colégio Estadual Antônio Houass, localizado na Metropolitana II, no bairro do Méier, na cidade do Rio de Janeiro. A escolha da escola se deu pelo quantitativo de alunos que fica em torno de 1.351 (mil trezentos e cinquenta e um) alunos distribuídos nos 1º, 2º e 3º ano do Ensino Médio, caracterizando o universo dos discentes em um público jovem em situação de vulnerabilidade social e também por possuir em seu quadro de funcionários mais 100 (cem) professores.

No Rio de Janeiro, o policial militar atuava nas escolas públicas através do PROEIS. Segundo Lamosa e Guimarães (2016, p. 634), a finalidade do PROEIS era “manter, restaurar, e promover medidas de ordem pública nos espaços urbanos, como meio de reduzir índices de criminalidade”. Confirma-se que a polícia militar pode atuar de diversas maneiras em benefício da segurança pública e conforme os mesmos autores a atuação do policial militar no ambiente escolar objetiva “coibir e reprimir algumas situações de violência nas escolas e oferecer maior tranquilidade e segurança à comunidade escolar garantindo segurança às crianças e jovens da rede estadual”.

A Polícia Militar age melhor na função de segurança pública com a confiança da sociedade e muito melhor com a confiança e respeito das crianças e adolescentes, mas é salutar que os professores vejam no policial militar um agente transformador e foi essa verdade que Lamosa e Guimarães (2016, p. 640) perceberam que “parte dos docentes acreditam que a presença do policial é algo que corrobora com a paz escolar, no que tange a problemática da violência”. Em sua pesquisa, Meneses (2015, p. 24) concorda com este pensamento ao perceber que “uma professora declarou que trabalha há quatro anos na instituição e logo que iniciou a trabalhar era um lugar terrível, tinha todo tipo de violência, uso de bebidas alcoólicas e até mesmo de drogas. Os professores eram ameaçados e, às vezes, agredidos”.

Porém e, pode-se dizer, infelizmente, alguns profissionais da educação entendem que a polícia militar não deveria estar nas escolas, pois não é preparada nem treinada pedagogicamente para isso. Este pensamento é reforçado por Rêses e Paulo (2019, p. 9) quando afirmam que “o impacto em esfera educacional da gestão do ensino por parte de uma instituição balizada por assimetrias de poder fundamentadas na violência. Assim sendo, o policial, sem formação profissional, não possui condições para desempenhar o ofício pedagógico de um professor.” Mas Rêses e Paulo (2019) vão mais além ao declararem que:

Parece-nos que a militarização de escolas estaduais visa tão somente à promoção de uma “cura” social, banindo a criminalidade. Existe, nesse contexto, uma total inversão de valores, segundo a perspectiva deste trabalho, em que a vítima - o estudante excluído e marginalizado - passa a ser tratado como potencial criador do caos e da desordem, precisando de intervenção repressora para tornar-se “socialmente aceitável”. O governo goiano e os partidos de sua base aliada decidiram pela militarização como medida repressora de manutenção da ordem, a partir de uma política pública, desconhecendo os estudos educacionais, que pontuam outras políticas públicas, como educação integral e politécnica, além do fomento à cultura e aos esportes como alternativas ao combate à criminalidade (Rêses; Paulo, 2019, p. 21).

Não é razoável concordar com a percepção dos autores, por dois motivos. Primeiramente, percebe-se que o argumento deles é totalmente ideológico, podendo ser comprovado com a fala de que “o governo goiano e a base aliada decidiram pela militarização”. Não é uma fala de Estado, mas é um comentário de governo, que está torcendo contra as ações de quem está no poder e isso já foi debatido nesta pesquisa. Além disso, conforme Neto e da Cruz (2023, p. 6), “dentro do ambiente escolar, a Polícia Militar deve executar o seu papel constitucional de prevenção no ambiente de ensino, bem como a repressão de conflitos que podem demandar a atuação e a presença policial”. Isto é, a polícia militar não interfere nas questões pedagógicas. O segundo motivo que impede em concordar com essa percepção é que os autores classificam a presença da polícia militar nas escolas como prejudiciais aos alunos, aos professores e à comunidade, mas pelo contrário, a polícia militar está nas escolas para auxiliar, para ficar ao lado do público escolar e contra as ações criminosas que possam tentar macular alunos e/ou professores, assim como a comunidade em geral.

É imperioso compreender que, com o advento da Constituição de 1988, vieram também conceitos de instituições policiais militares com foco mais voltado ao cidadão, que atuam respeitando os direitos humanos, em defesa da sociedade e não para combater um inimigo, não para combater criminosos, como aconteceu durante a década de sessenta, com excessos da ditadura militar. Mas apesar de tudo isso, Neto e Cruz (2023, p. 2) perceberam que algumas pessoas ainda pensam mal da polícia militar:

Nos dias de hoje, ainda existe um certo preconceito em relação às escolas militares, devido as suas ações do passado, na época da ditadura, quando existia uma opressão realizada pelos militares conforme imposto pelo Estado. Em sentido contrário, os princípios da filosofia de Polícia Comunitária buscam trabalhar em parceria com a comunidade seguindo os preceitos da Constituição de 1988, por meio de interação, diálogo e respeitando o cidadão, quebrando qualquer imagem negativa da instituição militar, motivado pela atuação próxima de seus policiais com a comunidade escolar. Agindo com este foco, a Polícia Militar tem sido de fundamental importância para a segurança nas escolas do Paraná e em seus Colégios propriamente ditos, por sua atuação de forma ostensiva e preventiva, baseando-se no policiamento comunitário

com foco nos adolescentes, jovens e adultos, priorizando a prevenção, o respeito ao próximo e o afastamento das drogas e da violência que podem afetar a sociedade.

Contudo, Rêges e Paulo (2021, p. 19), ao tentarem classificar a ação da polícia militar nas escolas como equivocada, foram contrariados pelo público entrevistado, pois, quando perguntaram no grupo focal sobre a avaliação da comunidade acerca da escola militarizada, obtiveram a seguinte percepção:

De acordo com o levantamento das repostas da última pergunta do questionário, segundo a concepção dos docentes, a comunidade aprova a gestão militarizada. A grande maioria aprova, apoia, elogia, admira e gosta do modelo do regime militar ao qual a gestão submete a escola. Para alguns é importante ressaltar que essa aprovação está diretamente ligada à questão da violência nas imediações do colégio e também nas suas dependências e à presença de drogas ilícitas. Os professores avaliam o alto número de procura de vagas por parte dos pais como um dos indícios de que há aprovação entre a comunidade escolar em relação à militarização escolar.

Percebe-se que o público interessado, pais, alunos, comunidade em geral aprova a presença de policiais militares nas escolas, pois isso traz uma liberdade substantiva. Nos ensinamentos de Sen (2000, p. 27) “o êxito de uma sociedade deve ser avaliado pelas liberdades individuais, primordialmente segundo as liberdades substantivas que os membros da sociedade desfrutam, isto é, ter mais liberdade para fazer as coisas que são valorizadas”. Uma das liberdades substantivas que todo cidadão deve ter, além de uma educação de qualidade, é uma sensação de segurança tangível.

No artigo 205 da Constituição Federal de 1988, conforme entedimento de Neto e Da Cruz (2023, p.6), “a escola tem a função de promover a formação ética e intelectual das novas gerações e, além de transmitir o conhecimento, a escola deve possibilitar aos cidadãos a capacidade de contribuir com a comunidade e de respeitar os direitos das demais pessoas”. Brasil (1988), estabelece em seu art.205 que “a educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Evidente está que é dever do Estado garantir uma educação de excelência, com isso, além da Secretaria de Educação, outros órgãos estatais podem e devem auxiliar na educação, a exemplo da polícia militar. Ratifica-se então que, educação não é responsabilidade apenas da escola, que neste ato representa o Estado, mas deve ser garantida pela família e pela sociedade de forma geral e, neste contexto também entra a Polícia Militar. Segundo Neto e Da Cruz (2023, p. 7), “a Constituição estabelece o direito à educação como direito fundamental, assim, a

Polícia Militar para ajudar a atingir este objetivo precisa se especializar cada vez mais para bem atender toda a comunidade escolar”. Neto e Da Cruz (2023, p. 14), por fim, asseveram:

O ambiente escolar saudável e seguro é o alicerce para se elevar os padrões de qualidade dos serviços prestados pelo estabelecimento de ensino em comento. Tal configuração só será atingida, em sua plenitude, se todos os componentes da comunidade escolar atuarem de forma conjunta, integrada e em prol dos mesmos objetivos estratégicos.

Desta forma, após esse longo debate sobre a presença da polícia militar no seio escolar e nas comunidades, foi possível perceber que preservar a ordem pública vai muito além da utilização de policiais militares armados em viaturas, realizando policiamento ostensivo. Essa ação deve existir, sem sombras de dúvidas, pois é a missão constitucional da polícia militar, visando proteger a sociedade de possíveis crimes. Contudo, nada impede, nem mesmo a Constituição, que a Polícia Militar aja com preservação da ordem através da prevenção primária, trabalhando na base, se aproximando das crianças e dos adolescentes no ambiente escolar, pois, agindo assim, a polícia militar também está atuando em prol da segurança pública, nos moldes do art. 144 da Constituição Federal.

4. CONCLUSÃO

A problemática que instigou esta pesquisa foi a de se verificar de que forma a presença da Polícia Militar nas escolas públicas contribui para a Segurança Pública. De acordo com os dados apresentados ao longo desta pesquisa, ficou perceptível que, por determinação governamental, algumas escolas públicas, principalmente localizadas em áreas conhecidas como periféricas, com grande vulnerabilidade social, foram repassadas à gestão da Polícia Militar e por isso foram denominadas de Colégio da Polícia Militar. Os objetivos foram cumpridos à medida em que se analisou a presença da polícia militar nas escolas públicas como contribuição para a segurança pública.

O resultado desta pesquisa evidenciou que a missão constitucional da Polícia Militar para a preservação da ordem pública é realizada com o policiamento ostensivo, contudo, constatou-se que este policiamento não deve ser realizado tão somente com policiais fardados nas ruas, em suas viaturas e com suas armas. Ficou latente que o policiamento voltado para combater o inimigo é perigoso e não traz os resultados que a população almeja, pois, a sociedade quer, na verdade é um policiamento de serviço público em que os policiais saem às ruas para

evitar que o crime aconteça, isto é, dar segurança ao cidadão, proteger sua incolumidade e seu patrimônio.

Aliás, o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2023 publicou uma realidade brutal sobre o policiamento e sobre as mortes violentas intencionais. Os muitos gastos com a segurança pública voltada somente para o policiamento tradicional, em nada contribuíram para controlar ou evitar as inúmeras mortes violentas intencionais que ocorreram no território nacional. Especificamente, na Região Norte, o Amapá foi o Estado que mais gastou com a função policiamento, todavia, foi considerado o mais violento na escala nacional. O Amazonas, por sua vez, foi o segundo Estado que mais gastou com Segurança Pública na Região Norte, mas na escala nacional foi classificado como o terceiro mais violento.

Desta forma, preservação da ordem pública deve ser vista muito mais além e a presença da polícia militar nas escolas públicas, mudou o cenário maculado, o cenário de fracasso estatal, a exemplo de escolas no Amazonas e Goiás, principalmente naquelas em que o crime estava dominando, impondo o medo e suas regras ilícitas. A pesquisa trouxe várias evidências de que a polícia militar, com sua presença nas escolas, auxiliou na educação e essa ação alcança a segurança pública, pois o melhor caminho para uma segurança pública de qualidade é uma educação muito mais qualitativa.

Porém, infelizmente, algumas pessoas ainda são reticentes com a presença da polícia militar nas escolas, pois afirmam que não é missão constitucional, contudo, essa fala não é a verdadeira, pois ficou evidenciado que o pensamento contrário traz um comportamento ideológico velado, em que determinado grupo torce pelo fracasso político de quem está no poder, pois, se a ação for acertada e a população aprovar, ratificaria a incompetência política e social dos que não estão no poder. Na realidade, conforme ficou constatado, ainda têm a visão da polícia militar com as ações pretéritas, no tempo da ditadura militar. Contudo, a Constituição Federal demonstra que a missão da polícia militar deve estar alinhada com a dignidade da pessoa humana, com os direitos humanos e, sua presença na comunidade, nas escolas demonstra que a polícia militar é cidadã.

Dessa forma, concluiu-se que, agindo desta forma o Estado, através da Polícia Militar no seio escolar, está cumprindo sua função social e sua missão constitucional, auxiliando na educação e assim na segurança pública, dando oportunidade de adolescentes e jovens terem uma liberdade substantiva. Isto posto, o Estado promove o real direito, cumprindo seu dever social.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil, 1988**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicaocompilado.htm. Acesso em: 14 fev. 2024.
- BRASIL. **Anuário Brasileiro de Segurança**. Fórum Brasileiro de Segurança Pública. São Paulo: FBSP, 2023. Disponível em: <https://forumseguranca.org.br/wp-content/uploads/2023/07/anuario-2023.pdf>. Acesso em 20 fev. 2024.
- CERQUEIRA, Carlos Magno Nazareth. **O futuro de uma ilusão: o sonho de uma nova polícia**. Instituto Carioca de Criminologia, 2001. Disponível em: https://labepro.uerj.br/wp-content/uploads/2023/08/vol-6-O-futuro-de-uma-ilusao-o-sonho-de-uma-nova-policia.pdf-6-1_compressed.pdf. Acesso em 23 fev. 2024.
- DA NÓBREGA JÚNIOR, José Maria Pereira. **O que se escreve no Brasil sobre Segurança Pública? Uma revisão da literatura recente**. Revista Brasileira de Segurança Pública, v. 12, n. 2, p. 14-47, 2018. Disponível em: <https://www.revista.forumseguranca.org.br/index.php/rbsp/article/view/945>. Acesso em 24 fev. 2024.
- DA SILVA, Jordânia Zerrar; BENEDETTI, Udine Garcia; DE JESUS SOUSA, Luana. **Contribuição da militarização da Escola Pública Estadual Professor Jaceguai Reis Cunha, Boa Vista-RR, para melhorias no ensino e estrutura do ambiente escolar**. Fórum de Integração Ensino, Pesquisa, Extensão e Inovação Tecnológica do IFRR-e-ISSN 2447-1208, v. 6, n. 1, 2019. Disponível em: https://periodicos.ifrr.edu.br/index.php/anais_forint/article/view/1258. Acesso em 26 fev. 2024.
- DE PAULA, Thiago do Nascimento Torres. **Entre lousa, farda, giz e coturno: a militarização do espaço escolar brasileiro-um debate público no Rio Grande do Norte**. Revista de Segurança Pública Vigilantis Semper, v. 2, n. 2, p. 06–22-06–22, 2022. Disponível em: <http://www.revista.pm.rn.gov.br/index.php/revista/article/view/66>. Acesso em 26 fev. 2024.
- DE SOUZA NETO, Cláudio Pereira. **A segurança pública na constituição federal de 1988: conceituação constitucionalmente adequada, competências federativas e órgãos de execução das**. 2007. Disponível: https://d1wqtxts1xzle7.cloudfront.net/51509337/Seguranca_Publica_na_Constituicao_Federal_de_1988-libre.pdf?1485370456=&response-content-disposition=inline%3B+filename%3DA_SEGURANCA_PUBLICA_NA_CONSTITUICAO_FEDE.pdf&Expires=. Acesso em 25 fev. 2024.
- FILOCRE, Lincoln D`Aquino. **Direito Policial Moderno: polícia de segurança pública no direito administrativo**. São Paulo: Almedina, 2017.
- LAMOSA, Rodrigo de Azevedo Cruz; GUIMARÃES, Paula Cristina Pereira. **Polícia Militar como solução para violência escolar: uma análise da reação docente**. Revista on line de

Política e Gestão Educacional, p. 623-642, 2016. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/rpge/article/view/9683>. Acesso em 26 fev. 2024.

LAZZARINI, Álvaro. **A segurança pública na Constituição de 1988**. O Alferes, v. 7, n. 21, 1989. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/181942>. Acesso em: 20 fev. 2024.

LEAL, Ana Beatriz; PEREIRA, Íbis; MUNTEAL FILHO, Oswaldo. **Sonho de uma polícia cidadã: Coronel Carlos Magno Nazareth Cerqueira**. Rio de Janeiro: NIBRAHC, 2010. Disponível em: https://www5.pucsp.br/ecopolitica/downloads/liv_2010_O_sonho_policia.pdf. Acesso em 23 fev. 2024.

MASCARENHA, Kedma Pinheiro. **A expansão dos Colégios da Polícia Militar de Goiás e seu impacto no efetivo operacional**. Goiânia, 2015. Disponível em: <https://acervodigital.ssp.gov.br/pmgof>. Acesso em: 26 fev. 2024.

MENEZES, Denise Brasil. **A Importância da Disciplina existente no Colégio Militar em Goiás como fator de redução da Violação dos Direitos Humanos**. 2015. Disponível em: https://bdm.unb.br/bitstream/10483/14464/1/2015_DeniseBrasilMenezes_tcc.pdf. Acesso em 26 fev. 2024.

NETO, Ademar Vieira; DA CRUZ, Rodrigo Moukaddem. **Análise da Polícia Comunitária aplicada ao 2º colégio da Polícia Militar do Paraná: reflexos positivos para a comunidade escolar na prevenção de crimes**. Brazilian Journal of Development, v. 9, n. 05, p. 15881-15897, 2023. Disponível em <https://ojs.brazilianjournals.com.br/ojs/index.php/BRJD/article/view/59683>. Acesso em: 27 fev. 2024.

PAIVA, Herbert Serrano; DA SILVA, Sandro Barbosa. **Violência e Escola: o caso do 3º Colégio Militar “Professor Waldo de Lira” de Manaus, sob gestão da Polícia Militar do Amazonas**. Homens do Mato-Revista Científica de Pesquisa em Segurança Pública, v. 16, n. 1, 2016. Disponível em: <http://revistacientifica.pm.mt.gov.br/ojs/index.php/semanal/article/viewFile/318/367>. Acesso em 26 fev. 2024.

POLTRONIERI, Willion Matheus. **Segurança Pública: dever do Estado, direito e responsabilidade de todos**. Jus Navigandi, 2016. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/53353/seguranca-publica-dever-do-estado-direito-e-responsabilidade-de-todos>. Acesso em 24 fev. 2024.

POZZETTI, Valmir Cesar et al. **Segurança Pública e Responsabilidade Criminal na Produção de Alimentos Transgênicos**. In: Segurança e Violências. Perspectivas interdisciplinares. CRV Ltda, 2022. p. 111-136. Disponível em: <https://www.iris.unisa.it/handle/11386/4797169>. Acesso e 24 fev. 2024.

POZZETTI, Valmir Cesar. **Resumo conciso de regras para produção científica**, 2024. Disponível em: <https://classroom.google.com/c/MTQ4NjY2MTc4MDQ4/m/NjU0MzQ1MzIwMTI2/details>. Acesso em 10 fev. 2024.

RÊSES, Erlando da Silva; PAULO, Wesley Garcia de. **A posição de docentes da educação básica acerca da militarização de escolas públicas em Goiás. Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**, v. 35, n. 3, p. 700-724, 2019. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?pid=S2447-41932019000300700&script=sci_arttext. Acesso em 26 fev. 2024.

SANTIN, Valter Foletto. **Controle judicial da segurança pública: eficiência do serviço na prevenção e repressão ao crime**. Editora Revista dos Tribunais, 2004.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

SILVA, Gabriela Tunes da. **Militarização das escolas públicas: análise do desempenho escolar, disciplina, segurança e aspectos legais**. Câmara Legislativa do Distrito Federal Comissão de Defesa dos Direitos Humanos, Cidadania, Ética e Decoro Parlamentar, 2019. Disponível em: <https://www.sinprodf.org.br/wp-content/uploads/2019/07/Estudo-sobre-Militariza%C3%A7%C3%A3o-das-Escolas-P%C3%BAblicas-1.pdf>. Acesso em 26 fev. 2024.

SILVA, José Afonso da. **Curso de Direito Constitucional Positivo**. São Paulo: Malheiros, 2005.

SILVA JUNIOR, Azor Lopes da. **O modelo brasileiro de segurança pública e a 1ª Conferência Nacional de Segurança Pública**. 2014. Disponível em: <https://repositorio.unesp.br/server/api/core/bitstreams/c346dbf2-23b0-4574-9a2d-a1d17ae7fc07/content>. Acesso em 24 fev. 2024.

ZAGO, Rafael Silva Borges; REIS, Rosimar Pereira. **Colégio Estadual da Polícia Militar de Goiás, mecanismo de profilaxia da segurança pública**. 2019. Disponível em: <https://dspace.pm.go.gov.br/pmgo/browse?type=author&order=ASC&rpp=30&value=ZAGO%2C+Rafael+Silva+Borges>. Acesso em 26 fev. 2024.